

MARIA INEZ MONTAGNER

**MULHERES E TRAJETÓRIAS NA
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DA UNICAMP:
vozes singulares e imagens coletivas**

CAMPINAS

2007

MARIA INEZ MONTAGNER

**MULHERES E TRAJETÓRIAS NA
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DA UNICAMP:
vozes singulares e imagens coletivas**

*Dissertação de Mestrado apresentada à Pós-Graduação da
Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual
de Campinas para obtenção do título de Mestre em Saúde
Coletiva, área de concentração em Saúde Coletiva*

Orientador: Prof. Dr. Everardo Duarte Nunes

CAMPINAS

2007

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DA UNICAMP**

Bibliotecário: Sandra Lúcia Pereira – CRB-8ª / 6044

M76m Montagner, Maria Inez
Mulheres e trajetórias na Faculdade de Ciências Médicas da
Unicamp: vozes singulares e imagens coletivas / Maria Inez
Montagner. Campinas, SP: [s.n.], 2007.

Orientador: Everardo Duarte Nunes
Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas.
Faculdade de Ciências Médicas.

1. Gênero. 2. Competência Profissional. 3. Mulheres -
Trabalho. 4. Docentes. 5. Educação Médica. 6. Instituições
acadêmicas. 7. Habitus. I. Nunes, Everardo Duarte.
II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências
Médicas. III. Título.

**Título em inglês: Women and trajectories in the College of Medical Sciences
of the UNICAMP: singular voices and collective images**

Keywords: • Gender
• Professional Competence
• Women - work
• Faculty
• Education Medical
• Schools
• Habitus

Área de concentração: Saúde Coletiva

Titulação: Mestrado em Saúde Coletiva

Banca examinadora: Prof. Dr. Everardo Duarte Nunes

Profa. Dra. Solange L'Abbate

Profa. Dra. Lílian Blima Schraiber

Data da defesa: 15-02-2007

Banca examinadora da Dissertação de Mestrado

Orientador: Prof. Dr. Everardo Duarte Nunes

Membros:

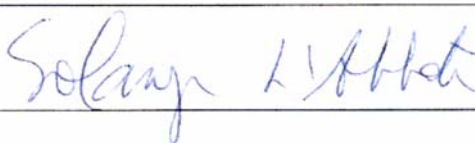
Prof. Dr. Everardo Duarte Nunes



Profª. Dra. Lilia Blima Schraiber



Profª. Dra. Solange L'Abbate



Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas.

Data: 15/02/2007

*Àquele
que me concedeu a crença de que era possível,
o talento necessário,
a força para realizá-lo e a
felicidade de concluí-lo.*

*Ao Miguel,
por partilhar e
iluminar
este caminho.*

*Ao meu filho Miguel,
essência de
meus melhores momentos.*

AGRADECIMENTO ESPECIAL

A três mulheres, pela admiração que lhes tenho e por ajudarem a compreender que a ternura e a dedicação são a via real do conhecimento. São exemplos de professoras e mestras, participaram dos principais momentos de meu mestrado, estiveram presentes nas minhas escolhas e estarão para sempre em meu coração: Mara Helena de Andréa Gomes, Fátima Lucena e Solange L' Abbate.

Aos meus pais, Oswaldo e Neiva, e à minha avó Ignez, a matriarca da família.

Ao professor Everardo, pela atenção e carinho dispensados durante o nosso caminho. À Ecilda Nunes, especialmente pelo cuidado (e pelos chás da tarde) e pela paciência ao corrigir os deslizos na língua portuguesa.

À Capes, que propiciou os meios financeiros para essa pesquisa.

À Leoci, por toda a torcida e carinho que dedica a todos nós, pós-graduandos, e por se mostrar psicóloga nos momentos de dificuldade.

A duas amigas de infância, fiéis escudeiras, que me pouparam de muitos problemas cotidianos, Alessandra e Marisa.

Ao Sr. Luís, uma pessoa a quem respeito muito, pois nele reconheço um amigo de verdade, que sempre me incentivava a continuar.

À Elise Jordi, amiga parisiense, que permitiu a mim e à minha família, entrar em seu mundo e para sempre estará em nossos corações.

À Profa. Dra. Helena Hirata, pelo interesse e generosidade com os quais me recebeu.

À Profa. Dra. Léa Velho, pela leitura atenta e sugestões precisas na qualificação dessa dissertação.

À Profa. Dra. Claudia Padovesi-Fonseca, exemplo de vida e uma pessoa inesquecível.

Aos colegas da Pós-Graduação, em especial à Lia e à Ana Luiza.

*Ora, a fé
é a certeza
de coisas que se esperam,
a convicção
de fatos que se não vêem.*

Hb 11

	<i>Pág.</i>
RESUMO.....	<i>xxvii</i>
ABSTRACT.....	<i>xxxix</i>
INTRODUÇÃO.....	35
1.1- Justificativa.....	47
1.2- Metodologia - Construindo a pesquisa.....	51
1.3- Seleção das professoras.....	54
1.4- Primeiros encontros.....	60
1.5- Estrutura desta dissertação.....	64
CAPÍTULO I - Conceitos principais.....	69
1.1- Habitus.....	72
1.2- Família.....	76
1.3- Gênero.....	89
1.4- Trajetórias.....	93
CAPÍTULO II - Mulheres e trajetórias na Faculdade de Ciências Médicas.....	97
1.1- A trajetória das mulheres dentro de uma Escola Médica.....	99
1.2- Trajetória e gênero: o encontro de dois conceitos.....	108
1.3- A Faculdade de Ciências Médicas - Contexto da pesquisa.....	115
CAPÍTULO III - Questão de gênero.....	121
1.1- Isso é coisa de Mulher.....	125
1.2- A família e as mudanças: um diálogo possível.....	135

1.3- Maternidade e dedicação à profissão: os enigmas nesse caminhar.....	137
1.4- Amamentar: mais que uma ideologia, um direito.....	150
1.5- A quem pedir auxílio: acordos e redes de apoio.....	161
1.6- Casamento: a roupa do rei.....	165
1.7- O invisível trabalho doméstico.....	174
1.8- Care: globalização de uma competência profissional.....	187
1.9- Disposições pessoais - habitus versus mercado de trabalho e área médica.....	194
CAPÍTULO IV - A ciência como vocação e aprendizado.....	207
1.1- A ciência no feminino.....	211
1.2- Teto de vidro - Plafond de verre.....	225
1.3- Estágio no exterior.....	239
1.4- Mulheres e pesquisa.....	242
1.5- Discriminação nas áreas.....	250
1.6- Orientação e o perfil ideal.....	257
1.7- Reconhecimento.....	264
1.8- Administração e saber na área da saúde.....	267
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	281
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	299
APÊNDICES.....	309
Apêndice 1.....	311
Apêndice 2.....	313

LISTA DE TABELA

	<i>Pág.</i>
Tabela 1 Distribuição dos professores da Pós-Graduação por área de concentração em termos absolutos e percentuais.....	56

	<i>Pág.</i>
Quadro 1 Seleção das entrevistadas de acordo com o grupo de especialidades médicas e departamentos.....	58
Quadro 2 Distribuição percentual dos pesquisadores segundo o sexo 1993-2004 e segundo idade mediana.....	228
Quadro 3 Distribuição dos pesquisadores por sexo segundo a condição de liderança - 1995-2004.....	229
Quadro 4 Distribuição percentual dos pesquisadores por sexo segundo a condição de liderança - 1995-2004.....	229

LISTA DE FIGURAS

	<i>Pág.</i>
Figura 1 Detalhe do quadro Escola de Atenas, Rafael Sanzio.....	38
Figura 2 Busto de Hipátia.....	38

LISTA DE GRÁFICOS

	<i>Pág.</i>
Gráfico 1 Taxa de participação das mulheres no trabalho médico.....	215
Gráfico 2 Proporção dos professores titulares, segundo o sexo.....	226
Gráfico 3 Índice per capita de professores titulares segundo sexo.....	227

RESUMO

A proposta desta pesquisa é realizar um resgate histórico e social da trajetória das mulheres pesquisadoras da Universidade Estadual de Campinas, partindo de seus trabalhos como cientistas e professoras dentro da Faculdade de Ciências Médicas.

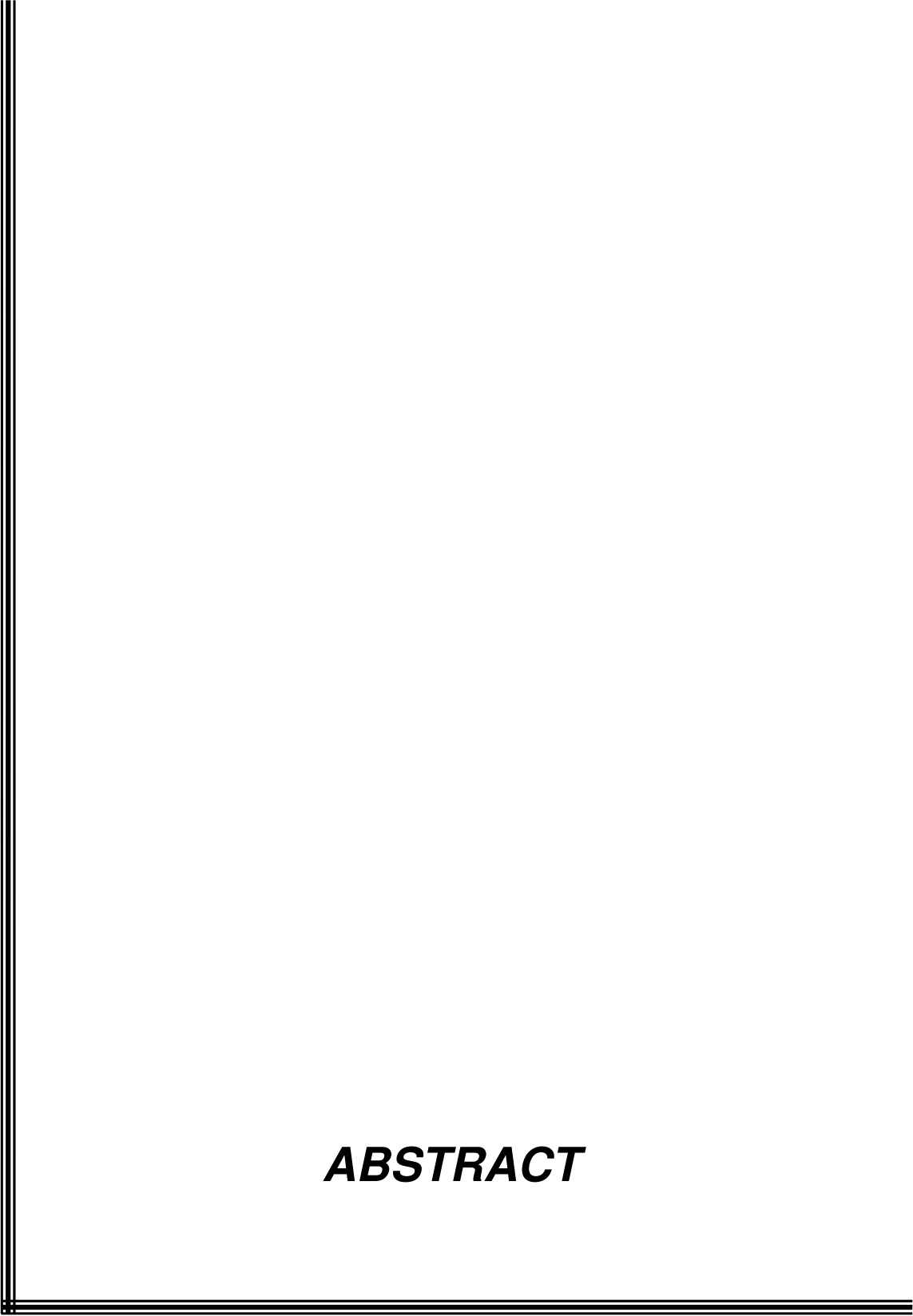
Imbuída do referencial teórico dos estudos de gênero, dentro da sociologia da ciência e mais especialmente na área da saúde, buscarei entender a trajetória dessas mulheres, as escolhas pessoais e profissionais articuladas às suas estratégias sociais. Para tanto, assumo que o gênero se expressa em muitas áreas da vida social, por exemplo, a cultura, a ideologia, a ciência e as práticas em geral. No entanto, estou especificamente interessada em como essas mulheres conseguiram articular, concomitantemente, as práticas de pesquisa, as suas atividades de ensino, administração e extensão universitária, com suas vidas cotidianas e familiares.

Esta pesquisa compõe-se de três momentos. Num primeiro, o levantamento da documentação das pesquisadoras (Plataforma Lattes) buscando sua trajetória no meio acadêmico e suas estratégias dentro do campo científico. Um segundo, a realização de uma entrevista focada, elaborada com base nas informações e pressupostos formulados por meio da análise dos documentos, que permitirão configurar o processo de construção social das trajetórias acadêmicas. Por fim, em um terceiro momento, com base na teoria de Pierre Bourdieu, buscaremos esboçar o *habitus* dessas pesquisadoras.

Este estudo está sendo realizado dentro de uma perspectiva sociológica, e os estudos de gênero comporão nossos trabalhos, auxiliando-nos como a base de nossas análises. Os estudos históricos são de grande importância e valia, quando procuramos desvelar esse tema, pois compreendemos que é necessário o entendimento do contexto histórico e cultural para podermos bordar a relação entre as falas e as teorias.

Com este trabalho, esperamos contribuir para o entendimento do papel e da posição dessas mulheres no campo acadêmico, como se conformaram seus *habitus* e quais são as relações desses *habitus* com a questão do gênero, especialmente pelo fato dessas atividades inscreverem-se em uma quádrupla dimensão: ensino, pesquisa, administração e extensão.

Palavras-chave: gênero, mulheres, ciência, instituições científicas, *habitus*, escola médica.



ABSTRACT

Women and trajectories in the College of Medical Sciences of the UNICAMP: singular voices and collective images

The proposal of this research is to carry through a historical and social rescue of the trajectories of the searching women of the State University of Campinas, leaving of its works while scientists and teachers inside of the College of Medical Sciences. Using the theoretical reference of the gender studies, inside of the sociology of science and more especially in the domain of the health, we will search to understand the trajectories of these women, the personal and professional choices, articulated with its social strategies.

For in such a way, we assume that the gender can be express in many areas of the social life, for example, the culture, the ideology, science and the practical ones in general. However, specifically I am interested in as these women had obtained to articulate practical of research, concomitant the its activities of education, administration and university extension, with its daily and familiar lives.

This research is composed by three moments. In a first one, the survey of the documentation of the researchers (Lattes Platform) searching its trajectories in the academy and its strategies inside of the scientific field. As, the accomplishment of an 'focused interview', elaborated on the basis of the formulated estimated information and through the analysis of the documents, that will allow to configure the process of social construction of the academic trajectories. Finally, at one third moment, on the basis of the theory of Pierre Bourdieu, we will search to sketch the *habitus* of these researchers. This study is being carried through inside of a sociological perspective, and the gender studies will compose the base of our analyses. The historical studies are the great importance and value when we look for to understand this subject; therefore the agreement of the historical context is necessary to be able to embroider the relation between the speeches and the theories.

With this work, we hope to contribute for the agreement of the paper and of the position of these women in the academic field, as its had been satisfied *habitus* and which are the relations of these *habitus* with the question of the gender, especially for the fact of these activities are enrolled in a quadruple dimension: education, research, administration and extension.

Keywords: gender studies, scientific women, science, institutions, *habitus*, medical school.

INTRODUÇÃO

*As mesmas forças que trouxeram as mulheres na profissão
também permitiram mudanças em questões de
pesquisa relacionadas a mulheres.*

*Não foram somente mulheres, mas feministas – tanto homens como
mulheres – dentro e fora da medicina, que criaram as condições de
sucesso das reformas na pesquisa médica.*

Londa Schienbinger

Esse estudo nasceu em um momento muito especial de minha vida, no qual comecei a querer entender a minha condição de mulher. Retomar meus estudos e olhar a vida de uma maneira diferente fez-me procurar outros caminhos. Como Alice no país das maravilhas, fui acompanhada por um gato de “Cheshire” muito especial que também me perguntava qual caminho queria seguir, e me acompanhava durante todo o tempo. Levou-me a conhecer um novo país pelo qual me apaixonei e de onde espero não sair, pois o que me move a cada manhã é o desvendar desse mundo, com um novo *habitus*, nessa nova trajetória.

Nesse caminho, encontrei pessoas sensíveis que me auxiliaram em novas descobertas e na formação de meu *habitus* de pesquisadora. Uma dessas pessoas foi o Professor Everardo que, ao convidar-me para assistir suas aulas, proporcionou-me a possibilidade de momentos de reflexão.

No primeiro momento, assistindo a uma aula sobre a filosofia grega, como uma ilustração das explicações teóricas, vimos um belíssimo quadro que descreve aquele período com perfeição. Ao apreciar *Escola de Atenas*, um afresco pintado entre 1509 e 1510 e que se encontra no Vaticano, senti uma grande inquietação. O autor, Rafael Sanzio (1483-1520), foi discípulo de Perugino e contemporâneo de Leonardo da Vinci, Michelangelo e Fra Bartolomeo, sendo esse afresco uma das suas obras mais conhecidas e estudadas, pintada a pedido do Papa Júlio II, no salão de sua biblioteca particular.

Em *Escola de Atenas*, Rafael retratou, em conjunto, os grandes pensadores de diferentes épocas e lugares, mostrando um grande panorama da ciência, da filosofia e das artes até aquele momento. Dentro desse quadro, uma imagem prendeu a minha atenção e levou-me a um olhar mais criterioso; o que faria uma mulher nesse quadro, e por que só uma mulher? Somente ela estava representada: Hipátia (370 – 415 d.C.) era uma jovem bela e que aparece olhando-nos lateralmente, representada por seu rosto esguio:

Havia em Alexandria uma mulher chamada Hipátia, filha do filósofo Theon, que fez tantas realizações em literatura e ciência que ultrapassou todos os filósofos de seu tempo. Tendo progredido na escola de Platão e Plotino, ela explicava os princípios da filosofia a quem a ouvisse, e muitos vinham de longe receber seus ensinamentos.¹



Figura 1- Detalhe do quadro Escola de Atenas, Rafael Sanzio



Figura 2- Busto de Hipátia

¹Sócrates, o Escolástico. A Vida de Hipátia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org>. Acesso em: 06/04/2006.

Hipátia tem uma bela história: nascida no ano 370 d.C. filha de Téon, diretor do museu de Alexandria, filósofo neoplatônico e matemático. Acreditava que poderia educar sua filha para exercer todas as suas potencialidades, por isso educou-a para ser uma mulher perfeita, física e intelectualmente, em um mundo patriarcal e onde as mulheres eram tratadas como propriedade pelos homens. Hipátia recebeu informação sobre todos os sistemas de religião conhecidos, tendo seu pai se assegurado de que nenhuma religião ou crença lhe limitasse a busca e a construção do seu próprio conhecimento; transformou-se num marco da História da Matemática, tendo sido equiparada a outros grandes matemáticos da época.

Nesse período, dentro do Império Romano governado por Valentiniano, o cristianismo serviu para espalhar a ignorância e o medo, manipulado pelos seus hierarcas. Apesar disso, ela transitou pelo então universo masculino do conhecimento, onde era conhecida por sua beleza e inteligência, ou como seu pai gostaria que fosse reconhecida: “um ser perfeito”.

Destacou-se também pelo grande número de discípulos, membros de todas as religiões, em função da sua habilidade de ensinar matemática, astronomia, filosofia e mecânica e tecnologia prática, chegando a tornar-se diretora do Museu de Alexandria. Além de tudo isso, insistiu em não abraçar o cristianismo, o que fez dela um grave e grande perigo para os interesses da Igreja, e, assim, forneceu um pretexto para seu assassinato. Sua morte foi cruel, mas sua vida e trabalho renasceram em Descartes, Newton e Leibniz. Sua dignidade em nada pôde ser abalada.²

O segundo momento: pesquisando o tema ciência, constatei em “Cientistas do Brasil”, uma coletânea de depoimentos concedidos por cientistas à revista Ciência Hoje e organizados para a comemoração dos 50 anos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC (1998), que dentre os sessenta e um cientistas que figuram neste volume apenas sete são mulheres,

²Para fontes mais completas, conferir o sítio *Hypatia de Alexandria*. Disponível em: www.polyamory.org/~howard/Hypatia. Acesso em 06.04.2006.

o que representa cerca de 10% do universo do livro. Essa mesma SBPC foi fundada em 1949, já teve vinte e sete presidentes e apenas duas foram mulheres.

Esses dois momentos foram marcantes na escolha de meu objeto de pesquisa: a relação entre a mulher e o saber científico. Não apenas pela pequena representatividade numérica da presença feminina na ciência, ao longo da história, mas como um grupo de mulheres traça sua trajetória nesse ambiente, tomando como espaço de inserção uma escola de medicina. Historicamente, a ocupação pelas mulheres dos lugares onde se produz a ciência não se fez da mesma forma que pelos homens. Podemos constatar essa afirmação na história de Hipátia. Como Capra relata:

Na história da medicina ocidental, a conquista do poder por uma elite profissional masculina envolveu uma longa luta que acompanhou o surgimento da abordagem racional e científica da saúde e da cura. O resultado dessa luta foi o estabelecimento de uma elite médica quase exclusivamente masculina e a intrusão da medicina em setores que eram tradicionalmente atendidos por mulheres, como o parto (Capra, 1998).

Essa luta não cessou. De certa forma, as mulheres estão ocupando esse espaço e é esse processo que buscamos entender. Como todo processo, ele não é composto de uma única explicação, de um único caminho, mas de vários elementos que auxiliam a compreensão do que a academia demanda de seus profissionais e, nesse ponto, as mulheres têm muito a falar.

Uma de nossas primeiras inquietações foi se isso ainda ocorria nos dias de hoje, dentro da instituição em que estou me tornando uma profissional, ou seja, se existiam diferenças na ciência produzida por homens e mulheres. Nossa inquietação, a princípio, girava em torno da possibilidade da ciência produzida por mulheres ser diferente da que os homens produziam e, portanto, se o que as impulsionaria para a academia teria diferentes conotações e explicações.

Entretanto, nossa pesquisa ganhou outros caminhos e nossa pergunta de partida foi sendo aos poucos substituída por outras tão importantes quanto essa primeira. Conforme nosso trabalho ganhava corpo, as exposições de nossas informantes levaram-nos a compreender que, enquanto mulheres, suas famílias e suas relações com o trabalho produtivo e reprodutivo é que seriam o grande mote de nosso trabalho. A forma como organizavam suas vidas profissionais e pessoais eram desveladas e compreendemos então que aí estariam as diferenças. Para direcionar essa mudança de foco, o livro Laboratório de Pandora (Tabak, 2002) serviu de base para grande parte dos nossos questionamentos; com ele pudemos repensar a situação da mulher dentro da academia.

Assim, essa se tornou uma das principais inquietações e a tônica deste trabalho. Poderemos refinar essa dúvida e traduzi-la em um objetivo principal, isto é, descrever e analisar as relações de gênero no que se refere à inserção das mulheres nas atividades de pesquisa, de docência, de extensão e de administração. Podemos sintetizar esse propósito em uma pergunta central: Qual o *habitus* das mulheres cientistas da FCM e como esse *habitus* interfere tanto na maneira como se pratica a ciência como na vida pessoal dessas mulheres?

Para respondermos a essa pergunta, apoiamo-nos em um quadro de referência teórico com quatro bases fundamentais:

- I) A primeira base é a Sociologia da Ciência, que “estuda os modos pelos quais a pesquisa científica e a difusão do conhecimento científico são influenciadas pelas condições sociais e, por seu turno, influenciam o comportamento social” (Ben-David, 1970: 1).
- II) Essa relação entre condições sociais e conhecimento científico levou-nos à segunda base de nosso referencial, para que conseguíssemos compreender melhor as posições e comportamentos das mulheres: a *praxiologia* ou teoria da prática de Pierre Bourdieu. Dentro da teoria de Pierre Bourdieu, o conceito de *habitus* ocupa um lugar central. Esse conceito auxiliou-nos a compreender as diversas dimensões que estruturam e organizam as práticas e as representações das mulheres que entrevistamos. Ele pode ser definido como:

Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem os *habitus*, sistemas de disposições duráveis e transferíveis que funcionam como princípios geradores e organizadores das práticas e das representações que podem ser objetivamente adaptados a seus fins sem supor a intenção consciente desses fins e o controle expresso das operações necessárias para atingi-los, objetivamente regrados e regulados sem serem em nada o produto da obediência a regras, e coletivamente orquestrados sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (Bourdieu, 1980: 88-89).

Esse conceito engloba muitas dimensões e, para não perdermos nosso foco, interessamo-nos, especialmente, por três questões referentes ao conceito de *habitus*.

- A primeira seria a postura física, a maneira de se expressar e de se portar nas situações sociais.
- Em segundo lugar, como esse *habitus* se projeta na prática cotidiana das cientistas, tanto na academia como em sua vida pessoal.
- E, por fim, se esse *habitus* é reproduzido, torna-se estruturante.

Tendo essas três questões bem claras em nossas análises, nosso passo seguinte foi compreender como a vida dessas professoras obedeceu a determinadas condições referentes à sua classe social e quais as opções e decisões que tomaram ao longo de suas histórias. Para que pudéssemos narrar essas histórias nós nos valem do conceito de trajetória: “Toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do *habitus*” (Bourdieu, 1996a: 292).

III) A essas disposições do *habitus* e às trajetórias percorridas, acrescentamos mais uma peculiaridade, o fato de serem mulheres e, portanto, nossa terceira base é exatamente sobre as discussões de gênero. A definição que nos pareceu bastante satisfatória é a de Schienbinger; apesar de também utilizarmos outras definições ao longo de nosso trabalho, gostaríamos de ressaltar que esse conceito é o que mais pautou nossas discussões:

Gênero, então, denota entendimentos multidimensionais e mutáveis do que significa ser um homem ou uma mulher no interior de um determinado ambiente social. Ele é historicamente contingente e constantemente renegociado em relação a divisões culturais tais como status, classe e etnia (Schienbinger, 2001: 46).

Os estudos de gênero proporcionam-nos diferentes abordagens quanto ao estudo sobre mulheres, porém, para que pudéssemos melhor recortar nossa dissertação, escolhemos as seguintes categorias: “care”, trabalho produtivo e reprodutivo, amamentação, redes de apoio, maternidade, casamento e, especialmente, a discussão sobre a família que apareceu como um tema recorrente, como um conceito nuclear em nossas entrevistas, portanto destacamos esse conceito dentro dos estudos de gênero. Todas essas categorias serão mais bem definidas ao longo de nossas explicações; entretanto, devemos elucidar o conceito de família que nos parece apropriado:

A família é um conjunto de pessoas ligadas por laços de sangue, parentesco ou dependência, que estabelecem entre si relações de solidariedade e tensão, conflito e afeto. Não se trata de um grupo 'harmonioso e sereno' voltado para a satisfação de necessidades econômicas, mas sim uma unidade composta de indivíduos de sexos, idades e posições diversificadas, que vivenciam um constante jogo de poder que se cristaliza na distribuição de direitos e deveres (Bruschini, 1989).

IV) Uma quarta base de nosso método é exatamente a questão do poder, pois ele perpassa todos os outros conceitos, especialmente quando queremos relacionar gênero e trajetória. Utilizamos o conceito de poder em Weber para compreendermos as conformações da trajetória pelo gênero. Encontramos uma definição clássica e muito interessante nesse trecho:

O poder significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade (Weber, 1994: 33).

Por ser um conceito geral, trabalhamos com uma definição mais específica, proposta por Michelle Perrot, na qual explica que o termo poder é polissêmico e tem diferentes significados quando está no singular e no plural:

No singular, ele tem uma conotação política e designa basicamente a figura central, cardeal do Estado, que comumente se supõe masculina. No plural, ele se estilhaça em fragmentos múltiplos, equivalente a “influências” difusas e periféricas, onde as mulheres têm sua grande parcela (Perrot, 1992: 167).

Calcados nessas bases teóricas, desenvolvemos nosso trabalho.

A escolha do objeto recaiu sobre o grupo total de 84 professoras plenas da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, com alto nível de formação acadêmica, reconhecidas e consideradas referências por seus trabalhos e pesquisas. Destas 84 escolhemos uma amostra de 17 professoras para fazermos as entrevistas.

Pareceria a princípio muito estranho estudar mulheres dentro de uma instituição. As primeiras reações que percebi quando comecei a descrever para as pessoas o meu objeto de pesquisa, foram de curiosidade e desconfiança quanto à

importância do tema, pois algumas perguntaram sobre o sentido de se estudar mulheres, e por que somente mulheres?

São várias as justificativas, mas a que julgo mais apropriada é que eu gostaria de poder contribuir para valorizar e destacar o trabalho de profissionais com altíssima competência no desempenho de suas atividades e, mais ainda, de ressaltar suas contribuições para o saber científico produzido dentro da Unicamp, que elas certamente ajudaram a obter, com reconhecimento tanto nacional como internacionalmente.

Gostaríamos de ressaltar que, apesar de existirem diferentes e relevantes trabalhos sobre a relação entre mulheres e ciência, tanto dentro de escolas médicas como dentro da Unicamp, como, por exemplo, o estudo realizado por Velho e Léon (1998), esse tipo de abordagem ainda não foi feito na Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp. Dentro dessa universidade, esse espaço deve ser mais bem estudado, pois, considerando os 40 anos da Unicamp, são vários os acontecimentos dessa história que poderiam ser narrados com as trajetórias das mulheres dentro dessa instituição, sabendo que, em muitos momentos, suas participações foram decisivas no processo de implantação dessa universidade.

Acredito na importância desse estudo, pois por meio dos relatos obtidos pelas professoras³, podemos constatar que a universidade contou com a participação dessas mulheres em sua estruturação; elas lá estão desde a fundação, participaram da construção dos novos departamentos e estavam em cargos de chefia quando decisões sobre a vida acadêmica eram tomadas.

Ressalto também a importância de se valorizar o trabalho feito por essas profissionais que ingressaram na formação de uma instituição de vanguarda e que atingiu reconhecimento nacional e internacional. Todas as minhas entrevistadas são professoras plenas da Pós-Graduação, ou seja,

³A designação professora será amplamente utilizada neste trabalho, considerando-se que essa é a forma mais comum de tratamento na Faculdade de Ciências Médicas entre seus membros e estudantes.

estão habilitadas pela Instituição a orientar alunos, dar aulas e exercer todas as funções dentro desses programas, e, ainda, na maioria das vezes, com reconhecimento e premiação internacional por mais de um de seus trabalhos.

Afinal, a Unicamp, após quarenta anos de pesquisas, estudos, trabalhos e atendimento à população, entra para a História; e a nossa intenção é a de enfatizar o trabalho realizado por mulheres que colaboraram para que a Universidade fosse uma instituição altamente reconhecida.

Os acontecimentos não se passaram tranquilamente, estas são histórias emocionadas e emocionantes. São mulheres que se dedicaram aos seus estudos e à Universidade, trabalhando na formação de novas gerações de pesquisadores, contribuindo com as suas atividades e tornando-se referências para qualquer estudo em suas especialidades. São mulheres que se dedicaram a suas famílias e que, em vários momentos, tinham dificuldades em concatenar suas atividades profissionais com as pessoais. E acreditamos ser nesse ponto que nosso trabalho é enriquecido, quando partimos do princípio de sua condição feminina e que é necessário compreendermos todas as implicações dessa condição.

Essa idéia foi reforçada por uma das minhas entrevistadas, a quem dei o nome de Anita, quando falamos a respeito das restrições que sofrera desde sua formação acadêmica, pelo fato de ser casada e ter filhos. Relembrando suas dificuldades, ela se emocionou bastante, mas, ao final, concluiu a sua história presenteando-me com uma frase que jamais poderei esquecer, como também me lembrarei dessa maravilhosa e doce figura que tive o prazer de conhecer:

“Sabe, eu estou viva!”.

1.1- Justificativa

Esse é o grande mote desse trabalho, a possibilidade de saber que essas mulheres obtiveram vitórias, superaram os obstáculos e criaram novas possibilidades, especialmente para as gerações futuras. Mais que isso, elas nos dão a certeza de que sempre é possível continuar.

Muitas passaram por dificuldades, como Agnódice, que no ano 300a.C., teve que se disfarçar de homem para exercer a medicina. Ela era ginecologista e apenas às mulheres que atendia contava que também era uma mulher. Muitas passaram a procurá-la, pois se sentiam mais à vontade com alguém do mesmo sexo.

Porém, a desconfiança dos outros médicos de que algo estranho estava acontecendo aumentava na medida em que crescia a quantidade de pacientes que ela atendia. Agnódice foi acusada de sedução, escapou por pouco da



execução e sua grande contribuição foi a de abrir espaço para que outras mulheres livres pudessem estudar na Grécia⁴.

Esse medalhão ao lado representa o momento no qual Agnódice foi obrigada a despir-se em público, no Areópago, para provar que era mulher e que por isso tinha tantas pacientes do sexo feminino. Ele encontra-se na Universidade de Paris V - René Descartes e foi esculpida por François-Paul Niclausse. Nele está inscrito: “Agnódice, femme médecin devant l’Aréopage”.⁵

⁴Disponível em: <http://www.healthsystem.virginia.edu/internet/library/historical/artifacts/antiqua>. Acesso em: 05/05/2006.

⁵Agnódice, femme médecin devant l'aréopage. François-Paul Niclausse. Disponível em: www.biomedicale.univ-paris5.fr/photos. Acesso em: 28/02/2006.

Tão importante quanto o estudo da ciência, é o estudo sobre mulheres na ciência. Estudar as mulheres dessa universidade não é apenas um apêndice de meu trabalho, mas o ponto central das discussões atuais sobre a ciência, mesmo que de forma perpendicular. Nessa linha de análise, considerando que dentro da Unicamp é produzida ciência, são fundamentais as questões da inter-relação da ciência e do gênero, bem como sobre a chamada feminização da ciência. Enfatizamos que não estaremos tratando nessa dissertação sobre a forma de produção ou os produtos da ciência, mas compreendemos que a faculdade é um *locus* onde se define e delinea esse processo.

O fato das mulheres estarem ingressando cada vez em maior número nas universidades aponta para a questão de compreendermos se elas estariam contribuindo para um saber que seria diferente daquele até então realizado pelos homens; e mais, se esse saber estaria se refletindo em suas estruturas de trabalho.

Essas questões também são o objeto de vários estudos sobre a participação das mulheres na ciência, pois são pontos de grande importância, aos quais gostaríamos de poder dar relevo ao longo de um novo trabalho, de mais fôlego e de mais profundidade. Aqui me restringirei à descrição de alguns índices dessa diferença como ponto inicial e também como ponto de apoio das relações de gênero na instituição.

Nossa pretensão não é de fazer um levantamento sobre as virtudes femininas no campo da ciência, mas sim dar luz às suas dificuldades e idéias, contribuindo para a compreensão da posição dessas mulheres na Faculdade de Ciências Médicas, instituição que tem por objetivo privilegiar o saber e as competências.

O grupo estudado é constituído por mulheres que viveram no período da emancipação feminina e, direta ou indiretamente, são frutos desse momento “revolucionário”, mas mesmo tendo sofrido influências do ideário feminista, receberam da sociedade um padrão de comportamento que impunha limites à sua

ascensão profissional. Mesmo se em suas famílias, através de seus pais, não tenham sido obrigadas ao casamento e puderam dedicar-se a uma profissão, essa era a tônica social brasileira nos anos 50 e 60.

Nesse período, a formação que as jovens moças recebiam era para se tornarem boas esposas e excelentes mães, ou seja, valorizava-se para as mulheres o trabalho reprodutivo. Aprofundaremos os termos trabalho reprodutivo e produtivo no Capítulo III. Por ora parece-nos apropriado expor que o trabalho reprodutivo é um termo utilizado por Fonseca (Fonseca, 2004) e significa a realização das atividades domésticas pelas mulheres como uma característica natural.

A partir desse padrão cultural, uma questão que nos inquietou era: como essas mulheres conseguiram conciliar o trabalho produtivo e reprodutivo, em síntese, a conciliação do trabalho doméstico com a profissão.

Como puderam dedicar-se em tempo integral aos seus estudos, pesquisas e todas as responsabilidades que advêm dessa atividade, tendo que arcar com todas, ou pelo menos com a maior parte das responsabilidades domésticas? A questão tomou maior vulto quando podemos perceber em seus discursos que elas também não tinham uma fórmula para isso, ou seja, essa questão sobre como conciliar a vida familiar e a vida profissional também esteve presente em seu cotidiano.

Terem conseguido fazer acordos e conciliações interessou-nos sobremaneira e procuramos descrever como foram esses arranjos quando nos ocupamos da questão de gênero. E ainda mais, podemos afirmar que nenhum desses motivos, para essas mulheres, foi suficiente para desistirem. Uma das hipóteses que analisei foi se para essas professoras as condições de maternidade e responsabilidade doméstica têm se alterado e se tais transformações têm, de fato, estimulado, por parte das mulheres, processos de negociação com seus parceiros no que diz respeito ao cuidado dos filhos e à divisão dos trabalhos domésticos.

Somando-se a isso, outros fatos ganham também importância quando se pensa que, ainda hoje, o padrão de família culturalmente aceito corresponde ao homem ser o provedor e a mulher responsável pelos cuidados da casa e dos filhos; mesmo com a crescente participação das mulheres dentro do mercado de trabalho, várias são as colocações que levam em conta esse enredo.

Certamente, concordamos que estarem “vivas” significa terem cumprido uma trajetória, de terem descoberto suas verdadeiras vocações, superado os conflitos e tornarem-se pessoas que puderam fazer algo de relevante para suas próprias vidas e, por consequência, para os outros. Dispusemo-nos a entender seus caminhos e histórias em função de representarem um referencial para as jovens cientistas que ingressam na área, para que acreditem não possibilidade de sua inserção na profissão de cientista.

Essas questões que envolveram toda a estrutura desse trabalho, são as minhas preocupações centrais e espero, ao longo de toda minha investigação, poder dar um pouco mais de clareza aos temas.

Trata-se de uma pesquisa que considera as reflexões das mulheres acerca da conciliação do trabalho produtivo - nesse caso podemos também considerá-lo científico - com o reprodutivo. Esse conceito de trabalho científico não se limita aos números, ou seja, a quantidade de publicações, como usualmente se faz para medir a produção científica, mas às estratégias que as mulheres utilizaram para poderem concorrer e manter-se em igualdade de condições acadêmicas. Nesse caso, analisar a conciliação significa considerar outros fatores que influenciam a vida acadêmica, como, por exemplo, a utilização do tempo no trabalho realizado pelas mulheres, a forma de orientar seus alunos, entre outros temas estudados no decorrer de nosso trabalho. A minha grande preocupação foi a de dar visibilidade ao trabalho das mulheres, trabalho esse que muitas vezes não se restringe somente às horas despendidas dentro da universidade, mas se estende pelas madrugadas e nos cuidados de sua família.

1.2- Metodologia - Construindo a pesquisa

A metodologia que adotamos nesse trabalho foi qualitativa. Na primeira parte da investigação, utilizamos as informações constantes na Plataforma Lattes, e, na segunda, realizamos nosso trabalho de campo através de entrevistas focadas.

De acordo com Minayo (2004: 121), “quando se trata de apreender sistemas de valores, de normas, de representações de determinado grupo social, ou quando se trata de compreender relações, o questionário se revela insuficiente”.

Como buscamos nessa pesquisa justamente esse tipo de dado, empregamos, como fonte de informações, dois métodos complementares:

O primeiro: entrevistas semi-estruturadas, utilizando, parcialmente, como modelo, as entrevistas focadas – “focused interviews” - propostas por Merton (Merton, Fiske *et al.*, 1956: 3). Essas entrevistas buscaram recuperar as histórias de vida das mulheres pesquisadas.

Esse tipo específico de “enquete” parece-nos mais apropriado, pois reúne um grupo de características que exploraremos durante a pesquisa, a saber:

- As pessoas entrevistadas estiveram envolvidas em uma situação particular (serem professoras numa faculdade de ciências médicas).
- A entrevista será focada nas experiências subjetivas das pessoas envolvidas na situação previamente analisada, com o objetivo de entender as suas definições daquela situação.

Nessas entrevistas, levamos em conta, como nos ensina a metodologia da entrevista focada de Merton, um conjunto de conhecimentos prévios sobre o tema e que traçaram o *foco* do trabalho, a direção e o caminho mínimo imprimidos pelo entrevistador ao discurso do entrevistado.

No Apêndice 2, apresentamos um roteiro de entrevista e uma seleção dos grandes núcleos temáticos a serem investigados. No Apêndice 1 o termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a Pesquisa.

Como já assinalamos, realizamos uma análise da trajetória pessoal de cada pesquisadora, por meio do tipo de técnica chamada de história de vida, pois através dela podemos entender as histórias pessoais das professoras envolvidas.

Através dessa metodologia, almejamos atingir uma compreensão melhor do universo dessas professoras, adotando como objetivos aqueles propostos por Minayo (2004: 122):

- a) A descrição do caso individual;
- b) A compreensão das especificidades culturais mais profundas dos grupos;
- c) A comparabilidade de diversos casos.

Isso tudo será desenvolvido ao longo de nosso trabalho, pois se trata de um dos pontos principais de nossa dissertação.

Como forma de apresentação de nossas discussões, trabalhamos com as entrevistas como um conjunto: selecionamos falas representativas para compormos um quadro de significados articulados e trançados na forma de um texto. Nesse texto, procuramos seguir as argumentações, as contradições, com suas lógicas e suas relações com as teorias.

Valemos-nos das entrevistas semi-estruturadas, utilizando, parcialmente, como modelo as entrevistas focadas – “focused interviews” - propostas por Merton e colaboradores (Merton, Fiske *et al.*, 1956). Essas entrevistas buscaram recuperar as trajetórias das mulheres pesquisadas. Tinham como núcleo os seguintes pontos:

- *História e situação econômica da família de origem;*
- *Escolha da profissão;*
- *FCM da Unicamp – relações entre gênero e poder;*
- *Família e trabalho;*
- *Ciência e feminino;*

Para podermos analisar o material, foi construído o *corpus*, por meio de agrupamento das entrevistas, de acordo com as características comuns, como sugere Minayo (2004). Dessa análise, surgiram as seguintes categorias:

- ✓ Família e filhos;
- ✓ Tempo social;
- ✓ Casamento;
- ✓ Atividades acadêmicas;
- ✓ Produção e ciência.

Como parte de nossas estratégias de pesquisa, lançamos mão da Análise de Conteúdo. As análises de conteúdo são análises temáticas, em torno de categorias relacionadas à ciência e à prática científica adequadas ao modelo de entrevistas focadas, utilizado nesta dissertação (Bardin, 1979).

Não criamos categorias novas a partir da análise do material das entrevistas, pois constatamos que elas já existiam na literatura de gênero, porquanto elas correspondiam, majoritariamente, às já pré-existentes nesses estudos e que, de certa forma, são tradicionais e recorrentes dentro da área, mesmo se atualizadas correntemente.

Essas categorias foram sintetizadas, analisadas e agrupadas nas três dimensões do *habitus*.

- A primeira dimensão refere-se ao *habitus* primário, ou seja, a análise das trajetórias femininas de suas famílias de origem até a escolha de uma profissão e a inserção na Faculdade de Ciências Médicas. Esse seria o período da socialização primária. Essa dimensão será mais bem explicada no Capítulo II, Mulheres e trajetórias.

- A segunda dimensão, a do *habitus* secundário, estaria contida na formação profissional das professoras e suas relações com a academia; no Capítulo IV, traduzimos Ciência como vocação e aprendizado.
- Enfim, na terceira dimensão, a do *habitus* terciário, as análises de gênero foram contempladas no Capítulo III, Questão de Gênero.

Esses são os principais pontos que nortearam o nosso trabalho e que, esperamos, estejam bem articulados. Realizaremos em momento oportuno um aprofundamento de todas as outras categorias e conceitos que não estão discutidos até aqui. Nossa intenção foi a de deixar bem claro nossa pergunta central, metodologia e quadro de referência teórico.

1.3- Seleção das professoras

Tendo esse quadro de referência teórico, claro e objetivado, selecionamos 20 professoras plenas dos cursos de Pós-Graduação da FCM.

Consultamos todos os Currículos da Plataforma Lattes dessas professoras, que serviram como ponto de partida para estruturar as questões das entrevistas. Dessas vinte professoras, pudemos efetivamente entrevistar dezessete; três professoras não entraram na nossa pesquisa, pois não conseguimos encontrar datas e horários adequados.

A escolha das áreas de concentração dentro de Programas de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Médicas deve-se ao fato de que as práticas científicas estão condicionadas pelos objetos de estudo, pela hierarquia profissional de cada área de pesquisa, aos métodos aplicados em cada uma dessas linhas. Assumimos que cada tipo de área é caracterizado por um número finito de procedimentos, atitudes, modos de fazer, regras e preceitos que a difere de outras áreas de pesquisa. A idéia, então, é a de um “artesanato intelectual”, ligado a uma tradição histórica e a um *modus operandi* específico de cada tipo de

investigação, passado e ensinado na Pós-Graduação através do contato direto e contínuo entre os professores e alunos.

Esses Programas de Pós-Graduação conformam o próprio modo de recrutamento, seleção, atração, legitimação científica, formação de grupos menores e centrados na figura de alguns grandes pesquisadores. Além disso, através desses Programas são selecionados os projetos – grandes ou pequenos, as alocações de verbas para pesquisa – tanto da instituição, como de outras instâncias maiores de financiamento, e são agregadas, às vezes, equipes multidisciplinares.

Não faremos um estudo sobre a especialidade médica, não analisamos essas mulheres em função de suas práticas, ou mesmo tendo como parâmetro seus respectivos departamentos. Utilizamos essa escolha para facilitar a nossa visualização das profissionais dentro de suas áreas de atuação. Como situamos no início dos nossos objetivos, a nossa investigação toma como universo as professoras da Faculdade de Ciências Médicas, mas não em função de suas diferentes características de formação acadêmica e profissional.

Para compreendermos a distribuição das professoras e dos professores em suas áreas de concentração, elaboramos a tabela abaixo, com fins didáticos, pois nosso objetivo era a visualização numérica de homens e mulheres que fazem parte da Pós-Graduação, para depois retirarmos a nossa amostra.

Selecionamos na Tabela 1 somente os professores plenos, excluindo professores participantes e visitantes, dentro dos Programas de Pós-Graduação e, dentro de cada Programa, cada área de concentração.

Tabela 1- Distribuição dos professores da Pós-Graduação por área de concentração em termos absolutos e percentuais.

Programa de Pós-Graduação Área de Concentração	Valores Absolutos			%
	Homens	Mulheres	Total	Total da Pós
Clínica Médica	14	8	22	10,0
Cirurgia	11	1	12	5,5
Ciências Médicas	29	32	61	27,7
Anatomia Patológica	3	4	7	3,2
Genética Médica	2	6	8	3,6
Neurologia	6	7	13	5,9
Oftalmologia	3	2	5	2,3
Otorrinolaringologia	2	1	3	1,4
Patologia Clínica	7	11	18	8,2
Saúde Mental	6	1	7	3,2
Enfermagem*	3	18	21	9,5
Farmacologia	7	9	16	7,3
Fisiopatologia Médica	10	6	16	7,3
Saúde da Criança e Adolescente	12	9	21	9,5
Saúde Coletiva	12	9	21	9,5
Tocoginecologia	20	10	30	13,6
Total	118	102	220	100%

Fonte: (Unicamp, 2005). *Catálogo dos Cursos de Pós-Graduação 2005: stricto sensu.*

*O curso de Enfermagem constitui um caso a parte se levarmos em conta as suas especificidades e características, portanto não faz parte da população a ser estudada.

Quando analisamos essa tabela podemos perceber que, excetuando a cirurgia, que aponta para uma alta concentração masculina, as outras áreas de concentração têm uma distribuição mais equilibrada. Nossa intenção ao confeccionarmos essa tabela foi a de verificar qual a distribuição entre os sexos, apesar de serem necessários, nesse caso específico, estudos que possam avaliar

de forma mais profunda esses números, pois, no caso da tocoginecologia, um local feminino, encontramos vinte homens e dez mulheres.

Para essa avaliação, existem alguns estudos aprofundados sobre profissões médicas e feminização da medicina que ajudariam a discernir os fatores que afetam essas características de cada especialidade, como o de Marie Jaisson (1995)⁶. Seria esse ponto uma importante investigação em futuros estudos dentro da faculdade de medicina e uma estratégia válida para analisarmos a relação entre gênero e especialidades médicas. Por ora, basta-nos expor esses dados.

Com base nessa primeira divisão, realizamos a separação, no Quadro 1, por grupos de especialidades médicas. Embora o corpo docente tenha diferentes profissionais, como sociólogas, biólogas, psicólogas etc., o quadro de referência refere-se às especialidades médicas clássicas por grupos, nas quais estão incluídos os profissionais acima referidos. Adaptamos a divisão proposta por Machado (1997) em seu estudo sobre a profissão médica, baseada no modelo de Díaz-Jouanen, onde se considera a natureza e o processo de trabalho médico para elaborar uma visualização referente à Faculdade de Ciências Médicas, de acordo com as especialidades.

Desses professores, retiramos as mulheres que fazem parte dos quadros de Pós-Graduação como professoras plenas, conforme podemos ver no quadro sobre a seleção das entrevistadas de acordo com suas especialidades:

⁶Ver também Jaisson, Marie. El aprendizaje social y la condición humana. *Empiria*, v.4, p.11-41. 2001.

Quadro 1- Seleção das entrevistadas de acordo com o grupo de especialidades médicas e departamentos.

Especialidades Médicas classificadas por Grupo	Valor Absoluto	Seleção
Grupo I – Cognitivas		
Clínica Médica	08	2
Genética Médica	06	1
Neurologia	07	2
Saúde Coletiva	09	2
Saúde da Criança e Adolescente	09	2
Psicologia Médica e Psiquiatria	01	1
Subtotal	40	10
Grupo II – Técnico-cirúrgicas e de habilidades		
Cirurgia	01	1
Subtotal	01	1
Grupo III – Intermediárias		
Oftalmotorrinolaringologia	03	1
Ortopedia e Traumatologia	00	0
Tocoginecologia	10	2
Subtotal	13	3
Grupo IV – Tecnológicas e Burocráticas		
Anatomia Patológica	04	1
Farmacologia	09	2
Patologia Clínica	11	2
Fisiopatologia	06	1
Subtotal	30	6
Total	84	20

Fonte: (Machado, 1997) e (Unicamp, 2005).

Esse quadro permitiu-nos a escolha do número de professoras que comporia nossos estudos. Para a escolha das mulheres, criamos uma lista das pesquisadoras em ordem alfabética, dentro de suas áreas de concentração, após esse procedimento, a escolha foi feita.

Todas são interlocutoras privilegiadas, pois, para serem professoras plenas⁷, devem comprovar e preencher os critérios propostos pelo departamento responsável pelos programas de pós, como número de publicações, mínimo de horas aulas, desenvolvimento de linhas de pesquisa e outros critérios.

Nenhuma de nossas entrevistadas é solteira, mas não fechamos a possibilidade de também podermos estudar mulheres que decidiram não se casar ou, ainda, a não terem filhos. Acreditamos que enriqueceria muito o nosso trabalho.

Na tentativa de entender como se traçaram as trajetórias e os projetos de vida de mulheres que são professoras plenas dentro de uma faculdade de ciências médicas, é muito importante levantar o maior número de variáveis possíveis dentro do contexto no qual estão inseridas. Para isso, privilegiamos algumas categorias, como, por exemplo, suas relações com a universidade, a família e o trabalho e, dentro dessas categorias mais gerais, buscamos os conceitos que possibilitaram essas análises. Enfim, a relação com a teoria ajuda-nos a compreender e discutir essas variáveis, levando em consideração a singularidade das nossas entrevistadas, pois todas são mulheres que, mesmo pertencentes a grupos sociais específicos, ainda assim mantêm sua individualidade. Já expusemos algumas de nossas principais definições na introdução de nosso trabalho, pois acreditamos que a metodologia e a forma como trabalhamos os dados são muito importantes.

Este estudo está sendo realizado dentro de uma perspectiva sociológica, e assim os estudos de gênero comporão nossos trabalhos, auxiliando-nos e proporcionando-nos a base de nossas análises. Além disso, compreendemos ser importante apropriarmos-nos dos estudos antropológicos e históricos, pois compreendemos que é necessário o entendimento do contexto

⁷Professor Pleno é aquele que a Instituição autoriza a participar dos Programas de Pós-Graduação, baseada em critérios estabelecidos por cada departamento e pelas regras gerais da Universidade.

histórico e cultural para podermos abordar a relação entre as falas e a teoria dentro de determinadas perspectivas, como, podemos citar, o *habitus* e o próprio gênero.

Por fim, gostaríamos de salientar que não estudamos *a mulher* como uma categoria fixa, com uma única definição, desvinculada de seu tempo histórico, cultural, econômico, ou, ainda, social, pois acreditamos na importância da inserção das mulheres dentro de outros conceitos e categorias. Quando inserimos a mulher nesse campo mais amplo, a reflexão sobre homens e mulheres ganha um aspecto relacional, implicando inclusive suas diferenças culturais e históricas, levando-nos a reavaliar suas relações de poder fundamentadas sobre as diferenças concebidas entre eles, como propõe Joan Scott. (1994).

No momento a seguir gostaríamos de contar a forma como a pesquisa desenvolveu-se.

1.4- Primeiros encontros

Marcamos as entrevistas pela internet, utilizando e-mails, com uma carta de apresentação de nosso projeto e com o objetivo da pesquisa. Na grande maioria, recebemos respostas afirmativas: todas as professoras nos responderam, mesmo que fosse para colocar o motivo de sua impossibilidade, normalmente porque estavam no exterior ou em função de agendas lotadas, mas nenhuma recusa em participar de nosso estudo. Muitas nos pediram para que levássemos nosso projeto e a autorização do comitê de ética.

Todas foram receptivas à nossa pesquisa e muito solícitas em fornecer dados que pudessem nos auxiliar a compreender melhor suas trajetórias (por exemplo, emprestando memoriais), disponibilizando seu tempo para outros momentos de entrevista, caso alguma questão não ficasse clara e, ainda, algumas se mostraram curiosas em saber como a pesquisa iria se desenvolver ou

mesmo sobre como trataríamos alguns aspectos mais sigilosos de suas falas, que foram gravadas, a partir de um roteiro semi-estruturado (Apêndice 2).

As entrevistas foram realizadas nos meses de outubro e novembro de 2005, o dia e o local foram definidos pela própria professora, normalmente em suas próprias salas ou em locais de suas atividades profissionais, com exceção de duas profissionais: uma professora estava afastada por problemas de saúde e, por esse motivo, a entrevista foi marcada em sua casa; outra participaria de um congresso na Europa, e marcamos nossa entrevista na França. O tempo médio de duração de uma entrevista variou entre uma hora e trinta a no máximo três horas e meia de entrevista.

O meu objetivo era um total de 20 mulheres. Sorteamos um número maior, considerando a possibilidade de perdas e com o objetivo de me aproximar de um universo representativo.

Ao todo, foram dezessete depoimentos, que totalizam mais de trezentas páginas transcritas, o que acredito ser material suficiente para uma análise sobre trajetória e suas relações com o gênero.

A utilização de um roteiro semi-estruturado de perguntas contemplava a nossa intenção de, num primeiro bloco, identificar a história de vida da professora, seu local de nascimento, sua idade e dados sobre sua família de origem e, ainda, sobre sua formação acadêmica. Esse era o tópico do primeiro núcleo.

No segundo núcleo, a nossa preocupação era saber quais tinham sido os motivos da escolha da profissão, as influências recebidas, as pessoas que foram fundamentais em suas escolhas profissionais. A idéia era buscar, na memória das entrevistadas, elementos fundamentais da sua trajetória.

No terceiro núcleo, perguntávamos pela relação entre a Unicamp e suas escolhas profissionais, a relação entre essa universidade e sua atuação profissional, comparando seu trabalho ao dos homens e se as questões de prestígio são as mesmas entre homens e mulheres dentro dessa instituição.

E ainda procuramos saber se ela sentiu, em algum momento, se haveria grandes diferenças entre as trajetórias no caso dos homens.

No bloco seguinte, as questões de gênero ganham corpo e a nossa preocupação volta-se para a família e o trabalho. Como elas conseguiram conciliar o trabalho doméstico e a maternidade com as atividades profissionais; seu relacionamento com o marido em relação às tarefas domésticas e os cuidados com os filhos. Suas relações com orientadores e orientados, suas preferências de trabalho com homens ou mulheres. Sobreretudo sobre as possibilidades de conciliar todas as suas responsabilidades com cargos diretivos.

Para finalizar, a compreensão que elas têm sobre a ciência, o que elas acreditam ser o perfil de um bom pesquisador e se essas qualidades podem ser aprendidas ou se são natas no indivíduo. Concluindo, eu as provocava, colocando em discussão a possibilidade de uma ciência no feminino ou numa ciência feita só por mulheres, se isso seria possível ou mesmo desejável dentro da academia.

Mesmo com um roteiro semi-estruturado, muitas vezes senti-me desamparada frente à riqueza de dados e, por muitas vezes, extática e estupefata com a confiança que algumas mulheres faziam de suas trajetórias e que me fizeram pensar em outros caminhos, não previstos anteriormente. Nesses momentos, deixava a conversa seguir o rumo imprevisto e, depois, retomava o roteiro. A grande propriedade desse roteiro é que possibilitou às mulheres expressar uma consciência reflexiva, narrando os fatos que lhes aconteceram e re-interpretando as situações, as opções e seus conceitos.

Além desse fato, o roteiro pôde nos auxiliar na visualização dos principais pontos a serem analisados e discutidos. Foi através de sua estrutura que pudemos separar e analisar as falas por tópicos, facilitando o trabalho de interpretação do conteúdo.

Como forma de não perder nenhuma informação e sensação relevantes, imediatamente após cada entrevista gravava as minhas impressões, o local e as condições nas quais as entrevistas foram realizadas, e as reações de

algumas professoras frente às minhas perguntas⁸. Isso foi um excelente auxiliar em minhas leituras posteriores, pois existiram momentos na pesquisa que não poderiam ser captados somente pela fala ou pela transcrição, momentos dos quais nem sempre somos capazes de recordar.

Eu mesma fiz as transcrições, o que facilitou uma segunda leitura e a interpretação. Enviei a cada professora o texto transcrito, para uma segunda avaliação, antes de efetivamente trabalhar sobre eles.

Depois dessa segunda autorização, reli todos os textos de maneira exaustiva, para a apreensão das idéias centrais, marcando as passagens que julgava mais interessantes e o que, segundo elas, eram as dificuldades enfrentadas. Esse caminho foi seguido na tentativa de me aproximar das questões que poderiam reorganizar o problema central da pesquisa ou até mesmo refutar a idéia primeira, buscando, assim, definir temas, em concordância com as questões básicas propostas em minha dissertação. Minayo (2004) afirma que essa atividade ajuda na construção de categorias empíricas que serão confrontadas com as categorias analíticas centrais preestabelecidas.

Foi construído o *corpus*, por meio de agrupamento das entrevistas de acordo com as características comuns, como sugerido por Minayo (2004). Desse trabalho, surgiram as seguintes categorias: família, filhos, tempo, casamento, pesquisa, produção e ciência. Essas categorias foram sintetizadas, analisadas e agrupadas a partir de três dimensões que atravessaram todo o nosso percurso de análise dos discursos e foram relacionadas sistematicamente com as categorias surgidas das entrevistas: trajetórias das mulheres dentro da Faculdade de Ciências Médicas, as mulheres e a ciência e as análises de gênero.

⁸Uma ferramenta muito importante e enfatizada no grupo de estudo de Análise Institucional, com a Profa. Dra. Solange L'Abbate é a anotação de todas as impressões e sensações que se tem na situação de pesquisa.

A análise de conteúdo temático foi feita. Realizamos a uma leitura exaustiva do material e classificamos esse material por regularidades sistemáticas, repetições de assuntos e de temas.

Não foram criadas novas categorias, mas utilizamos as já dadas na literatura de gênero em concordância com os relatos das entrevistadas. Salvo algumas exceções, a maioria dos problemas abordados repete-se sistematicamente.

Para poder manter o anonimato, escolhi vinte nomes de mulheres. Escrevi todos em um papel, recortei e coloquei dentro de um recipiente; fiz o mesmo com o nome verdadeiro das pesquisadoras. Para cada nome, eu retirava um papel com seu pseudônimo. Excetuando uma professora, obtive suas autorizações para que eu usasse seus nomes verdadeiros, mas por uma questão de ética mantive o caráter confidencial das informações, não as nominando no corpo do trabalho.

1.5- Estrutura desta dissertação

Feitas essas considerações, explicitaremos a seguir, como trabalhamos em cada capítulo e os objetivos parciais de cada um deles.

No Capítulo I, traçamos as principais teorias que serviram de base para as nossas análises, explicitamos nosso marco teórico e as principais correntes de pensamento que nos permitiram fazer uma análise dos discursos das mulheres que fazem ciência dentro da Faculdade de Ciências Médicas. Enfocamos os principais autores e conceitos trabalhados, apresentamos os critérios para à definição dos sujeitos entrevistados, os procedimentos utilizados na coleta dos dados e na análise das entrevistas. Nossa principal preocupação foi quanto à definição clara de como delimitamos o nosso objeto de estudo e, ainda mais, como foi feita a análise desse objeto. Explicitamos também como foram escolhidas as nossas entrevistadas e a coleta de dados.

Partindo dessas premissas, dedicamos todo o Capítulo II ao estudo das trajetórias. Começamos a estudar mais de perto a origem familiar dessas pesquisadoras e, depois, a forma de entrada dessas mulheres na universidade. Iniciamos com a família, pois consideramos que a vivência familiar influencia não só sua identidade de gênero, mas também o significado para a sua futura família e para a relação conjugal, suas redes sociais e, especialmente, suas escolhas de uma área no campo das ciências biológicas. Propomos que o fato de serem oriundas de determinados extratos sociais e com um *habitus* referente a esses meios de origem favoreceu a entrada delas na academia.

Continuando nessa análise, precisamos de uma abordagem sobre a Faculdade de Ciências Médicas que contribua para um melhor entendimento dessa faculdade. Escolhemos analisar as trajetórias dessas mulheres como exemplares o processo de desenvolvimento dessa instituição, considerando os princípios éticos e científicos que vêm norteando a Universidade desde a sua criação.

Temos, como fonte teórica principal, as discussões propiciadas por estudos produzidos a partir das análises de gênero. Esses estudos abordam a situação política, social, econômica e cultural da mulher dentro da sociedade em determinados períodos históricos e promovem uma ampla reflexão sobre os temas mais pertinentes a essa condição. A teoria de gênero não é uma teoria desligada da realidade empírica, pois constatamos nos discursos das professoras entrevistadas a convergência para esses temas desenvolvidos pelos estudos de gênero.

Isso surge com muita intensidade no Capítulo III, no qual, quanto mais estudávamos seus discursos, mais precisamente ia se delineando nosso caminho para tratar sobre o trabalho reprodutivo, maternidade, casamento e as demais características que social e historicamente definem o papel da mulher na sociedade.

Essa possibilidade surgiu, assim, do próprio discurso das mulheres entrevistadas. Seus discursos enfatizam o trabalho reprodutivo como sendo um trabalho que a sociedade espera e determina que seja realizado pelas próprias mulheres, mesmo que elas trabalhem e garantam junto com seus companheiros o sustento da família. E, em decorrência dessa expectativa, tornou-se uma responsabilidade que elas encararam como uma tônica em suas trajetórias, ou seja, elas tiveram que bem conciliar suas atividades profissionais e familiares. Como, por exemplo, o cuidado com os filhos constituiu uma atribuição de sua quase exclusiva responsabilidade, mesmo quando elas puderam contar com maridos que as auxiliaram, mães, pais, babás e até mesmo creches e escolas. Conseguir conciliar o trabalho produtivo e reprodutivo, as contradições entre fazer aquilo em que acreditavam e o que lhes era socialmente imposto e resolver os problemas práticos e rotineiros pertinentes aos filhos e à sua casa, perpassaram todos os conteúdos, sendo a principal fonte de discussão.

Como conseqüência, julgamos necessário também desenvolver o tema sobre a família e casamento, pois é uma das instituições na qual muitas mudanças vêm acontecendo, algumas mais claras e perceptíveis, outras que dependeriam de estudos mais aprofundados. Neste aspecto, destacamos a literatura sobre as famílias de camadas médias, pois a grande maioria dessas mulheres entrevistadas pertence a esse grupo social. Ainda, procuramos desvelar os conflitos e as ambigüidades que a experiência da maternidade representou para essas mulheres, bem como os processos de negociação entre os casais para que conseguissem desenvolver seus trabalhos de pesquisa dentro da universidade.

Queremos ressaltar a importância de algumas teorias que, por isso, ganham destaque especial. O “care” e o “invisível trabalho doméstico” são temas atuais e representam uma nova linhagem de estudos que buscam colocar em relevância e evidência características ditas femininas até agora pouco exploradas.

No Capítulo IV, enfatizamos a universidade como local de produção científica. Sob essa ótica, alguns grandes temas inerentes a um estudo como esse afloram: um primeiro, se o aumento de mulheres nas carreiras científicas mudou a

forma de se fazer ciência ou se houve uma adequação delas em função de suas “novas atividades”. Nossa busca concentrou-se em tentar compreender como foram suas inserções e trajetórias dentro da área da pesquisa acadêmica. Ser professora de uma instituição ainda é uma “atividade feminina”. No entanto, além de serem professoras, essas mulheres desenvolvem pesquisas em áreas conhecidas como “hard”, desenvolvem projetos e estão à frente de muitas descobertas na área da saúde; enfim, produzem ciência.

Além disso, não podemos deixar de enfatizar que elas prestam atividades de extensão universitária, também conhecidas como atividades de assistência. Sem exceção, todas as médicas trabalham com atendimento no Hospital de Clínicas da Unicamp, através de plantões, atendimento em consultas e em cirurgias; no caso das não médicas, no atendimento de populações carentes, na elaboração e execução de projetos e campanhas. Somam-se às atividades de extensão, docência e pesquisa os cargos administrativos que, em algum momento de suas vidas, tiveram que assumir, pois eles também fazem parte de suas atribuições universitárias.

Assumimos como pano de fundo que o desenvolvimento histórico das sociedades modernas está claramente imbricado, sobretudo, nas sociedades contemporâneas, na função estratégica da ciência e de suas aplicações tecnológicas. No entanto, estamos interessados nas práticas de pesquisa realizadas pelas mulheres; em equipe, na instituição pesquisada, além das práticas de ensino e extensão universitária. As perguntas giram em torno de como elas sentem as questões relacionadas à ciência em geral, e, em particular, a respeito da ciência realizada por mulheres, como se reflete no reconhecimento e na avaliação esse processo de feminização da ciência.

E, por fim, fazemos uma reflexão, à guisa de conclusão, pois não ousamos falar em constatações definitivas, sobre as nossas expectativas e as revelações das entrevistas, destacando as possibilidades das relações de gênero, de trabalho e de maternidade, dentro da academia.

CAPÍTULO I - Conceitos principais

*Para pintar, escrever ou fazer equações,
é preciso estar inteiro em si mesmo, dobrar-se sobre si mesmo,
em si, e fechado ao mundo exterior.
Egocentrismo revoltante, que se torna quase obsceno,
quando se trata de uma mulher.*

Elizabeth Badinter.

O conceito de ciência tem sido discutido e analisado ao longo do tempo e por vários pensadores, e não nos caberia, neste espaço, avaliar e investigar todas as suas definições. Ensaaiemos um leve esboço dessas grandes linhas de análise e situaremos nossa posição.

Podemos citar, de acordo com Merton (1970a: 652), quatro usos para o termo ciência:

- Um conjunto de métodos característicos por meio dos quais os conhecimentos são comprovados,
- Um acervo de conhecimentos acumulados, provenientes da aplicação desses métodos,
- Um conjunto de valores e costumes culturais que governam as atividades chamadas científicas,
- Qualquer combinação dos itens anteriores.

Dentro dessas várias acepções, interessa-nos a terceira, especificamente os valores e costumes que regem as relações entre gêneros no campo científico. De qualquer maneira, estamos inseridos na tradição de estudos da chamada sociologia da ciência.

A sociologia da ciência, reflexiva por definição, é, assim, condição de base para qualquer esforço de pesquisa empírica ou teórica, sendo uma necessidade cada vez mais presente nas sociedades modernas.

Podemos defini-la, nos termos de Merton (1970b: 631), como um ramo de estudos voltado a entender “o ambiente social desta classe particular do conhecimento [ciência] que provém da experimentação e observação controladas e voltadas para elas”.

De forma parecida, sociologia da ciência é aquele ramo do saber que “estuda o modo pelo qual a pesquisa científica e a difusão do conhecimento científico são influenciadas pelas condições sociais, e, por seu turno, influenciam o comportamento social” (Ben-David, 1970: 1).

Essas relações foram significativamente abordadas a partir do fim da II Grande Guerra Mundial, sobretudo com as contribuições da sociologia norte-americana, representada pela figura de Parsons. Mas foi Robert Merton o grande teórico desse novo olhar para o campo científico, sobretudo ao procurar estabelecer os parâmetros estruturais das relações ciência-sociedade. Para ele, o objeto da sociologia da ciência era justamente “a interdependência entre a ciência, como atividade social em movimento que faz nascer produtos culturais e de civilização, e a estrutura social que a envolve” (Merton, 1970b: 631).

Para entendermos as relações entre a ciência e o universo das mulheres ou ‘do feminino’, debruçamo-nos em algumas categorias centrais que serão descritas e aprofundadas a seguir; ao mesmo tempo, procuramos relacionar essas categorias com a categoria de gênero.

1.1- Habitus

Inseridos dentro da perspectiva teórica da Sociologia do conhecimento e da ciência, realizaremos um estudo de gênero embasado no instrumental da sociologia. Nosso marco teórico principal será o referencial da teoria da práxis de Pierre Bourdieu, centrada no conceito de *habitus*, aliada às discussões de gênero e suas categorias. Como já definimos anteriormente, segundo Pierre Bourdieu, podemos compreender o *habitus* da seguinte maneira:

Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem os *habitus*, sistemas de disposições duráveis e transferíveis que funcionam como princípios geradores e organizadores das práticas e das representações que podem ser objetivamente adaptados a seus fins sem supor a intenção consciente desses fins e o controle expresso das operações necessárias para atingi-los, objetivamente regrados e regulados sem serem em nada o produto da obediência a regras, e coletivamente orquestrados sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (Bourdieu, 1980: 89).

Para compreender os conflitos entre os pesquisadores e as lutas concorrenciais pela legitimidade científica e as estratégias individuais ligadas a uma trajetória de vida, pensamos ser muito mais fértil a utilização do instrumental analítico de Pierre Bourdieu, especialmente como podemos avaliar pela definição acima, o conceito de *habitus*.

De acordo com Bourdieu, a idéia de uma comunidade de cientistas homogênea e universal, portadora de um *ethos* científico idealizado, como o proposto por Merton, não corresponde ao mundo social. Para tanto, esse autor propõe a idéia de espaços sociais determinados por lógicas relativamente autônomas e apartados simbólica e institucionalmente de outros espaços sociais. Esses espaços são definidos como “campo”, cuja melhor definição parece ser a que se segue, fornecida pelo autor:

Espaços estruturados de posições (ou postos) cujas propriedades dependem de sua posição nesses espaços e que podem ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)
(Bourdieu, 1983).

O conceito de *habitus* refere-se a todas as influências que os indivíduos recebem na sociedade; elas marcam os padrões de comportamento, quer eles sejam sociais, culturais e mesmo as ações práticas. Essa colocação de Pierre Bourdieu é importante para se compreender o conceito de gênero, pois, segundo Scott (1988), na sociedade construiu-se um lugar social e cultural para o homem e outro para a mulher. O que se pretende quando se faz uma análise baseada em gênero é procurar elementos que descortinem esses lugares onde se delimitaram suas funções, atitudes, comportamentos e preconceitos em função de pertencerem a um ou outro sexo. Ainda, tem-se como importante compreender as relações de poder que envolvem os atores sociais, quer sejam homens ou mulheres, para que possamos desconstruir e trazer à luz as definições sobre o que é ser feminino para a sociedade e, nesse ponto, julgamos ser significativo o conceito de *habitus* de Bourdieu.

A proposta de Bourdieu é desvelar a naturalização das relações, ou seja, as formas pelas quais se implantam as disposições. As disposições são uma tendência de reagir, de maneira socialmente construída, muitas vezes impensadamente, a situações. Para ele, a naturalização das relações estaria presente com mais força nas instituições, como na família, na escola, no mercado de trabalho, enfim em todos os lugares de reprodução social e mesmo de transformação das relações. Em seu trabalho etnográfico sobre a sociedade Cabila, constatou que o *habitus* da dominação estava tão impregnado na produção e na reprodução do modelo dominante, que seria um fator que dificultaria e muito as possíveis transformações das relações de poder. Nessa situação, pensar em mudanças ou resignificar coisas que já estavam pré-estabelecidas, tornar-se-ia difícil, porém não seria impossível (Bourdieu, 1999).

Explicando melhor, a postura de Bourdieu não nega os espaços políticos e sociais já ‘conquistados’ e sobretudo percebemos que suas análises procuram compreender os mecanismos da dominação e não sugerir sua manutenção, nem mesmo mostrá-la como intransponível, pois quando compreendemos os meios da opressão fica mais fácil transgredi-la e superá-la.

Em uma análise mais geral da obra de Bourdieu, percebemos que o autor empenhou-se em analisar o comportamento, as posturas, a relação da sociedade com relação à habitação, à alimentação e à linguagem, pois acreditava que por meio desses tópicos seria possível compreender as “expectativas coletivas” e o quanto elas podiam ser “auto-excludentes”. Ou seja, muitas vezes os indivíduos acabam reproduzindo essas expectativas e, ao procurar manter espaços menos conflituosos, fazem suas escolhas por determinadas profissões e carreiras.

A maioria das mulheres que entrevistamos tinha em comum o fato de ter escolhido uma profissão que tem como base o “care”⁹, ou seja, o cuidar, provavelmente um espaço menos conflituoso, pois essa capacidade de “cuidar”

⁹Sobre as relações entre “care” e *habitus* trataremos mais detalhadamente no capítulo II.

esteve sempre associada com uma “natural” aptidão feminina. A partir dessa informação, poderíamos pensar no *habitus* como a estrutura estruturante dessa escolha, onde a classe social de suas famílias de origem e os valores nelas incorporados exercem toda sua força, mas não as impede de traçarem suas trajetórias de acordo com suas próprias expectativas.

Ainda mais, o processo de mudança estaria ainda ligado a uma nova orientação das experiências do mundo social, de novos modelos que levassem ao rompimento dos esquemas tradicionais de escolhas profissionais. Essas mulheres que participaram da minha pesquisa, mesmo tendo sofrido influência do *habitus* e suas disposições inerentes, assumiram novos papéis que não eram comuns em suas épocas e podem ser tidas como precursoras e modelos dentro de uma área. Esses novos papéis podem ser comprovados quando tomaram a atitude de deixarem a casa dos pais para poderem estudar em outras cidades, de terem morado sozinhas, casado com idade maior que a média das mulheres de seu tempo e ainda produzirem conhecimentos dentro de uma instituição, através de suas pesquisas e suas orientações de dissertações e teses.

Hoje em dia, podemos perceber que alguns valores relativos às formas de se ver a mulher que faz ciência foram mudados. A representação da mulher cientista normalmente associa a profissional à senhoras que usam grandes óculos, jalecos brancos, com aparência pálida e sombria, em um laboratório escuro, onde se produzem novos conhecimentos. As professoras que entrevistei nem de longe nos lembraram essas imagens.

E são esses alguns dos aspectos que podemos estudar utilizando o *habitus* e foram os que nos interessaram nessa pesquisa. Enfim, sabemos que o *habitus* pode condicionar escolhas, mas a proposta de Bourdieu não foi a de aprisionar pessoas a conceitos, uma vez que ele próprio não foi refém dessa leitura mecânica de suas teorias.

Nesse caminho, a família apareceu como um dos pontos importantes.

1.2- Família

Outra categoria central de nossa análise é a de família, que consideramos muito complexa em razão da grande quantidade de definições e estudos sobre o tema. Como exemplo de sua importância, constatamos que, sem uma única exceção, todas as mulheres, com filhos, entrevistadas colocaram a família como ponto principal de seus projetos de vida. Todas desejaram essa família, o casamento e a maternidade estiveram sempre presentes em seus anseios. Os filhos foram programados e queridos, pois elas contam que acreditavam estar num bom momento físico e psicológico para formarem suas famílias. A família idealizada por essas mulheres faz parte de suas construções pessoais e sociais, o que reafirma a dificuldade em se conceituar o termo família. Ainda, como construção social, podemos compreender que o fato de todas terem querido possuir famílias talvez seja um sinal de que a valorização do casamento e dos filhos é muito forte culturalmente.

Partimos do pressuposto de que a família é um dos principais alicerces, no qual se estruturam as relações de gênero, pois esta estruturação começa já com a socialização das crianças. Nela, a divisão sexual do trabalho já é diferente no tratamento de meninos e meninas; normalmente, as meninas aprendem e são cobradas pelas atividades domésticas, e essa diferença pode chegar até a perpetuação dos valores implícitos nesse tratamento.

Segundo Melo, Considera e Di Sabbato, ao estudarmos a família, deveríamos essa socialização primária em nossas análises:

Na realidade, deve-se repensar a família, não mais como um conjunto homogêneo, mas uma situação de convivência entre indivíduos de sexos diferentes que realizam atividades produtivas e reprodutivas, compartilhando um projeto de sobrevivência. A invisibilidade que cerca o estudo das diferenças de gênero fortalece a reprodução das desigualdades junto às possibilidades e às oportunidades de emprego que podem ser oferecidas às mulheres pelo desenvolvimento (Melo, Considera *et al.*, 2005).

Existe em nossa sociedade uma representação ideológica do que é a família, a família nuclear conjugal. Um espaço social no qual se reproduzem indivíduos saudáveis, através de um ambiente seguro e tranquilo; essa família é formada por um pai, uma mãe e, conseqüentemente, os filhos. Quando abrigam alguns agregados e possíveis moradores por tempo determinado ou indeterminado, como, por exemplo, irmãos, primos, tios e pais que vêm morar junto na tentativa de auxiliar nos cuidados com as crianças, ou mesmo para serem cuidados, são consideradas famílias ampliadas, que são, na definição de Bruschini (1990: 86): “aquelas que contam com a presença de parentes residindo com o núcleo conjugal no mesmo domicílio”. Em dois casos, tivemos esse tipo de família: em uma, habitam o pai e uma irmã da professora; e na outra, uma sobrinha que veio para poder estudar; em ambos os casos, os parentes tornaram-se pessoas indispensáveis, segundo a fala de nossas entrevistadas.

Mesmo quando alguém da família vem para auxiliar nos cuidados com os filhos menores, ou, ainda, assumem determinadas atividades, nesse mesmo lugar podemos perceber que a maior responsabilidade pela manutenção de um espaço saudável e organizado recai sobre o universo feminino. Sabemos que essa constatação não é nova, Bruschini (1990: 112), em seu estudo, considera que:

Entre as famílias estudadas, só não houve variação em relação a um único aspecto: são as esposas que se encarregam da maior parte do trabalho doméstico, pois mesmo quando não executam diretamente as tarefas, continuam sendo as responsáveis por seu planejamento, distribuição e cobrança, buscando a maior eficiência e harmonia possíveis, através da articulação das múltiplas atividades contidas em todos os blocos.

O resultado dessa responsabilidade, Anita traduziu da seguinte forma:

Bom, eu era culpada de tudo, essa era a educação que tinham as mulheres de minha época, nós éramos responsáveis de tudo e culpadas por tudo que não dava certo. Era culpada quando faltava o botão de uma camisa, culpada quando a empregada não acordava, tudo!

Em seu artigo, Chodorow (1979), tem como um dos principais objetivos descrever o desenvolvimento das qualidades psicológicas das mulheres; essa descrição é fundamental para que se possa compreender a perpetuação do papel materno e da maternidade, uma vez que o que se percebe na sociedade é que a feminilidade ocorre “naturalmente”. Um dos pontos abordados é sobre o sentimento de culpa, narrado pelas mulheres entrevistadas como uma sensação desagradável de responsabilidade por algo que não saiu como o planejado:

Se a mulher não se diferencia claramente do resto do mundo, ela sente uma sensação de culpa e responsabilidade por situações que não se originaram de suas ações e não têm relação com sua real habilidade em determinar eventos. Isso acontece, no caso mais familiar, no sentido de uma responsabilidade difusa por tudo ligado ao bem estar de sua família, felicidade e sucesso de seus filhos (Chodorow, 1979: 81).

Em síntese, além das relações familiares estarem baseadas numa rígida divisão sexual do trabalho, que privilegia a separação entre as tarefas públicas e produtivas realizadas pelos homens e as tarefas privadas e reprodutivas, desempenhadas pelas mulheres; tendem a ser construídas em torno da mãe, uma vez que é ela quem reproduz as tarefas básicas de socialização dos filhos.

Parsons agrega o conceito de família na explicação funcionalista sobre a produção e reprodução da sociedade. Em suas análises, refere-se aos Estados Unidos, nas décadas de 30 e 50.

Segundo Rocher (1976), dentro desse contexto, Parsons afirma que a família foi obrigada a deixar de ser numerosa e composta de várias unidades familiares para poder se adaptar às novas exigências da industrialização e da modernização. A família reduzida a apenas pai, mãe e filhos permitiu a “cada membro da mesma família e parentela seguir mais livremente sua carreira profissional em função de suas aptidões, das oportunidades que se apresentam, de seus interesses e gostos” (Rocher, 1976: 142). Essas mudanças na estrutura familiar, acompanhadas das mudanças na estratificação social, ocorreram para facilitar tanto as mobilidades sociais como profissionais.

Embora tenham ocorrido modificações na estrutura familiar em função das mulheres passarem a participar do mercado de trabalho, o que se vê ainda como modelo simbólico é a família tradicional, onde ao homem cabe o papel de proporcionar à sua família determinado estilo de vida, de acordo com os padrões que ele herdou de sua família de origem, ou ainda da sua própria posição alcançada na estrutura econômica. Um das professoras, Helena, passou por uma situação na qual o noivo não aceitou sua intenção de fazer medicina: *“Inclusive eu ia casar, mas o rapaz disse que com moça que estudava medicina ele não casava (risos). Ele terminou o noivado e comecei uma outra história: a cuidar da medicina”*.

Nesse caso, parece que o fato de não aceitar a ida da noiva para a faculdade iria além de ser a escolha profissional, estaria mais relacionada com o papel secundário que ele, possivelmente, ocuparia nessa relação. Ao homem não só caberia o papel de mantenedor como também o de promover o prestígio da família; aceitar se casar com uma mulher médica seria abrir mão dessas duas principais características.

Essa discussão remete-nos a outras questões referentes à família e sua posição social. Sendo importante ressaltar a questão da família, pois essas idéias enriqueceram o debate sobre a inserção da mulher nos espaços públicos e privados.

Para Scott (1994), existem duas maneiras de se interpretar os estudos de família: uma que toma a família na esfera privada e, outra, na esfera pública. Podemos criticar a primeira maneira de se abordar a família, quando ela tende a perpetuar certa “ideologia da domesticidade” que surgiu junto com o capitalismo industrial. Essa ideologia promoveria: “a invisibilidade das mulheres enquanto trabalhadoras” e ignoraria a experiência das mulheres solteiras. Ainda, ao focar e dar relevo à esfera privada, os estudos de mulheres não analisam as interconexões entre a família e o mercado de trabalho assalariado.

Nessa linha de raciocínio, Scott (1992) sugere aplicar as idéias de Bourdieu, acerca da reprodução cultural, ao papel das mulheres de classe média na Europa ocidental do século dezenove:

Más prometedor parece ser el aplicar algunas de las ideas de Pierre Bourdieu acerca de la reproducción cultural al papel de las mujeres em las familias de clase media em la Europa occidental del siglo XIX. Los análisis de Bourdieu (de otras instituciones, aparte de la familia) parecen indicar que la socialización y la educación informal – la reproducción de los valores, normas y estilos de la clase media – acaso fuesen resultado de las actividades domésticas de las mujeres (Scott, 1992: 55).

A autora insinua a possibilidade de que, ao se estudar gênero, a utilização de Bourdieu seria de grande valia. Também podemos verificar essa afirmação no estudo de Bruschini (1990):

Bourdieu (1979) alerta-nos para a necessidade de analisar a relação entre a situação conjugal e a classe ou fração de classe à qual pertence cada um dos cônjuges. Na aliança que se estabelece através do casamento, todas as propriedades de um cônjuge – nome, posses, relações pessoais, “status” social – são atribuídos ao outro, não só do homem para a mulher, mas vice-versa também (Bruschini, 1990: 91).

Embora o estudo de Bourdieu, como etnólogo, não tenha sido feito especificamente sobre as mulheres, quando analisa a sociedade argelina em seus primeiros trabalhos, acaba por estudar as relações entre a estrutura social e as estruturas familiares, aí incluídas as relações de gênero. No início de sua carreira, publicou diversos trabalhos sobre as mudanças das tradições dos argelinos quando confrontados com mudanças nas estruturas sociais e econômicas de sua sociedade (Bourdieu, 1961)¹⁰. Quando retorna à França e estuda Béarn, constata igualmente as características que tomam as relações entre os sexos e a importância dessas relações para a reprodução das estruturas simbólicas, culturais e econômicas da sociedade de sua própria região (Bourdieu, 2002).

Segundo Bourdieu, o ponto principal do movimento feminista norte-americano foi o de discutir e quebrar os paradigmas sobre a naturalização das desigualdades entre os sexos (Bourdieu, 1996b).

Da mesma forma, outros autores concordam que a partir desse movimento novas idéias são propostas. Joan Scott discute essas propostas, resumindo o caráter geral nos seguintes termos:

- a- deu ênfase ao caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo;
- b- deu ênfase à idéia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de poder;
- c- deu ênfase à compreensão que estudos entre homens e mulheres não podem considerá-los separadamente, aspecto essencial para “descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la”(Scott, 1988).

¹⁰Ver também: Bourdieu, Pierre. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Minuit, 1979. (Le sens commun).

Igualmente, a antropologia sempre teve como preocupação estudar os diferentes comportamentos sociais em relação ao casamento e aos cuidados dos filhos. Essa preocupação reflete-se em uma vasta bibliografia sobre o tema, que mostra não existir padrões definidos, pois as estruturas vão se delineando ao longo de processos históricos, econômicos e sociais.

Cristina Bruschini fez uma importante revisão bibliográfica sobre os estudos de família em seus livros, descrevendo e analisando as várias correntes teóricas sobre o tema e permitindo a compreensão da pluralidade das relações sociais que marcam o grupo familiar. Segundo Bruschini:

A família é um conjunto de pessoas ligadas por laços de sangue, parentesco ou dependência, que estabelecem entre si relações de solidariedade e tensão, conflito e afeto. Não se trata de um grupo 'harmonioso e sereno' voltado para a satisfação de necessidades econômicas, mas sim uma unidade composta de indivíduos de sexos, idades e posições diversificadas, que vivenciam um constante jogo de poder que se cristaliza na distribuição de direitos e deveres (Bruschini, 1989).

Ela concorda que nos estudos de família existem limitações em relação à capacidade de se apreender a dinâmica desse grupo social, tanto no aspecto teórico quanto na perspectiva empírica. Porém, sugere que tentemos “apreender o grupo familiar, não só em suas múltiplas “funções” – econômica, ideológica e reprodutiva – mas também em todas as suas contradições internas – solidariedade e conflito, afeto e tensão (...)”(Bruschini, 1990: 30).

Nessa linha de análise, Vaitsman (1994: 30), ao estudar a família dentro dos conflitos e das transformações da sociedade capitalista, coloca-a como reflexo das redefinições das relações de classe e de gênero:

A família privatizou-se e transformou-se em família conjugal moderna, perdendo suas funções produtivas - segundo a concepção econômica que passou a representar como produtivas apenas as relações exercidas na esfera do trabalho

remunerado. Construía-se um mundo feminino, privado, da casa, que passou a se colocar como oposto a um mundo público, da rua, que se tornou, no imaginário social e na ideologia oficial, um mundo masculino.

A própria dinâmica da modernização capitalista foi propiciando à mulher, nas últimas décadas, a conquista de espaço na participação do mundo público. Essa inserção no mundo público, esperada e inevitável, inclusive no acesso ao ensino superior e às atividades profissionais relacionadas a essa formação, sua atuação na política e mais precisamente as artísticas, culturais e científicas, possibilitaria a igualdade social entre homens e mulheres.

O argumento principal da importância para estudar as relações familiares está ligado à idéia de que a inserção da mulher no mercado de trabalho também se submete à sua posição na família. No texto de Bruschini (1994b: 68) sobre o trabalho da mulher, podemos compreender que não só sua posição, como também sua idade, imprime sua participação no mercado de trabalho:

A participação dos trabalhadores no mercado brasileiro segundo a idade mostra que, enquanto o trabalho masculino não é afetado por fatores relacionados à família, as mulheres, ao contrário, devem suas taxas de atividade tanto a fatores conjunturais quanto familiares. Os homens ampliam sua presença no mercado à medida que vão atingindo a maturidade, o ápice sendo a faixa de 30 a 40 anos, quando 97% deles são ativos. Já as mulheres costumam revelar taxas mais elevadas de participação até os 24 anos, após o que haveria um certo refluxo, motivado pela assunção de responsabilidades familiares.

A problematização da articulação trabalho e família, ou seja, entre o trabalho produtivo e reprodutivo e, da mesma forma, a crítica do mito presente na definição do espaço doméstico como “espaço natural” da mulher,

mobilizou muitos pesquisadores. Os trabalhos realizados por Helena Hirata e Daniele Kergoat são referências nesses estudos.

Posteriormente, a noção de que a família deveria ser tomada como um grupo de pessoas com individualidades próprias, inspiraria, na década de 80, vários outros pesquisadores, notadamente antropólogos voltados particularmente para as camadas sociais médias. O nível atual da formulação teórica a respeito da família demonstra certo grau de dificuldade em estabelecer uma definição a partir de uma única vertente teórica.

Como observou Bruschini (1989), essa dificuldade oriunda dos limites e das possibilidades de estudos e metodologias aparece em todas as áreas de conhecimento que se dedicam ao assunto. O conceito de família não pode ser reduzido a considerar somente grupos unidos por terem o mesmo grau de parentesco ou a mesma consangüinidade. É importante que se reconheça que, além das diferenças entre as idades ou o sexo, os membros de uma determinada família possuem individualidade e personalidade própria. A família, tal como foi definida por Bruschini (1990: 80-81), é um lugar de transformação:

É também no cotidiano da vida familiar que surgem novas idéias, novos hábitos, novos elementos, através dos quais os membros do grupo questionam a ideologia dominante e criam condições para a lenta e gradativa transformação da sociedade.

Alguns autores acreditam que os diferentes tipos de união, conjugados ao aumento de divórcios e de famílias monoparentais, poderiam acelerar uma mudança estrutural, levando à desagregação familiar. Podemos acreditar que esses fatores, ao invés de serem motivos de desagregação, promoveram e auxiliaram as modificações das relações familiares e as transformações na área dos costumes que estamos acompanhando nas últimas décadas. O comportamento atual das mulheres pertencentes à classe média em relação ao espaço familiar e doméstico tem sido um dispositivo de

mudanças em relação às responsabilidades de seus companheiros frente aos cuidados com os filhos e aos trabalhos domésticos. Por consequência, temos a melhora das perspectivas profissionais e uma possível valorização da escolha profissional.

Continuando nessa linha de pensamento, compreendemos que, pelas mulheres estarem buscando novas perspectivas profissionais, isso as levaria a contestar a divisão tradicional de papéis sexuais e a propagar o enfraquecimento das diferenças entre o masculino e o feminino. As responsabilidades domésticas para esses novos arranjos familiares basear-se-iam numa melhor assimetria de poder, tendo como base uma melhor distribuição das atividades, quer sejam referentes ao universo masculino, quer ao feminino.

Essas alterações não são processos contínuos e tampouco lineares e ainda estão longe de significar um exemplo de mudanças estruturais das relações entre gêneros de forma definitiva e bem sucedida. Promovem, contudo, espaços para novas propostas e discussões do que sejam as atribuições masculinas e femininas dentro da sociedade. Como pudemos verificar, o estudo de Born que compara os padrões de trajetórias entre homens e mulheres na Alemanha, tendo como uma das hipóteses as possíveis mudanças estruturais na família, quando é analisado o desenvolvimento dos trabalhos entre eles, há a seguinte afirmação:

Portanto, acreditamos que o modelo de trajetória de vida dos homens, ou da “biografia normal” dos homens, reflete a realidade: os homens estão integrados no mercado de trabalho sem interrupção. Tudo é perfeitamente congruente se compararmos as entrevistas qualitativas dos maridos e suas biografias normais. Eles realizam individualmente aquilo que, acreditamos, os homens fazem normalmente, e se perguntarmos a eles quais as razões de seu comportamento em particular, eles responderão que este é o tipo normal de vida de um homem. (...) O curso de vida de um homem está estruturado pela sua participação no mercado de trabalho. (Born, 2001: 257)

Sob essa perspectiva, podemos analisar porque, dentre as mudanças que passam a ocorrer dentro das famílias, a discussão sobre as tarefas e trabalhos realizados por mulheres dentro do lar aumenta o conflito entre os cônjuges, pois soma a sobrecarga de trabalho realizado pelas mulheres. Entretanto, no Brasil, ainda se tem a possibilidade de contratar serviços especializados de babás e empregadas domésticas, uma estratégia específica que acaba camuflando as grandes tensões e conflitos que essa desigual divisão de trabalho promove¹¹. Sobre o trabalho doméstico, no estudo de Loyola e Abujamra, constatamos que, para alguns homens, essa atividade não seria compreendida como sua responsabilidade, pois não faria parte de seu “papel social”, e ficando a cargo das empregadas domésticas as tarefas mais “pesadas”, como, por exemplo, lavar e passar roupas, limpeza da casa e lavar louças (Loyola e Abujamra, 1985).

As lutas dos movimentos feministas, direta ou indiretamente, estão associadas a essas mudanças estruturais e têm provocado uma série de questionamentos sobre os espaços ocupados pelas mulheres na estrutura social e política, dando novos significados aos conceitos sobre mulheres, família e mercado de trabalho. Muitas mulheres e feministas concordam que ainda são pequenas e modestas as transformações ocorridas no cotidiano das famílias com relação a conciliar as responsabilidades com a profissão e o trabalho com filhos e casamento. Contudo, concordam que essas novas posições sociais e políticas que a mulher foi ocupando em função de estarem inseridas no mercado de trabalho já representam a consciência das novas necessidades decorrentes da valorização de sua condição profissional.

Seus companheiros: alguns eram colegas de turma no mesmo curso, outros pertenciam à mesma faculdade, ou, ainda, faziam parte de um mesmo círculo de amigos; na maioria das vezes compreenderam e apoiaram o empenho de suas futuras esposas na profissão. Os homens que discordavam de mulheres

¹¹ Conforme Helena Hirata, pesquisadora do Centre National de Recherche Scientifique – CNRS francês, em conversa pessoal.

que queriam se dedicar a uma profissão nem ao menos conseguiram passar por suas vidas, quanto mais entrar em suas histórias.

Aparentemente, não é visto como problema as mulheres quererem dedicar-se integralmente a uma profissão. Na maioria das vezes, essas mulheres tinham condições financeiras que lhes permitiam contratar serviços para os trabalhos domésticos. O espaço familiar deveria ser um local de descanso, lazer e horas de descontração, para todos os seus membros. Entretanto, a nossa história vai sendo tensionada exatamente quanto a esses temas. As maiores queixas iniciam-se exatamente nesse espaço, que deveria ser para o descanso.

Não nos alongaremos nessas questões, pois fazem parte de todo um momento especial em nossa dissertação; o que gostaríamos de ressaltar é que todas as suas trajetórias são marcadas por dois pontos principais: as opções que puderam fazer ao longo de suas histórias e o fato de não terem desistido em nenhum momento de suas vidas.

As mulheres preferiram casar-se depois de terem decidido que queriam concluir seus cursos universitários e, principalmente, de seguir determinada profissão. Jamais pensando em desistir em função de um casamento, ao contrário, elas optam por se casarem e constituírem uma família ao mesmo tempo em que trilham suas profissões. Essa nova fase, de mulheres casadas, viria para enriquecer ainda mais as suas vidas. Mesmo quando a decisão para completar seus estudos superiores vem depois do casamento, ela foi vista como uma possibilidade de melhora e enriquecimento cultural e intelectual da vida pessoal.

A família que hoje conhecemos faz parte de uma construção histórica, na qual o cuidado com a criança, as relações entre homens e mulheres e a forma de se unirem para a organização da instituição familiar passou por profundas modificações até chegar a esse modelo, mesmo a família patriarcal é reflexo de mudanças econômicas e políticas.

Segundo Bourdieu (1996c), a categoria família inscreve-se como princípio coletivo de construção de uma realidade social e coletivamente reconhecida, responsável em grande parte pela socialização primária e pela incorporação do *habitus*. Por ora, nossa intenção é somente introduzir o tema que será abordado e aprofundado no capítulo três, quando trataremos mais detidamente sobre as concepções de família.

Temos vários exemplos de pesquisas feitas por historiadores sobre esse tema; um bom exemplo é o de Perrot (1992), professora emérita da Universidade Paris VII, que fez uma brilhante análise dos excluídos e instigou novas questões sobre os conceitos tradicionais de famílias e mesmo das relações entre homens e mulheres, dentro e fora dos espaços privados.

Em nossa sociedade existem duas informações contraditórias ou ao menos conflitivas acerca do papel da mulher na família. Por um lado, pudemos perceber em seus discursos que elas compreendem a família como uma instituição à qual deveriam dedicar-se de forma exclusiva, ou pelo menos privilegiada, tendo o casamento e os filhos como objetivo principal. Por outro lado, seus discursos também são fundamentados nos conceitos de independência e autonomia, conquistas que somente um trabalho remunerado poderia lhes garantir. E, ainda, para que essa nova família pudesse existir, a mulher deveria obter sucesso profissional; ambos os ideais estariam ligados.

A busca de conciliação desses dois interesses, o profissional e o familiar, pode tornar-se uma auto-exclusão ou um “patchwork” muito bem tecido por mãos hábeis. E é nessas mãos que, nesse momento, meus olhos se focam: em como foram construídas as trajetórias que puderam conciliar esses dois momentos, as articulações entre suas expectativas profissionais e familiares. A ênfase será dada na produção de novas questões e na possibilidade de assim promover um espaço de descrição das atuais transformações.

1.3- Gênero

Recorremos ao conceito de gênero para poder compreender a inserção das mulheres na Faculdade de Ciências Médicas, visto como um conceito que explica as relações de poder existentes entre homens e mulheres, pois se trabalha com a idéia de que a criação de papéis femininos e masculinos é uma construção e, porque não dizer, uma criação social. As desigualdades naturalizadas nessa construção são produzidas e reproduzidas pelas instituições sociais e condicionam as estruturas e as dinâmicas de comportamento interpessoais.

Não temos a presunção de esgotar essa temática relativa ao gênero, pois sabemos tratar-se de uma questão complexa, com implicações em várias áreas do conhecimento. Esperamos com essa categoria compreender as questões referentes às diferenças e aos preconceitos expostos durante as entrevistas e que conformaram as análises realizadas.

Inicialmente, é preciso compreender as diferentes definições dos termos que nos propomos a discutir. Segundo Schienbinger (2001: 32), existe uma utilização disseminada das palavras “mulheres”, “gênero”, “fêmea”, “feminino” e “feminista”. Mas,

Esses termos, no entanto, têm significados distintos. Uma “mulher” é um indivíduo específico; “gênero” denota relações de poder entre os sexos e refere-se tanto a homens quanto a mulheres; “fêmea” designa sexo biológico; “feminino” refere-se a maneirismos e comportamentos idealizados das mulheres num lugar e época específicos que podem também ser adotados por homens; e “feminista” define uma posição ou agenda política.

Uma das dificuldades em enxergar o gênero para além do discurso sobre as diferenças sexuais está no fato de que muitas teorias, mesmo afirmando o caráter de construção social das diferenças entre homens e mulheres,

utilizam o corpo e os fatores biológicos para estabelecer generalizações nas sociedades em geral e explicar os significados do que é socialmente compreendido como masculino e feminino.

Como nos apontou Marie em sua entrevista, ao mesmo tempo em que vislumbra um maior número de mulheres procurando fazer residência em sua área, em função de características tidas como femininas, também pôde constatar que, ao comparar sua trajetória com a de seus pares, sente-se em “desvantagem”, em função de sua opção por ser mãe e esposa:

É interessante isso, cada vez a gente tem tido mais residentes quase todas meninas, eu acho que é por esse detalhe, que as mulheres gostam daquelas nuances e percebem coisas, mas eu percebo que realmente tem os meus contemporâneos de outras escolas, eles estão muito além do que eu estou e eu acho que isso é muito por causa de opções de vida, eu por exemplo me casei quis ter os filhos apesar de não ter parado de trabalhar; a gente dá uma desacelerada, com certeza, dá.

Para Scott, uma referência quando se propõe a fazer estudos sobre gênero: é fundamental entendermos como ocorre a construção das hierarquias entre os gêneros, dentro de determinados contextos históricos. E isto pode ser feito mediante um estudo dos processos, das trajetórias, da análise de discurso, com o objetivo de entender o que significam. Ou seja, ao pesquisador caberia o papel de interpretar esses significados que foram construídos ao longo dos tempos, tanto por homens como por mulheres, não se restringindo às descrições de seus discursos, mas estudando seus processos conflitivos e que desembocaram num conjunto de relações sociais. Assim, o gênero é a organização social da diferença sexual percebida (1994: 13).

Ainda mais quando se confrontam os problemas referentes ao fato de se estar em um local onde a maioria é de homens. A tentativa de muitas mulheres é de tentar parecerem mais próximas desses homens, igualarem-se a eles,

para passarem despercebidas ou mesmo de negar sua feminilidade, que talvez poderia pôr em risco sua capacidade profissional. Simone passou por isso e certamente percebeu-se entre essas imposições:

Nascemos mulheres biologicamente, mas isso não é desculpa. Eu gosto de estar arrumada, eu uso vestido. Mas teve uma época aqui na Unicamp que, mesmo quando eu não estava mais casada, eu andava de aliança e roupa de homem, com avental e cabelo curtinho. Isso era para ser igualzinha, esse foi o jeito que eu encontrei para sobreviver no grupo que a maioria era homens, foi o único jeito.

Num local onde o uso do avental é obrigatório, essa postura pode passar como uma questão mais “natural”; por medida de segurança, os cabelos devem estar presos e recomenda-se, em alguns procedimentos, o uso de uma touca. Mas essas posturas fazem parte de uma forma de ver e lidar com o trabalho das mulheres na sociedade. Por isso, a necessidade de termos como ponto de partida que o gênero é um conceito construído socialmente e historicamente, como define Scott, e conseqüentemente:

Envolve quatro elementos inter-relacionados: primeiro: símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (...) segundo, conceitos normativos que estabelecem interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas (...) essa espécie de análise deve incluir uma noção de política e referência a instituições e organizações sociais – o terceiro aspecto das relações de gênero (...) o quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva (Scott, 1994).

O objetivo será, através desse estudo, entender as relações de gênero quando assumem o caráter de “diferenças entre gêneros”; e mais, se essas diferenças tomam a forma de “desigualdades de gênero”. Ainda, considerando a mulher como um sujeito político do processo de transformação social e como integralmente ativa da formação de sua identidade.

Para tanto, acreditamos ser de grande importância, nesse momento, contextualizar o conceito de gênero. Segundo Machado (1992), na primeira fase dos estudos de gênero, numa perspectiva mais iluminista, os objetivos eram para defender as igualdades de direitos civis e políticos entre os homens e as mulheres.

Entre os anos 60 e 70, os estudos eram marcados pela ênfase na posição antagônica entre os sexos, denunciando a dominação masculina. A grande contribuição e riqueza das análises que utilizam o gênero, para teorizar a questão da diferença sexual e questionar a forma como as relações de gênero estão estruturadas é a de dar “visibilidade”, questionar e problematizar essas relações construídas.

López (1994) constata que os estudos deste período não se relacionavam ao poder, às experiências e às funções com o meio social e econômico que desempenhavam.

Ainda sob influência do marxismo, os estudos de gênero tinham suas bases alicerçadas na economia política, embora os estudos também privilegiassem o trabalho doméstico, a reprodução e a sexualidade. Buscavam, e ainda buscam, entrelaçar a discussão entre os indivíduos e a sociedade, levantando biografias e promovendo resgates históricos. A idéia era não apenas polarizar os dois aspectos – trabalho e casa, mas procurar tecer discussões que fizessem a mulher compreender a riqueza das relações e dos conceitos que perpassam sua condição na sociedade. Segundo Saffioti (1997): “Por mais reificado que um sujeito seja por outro, não se transforma em puro objeto, continua sujeito. Sujeitos tanto podem ser algozes como vítimas e certamente sempre, ou quase, desempenham os dois papéis.”

A autora acredita que para se compreender como se operam as relações de gênero não seria suficiente desconstruir discursos, mesmo considerando a linguagem e a posição estrutural inter-relacionáveis. O sujeito é constituído não só pelo gênero, mas pela sua classe social, pela sua etnia e é em

torno dessas posições que se expressam as contradições de gênero, inclusive, poderíamos acrescentar, pela própria história na qual a mulher estaria inserida.

Na terceira fase no final dos anos 80, o conceito de gênero seria utilizado em substituição aos termos “sexo” e “diferença sexual”, para marcar a posição de ruptura com o determinismo biológico. Assim inaugura-se a idéia de que não é possível fazer estudos de homens e mulheres nos quais eles estivessem em contraposição, pois todos fazem parte de uma mesma estrutura social e política; ainda, deverão estar articulados à raça, etnia, sexualidade, classe social, nacionalidade, entre outros, e ainda considerados tendo como referência o tempo e o espaço. Enfim, todo estudo de gênero deverá ser analisado de forma a abordar questões e posições que expliquem melhor a mulher e o homem dentro de um contexto político e social, levando em consideração as relações de poder que estão articuladas em determinado tempo histórico.

Para que consigamos compreender melhor o contexto no qual estão inseridas as relações de gênero, é necessário também expor o conceito de trajetória. Para entendermos, com mais clareza, esse processo de construção social das categorias de gênero, delineamos e objetivamos as trajetórias dessas mulheres.

1.4- Trajetórias

Não realizamos biografias das profissionais, mas usamos suas trajetórias como elemento fundamental da análise, trajetórias obtidas através dos relatos e das entrevistas focadas.

Por meio dessas famílias de trajetórias, que representarão um método de obtenção e análise de dados sobre as pesquisadoras da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, valorizaremos e centraremos a atenção na maneira como essas mulheres constroem suas memórias individuais e coletivas.

Em nosso estudo, compreendemos que as posições sociais, as expectativas tanto profissionais como familiares em um determinado momento, e as trajetórias das nossas entrevistadas aconteceram de forma singular e historicamente.

As professoras percorreram uma trajetória social – passando por uma socialização primária na escola e na família – e atingindo, através de uma socialização secundária e ‘terciária’ – os diversos níveis das carreiras de nível superior.

Nesse percurso, acumularam capitais, seja ele econômico, seja simbólico, seja artístico ou científico. Ao congelarmos um momento dessa trajetória no espaço, esperamos conseguir apanhar o espaço social de forma estruturada em torno de posições.

Nossa definição de trajetória assenta-se em Bourdieu, que a define como: “A trajetória social (...) define-se como a série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos” (Bourdieu, 1996a).

Mais precisamente, estamos analisando mulheres que conseguiram fazer suas carreiras com sucesso, considerando esse termo uma boa forma de definir a posição das mulheres dentro da Faculdade de Ciências Médicas. O termo, de origem latina, significa a ação de suceder, de substituir. Significa também acontecer, ter resultados, obter êxito (Ferreira, 1997). Na linguagem comum o termo assumiu a conotação de prestígio, de reconhecimento (Holanda, 1986). Todas elas ocupam o cargo de professoras plenas da Pós-Graduação, orientam teses e trabalhos, atingiram uma colocação de realce dentro do ambiente acadêmico e possuem um grande *status* social. Comparativamente, deveríamos qualificar suas diferenças em relação a outras mulheres e até mesmo aos homens, mas é inegável a posição privilegiada que ocupam.

As professoras consideram que ocupam os postos que desejariam e se sentem realizadas profissionalmente. E, nesse sentido, representam uma ruptura com as concepções sociais de sucesso que vêem o homem como seu ator principal e, sobretudo, uma ruptura com as relações de poder que ainda persistem em manter a mulher longe de determinados espaços antes somente ocupados por homens, nesse caso em especial, a academia.

Nessa trajetória social, as pesquisadoras internalizaram e incorporaram uma série de normas sociais, de atitudes, de posturas corporais, de esquemas de pensamento, de um conjunto de reações práticas ao mundo que podemos entender como um *habitus* que age sem que seja necessário pensá-lo. Esse conjunto como um todo pode ser definido como:

(...), um conjunto de esquemas fundamentais, previamente assimilados, a partir dos quais se engendram, segundo uma arte da invenção semelhante à da escrita musical, uma infinidade de esquemas particulares, diretamente aplicados a situações particulares. Este *habitus* poderia ser definido, por analogia com a gramática generativa de Noam Chomsky, como o sistema dos esquemas interiorizados que permitem engendrar todos os pensamentos, percepções e as ações, característicos de uma cultura, e somente esses (Bourdieu, 1998: 349).

Esses esquemas interiorizados, resultados de uma socialização secundária, no caso de nossas pesquisadoras, assumem a forma de um *habitus* científico, resultado da longa formação acadêmica conformada dentro das escolas médicas.

Nosso esforço com a descrição dessas trajetórias, realizada parcialmente pelas transcrições das entrevistas e pelos comentários das mesmas, foi o de tentar elucidar o espaço social e as posições nas quais essas professoras estiveram inseridas. Especialmente, com o objetivo de compreender suas

estratégias para que conseguissem ocupar esse espaço social e principalmente que o ocupassem com sucesso, ou seja, passaram por todas as etapas que cada novo cargo ou titulação exige. Além disso, para conseguirmos atingir esse resultado, decidimos objetivar todas as trajetórias como exemplares. Descrevemos a vida das professoras, de maneira que pudéssemos entender os impedimentos e as dificuldades de uma carreira de sucesso, bem como a possibilidade de se conseguir conciliar o trabalho produtivo com o reprodutivo.

Depois de expormos todos os nossos caminhos e métodos, passaremos a analisar essas mulheres tendo em vista as considerações teóricas que desenhamos.

CAPÍTULO II - Mulheres e trajetórias na Faculdade de Ciências Médicas

Mas a ambiciosa não é “uma mulher que quer se fazer de homem”.

*É exatamente uma mulher que recusa os
limites impostos ao seu sexo e deseja a mesma liberdade.*

Elizabeth Badinter.

1.1- A trajetória das mulheres dentro de uma Escola Médica

E eu sempre soube onde eu queria chegar, nesse sentido, se eu acho que esgotei um caminho, para mim vai abrindo na minha cabeça um universo.

Elise

Acredito ser importante realizar um resgate histórico, pois seria quase impossível tentar separar a condição de mulher de suas implicações sociais e políticas, ainda mais quando o que se busca é analisar as formas como as mulheres desenvolveram suas carreiras dentro de uma universidade.

As mulheres passaram por diversos momentos históricos, quando o preconceito e a discriminação realçavam não apenas o pensamento de seus colegas de profissão, mas de toda uma sociedade. Alguns fatos contribuíram para reforçar esses preconceitos: várias são as histórias que as mulheres entrevistadas contam sobre suas colegas de turma que desistiram dos estudos para poder dedicar-se aos filhos e ao casamento. Essas desistências sempre acabavam trazendo os conflitos à tona, com a comunidade de estudantes e com os professores também, que viam com desconfiança o aumento do número de mulheres dentro das universidades. Muitas vezes passaram a ouvir severas críticas de seus colegas de classe sobre suas decisões por continuarem seus estudos universitários, muitos foram enfáticos ao apregoarem que elas “*tiravam o lugar de um homem*”.

Enfatizamos a postura de colegas de profissão, normalmente homens, pois, mesmo estando dentro da academia, participando de pesquisas e abertos para o novo, muitos ainda não estavam preparados para tal inclusão feminina. O mesmo parece ter ocorrido na Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp. Esse “despreparo” para aceitar as mulheres com uma outra função que não fosse a de esposa foi comentado por minha entrevistada Marie:

Quando eu estava no primeiro ano, a gente estudava na Santa Casa e nós fomos fazer aquelas visitas que os calouros vão fazer e eu me lembro que tinha um professor velhinho que ele viu a minha turma e eu acho que uns 40% eram mulheres. E ele viu aquele mulherio entrar e falou: “Meu Deus, o Estado está perdendo dinheiro com essas mulheres; onde já se viu tantas mulheres numa turma, vocês vão casar, vão largar isso aqui e o Estado investiu em vocês por nada”. Eu fiquei louca, eu fiquei com uma irritação enorme em relação àquele professor, porque eu falei: “meu Deus, que maneira de receber calouros”. Não é verdade?

Isso aconteceu há 40 anos atrás e podemos pensar que esses preconceitos não existem mais, mas ainda hoje a identidade feminina é marcada por sua condição de reprodutora, uma função biológica, que, por intermédio de mecanismos ideológicos, tende a se estender às outras áreas de atuação dentro da sociedade, ou seja, o fato de terem filhos e casarem significaria o abandono de seus estudos ou profissões. Jamais se pensaria que, após o homem ter seus filhos, ele deveria dispor de mais tempo com sua família e, portanto, dedicar-se menos a sua profissão.

Ressaltamos que a forma como se encara o “papel” do homem e da mulher na sociedade reflete as diferentes formas de apropriação do conceito de gênero em determinados contextos históricos. Podemos reforçar essa idéia ao ler os trabalhos de Lucila Scavone. Em suas reflexões sobre a importância de estudos, utilizando o conceito de gênero na área da saúde, Scavone (2003: 190) faz a seguinte explanação:

(...) os conceitos surgem de realidades histórico-sociais precisas e, portanto têm uma dimensão teórica e empírica, cuja inter-relação nos possibilita compreender como eles foram e são utilizados, e quais suas repercussões nas diferentes sociedades.

Isso vale para compreendermos, até os dias de hoje, como os conceitos sobre o que é o “papel” da mulher e do homem na sociedade, pode transformar-se em ideologia. Por isso é que ainda podemos perceber a força que essa ideologia produz na atualidade; mesmo depois da mulher conseguir maior autonomia, ter direitos legais garantidos para poder estudar e matricular-se no curso que melhor lhe aprouver, podemos ainda perceber indícios dessa visão antagônica entre os sexos. Ana conta-nos sobre a fala de seu aluno, que a deixou muito preocupada, pois retratava esse preconceito:

(...) Esse ano passado, teve um aluno de medicina no quarto ano, (...) um menino extremamente preconceituoso a ponto de dizer que o papel da mulher tinha que ser no cuidar dos filhos e que não dava para contemplar as duas coisas, em ser uma profissional e ser uma boa mãe. Eu rebati, mas depois me arrependi, pois não valia a pena, na cabeça dele não era compatível você desenvolver uma atividade de bom nível e o papel de mãe adequadamente. Talvez muitos pensem assim, mas foi o primeiro que verbalizou de uma forma cristalina. Eu fiquei mais do que impressionada, fiquei preocupada, porque um médico acaba sendo uma figura pública que é relevante dentro da sociedade, ele tem um poder de fazer a opinião pública e tal; uma pessoa jovem com tal preconceito, eu acho preocupante.

Muitas mulheres deram conta não só dessa dupla função, mas foram muito além. O que esse aluno talvez não perceba é que os “papéis” de uma mulher vão muito além da maternidade e que muitas das doenças que ele estuda em seu curso de medicina foram descobertas por essas mulheres. À guisa de ilustração, podemos citar Hellen Brook Taussig¹², que fundou a cardiologia pediátrica; Virgínia Apgar¹³, introduziu o primeiro método padronizado para avaliar

¹²Disponível em: <http://www.sobiografias.hpg.ig.com.br/HelenBro.html>. Acesso em: 2006-05-04

¹³Disponível em: <http://inventors.about.com/library/inventors/blapgar.htm>. Acesso em: 2006-05-04.



o recém-nascido, criando o índice de Apgar, e Audrey Elizabeth Evans¹⁴, pioneira no estudo clínico de tumores sólidos e idealizou as casas de apoio a crianças com câncer.

Podemos ainda citar

Rosalyn Sussman Yallow: nasceu em 1921, foi a primeira mulher a obter PhD em Física Nuclear, em 1945. Desenvolveu um método extremamente sensível, usando radioisótopos, que denominou *radioimunoensaio* (RIA). Além da sua importância no estudo de diabetes, o novo método, por sua alta sensibilidade, proporcionou um avanço extraordinário da biologia, de um modo geral, e da endocrinologia, em particular. A importância do método refletiu-se de imediato no campo da imunologia, na dosagem de antígenos e anticorpos. Yallow recebeu diversos prêmios, títulos e homenagens, culminando com o prêmio Nobel em 1977. O método do radioimunoensaio foi substituído, posteriormente, pelo imunoenzimático (ELISA), baseado nos mesmos princípios¹⁵.



Esses exemplos servem para ilustrar a “ausência” de informação. Existem muitos outros exemplos de mulheres dentro da medicina que poderiam ser citados. Mas devemos repensar como promover e resgatar o nome de profissionais que a cada dia está produzindo ciência, quer seja na área biológica, de exata ou humana. Esse regate histórico é importante para que não existam lacunas no conhecimento da importância dos trabalhos e estudos desenvolvidos por mulheres dentro da academia. Especialmente por esse motivo, centramos nossa atenção em um período e local, a Faculdade de Ciências Médicas, no ano de 2005.

¹⁴Disponível em: <http://www.nlm.nih.gov/changingthefaceofmedicine/physicians/biography> Acesso em: 2006-05-04.

¹⁵Disponível em: <http://www.nndb.com/people/694/000046556/>. Acesso em: 05.05.2006.

Procurando compreender um pouco melhor a história das mulheres dentro das escolas médicas, fomos em busca de algumas trajetórias históricas conhecidas e exemplares.

Na Idade Contemporânea, pudemos constatar que o ingresso oficial de mulheres nas escolas médicas inicia-se em 1754, com Dorotea Cristina Erxleben, que foi a primeira mulher a receber oficialmente o diploma de médica na Faculdade de Medicina de Halle, na Alemanha.

Entretanto, constatamos as enormes dificuldades e o que aconteceu a algumas mulheres que ousaram seguir seus ideais de fazer da medicina sua profissão. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, em 1809, as estudantes que conseguiam se matricular nas escolas médicas recebiam insultos e eram vítimas de brincadeiras infames, sendo duramente maltratadas. E, em alguns casos, chegaram a ser agredidas por seus colegas de turma. Na Inglaterra, depois de julgar a questão, a reitoria decidiu que as alunas deveriam ser expulsas, pois acreditavam serem elas as únicas responsáveis pelos fatos.

Mas, nesse mesmo país, forma-se na Faculdade de Edimburgo, no ano de 1865, um médico chamado James Miranda Stuart Barry. Era um homem imberbe, e sua voz era fina. Trabalhou durante muitos anos como médico e, ainda, no ambiente militar. Somente após sua morte é que se descobriu que ele era Miranda Barry, uma mulher; para evitar um escândalo, somente muito depois esse segredo foi revelado.

As irmãs Blackwell - Elizabeth e Emily - são conhecidas por terem conseguido terminar seus estudos, nos Estados Unidos. Elizabeth foi recusada em 11 Faculdades e somente foi aceita pelo "Genova College", em Nova York. No ano de 1849, uma pequena multidão via com curiosidade a entrega de seu título de doutora. A escola em que sua irmã estudou e se formou posteriormente, a "Rusch Medical College", de Chicago, foi muito censurada pela sociedade médica local. Em seu texto sobre a constituição das Ciências Sociais em Saúde, ao traçar o caminho dos precursores, Nunes (2003: 58) afirma que “logo no início do

século XX, em 1902, a primeira mulher que se formou em medicina nos Estados Unidos, Elizabeth Blackwell, escreve um livro intitulado *Essays in Medical Sociology*".

Os estudos de Elizabeth, não se limitaram apenas à medicina, mas estenderam-se aos problemas sociais de seu tempo.

A primeira autorização para uma francesa inscrever-se em uma faculdade de medicina foi em 1868; e isso só pôde acontecer porque Victor Duruy e a imperatriz Eugénie a auxiliaram.

Não foi fácil conseguir espaço para as mulheres dentro das escolas médicas. Normalmente, os professores que davam aulas para as mulheres eram mal vistos não só pelos seus colegas, como pela própria sociedade médica. Em 1850, funda-se a primeira escola médica para mulheres, *The Female Medical College of Pennsylvania*.

Rago (2000), em seu artigo sobre as médicas brasileiras no século XIX, analisa a inserção dessas mulheres numa profissão masculina. Em seu artigo, conta-nos que a primeira mulher brasileira a conseguir vencer essas barreiras foi Maria Augusta Generosa Estrela. Sabendo que não havia, no Brasil, condições para estudar, mudou-se para Nova York, em 1875, aos quinze anos de idade; e com a ajuda do Imperador Pedro II, matricula-se no New York Medical College and Hospital for Women. Retorna ao Brasil em 1882, passando a exercer a clínica, casa-se em 1884, tem quatro filhos e falece aos 86 anos de idade.

No Brasil, o acesso das mulheres às universidades e faculdades inicia-se a partir de 1879, com a reforma Leôncio de Carvalho, que permitia a inserção das mulheres em cursos superiores, inclusive de medicina, (decreto 7.247 de 19 de Abril de 1879)¹⁶. Porém, mesmo legalmente tendo o direito de estudar nos níveis superiores, os preconceitos e a cultura do período eram um grande entrave a todas que queriam seguir seus estudos na área da medicina. Somavam-se a esse fato as agressões, verbais e físicas, a que muitas vezes eram submetidas.

¹⁶Disponível em: <http://www.brasilcultura.com.br> . Acesso em: 08-04-2006.



Alberto Silva, em seu livro *A primeira médica no Brasil*, além da biografia da primeira médica formada no Brasil, tem informações a respeito das mulheres na profissão médica desde o século XVIII. De acordo com o autor, a partir de 1881, três mulheres matricularam-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro: Rita Lobato Velho Lopes (1867-1960)¹⁷; Ermelinda Lopes de Vasconcelos, que depois de formada dedicou-se à obstetrícia no Rio de Janeiro e Antonieta César Dias. Rita será a primeira a receber o título, em 10 de dezembro de 1887, na Faculdade de Medicina da Bahia, para onde se transferiu (Rago, 2000), ganhando, assim, o título de primeira médica formada no território nacional. Maria Regina de Paula, professora de História da USP, estudou a vida dessa médica e registrou que:

Especialista em ginecologia e pediatria, ela passou a clinicar em casa e nos arredores da cidade, atendendo a população mais carente, assim como no hospital, onde teria sofrido muita discriminação por parte dos outros médicos. Com a abertura dos votos para as mulheres, Rita ingressou na carreira política, tornando-se vereadora em Rio Pardo¹⁸.

As experiências de instrução formal das mulheres nos séculos XIX e XX, e podemos ousar incluir o XXI, fazem parte de projetos femininos há muito acalentados. Para tanto, implicam em rearranjos de papéis femininos no âmbito doméstico e, poderíamos dizer familiares. Essa inserção, por conseguinte, ressoa, reiteradamente, sobre a rotina dessas famílias, muito mais por se tratar de ameaças da quebra de uma ordem cotidiana.

¹⁷Disponível em: <http://www.fotonadia.art.br/ritalob/rita.htm>. Acesso em: 2006-06-01

¹⁸Relato de pesquisa de Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula. Disponível em <http://www.usp.br/agen/rede449.htm#med>. Acesso em: 18-08-2006.

A estrutura familiar, como reflexo de um pensamento social, ainda cobra da mulher um papel que muitas vezes torna impossível ou muito difícil seu desenvolvimento profissional. A exclusão das mulheres do círculo científico correspondeu a uma série de fatores de todas as ordens, e podemos citar como exemplo do pensamento de uma época a peça de Joaquim José da França Junior¹⁹; teatrólogo, que nasceu no Rio de Janeiro, considerado o segundo mais importante autor do teatro brasileiro, escreveu uma peça intitulada *As Doutoradas*, no ano de 1889, que sempre foi apresentada com teatros lotados.

Em sua obra, duas são as personagens principais: Luísa, uma médica casada com um colega de faculdade e Carlota, advogada feminista, também casada com alguém da mesma profissão. Tanto a médica como a advogada vêem-se com dificuldades de se dedicarem à profissão e à família. Nesse dilema feminino, narrado por França Junior, são mostradas essas duas mulheres, tendo que enfrentar as diferentes formas que assume o discurso de dominância, baseado nas diferenças de sexo, nas diversas instâncias sociais. Em sua família de origem, os discursos contraditórios dos pais. Com o marido, a competição marcando a relação afetiva, tendo como foco a mulher “fora” de seu lugar e condenando o sucesso para as mulheres. O autor também aponta o “constrangimento moral” ao abordar o corpo dos doentes-homens, com os possíveis contatos físicos inerentes à profissão.

Uma terceira personagem, igualmente importante por ser o contraponto profissional, Eulália, uma criada baldia e atrapalhada, era a responsável pela manutenção da casa e das tarefas domésticas em geral. O que Eulália representa são as conseqüências do erro de uma mulher transferir a outra suas tarefas domésticas, pois o caos passou a imperar dentro do lar, ou seja, não há como uma mulher delegar responsabilidades que são suas a outrem. Ainda, representa a forma como o autor compreende o trabalho de empregados domésticos.

¹⁹Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/portal/FBN/biografias/franca_junior/index.shtml. Acesso em: 01-06-2006.

O desfecho da peça é o nascimento dos filhos e o prazer que essa atividade traz a essas mulheres. Em função de seus novos “destinos”, elas tranqüilamente abandonam suas profissões. Essa é a fala final de Luísa:

Meu pai: dizem que o cérebro da mulher é fraco. Pois bem, por um sentimento de vaidade, que dizem também ser inato em nosso sexo, eu enchi esse cérebro de tudo quanto a ciência pode ter de mais grandioso e mais útil. Percorri com coragem inaudita toda a escala do saber humano na minha especialidade. Calquei ódios e vaidades dos colegas, ergui a cabeça, sem corar, acima desses preconceitos sociais de que falou há pouco e que eu também considerava estúpidos! Venci. Entrei na sociedade triunfante com o meu título. O prestígio que se formou em torno do meu nome fez-me esquecer de que era uma mulher... A glória atordoava-me... Dentro de mim sentia, porém, qualquer coisa de vago, de estranho, que não sabia explicar! Eu que muitas vezes no anfiteatro havia apalpado o coração humano, que o tinha dissecado fibra por fibra, que pretendia conhecer-lhe a fundo a fisiologia! Desconhecia, entretanto, o sentimento mais sublime que enche todo esse órgão. Tudo quanto aprendi nos livros, tudo quanto a Ciência podia dar-me de conforto, não vale o poema sublime do amor que se encerra neste pequeno berço!

Citamos essa peça, mas teríamos outros exemplos para enfatizar como a sociedade e suas instituições, em alguns momentos, estimularam a participação das mulheres no chamado setor público, aí se incluindo as universidades, porém sem abrir mão de seus papéis tradicionais.

Mas o importante é sempre tentar descobrir elementos que nos façam compreender as tramas que dão forma aos preconceitos sobre a posição das mulheres na sociedade. Essas tramas refletem sua posição política e social dentro do cenário histórico, daí a importância de se compreender a relação entre a trajetória e o gênero.

1.2- Trajetória e gênero: o encontro de dois conceitos

Ao analisarmos as trajetórias das professoras entrevistadas, pudemos perceber que foram vários os fatores que contribuíram para a formação de suas identidades e que as fizeram acreditar na possibilidade de serem pesquisadoras. A trajetória e o gênero relacionam-se dialeticamente, pois fazem parte do mesmo universo empírico.



Vislumbramos nesse medalhão²⁰, tanto a mulher que cura como a que cuida estão em frente de uma mesma fonte e buscam a mesma coisa: a saúde. Ambas ocupam lugares diferentes e papéis diferenciados. Minha principal questão era o que faz cada uma delas ocuparem essa posição. Como foram suas trajetórias e até onde gênero e *habitus* são formadores dessa situação. Nessa escultura podemos perceber que o corpo, o olhar e essencialmente a posição de cada mulher são marcados.

Como indivíduos, somos membros de famílias pertencentes a uma determinada classe social e espaço geográfico, recebendo influências de ambos. Essa posição no espaço social reflete-se na nossa formação e nas relações de gênero.

Como forma de esboçar as trajetórias sociais de nossas cientistas, apresentamos aqui as constatações referentes ao primeiro bloco de questões, as informações sócioeconômicas sobre a família de origem.

A princípio poder-se-ia imaginar que, para uma mulher poder estudar e especialmente fazer uma universidade, seria imprescindível pertencer aos altos estratos sociais. Mas, ao contrário, pudemos constatar que todas as 17 mulheres entrevistadas dizem ter origem social de classe média; entretanto, três se classificam como classe média alta e quatro da classe média baixa.

²⁰Obra de Louis Lejeune, *Nymphes de sources miraculeuses*. Disponível em: www.biomedicale.univ-paris5.fr/photos. Acesso em: 28.02.2006.

Para obter recursos financeiros que garantissem sua manutenção no curso de graduação, três contaram que recorreram a trabalhos como professoras de cursinho pré-vestibular, aulas de violão, plantões em Pronto-Socorro ou, ainda, trabalho como babá.

Seus pais tiveram diferentes profissões: bancário, político, dois trabalhadores não especializados, dois professores, mecânico, desenhista, marceneiro, pecuarista, prático de farmácia, três agricultores, engenheiro agrônomo, representante comercial, comerciante. Dentre a profissão das mães, podemos destacar: uma enfermeira, uma inspetora de alunos, seis professoras e nove donas de casa. Note-se ainda que nenhum dos pais é médico.

Sobre suas formações escolares, doze entrevistadas afirmaram ter estudado em escolas públicas e cinco estiveram em colégios particulares. Quanto às mulheres que estudaram em escolas públicas, há que se fazer uma ressalva, pois o ensino nessas escolas era de excelente qualidade, segundo informações das próprias entrevistadas. Essas escolas contavam com profissionais de altíssimo nível e suas estruturas e dependências eram de boa qualidade.

A construção das identidades também ocorreu em função das suas trajetórias, propiciadas pela classe social em que estavam inseridas e pelas influências que receberam. A situação econômica pôde propiciar as condições financeiras necessárias para prosseguir nos estudos e, principalmente, conseguiu transmitir os valores ligados a ser um profissional médico. Todas as entrevistadas, excetuando duas, enfatizaram que seus pais acreditavam que elas deveriam dedicar-se primeiro e especialmente às suas formações profissionais, não só como forma de prestígio e ascensão profissional, mas principalmente como um meio de autonomia, liberdade e crescimento individual.

Como a identidade é uma construção, não se nasce com determinadas características marcantes e definidoras do comportamento feminino, como dizia Beauvoir (1980). As relações pessoais, as instituições pelas quais passaram são

formadoras de uma identidade feminina, bem como a educação, o trabalho, a família serão os espaços onde as características do gênero se desenvolvem e passam a orientar atitudes e aspirações.

Suas trajetórias dentro da sociedade, onde recebem influências da forma como está estruturado o “campo”, como estudamos em Bourdieu, também remodelam as suas possibilidades de relação dentro dos grupos sociais. A perspectiva do agente vai sendo elaborada como portador de determinações sociais que agiriam sobre ele, na forma de esquemas de pensamentos já preestabelecidos como configuradoras de suas relações com a sociedade da qual fazem parte, dando assim um rumo às suas trajetórias.

Desta maneira, ao analisarmos a relação entre trajetória e gênero, tentaremos aprofundar a análise das relações de poder que se estabelecem no cotidiano, buscando compreender como esses processos se inscrevem nas relações de gênero, lugar social onde o poder igualmente se articula. E é nesse momento em que a mulher recebe a influência do social e age sobre ele, que traça sua trajetória. Assim, analisar as relações entre trajetória e gênero significa também desvendar o poder que permeia os discursos. Em alguns casos, pudemos perceber essa relação entre poder, gênero e trajetória, mas em outros não conseguimos compreender como essa trama era tecida, talvez por também fazermos parte dessa teia social.

Além do universo simbólico em si mesmo, essas trajetórias inserem-se na lógica econômica do mundo capitalista, onde a categoria trabalho tem um peso muito grande. Segundo Vaitsman, a participação das mulheres na produção econômica não as colocou em condições de igualdade sexual. Assim, a ênfase deverá centrar-se na tentativa de se descobrir dois pontos:

- 1) quais os mecanismos históricos que fizeram da mulher um ser subordinado ao homem em épocas e sociedades tão diversas;
- 2) porque somente neste século, e mais precisamente nos países ou setores capitalistas mais avançados e nos países socialistas, a situação objetiva das mulheres começa a se modificar: elas passam a ter consciência de sua posição social e se organizam enquanto movimento político autônomo com reivindicações específicas para a sua liberação (Vaitsman, 1989: 29).

Essa é uma questão pertinente e pode-se perceber que vários autores, em diferentes épocas, debruçaram-se sobre esse tema e se preocuparam em explicar essas perguntas. A conclusão a que alguns autores chegam, e desse grupo Simone de Beauvoir faz parte, é que “toda a história das mulheres foi feita pelos homens”. Embora determinadas mulheres pretendessem traçar outros destinos, a autora acredita que só conseguiram conquistar esses direitos porque os homens permitiram. E ela ainda vai mais além, quando fala do movimento feminista: “O próprio feminismo nunca foi um movimento autônomo: foi, em parte, um instrumento nas mãos dos políticos e, em parte, um epifenômeno refletindo um drama social mais profundo” (Beauvoir, 1980: 82).

Discordamos de Simone de Beauvoir nesse ponto, pois a conquista das mulheres deu-se em razão da luta social; mais precisamente, porque, enquanto seres históricos, as mulheres ocuparam determinados espaços que permitiram sua participação em movimentos de emancipação. Esses movimentos mudaram a participação da mulher no cenário público e promoveram seus direitos sociais. Permitiram que as mulheres pleiteassem condições de igualdade na sociedade civil.

O movimento feminista não aconteceu de uma hora para outra, nem aconteceu de maneira infundada, pois desde as revoluções do século dezoito, as mulheres vêm lutando por direitos e igualdades. Segundo Hobsbawm, essas lutas não foram inglórias e seus esforços resultaram em reais mudanças no sistema econômico, quer seja nos países capitalistas, ou mesmo nos socialistas:

Dar às mulheres igualdade de direitos legais e políticos, insistir no seu acesso à educação e ao trabalho e responsabilidades dos homens, mesmo dar-lhes visibilidade e permitir-lhes ir e vir livremente em público, não são mudanças pequenas, como pode atestar todo aquele que compare a situação das mulheres em países onde o fundamentalismo religioso impera ou volta a ser imposto (Hobsbawm, 1995: 310).

Essas conquistas foram e ainda são de grande importância, haja vista que outras mudanças estruturais que se seguiram tiveram como ponto de partida o reconhecimento de sua situação de cidadã. Mesmo quando as mulheres insistem em não dar o devido reconhecimento a esse movimento, reconhecê-lo significa admitir que muitas das suas conquistas devem-se a ele, Puppim nos relata que:

Ao fazer o “balanço” de sua trajetória profissional ascendente individual, praticamente nenhuma das entrevistadas prestou tributo a movimentos coletivos referentes à condição de gênero, pelo contrário: mostravam relutância com relação ao assunto do feminismo, mesmo quando assumiam em seu discurso valores e temas articulados pela agenda desse movimento (Puppim, 1994: 17).

Teceu-se o “patchwork” a partir das pequenas mudanças que ocorreram ao longo da história, em torno da conscientização e participação da mulher no mercado de trabalho, muitas vezes mediadas por pautas e agendas feministas. Essa mediação foi fundamental, pois em torno dela giraram as lutas e conquistas femininas.

Hobsbawm (1995) considera que essas pequenas conquistas foram primordialmente obtidas por mulheres que pertenciam à classe média e, portanto, tinham problemas referentes à sua posição social: suas motivações para entrar no mercado de trabalho formal dificilmente eram somente econômicas. Dentre esses problemas, o que assumiu papel de destaque foi o de como combinar vida familiar, filhos, marido, cuidado com o lar com suas expectativas profissionais.

Ainda, o autor afirma que, a princípio, as aspirações femininas das classes médias em relação ao trabalho não assumiram um caráter financeiro, pois o marido ainda provia todas as necessidades. Sobre essa afirmação, alguns pontos devem ser considerados: um primeiro refere-se à necessidade da mulher de fazer parte do “espaço público” e, nesse sentido, ser operária ou

pertencer à classe média da população não difere significativamente, apesar de concordarmos que seus interesses nesse espaço, em função de necessidades econômicas, sejam diversos em alguns momentos.

Continuando os argumentos de Hobsbawm (1995), no caso das mulheres de classe média, o cuidado com os filhos toma um novo rumo, pois os filhos passam a depender por mais tempo dos recursos financeiros dos pais para conseguirem obter instrução acadêmica, onerando o orçamento familiar. Nesse momento, o salário da mulher foi necessário para completar ou complementar a renda familiar. Entendemos que, de uma maneira bastante peculiar, tanto o trabalho das operárias quanto o das mulheres que pertencem às classes superiores foram dirigidos a somarem-se ao resultado do trabalho masculino, dentro da família. Podemos constatar essa afirmação no discurso de duas entrevistadas, que nos relataram que suas mães voltaram a trabalhar para poderem ajudar os filhos que estavam fazendo faculdade.

No caso das operárias, percebia-se mais claramente a premente necessidade da subsistência, era necessária a incorporação de mais um salário no sustento da família, nos cuidados mais imediatos do lar. A mulher deixa os afazeres domésticos e sai à procura de um trabalho que lhe permita ajudar o marido no sustento básico das crianças, ou mesmo a assumir essa função tendo em vista o desemprego, abandono ou doença do marido.

Outros autores também fazem essa distinção em relação ao trabalho da mulher de acordo com sua posição social. Esta é uma discussão importante na medida em que a consciência de classe social envolve um *habitus* que separa as ideologias e as necessidades das mulheres em cada grupo. Essa era a visão de Hobsbawm, quando escreve sobre o movimento feminista nos países desenvolvidos:

Apesar disso, nos países desenvolvidos, o feminismo de classe média, ou o movimento de mulheres educadas ou intelectuais, alargou-se numa espécie de sensação genérica de que chegara a hora da liberação feminina, ou pelo menos da

auto-afirmação das mulheres. Isso se dava porque o feminismo específico de classe média inicial, embora, às vezes não diretamente relevante para os interesses do resto do grupo feminino ocidental, suscitava questões que interessavam a todas: essas questões se tornaram urgentes à medida que a convulsão social que esboçamos gerava uma profunda e muitas vezes súbita, revolução moral e cultural, uma dramática transformação das convenções de comportamento social e pessoal. As mulheres foram cruciais nessa revolução cultural, que girou em torno das mudanças na família tradicional e nas atividades domésticas – e nelas encontraram expressão – de que as mulheres sempre tinham sido o elemento central (Hobsbawm, 1995: 313).

Essas mudanças permitiram que progressivamente todas as mulheres desfrutassem de uma nova posição na sociedade. Um conjunto de outros fatores tornar-se-ia um aliado das conquistas femininas. Sendo uma característica de muitas mulheres a capacidade profissional, um fator relevante foi a necessidade e a procura das empresas, para preencher seus quadros profissionais, de pessoas competentes, independente do sexo; outro fator foi o movimento de liberação das mulheres na década de setenta. Juntos, tais fatores produziram um expressivo aumento na participação das mulheres na sociedade econômica e política, e, ao mesmo tempo, na ciência. A partir de então, aumentou muito o grau de escolaridade feminina. É um fato impactante sabermos que as mulheres conseguiram obter uma escolaridade maior que a dos homens, em um curto espaço de tempo.

Esse caminho histórico foi necessário para que pudéssemos compreender que os movimentos do início do século XX caminharam para o surgimento de novas necessidades. Esses fatores, ao longo do tempo, foram construindo novas mentalidades e, ao final, propiciaram a demanda por novas universidades.

Podemos, nesse momento, dar um salto, pedindo a devida licença histórica, para incluirmos a Unicamp. Houve um aumento no número de alunos em condições de realizarem seus cursos superiores, e é sob essa óptica que, no subtítulo a seguir, trataremos desse tema. E ainda mais, foi nessa instituição que muitas profissionais já formadas encontraram emprego e puderam desenvolver suas pesquisas, foi um cenário onde se uniram novas propostas de trabalho e fontes de estudo.

1.3- A Faculdade de Ciências Médicas - Contexto da pesquisa

A cidade de Campinas inicia seu processo de urbanização: crescem os serviços, o sistema financeiro e as empresas públicas. Para acompanhar esse crescimento, essa demanda de qualificação profissional, associada ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, em meados da década de 60, começam os esforços para a instalação de uma universidade que pudesse atender a essa demanda social.

O primeiro ato legal da criação da UEC, Universidade Estadual de Campinas, foi a Lei Estadual no. 7.655 de 28 de dezembro de 1962, pelo governador Carvalho Pinto. No ano de 1965, a Faculdade de Medicina firma acordo com a Santa Casa de Misericórdia de Campinas e lá se instala. Várias professoras falam sobre esse local; Anita o descreve como: *“um lugar tão apertado! (...) tinha uma sala maior que foi dividida em quatro, com umas coisas que não chegavam nem até o teto, ouvia-se tudo o que acontecia ao lado”*.

Em 16 de Janeiro de 1963, assume o primeiro reitor da Faculdade de Ciências Médicas, Cantídio de Moura Campos, que permaneceu no cargo até 23 de agosto desse mesmo ano, sendo substituído pelo Reitor Mário Degni, de setembro de 1963 a agosto de 1965. O próximo reitor, Zeferino Vaz, permanece nesse cargo por um longo período de doze anos, de 1966 a 1978. Esses três reitores não foram eleitos, como acontece nos dias atuais, mas nomeados pelo governador do Estado. A pedra fundamental da universidade, no Distrito de Barão Geraldo, foi lançada em 05 de outubro de 1966.

Para as 50 vagas do curso de medicina, houve 1.592 candidatos. Esses cinquenta alunos, quarenta e cinco homens e cinco mulheres (Nunes, 1976), iniciaram suas aulas no dia 20 de maio, com uma palestra realizada pelo professor Antônio Barros de Uihôa Cintra, reitor da USP²¹.

Daquela época de salinhas apertadas, aos dias atuais, a Unicamp transformou-se numa das maiores universidades do país, não só pela sua extensão geográfica, mas por ser uma das mais concorridas e com altíssimo grau de excelência. Para as pessoas que assistiram a seu início e estiveram presentes desde a Santa Casa até o local em que hoje está instalada a universidade, essas mudanças foram admiráveis sob todos os aspectos.

Hoje em dia, a população da Unicamp, como a de todas as universidades, é composta por pessoas dos mais diferentes tipos: alunos, professores, funcionários, pacientes e prestadores de serviços. São migrantes e imigrantes que dão cor e cultura a essa tão rica universidade. Já nem sabemos se existem muros, dada a extensão de seu crescimento.

A industrialização de Campinas e a transformação urbana favoreceram a distribuição e ocupação do espaço social de forma rápida, mas por outro lado essa ocupação foi também marcada por condições precárias dos serviços públicos, inchaço urbano e excesso de população. Isto fez com que a Unicamp viesse suprir o papel de atendimento público. Nesse momento de implantação da universidade no Distrito de Barão Geraldo houve uma grande necessidade de profissionais da área médica. Era necessário convidar professores para participar dessa fundação, pois, além de ministrar aulas para os alunos de medicina, começaram a ser instaladas as residências médicas. A essa demanda foi acrescentada a necessidade de atendimento aos pacientes que chegavam em maior número ao Hospital de Clínicas.

Foi nesse contexto que as professoras que estudamos vislumbraram Campinas e, mais precisamente, uma universidade que iniciava seus trabalhos, quer seja sendo alunas, residentes ou como professoras. Seis entrevistadas eram

²¹ Disponível em: <http://www.ano40.unicamp.br>. Acesso em: 08-03-2006.

alunas de medicina e depois do término de seus estudos foram contratadas como professoras. As outras onze entrevistadas vieram de diferentes instituições, a convite da Unicamp, para ingressarem no quadro profissional.

O ano de ingresso na Unicamp, tanto como alunas ou professoras, variou da seguinte forma: uma professora em 1969, doze na década de 70, três nos anos 80 e uma em 1990. Podemos perceber que os anos de implantação da universidade coincidem com o aumento do número de contratação das profissionais. Marie narra sua história de inserção dentro da Faculdade de Medicina:

A gente tem uma relação com a escola muito grande e eu sou da primeira geração de ex-alunos que viraram professores. Porque sou da nona turma da faculdade, então, tenho ainda muitos dos meus professores que ainda estão atuando, muitos aposentaram; nós somos da geração que fomos alunos e agora somos professores. (...) não tinha muita gente por aqui, era um outro tempo. A gente terminava residência e era convidado pelo professor para ficar. Você fazia sua Pós-Graduação mas já estava contratado pela universidade. Era diferente, era outro tempo, para você prestar o concurso não precisava ter doutorado como é agora, então eu fiz o doutorado já sendo professora.

A forma de contratação dessas profissionais acontecia de maneira muito diferente da que podemos verificar agora. Elas eram avaliadas por seu desempenho acadêmico e principalmente por sua vontade de trabalhar dentro da universidade como professora, e na assistência. A necessidade de profissionais com titulação irá surgir num segundo período da universidade, na implantação do Projeto Qualidade, quando, entre outros fatores, para poder implantar-se os cursos de Pós-Graduação torna-se necessário, segundo exigências institucionais, aumentar o número de professores com titulação.

Uma importante marca imprimida por essas mulheres dentro da universidade são os valores decorrentes de sua origem geográfica; um ponto importante de salientar é o local de nascimento: dez vieram do interior do

Estado de São Paulo, duas da capital de São Paulo, quatro pertenciam a outros Estados do Brasil e uma de outro país. Algumas mulheres contam que migraram para poderem participar da formação dessa nova universidade. Outras relatam que, mesmo estando aqui em Campinas, tendo propostas de trabalharem em outros lugares, preferiram a Unicamp por sentirem que seriam mais autônomas, pois não existia nada formalmente estruturado, era um local onde poderiam criar e inovar dentro de suas especialidades, ou seja, tratava-se de uma “universidade nova”. Todas tinham outras propostas e a opção pela Unicamp foi uma escolha pessoal motivada por diversos fatores, mas o mais importante, e narrado por todas, era a possibilidade de fazer algo diferente, num momento que sabiam ser ímpar, aquele da implantação de uma academia.

Ao entrarem em contato com essa universidade ainda incipiente, enriqueceram-na, pois trouxeram na bagagem interesses, costumes e valores próprios, instituindo novas formas peculiares de pesquisar, que ajudaram a imprimir na Unicamp a marca da modernidade.

Essa universidade ganha, atualmente, sua maioridade, afinal são quarenta anos, momento em que goza de um reconhecimento público de sua importância como formadora de profissionais e de atendimento à sociedade, tanto na área de humanas, como exatas e biológicas. Sua história foi feita por todos os professores e funcionários que a ela se dedicaram. Nossa intenção não é a de contar a sua história, mas registrar dentro da sua história a importância das mulheres que estiveram presentes nos mais diferentes momentos, desde a sua implantação.

De um modo geral, as histórias vão se construindo de maneira dialética, mas, para algumas mulheres, os preconceitos e restrições que sofreram muitas vezes foram vistos como “normais”, em função da ousadia de suas escolhas, do momento histórico e não como impedimentos de gênero. Foram professoras que também enfrentaram, com seus colegas de trabalho, a política autoritária instaurada pelo Regime Militar dos anos 60. Quando percebemos que algumas mulheres nem se deram conta das discriminações pelas quais passaram,

concluímos que isto está de tal forma integrado em suas práticas cotidianas e em seu *ethos*, em suma, em seu *habitus*, que o maior desafio é, tanto para nós como para as professoras, discernir as diferenças de gênero.

Dessa forma, as diversas narrativas apontaram, na minha concepção, para uma trajetória típica de toda uma geração ou de um grupo específico de mulheres, e de certa forma traçaram alguns eixos centrais comuns, um esboço inicial do que seria um “campo social”, nos termos de Bourdieu. Seria muito interessante poder analisar o “campo” no qual essas trajetórias estariam inseridas, porém acreditamos ser um bom tema para estudos posteriores, levando em consideração que o conceito de “campo” de Bourdieu vai muito além da explicação do que seja uma área de atuação de um profissional e engloba muitos outros fatores.

Por isso, descreveremos a trajetória de todas as professoras entrevistadas como exemplares, pois assim esperamos compreender o quanto as diversas trajetórias marcam e constroem as diferenças entre a mulher e o homem. Destacamos que, ao falarmos de diferenças, estaremos enfatizando a posição de Saffioti, quando trata dos termos igualdade e diferença:

Não se trata de buscar qualquer outra igualdade situada fora do campo social, na medida em que isto levaria, inexoravelmente, a uma essência masculina e a uma essência feminina. Tampouco trata de negar diferenças entre homens e mulheres, o que representaria intolerância, mas de entendê-las como fruto de uma convivência social mediada pela cultura” (Saffioti, 1994: 271).

Ao contarem suas histórias, percebemos a narrativa de seus padrões culturais e sociais, que estaremos desenhando ao longo dos próximos capítulos. Compreendermos os principais pontos que todas têm em comum é central em nossas reflexões e por meio deles teceremos as considerações desta dissertação. Daí a importância de descrever as trajetórias.

O mais importante a ressaltar em suas biografias é que, mesmo depois do casamento, essas mulheres não desistiram, seus estudos continuavam com mais afinco, dedicavam-se na preparação de aulas e na formação de novos profissionais, tanto na graduação como na Pós-Graduação, davam plantões, procuravam dedicar-se cada vez mais às suas pesquisas e empenhavam-se em se tornar profissionais cada vez mais capacitadas. Tinham dificuldades em permanecer por muito tempo longe do país, para poderem fazer cursos ou participar de congressos.

Tiveram de desacelerar toda a intensa rotina de trabalho em razão dos cuidados com os filhos e a família, mas não diminuíram suas atuações ao perseguir seus objetivos dentro da profissão e, sobretudo, persistiram.

A Unicamp apareceu para muitas como o lugar das mudanças, um local onde teriam liberdade e poderiam desenvolver suas pesquisas, criar novas áreas de estudos, dedicarem-se a novas experiências e principalmente formar novas “mentalidades”, inclusive sobre o trabalho feminino na ciência.

Essas profissionais puderam presenciar diversas descobertas, muitas promovidas por elas, e imprimiram na Unicamp uma nova orientação sobre a forma de encaminhar a docência e a pesquisa, quer seja formando novos profissionais que seriam seus colegas de trabalho, ou, ainda, tratando de seus pacientes.

Considerando que uma universidade deveria agregar condições para que a pesquisa fosse desenvolvida, bem como pretendendo que a universidade ficasse em condições de ser comparada com as melhores do Brasil e quiçá do mundo, auxiliaram na implantação do Projeto Qualidade. Esse projeto não só privilegiaria a pesquisa, como estaria assentado em quatro pontos centrais: a docência, a extensão, a pesquisa e a administração.

As questões, que chamamos de gênero, serão discutidas no próximo capítulo; o que pretendemos é elucidar o que todas essas histórias têm em comum e o fato de serem mulheres, dentro de uma escola médica, que conseguiram realizar-se profissionalmente.

CAPÍTULO III - Questão de gênero

*Cette belle âme est une étoffe
Qu'elle brode en mille façons
Son esprit est très philosophe
Et son coeur aime les ponpons*

Voltaire

Eu não vou colocar a coisa por ser mulher, mas que pesou, deve ter pesado. A maneira como se desenrolou a história eu creio que não teria se desenrolado se fosse um homem que estivesse no local. (...) tendo discutido com outras pessoas e várias pessoas do meu círculo me disseram: Ana, eu acho que a coisa não teria chegado a esse ponto se você fosse um homem.

Ana

Nesse capítulo, analisaremos as questões relatadas pelas mulheres pesquisadas, no que se refere à conciliação da vida pessoal e profissional, ou seja, como o *habitus* se projeta na prática cotidiana das cientistas, tanto na academia como em sua vida pessoal.

Nem todos os discursos foram claros como o de Ana, muitas vezes as opiniões foram expostas de forma reticente, especialmente quando os discursos referiam-se às relações de gênero. A pergunta que nos guiava era se as professoras acreditavam que, por serem mulheres, tiveram maiores dificuldades para a conciliação entre sua vida familiar e suas relações profissionais. Foram ou não discriminadas, perceberam ou não que, durante todo o processo de construção da vida profissional, fatores referentes ao sexo ou mesmo ao gênero fizeram coro com outros fatores de ordem institucional e dificultaram suas trajetórias.

Sabemos que as discriminações existiram, algumas foram percebidas e compreendidas pelas professoras, outras passaram por elas como se tudo fizesse parte da profissão. Algumas falas mostraram que se sentiram preteridas pelo fato de serem mulheres, mas, na maioria dos discursos, essa diferença não foi compreendida como discriminatória ou excludente. Os discursos só passaram a ser mais contundentes quando se referiram às responsabilidades familiares que deviam assumir (suas “segundas jornadas”), junto com todos os compromissos profissionais e sociais.

Acreditamos ser importante nesse momento compreender quais os mecanismos que estão interagindo em seus discursos. E para tanto devemos considerar as relações de poder que se estabelecem entre homens e mulheres que participam de uma sociedade e de um tempo histórico determinado, iniciadas pelo processo de socialização primária. E essa questão foi colocada por Beatriz, quando a relaciona com as dificuldades que as mulheres hoje em dia encontram para desempenhar cargo diretivo em seu departamento:

Porque na infância as mulheres aprenderam que elas têm que ser amiguinhas: vamos andar todas juntas, vamos sentar ao lado da mesa, nós somos iguais e nós vamos discutir tudo. É o que funciona em determinados departamentos que na maioria tem mulheres, não fazem nada se não for com reuniões, todas iguais e aí a chefe é eleita e ela tem que pedir a opinião de todas para tomar qualquer decisão. Esse é um mundo feminino que ele já é colocado desde a infância, entende. E não é aceita a posição da mulher que chega e dá uma ordem, isso é complicado. Acho que essas questões é que estão mais por trás, aí tem mais impedimentos dela conseguir exercer os cargos de direção. Essa dificuldade eu senti e a vivo. E isso só poderá mudar quando as mulheres perceberem que no trabalho existe hierarquia; que você precisa ter no trabalho e nas instituições uma hierarquia então você precisa aprender a trabalhar com a hierarquia. Mas elas aceitam a hierarquia quando vem de um homem e não quando ela vem de uma mulher, então isso que dificulta e isso são questões que não mudaram nesses poucos anos. Deus dá inteligência para homem e para mulher, Ele não perguntou se é homem ou se é mulher, mas na prática fica dificultado pelas questões sociais, não sei que palavra usar, culturais.

Não ficou claro na visão da Beatriz se as mulheres deveriam aceitar a hierarquia, quando vinda de outra mulher ou se as mulheres deveriam se comportar como os homens, ou ainda se o excesso ou a falta de autoridade é que

implica em dificuldades com o respeito às ordens. Poder-se-ia pensar numa forma diferente de realizar o mando quando ele é executado por mulheres, segundo sua fala. Mas o que nos deixa claro é a dificuldade em exercer cargo de direção por ser mulher.

O estudo de gênero também leva em consideração que o acesso aos espaços culturais possibilita a construção de representações sociais sobre as relações entre os sexos: uma estética e uma ética próprias de grupos que dominam as instâncias políticas. Nossa pretensão não foi a de analisar as diferenças que estão no campo da ética ou mesmo da estética, mas as que são produzidas na representação social das identidades de gênero e, principalmente, os significados que lhe são conferidos.

A questão sobre a ‘inconsciência’ para o fato das professoras não terem tido a percepção dos constrangimentos em razão do sexo, só poderia ser respondida se pudéssemos elucidar as representações sobre gênero que permearam e permeiam as trajetórias das mulheres; investimos nessa tarefa a seguir.

O que seriam coisas de mulher, e para as mulheres entrevistadas quais seriam suas atitudes, posturas ou mesmo quais suas construções sobre o que seria característica intrínseca do “ser feminina”. Essa foi nossa preocupação para podermos entender a representação que elas fazem sobre o que vem a ser uma mulher dentro de uma escola médica.

1.1- Isso é coisa de Mulher

As pessoas até querem ser como a gente, mas não estão dispostas a pagar o preço que pagamos, a quebrar barreiras.

Simone

Podemos encontrar a essência do feminino nas formas de um corpo; na maneira como esse corpo caminha; no pensamento, no jeito de ver a vida, em sua contribuição à ciência. Inclusive em suas contradições do que seja ser mulher, resultado de uma auto-análise ou mesmo em função de ideologias e representações de seus papéis na sociedade. Tudo depende de um olhar.

Embora tenha havido mudanças significativas nas relações de gênero e poder, ainda se vive um momento de fortes contradições, resultados de processos de rupturas. As mulheres recebem informações contínuas através da mídia a respeito de um modelo feminino que seduziria através da aparência de juventude, do corpo firme, mostrando formas definidas, como sinal de saúde. Muitas buscam preencher essas características, em que a mulher ideal e perfeita é aquela figura bem cuidada fisicamente, bem sucedida profissionalmente, com uma família exemplar.

Essas características constituem um mito que pressiona a mulher a esforçar-se cada vez mais para alcançar tais metas. De outro lado, compreendemos que o cuidado com o corpo e a preocupação com o belo são tão antigos quanto a própria civilização. Não podemos confundir a feminilidade com os exageros produzidos por uma ditadura do corpo belo e as imposições de uma indústria da beleza. Sobre esses temas gostaríamos de poder nos debruçar em outro momento, analisando os efeitos que supostamente produziram nas mulheres intelectuais: até onde essa propaganda massiva atingiria essa parte da sociedade.

Até o momento, podemos perceber que esse modelo feminino, que se preocupa com o belo e o saudável, esteve presente nas falas de nossas entrevistadas. Na maioria, essas professoras gostam de ir a cabeleireiros, esteticistas, fazer comida e outras tantas coisas que necessariamente não pertencem, nos dias de hoje, somente ao universo feminino, mas ao gosto humano pelo belo, pelo estético e pelo saudável e agradável. O jaleco branco, o cabelo curto ou preso e os óculos dão lugar a mulheres bem cuidadas.

Algumas mulheres expressaram que não se sentiram discriminadas ao longo de suas carreiras de professoras. O fato de serem mulheres não trouxe nenhuma barreira que as impedisse de pleitear o local que hoje em dia ocupam. A competência aparece como a marca que separa a universidade de todos os outros mundos, enfim, compreendemos que a Faculdade de Medicina é um local onde se privilegia o saber e, portanto, lugar onde supostamente as mentes seriam livres, é como apresenta Helena:

Eu acho que se é competente, independente de ser homem ou mulher você consegue as suas coisas. As instituições que apóiam as pesquisas não se preocupam com isso, o que eles se preocupam é com a qualidade do que você faz, com o teu perfil e eu nunca me senti discriminada.

Porém, para entrar nesse círculo, ser parte integrante desse grupo, concluir o percurso até tornar-se professor de uma instituição como a Unicamp é um processo de que muitas não puderam atingir o final. Consideramos que para poderem concluir seus estudos, morarem em outra cidade (pois na maioria das vezes a faculdade e mesmo os cursos secundários não eram feitos na própria cidade), serem alunas de uma faculdade de medicina na qual muitas vezes representavam a minoria, são bons indicadores de que nem todas as inserções ocorreram de forma tranqüila.

Algumas situações sobre o que significava ser mulher dentro da universidade podem parecer sutis, mas ganham um denso relevo quando se tornam “leis”. A forma de estar vestida também faz parte do que seja a representação do feminino. Sabemos ser comum, na época do professor Zeferino Vaz, um dos reitores da instituição, o uso obrigatório de saias nos fóruns e mesmo em repartições públicas. Na universidade, essa idéia era reforçada, quando o uso das saias também se torna obrigatório, pois o uso de calças compridas na reitoria era entendido como um confronto, segundo as palavras de Alice:

Zeferino era uma pessoa inteligentíssima, mas dentro da reitoria, na época dele, mulher só podia entrar de saia. Quando entrávamos [na reitoria] a secretária geral já nos avisava e íamos de saia para ele não falar que estávamos confrontando. Preferíamos confrontar em outras coisas, não na saia. O Zeferino não gostava que usassem calça comprida, isso em 1977, 1978. O pessoal gozava porque eu nunca usava saia, só quando ia para a reunião. Todos já sabiam: 'ah, você tem reunião hoje, não?', porque eu estava de saia.

Por outro lado, a feminização “excessiva” não é bem vista dentro da universidade, o uso de roupas justas e curtas pode ser interpretado como provocativo e desrespeitoso. Pregam que no local de trabalho deve imperar um vestir sóbrio e uniformizado pelo uso do jaleco ou avental. Nesse momento, estamos falando de um ambiente hospitalar onde existem regras e padrões de segurança que não permitem determinados trajés. Tendo esse ponto como principal: a segurança do paciente, bem como a do próprio profissional da área da saúde, Simone sabe que uma parte desse ensinamento deve ser dada pela universidade. Entretanto, com relação às roupas que uma mulher deve usar, a professora acredita fazer também parte de um ensinamento que deveria ser dado em casa, mas que percebe que as “moças” não têm essa formação:

A mulher foi se assumindo, mas ela não se posiciona, por exemplo, na mulher a roupa é importante, você não pode trabalhar de 'top' e saia bem apertada, o pior é que isso acontece muito. Acho que algumas mulheres não sabem se comportar, eu ensino para meus alunos, exijo que meu pessoal use avental, porque eu também uso; e ensino minhas filhas.

Esse discurso foi a tônica em todos os relatos. O fato de estarem em um ambiente hospitalar e educacional faz com que a preocupação dessas profissionais esteja além de padrões morais ou éticos. Tratar pacientes fragilizados exige certos comportamentos que são específicos da profissão, são valores deontológicos:

Quando eles entram aqui no terceiro ano é um absurdo o jeito que eles vêm vestidos. Não pode, você agride o paciente, isso a gente tem que ensinar. É um absurdo ter que ensinar que tem que usar o avental, tem que vir com determinadas roupas, mas isso era para já estar embutido na educação, mas isso não está.

Em sua maioria, as professoras são mulheres bem cuidadas, bem penteadas. Elas colocam as dificuldades entre fazer o que lhes parece ser classicamente concernente às mulheres, ou seja, ir ao cabeleireiro, massagista, esteticista e o que tem condições de efetivamente fazer em função de todas as atividades que assumem. Uma das coisas que se pode apontar sobre o tempo dedicado aos cuidados pessoais está presente no discurso de Valquíria: *“de dois anos para cá não faço mais nada científico no domingo. É o dia que dedico para mim, é o dia que eu vou ao cabeleireiro, é o dia que eu viro ‘perua’, (risos), com todo direito”.*

O fato de terem um tempo livre para si mesmas parece um luxo, algo que só conseguem depois de muitos anos de dedicação exclusiva a suas profissões. Para as profissionais mais jovens, ou mesmo quando iniciaram suas carreiras, o dedicar-se ao cuidado consigo mesma seria quase impossível, em função do tempo. O tempo que elas tinham era destinado aos seus estudos, preparação de aulas, correção de provas e ainda à conciliação com seus afazeres domésticos.

E um outro fator, mais interessante, é a posição assumida pelas outras mulheres. Sofia conta com a reprovação de determinadas mulheres quando se propõe a destinar seu tempo livre aos seus próprios cuidados; ela conta sua experiência:

Eu sou uma pessoa vaidosa e procuro estar sempre arrumada, mas sem exageros, sou feminina nesse ponto (...) às vezes elas [as outras professoras que trabalham no mesmo

departamento] ficam bravas porque me cuido e tem dia que saio mais cedo para fazer massagem e falo: 'estou saindo para fazer massagem' e você percebe aquela coisa: 'deveria estar aqui trabalhando até sete e meia, como foi fazer massagem? ' Tem gente que não tem coragem de assumir que é uma mulher vaidosa e se cuidar, mas eu sou.

E quando pergunto a Sofia porque ela acredita que outras mulheres têm esse comportamento, e se é comum, entre as mulheres que estudam bastante, dar pouco valor à aparência, ela enfatiza que: *“Têm algumas coisas engraçadas que a gente sente, existe esse conceito que a mulher que se cuida e que tem uma preocupação de estar arrumada é meio incompatível de ser uma boa profissional”.*

É conhecido o fato da representação ideológica do que seja uma característica masculina: a falta de cuidados com a aparência. Acreditamos ser essa característica apenas uma alegoria, pois tanto homens como mulheres normalmente se preocupam em estar apresentáveis em seus locais de trabalho. Não faz parte de um gênero o cuidar da aparência, a vaidade. Mas ao longo da história, essa ideologia conseguiu tal força que ainda hoje é muito difícil compreender que tanto homens como mulheres utilizam seu tempo livre no cuidado com o corpo, e isso significa comprar cremes, ir a clínicas de estética, fazer cirurgias plásticas e massagens, sem afetar em absoluto a competência profissional.

Um outro ponto levantado pelas entrevistadas em relação ao que acreditam fazer parte do universo feminino foi a responsabilidade pela alimentação da família, visto por algumas como um ato extremamente prazeroso. A cozinha, um lugar onde gostos, sabores e perfumes são combinados (e é importante que sejam combinados com criatividade para poder proporcionar aos que apreciam essa ‘alquimia’ a sensação de descoberta da Pedra Filosofal), ainda soma-se a esse local a arte; saber apresentar um prato e servir é uma qualidade de poucos. Sofia sentiu o preconceito das mulheres quando assumia que gostava de cozinhar e do prazer de servir e degustar uma boa comida, o que, segundo ela, funcionaria como uma terapia:

Nessa época, eu era um ser estranho: como mulher, médica, pesquisadora, pode gostar de cozinha? Mas você quer saber qual o maior preconceito? Das próprias mulheres, sempre me olharam com olhares estranhos, pois acreditam que cozinhar é para empregadas. Essa foi uma das coisas que eu mais senti diferença aqui dentro. Todo mundo gosta de comer, mas na hora de fazer... é uma coisa até pejorativa, elas acham lindo falar que não cozinham, é chique, porque cozinhar é uma coisa menor, e falam aos ventos: “odeio cozinha”. Em casa não fazem nada e comem fora todo dia, e eu penso: que pobreza.

A responsabilidade pela alimentação vem associada ao equilíbrio da saúde da família, preparar os alimentos diariamente destoa da poesia. Cozinhar nem sempre tem o mesmo significado para as mulheres, ao mesmo tempo que é uma atividade que pressupõe certo requinte, degustar um bom prato compara-se a analisar uma obra de arte, a rotina da preocupação constante com o que se fará na próxima refeição torna-se um grande fardo para pessoas que, obrigatoriamente, têm que conciliar sua vida profissional a mais essa atividade. Talvez o ato de cozinhar seja a atividade que mais aproxima a mulher de sua condição de dona de casa. Em sua fala, Helena simplifica, conclamando a que se admitam as coisas de que verdadeiramente se gosta, pois facilitaria a relação com seus parceiros. E, concluímos livremente, independente de pertencer ao sexo masculino ou feminino, facilitaria a relação consigo mesma:

Eu acho que na hora que as mulheres disserem eu adoro cozinhar para minha família no dia de domingo, ou eu adoro ficar estudando [na madrugada] para poder ficar com a família até as 10:00 da noite, o homem não servirá para ser seu companheiro se não souber respeitar seus limites e suas vontades.

O trabalho doméstico tem a marca de ser rotineiro, cansativo e enfadonho. Todas as atividades acontecem em função dos períodos de alimentação e sono, de limpezas de casa e roupa. Sempre guiado pelo dia da

semana responsável pela feira, pela faxina, pela escola e atividades de aulas extras dos filhos. A previsibilidade é o que acentua essa ocupação. Essa é a condição de que muitas mulheres fogem, essa atividade se parece com as águas tranquilas de um lago que esconde Tânatos. Helena é uma mulher muito calma, mas extremamente ativa, que a cada dia procura fazer as coisas de forma diferente, e quando perguntei o que faz rotineiramente, ela respondeu:

O bolo de natal, a base dele é super legal, nele vai o vinho. Para ficar com uma consistência ligada, você bate o vinho com os ovos inteiros, e aí tem lá a receita, vão frutas secas, noz moscada, cravo da Índia, canela, é um perfume, uma especiaria. E durante o ano inteiro fico testando várias coisas para ver se descubro as diferenças. E eu juro por Deus que se você me der o bolo agora eu sei se ele tem ou não tem cada ingrediente. Tem uma riqueza de vida, a gente é muito medíocre, poderíamos estar mais felizes, sabendo saborear e ver que por mais que a gente seja animal, a natureza te provê com coisas que você pode ser divino na hora que você quiser. Cada pessoa que eu olho eu quero ver a obra dessa pessoa, defeito nós todos vamos ter.

E do que é simples colhemos grandes aprendizados, na verdade o lago de Tânatos pode abrigar Eros, a resposta de Helena responde muito mais do que foi perguntado. A condição humana é maior que qualquer outra condição imposta ou aceita socialmente, essa condição pode ser construída por atores sociais. Existe o rio, mas podemos escolher o nosso curso, ao nosso tempo, utilizando o meio de que dispomos para atravessá-lo.

Um outro tema muito delicado que ainda não foi estudado e mereceria uma atenção maior, é sobre o assédio sexual pelo qual algumas mulheres dizem ter passado. Mesmo não tendo dados aprofundados e extensos, há indícios que esse é um tema tabu. Sentimos isso, pois na maioria dos casos as mulheres dizem ou nunca terem passado por isso, ou ainda tergiversam sobre a informação.

Discursos como o de Simone mostram que esse tipo de comportamento, às vezes, fazia parte das relações entre homens e mulheres:

Mas com relação a assédio sexual... uma vez peguei carona com um cara e quando cheguei no tapetão ele perguntou se tinha algum motel por perto. Eu respondi: 'abre a porta ou eu pulo e ainda vou fazer queixa contra você'. Isso aconteceu há uns 20 anos e não tinha isso de fazer queixa por assédio. O assédio daqui foi violento, em todos os sentidos até pouco tempo atrás. Só que isso nunca me barrou (...) Eu nunca levei determinadas brincadeiras na boa, eu sempre levei as coisas a sério.

A solução que Simone encontrou para poder continuar trabalhando num ambiente “masculinizado” foi a de assumir uma postura de hiperseriedade, de restringir seu comportamento ao mínimo necessário e ao estritamente polido: *“Você tem duas saídas, ou você fica promíscua, falando palavrões e dizendo gracinhas ou você toma uma atitude de respeito e essa foi a minha decisão. Fazer-me respeitada e isso em todos os sentidos”.*

Seria muito interessante em futuros estudos obter metodologias adequadas para podermos avaliar a dimensão da “masculinização” no ambiente acadêmico e o que isso representa para a permanência das mulheres nos diferentes espaços universitários.

Quando perguntadas se preferiam orientar homens ou mulheres, a maioria disse não haver diferença, mas Fernanda vai além. Ela coloca que realmente não existem diferenças quanto às capacidades, mas o fato de ser mulher facilitaria compreender determinadas particularidades femininas que impedem o bom andamento de um trabalho científico, transformando-as em terapeutas: *“(...) e isso aí vira uma coisa meio terapêutica, até porque o trabalho parou porque a pessoa está com problema, precisando falar com alguém e muitas vezes fala com a orientadora”.*

As mulheres que orientam expressam essa característica que é a de ser muitas vezes a terapeuta de seus orientados. Não seria uma marca das mulheres, mas estaria dentro das principais qualidades esperadas de uma boa orientação. O envolvimento, o vínculo afetivo e as transferências inerentes a essa condição são muitas vezes desejados e esperados por essas profissionais, pois deles depende, e muito, um bom trabalho.

Muitas mulheres dizem ter tido problemas por suas aparências serem confundidas como infantis ou mesmo frágeis. Salientam, que por várias vezes, tiveram que mostrar que a condição de mulher não é a de subserviência ou de complacência, ou ainda de aceitação. Isso se agravou ainda mais para Patrícia, pois, associada a uma aparência de “menina”, tem uma voz doce, é muito “feminina e delicada”; esses seriam os principais ingredientes para não ser vista como uma profissional competente. Ela nos conta que muitas vezes foi o que aconteceu e relata como enfrentou esses preconceitos por causa dessas características físicas:

A dificuldade que eu tenho até hoje, mulher baixinha e com cara de nova. Você tem que dar botinada para ser respeitada, não adianta, não adianta. Você tem que peitar e ser sem educação mesmo, se impor e muitas vezes tem que falar na linguagem do outro para se impor mesmo porque a tendência do meio é de tratar como se sempre fosse uma garotinha. Eu falo baixinha porque eu acho que com as mulheres mais altas não acontece tanto. O fato de ser pequena e de aparentar nova de idade e ser mulher, a tendência é as pessoas te tratarem como garota e às vezes não te levarem a sério e não te respeitarem e aí eu aprendi que temos que falar a mesma linguagem.

E continua seu discurso, relatando porque os homens pensam desse jeito, colocando as principais características que, presumidamente, são referentes ao sexo feminino, sendo esse o motivo de serem tratadas de forma diferente em reuniões, ou ainda em questões que envolvem disputas de poder:

É porque eu acho que a pessoa presume que ela vá ter menos resistência e mais subserviência, delicadeza e fragilidade. Ela presume: "Ali deixa que eu resolvo porque eu chego com voz grossa, falando numa altura maior e resolvo isso, aquele outro ser é fragilzinho, vai falar com delicadeza, fininho, baixinho": eu acho que se presume isso de antemão.

Em síntese, tentamos levantar as principais questões que perspassaram seus discursos sobre como vêm sua condição de mulheres dentro de uma instituição. Não existe um único discurso do que seja o ser feminino, mas um conjunto de fatores que apontam para certas características do que seria o socialmente esperado para as mulheres. Estaremos abordando esses temas com mais precisão ao longo desse capítulo, procurando compreendê-los a partir de vários pontos de vista. O primeiro momento que nos propomos a compreender é a família como o *locus* onde primeiro se estabelecem os símbolos e significados existentes na sociedade.

1.2- A família e as mudanças: um diálogo possível

A categoria gênero permite-nos compreender como homens e mulheres são constituídos cotidianamente por um conjunto de significados impregnados de representações, conceitos e subjetividades. Segundo Saffioti, gênero não é sinônimo de mulher, ele regula, além da relação homem-mulher, também a relação entre as mulheres e entre os homens (Saffioti, 1969).

Nessa mesma linha de raciocínio, quando esclarece o conceito de gênero, Saffioti nos aponta:

Conceber gênero como uma relação entre sujeitos historicamente situados é fundamental para demarcar o campo de batalha e identificar o adversário. Nestas circunstâncias, o inimigo da mulher não é o homem nem enquanto indivíduo,

nem como categoria social, embora seja personificado por ele. O alvo a atacar passa a ser, numa concepção relacional, o padrão dominante de relação de gênero (Saffioti, 1994: 275-276).

Acreditamos que refletir sobre relações de gênero implica repensar, entre outras coisas, a família. O que nos propomos neste tópico é lançar um olhar interessado sobre os processos sociais construídos e constituintes dos sujeitos sociais no contexto familiar onde se dão as práticas sociais.

No caso específico de nosso estudo, a tônica do trabalho profissional realizado por essas mulheres foi a possibilidade de desenvolvimento pessoal e independência. Elas reconhecem suas contribuições sociais enquanto pesquisadoras e médicas, suas carreiras fazem parte de suas escolhas pessoais e, em todos os casos, são mulheres bem sucedidas em suas profissões. Porém, a relação entre trabalho fora de casa e organização familiar parece acontecer entremeada pelo conflito da realização pessoal e da formação moral/social que delega à mulher os cuidados com os filhos e com a família como uma obrigação natural.

Temos em vista a discussão de que a família caminha para uma nova forma de organização, que considera o trabalho feminino fora de casa tão importante quanto o masculino, e que o espaço doméstico deveria ter tal divisão que proporcionasse aos seus membros os mesmos tempos de descanso e de prazer no cuidado com os filhos. Assim, discutimos nesse trabalho os possíveis obstáculos ou, ainda, algumas saídas encontradas pelas mulheres em pauta para essa questão. Segundo suas falas, o cuidado com os filhos poderia ser dividido em dois momentos: no primeiro, seria o de satisfazer as necessidades imediatas da criança, ou seja, vestir, alimentar e ensinamentos sobre o cuidado e higiene com o corpo e, num segundo, o contato que chamam de “prazer”, há as conversas e brincadeiras que desfrutam na companhia das crianças.

Considerando que essas mulheres são intelectuais e se caracterizam por aceitarem e promoverem mudanças, estudar a forma como organizaram suas vidas profissionais, científicas e familiares, foi relevante do ponto de vista sociológico para os estudos de gênero e família. São igualmente importantes para a compreensão da desigualdade de gênero e do processo de transformação nas relações sociais entre homens e mulheres.

O que quisemos ressaltar é que optamos por estudar essas mulheres, por considerar que suas famílias estão se reestruturando, por meio de um processo de negociação, a partir de uma ética da vida cotidiana, numa tentativa de transformar suas relações pessoais e melhorar suas propostas profissionais. E ainda na esperança de poder promover discussões para futuras gerações de cientistas. A seguir, iremos expor um ponto muito importante para os estudos de gênero e que esteve presente em todas as narrativas de nossas professoras entrevistadas: a questão da maternidade.

1.3- Maternidade e dedicação à profissão: os enigmas nesse caminhar

Quando engravidei, a minha mãe falou: 'Você está louca? Como é que você vai cuidar desse filho, que hora você vai cuidar?' Eu sempre viajei muito e sempre estive envolvida com muita coisa, eu respondi: 'deixa comigo que eu vou me ajeitando.'

Elise

Nesse momento, pretendemos delinear assimetrias das funções sociais entre homens e mulheres em decorrência da maternidade, quando se pretende uma carreira que requer tempo integral de participação e, ainda, excelência profissional. Grande parte das entrevistadas tem uma história sobre as barreiras que tiveram que transpor por conta de sua escolha de terem filhos, Anita nos descreve muito bem esse problema:

Quando nasceu minha filha, eu faltei nas aulas uma semana, era outubro e teve uma prova semanal que não fiz. Fui falar com ele [o professor] e ele me respondeu: “isso é problema seu”. Naquela época, eu era muito boba não era a mesma pessoa de hoje, eu fiquei com muita raiva, estudei muito e a minha nota melhorou quando eu prestei o exame.

A esse respeito, vale considerar que estudos da psicologia vêm definindo um modelo de *maternagem* e de *paternagem*, para serem exercidos simultaneamente pelo homem e mulher. Portanto, é possível a mulher voltar, ao final da licença maternidade, às suas atividades sem a ansiedade de não estar cumprindo seu papel de mãe de forma adequada. Do mesmo modo, é muito importante que o pai também assuma as responsabilidades com relação aos cuidados com seus filhos.

Quando os cuidados com os filhos não são divididos, as mulheres sentem-se e tornam-se excessivamente responsáveis por eles, transferindo a quase exclusividade da maternidade biológica para a dimensão psicológica e social. Nesse contexto, as mulheres, independentemente de sua condição social e econômica, passam a sofrer todas as consequências por assumirem sozinhas a reprodução da família, mesmo existindo a presença masculina.

Queremos ressaltar, também, que essa afirmação deve levar em consideração que “ser mãe” e “maternar” são práticas diferentes de uma cultura para outra e são interpretados de diversas maneiras entre os membros de cada sociedade. Segundo Saffioti (2004: 56), maternar significa “cuidar com afeto” e a mulher aprende com sua mãe a maternagem:

O importante a frisar é que a mulher materna. Ela não precisa, necessariamente, ser a mãe da criança; pode ser uma parenta, uma amiga ou uma pessoa para isto assalariada. **O pai paternava antes da emergência do capitalismo. Com esse advento deixou de paternar.** Sai para

o trabalho e, quando retorna ao lar, está “demasiadamente” cansado para se desincumbir desta tarefa. (...) Como o pai não paterna, não se cria aquele vínculo profundo entre filho e pai, como se estabelece entre a filha e a mãe. [grifos do autor]

O resultado dessa ausência de vínculo formado através da paternagem leva o menino a construir sua identidade através da negação do feminino. Concordamos com essa afirmação de Saffioti, pois podemos observar que em algumas sociedades indígenas e africanas, por exemplo, a maternagem e a paternagem são mais coletivizadas, não recaindo toda a responsabilidade apenas para os pais biológicos. Os filhos não são vistos como responsabilidade unicamente dos pais, pois compreendem que essa criança, por fazer parte de uma sociedade, precisa receber dela suas informações e formações.

Um ponto central a ser discutido é o modelo de maternidade que centraliza na mulher, como se fosse seu projeto de vida, a criação dos filhos, levando-a a não poupar esforços para garantir a reprodução do seu grupo familiar. A fusão entre as identidades de mulher e mãe, distintas por definição, mas altamente relacionáveis na prática, pode apresentar a maternidade como sagrada, um momento de sublimação feminina e conduzir à conclusão de ser uma condição transcendental, própria da natureza feminina. Ao se responsabilizar somente a mulher pelo cuidado físico e a educação dos filhos, retira do pai a possibilidade de “paternar” e de contribuir com sua participação na formação de um novo indivíduo.

Nossas reflexões traçam as principais concepções de maternidade socialmente construídas, expressas no discurso de mulheres intelectuais; analisamos seus discursos, não somente suas falas sobre como compreendem e sentem a maternidade, mas também como ela é vista no meio em que desenvolvem suas atividades profissionais. É com esta preocupação que escolhemos trabalhar o tema da relação entre maternidade e trabalho, para podermos identificar as dificuldades e as saídas encontradas ao conciliarem a criação dos filhos com sua opção pela carreira universitária. Bruschini considera que,

Mas é a presença de filhos o que interfere de forma mais marcante na participação feminina no mercado de trabalho. A responsabilidade pela guarda, cuidado e educação dos filhos na família e a insuficiência de equipamentos coletivos, como creches, limitam a saída da mulher para o trabalho remunerado, sobretudo se os rendimentos obtidos são insuficientes para cobrir custos com formas remuneradas de cuidado infantil (Bruschini, 1994b: 69).

Utilizamos esse discurso de Bruschini para podermos enfatizar que não importa a que classe social a mulher pertença, a presença dos filhos será marcante em sua trajetória profissional. Seria interessante podermos avaliar se o número de filhos e suas idades interferem nessa trajetória; para isso precisaríamos avaliar sua produção intelectual em comparação ao ano de nascimento de seus filhos.

Essas reflexões surgiram no decorrer das entrevistas das mulheres. Todas declararam que, em algum momento de sua vida de “mães”, tiveram que optar entre o cuidado com os filhos e suas atividades profissionais. Diminuir a quantidade de tempo trabalhado, deixar de ir a congressos e fazer cursos no exterior, ou ainda participar dos cursos e congressos no exterior e escutar “dos outros” que negligenciam sua prole, ou ainda estar em outros lugares, mas o “coração” estar presente ao lado de seus filhos. Não só a cobrança que cada mulher faz a si mesma sobre sua participação como mãe dentro de seu lar, mas também como elas interpretavam o olhar do outro, e esse olhar aqui compreende a sociedade, sobre como elas estavam lidando com essa situação pesou muito em suas vidas e para muitas foi motivo de desistir de alguns projetos que ainda poderiam ter sido desenvolvidos.

Uma professora universitária dentro de uma instituição pública tem uma carreira que vai muito além de uma simples jornada de trabalho. Essa carreira engloba horas de preparação de aulas, seminários, palestras e, sobretudo,

congressos; engloba ser médica e requer atendimentos, consultas e plantões dentro do hospital; engloba ser pesquisadora, estar em contato com leituras e desenvolver projetos junto com alunos de Pós-Graduação e com seus pares, e especialmente publicar o resultado de suas pesquisas. Mesmo a professora não sendo médica, ela, obrigatoriamente, desenvolve trabalhos junto à comunidade.

Freqüentemente, a pergunta girava em torno do tempo, como elas conseguiram exercer todas essas atividades. Como elas conseguiram, além de realizar todos os seus trabalhos na universidade, conciliá-los com os cuidados com as crianças. Helena explica como procedia:

O meu esquema era assim: eu sempre trabalhei muito depois que as crianças iam dormir, tinha época que eu até amanhecia, se fosse o caso, e eu tinha uma dificuldade... porque tudo começa às 8 e às 8 horas estava capengando de sono.

Para podermos avaliar a quantidade de tempo trabalhado por essas mulheres, dividimos o dia em três fases de trabalho: presencial, familiar e complementar.

A primeira fase, a do trabalho presencial, seria o momento no qual se dedicariam ao trabalho remunerado, cumprindo determinadas horas, de acordo com o regime de trabalho.

Na segunda fase, que chamamos de trabalho familiar, resolveriam as tarefas relacionadas ao lar, aos cuidados e manutenção da limpeza e alimentação. Mesmo com o auxílio de empregadas ou de parentes, esse seria o momento de avaliar a prestação de serviços ou, ainda, dedicar-se ao cuidado com a higiene e atividades escolares e extra-escolares dos filhos.

A terceira, o trabalho complementar, uma retomada dos estudos pertinentes à sua atividade remunerada que não foram feitos dentro do horário normal de trabalho. As atividades de lazer e cuidados pessoais estariam vinculadas à possibilidade de diminuição do trabalho complementar.

Helena foi um exemplo da existência desses três momentos: declarou que durante o dia estava dentro da Unicamp, resolvendo todas as atividades pertinentes, ia para casa e lá, depois de organizar sua casa e o cuidado com os filhos, partia para um terceiro momento no qual concluía o que durante o dia não foi possível fazer.

Helena tinha um marido cooperativo e que compreendia suas necessidades, mas as crianças normalmente pediam a companhia da mãe por algum tempo, uma vez que tinham ficado o dia inteiro longe de seus cuidados e para ela esse período era prazeroso, era um momento de relaxar. Esse discurso não aconteceu somente nessa entrevista, todas as mulheres dedicavam-se ao trabalho depois que seus filhos iam dormir, pelo menos por algum tempo durante suas carreiras.

São necessárias possibilidades concretas para que as mulheres continuem trabalhando depois do nascimento de seus filhos. As alternativas variam com a condição econômica da família naquele momento e também com a disponibilidade de substitutos para a mãe no domicílio, na rede de parentesco ou mesmo em locais específicos como creches, escolinhas etc., realizados por parentes ou profissionais.

O que se torna emblemático e já foi estudado por diferentes autores é a coincidência dos anos de projeção profissional com os anos de fertilidade; por alguns momentos nos discursos correntes, parece que a mulher que opta por ter seus filhos perde a possibilidade de ser uma boa profissional, mesmo se ela, provavelmente, consiga “dar conta” de seu trabalho. A forma como se conduziu a negociação sobre uma licença, após o nascimento do filho de Margot, mostra-nos diversos preconceitos:

Em relação ao plantão, eu falei para o preceptor de plantão, que era amigo de meu marido: “professor, eu queria pegar plantões para natal e ano novo em troca do mês do nascimento de meu filho”, mas ele foi meio machista, aliás, na residência eu senti isso, porque ele olhou bem para mim e falou:

“Eu tenho uma solução para você”, juro que na hora eu pensei que ele fosse fazer alguma coisa, ele me conhecia, sabia que sempre eu tinha sido uma boa aluna, sempre me dedicava, eu tinha tido um filho era uma situação que não tem como você lidar, é uma fase crítica da sua vida: “tem um jeito muito fácil, larga a residência.”; eu fiquei muito brava, será que ele não reconhece que é um período, que é uma coisa passageira, eu fiquei muito brava.

Várias são as informações contidas nessa fala, mas o centro de nossa atenção e o que podemos apreender é que, para alguns homens, considera-se realmente impossível concatenar de forma satisfatória maternidade e profissão. Mesmo conhecendo a profissional, sabendo que ela não queria desistir de suas atividades, pois ela não precisaria de nenhuma segunda opinião para sua desistência, a resposta no caso acima refletiu essa visão de que existe uma impossibilidade de fazer duas coisas ao mesmo tempo.

Margot continua contando os problemas que teve para conciliar seu trabalho com o nascimento dos filhos; mesmo tentando achar saídas possíveis, o que ela ouvia sempre eram críticas pelo fato de ter decidido ser mãe ao mesmo tempo em que tinha feito opção pela residência: *“(...) era o que todos os meus amigos falavam, quando eu ia pedir para trocar plantão: ‘quem mandou você ter filho, você é louca’. E nessa hora você vê como é difícil ter a compreensão”.*

Se muitas mulheres escolheram ser mães, isso não limita por tempo integral ou eternamente suas outras opções de vida. Valquíria diz conhecer intensamente essa situação de dificuldade para harmonizar sua profissão e a escolha pelo número de filhos e quando tê-los, e conta como encara essa decisão quando suas orientadas ficam grávidas: *“lutei para que as residentes também tivessem direito à licença gestante, mas repondo o estágio, ‘se você quer ter filho, problema seu, mas vai ter que repor o estágio’”.*

Valquíria reforça a idéia de que a escolha por ter filhos é uma responsabilidade da mulher, mas entende que é obrigatória e legítima a necessidade de afastamento das outras atividades, como acontece em todas as outras profissões em que se pode valer da Constituição.

A história das mulheres na universidade nunca foi tranqüila quanto ao tema da gravidez e dos filhos, considerando-se as condições de trabalho. As mulheres que estavam desde o início na universidade recontaram sistematicamente sobre suas experiências quanto à maternidade e o aleitamento. Ainda sobre as condições nas quais trabalhavam: tinham de retornar ao emprego logo após terem tido seus filhos, pois mesmo havendo leis que as amparassem, elas não eram respeitadas e, durante a residência, não eram aplicadas, como já foi apontado anteriormente.

No caso da residência e da Pós-Graduação, as atividades são regidas por outra lógica e, portanto, não asseguram determinados direitos constitucionais. Fica a cargo da instituição e do professor o afastamento ou não, no caso do nascimento dos filhos. Se uma residente, até recentemente, decidisse ter filhos teria que fazê-lo, abrindo mão da residência, não era previsto nas regras da universidade um afastamento. A residente teria que decidir entre ou dar os primeiros cuidados ao seu filho ou continuar a residência; se decidisse pelo filho, perderia sua vaga e teria que prestar novamente o concurso para retornar em outro momento.

As necessidades de uma mulher grávida, da mulher que acaba de parir e os primeiros cuidados com uma criança recém-nascida, não são constructos abstratos, a lei que ampara essas mulheres existe para assegurar minimamente as condições necessárias da maternidade.

Mesmo no caso das professoras que eram contratadas pela universidade, a falta de profissionais fazia com que muitas delas tivessem que abrir mão de alguns de seus direitos e dar prosseguimento a suas atividades de ensino. Helena passou por essa situação:

Quando eu cheguei, eles disseram: 'você está grávida?' Eu disse: 'estou, estou na idade'; 'e aí, como é que você vai fazer' e eu disse: 'como assim?' Teve um problema: eu amamenteei só dois meses exclusivos e depois tive que fazer alimentação mista, artificial/materna, porque comecei a trabalhar; com dois meses saiu o meu contrato e eu tive que trabalhar porque não tinha docente. Aquele ano foi bem pesado.

No Brasil, apesar das normas sobre direitos trabalhistas das mulheres terem sido sistematizados na Consolidação das Leis Trabalhistas, CLT, constando da Constituição Federal de 1934, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de primeiro de maio de 1943, ainda podemos perceber que nem sempre esse direito foi cumprido, ou pelo menos integralmente cumprido. Atualmente, não podemos esquecer os avanços sobre esse tema na Constituição de 1988, que determina a licença maternidade e paternidade.

Margot enfatiza a falta de estrutura, colocada como um impedimento, que a universidade tinha para atender as mulheres que entravam em seu quadro de funcionários e ainda mais quando elas almejavam a maternidade e o casamento. Nesse caso específico, conta sobre o problema que enfrentou quando não conseguiu amamentar seu filho:

Total falta de estrutura. Entraram dentro do curso, mas sem nenhuma atenção específica para essa parte da maternidade. Por exemplo, não tinha creche, nenhuma infra-estrutura para a amamentação, não pensaram nisso, imagina!, na área da saúde, sendo que no curso isso é muito enfatizado.

Essa preocupação com a gravidez e os filhos também pôde ser sentida por Schienbinger (2001: 186) que também sofreu ou teve medo de sofrer algum tipo de preconceito com suas gravidezes, pois escreveu: “Eu tive meus dois filhos durante licenças de pesquisa (não de maternidade), de modo que meus colegas

nunca me viram grávida”. Manter o mesmo ritmo de trabalho para não demonstrar fragilidade pode ser um indício da grande cobrança feita pela universidade para que as mulheres não se tornassem diferentes dos homens.

Faz-se necessário criar condições para poderem continuar. Teresa encontrou como saída para escrever sua dissertação de mestrado um revezamento entre o cuidado com o filho e o estudo:

Sabe como eu escrevi o meu mestrado, para você ter uma idéia? Nos finais de semana, eu estava escrevendo o meu mestrado e o meu marido o doutorado, então sábado cedo um ficava com a criança para o outro ficar escrevendo, no sábado à tarde a gente trocava. No domingo cedo, a gente trocava e no domingo à tarde a gente trocava. A gente fazia questão de ficar fim de semana com ela, mas geralmente somente nas refeições estavam os dois juntos, nos outros períodos um levava ao parquinho, outro levava à piscina, outro levava ao teatrinho, a gente fazia questão de ficar com ela.

As mudanças que podemos vislumbrar no que concerne ao cuidado dos filhos, já demonstram uma primeira ruptura no sentido de deixar de ser exclusiva responsabilidade das mulheres a procriação, aproximando os casais ao dividir a gravidez e o parto desde o momento da concepção. Ao homem não caberia apenas dividir as tarefas domésticas, mas igual responsabilidade de assumir casa e filhos.

Como bebês recém-nascidos demandam um tempo especial de atenção dos pais, a presença das mulheres na esfera doméstica passa a ser priorizada, gerando, num primeiro momento, a diferenciação estrutural entre as atividades que se espera que os homens e as mulheres desempenhem. Normalmente, essa expectativa social calcada pela “natural” habilidade feminina, leva algumas mulheres a tomarem a decisão de priorizar sua família, como fez Beatriz, deixando para um segundo momento sua qualificação profissional:

“Eu sinto, ao contrário, que por ter os filhos eu demorei muito na minha carreira acadêmica”.

De uma maneira similar, vários foram os discursos das pesquisadoras, em que elas narraram ter “desacelerado” o processo de qualificação profissional em função da decisão de serem mães. É preciso esclarecer que, em nenhum momento, pretende-se colocar que houve uma diminuição qualitativa do trabalho dessas profissionais, considerando a quantidade de “papers”, teses, preparação de aulas, seminários e cursos e mesmo orientação em período de amamentação e de licença maternidade.

Ter filhos, cuidar de crianças e mesmo da casa pode ser para algumas mulheres (e homens) uma tarefa feita com prazer. Todas colocaram que é um prazer estar ao lado dos filhos, sair, passear com eles e estar presente nas tarefas e apresentações escolares dos filhos, sem permitir que esse cuidado interfira em sua vida profissional e, sobretudo que isso as exclua de todas as outras atividades; Margot conseguiu conciliar seu trabalho e o cuidado com seus filhos, sem dedicar-se em demasia a um ou ao outro, mas enfatizando a necessidade de se compreender as prioridades. A professora sintetiza essa postura: *“Claro que eu sempre levei a minha carreira a sério e com muita responsabilidade, mas quando meus filhos precisaram de mim, eu sempre coloquei a minha família em primeiro lugar”.*

As definições do que faria parte do papel feminino e masculino gerariam conflitos internos sobre o que deveria ser a função da mulher dentro de casa, no espaço privado, e também em busca de seus anseios, no espaço público, nesse caso, no espaço acadêmico. Dedicar-se ou não aos seus estudos dentro da universidade na intensidade que acreditavam ser a melhor foi um grande dilema para muitas profissionais que se sentiam cobradas em demasia por escolherem ter seus filhos. Mais uma vez, percebemos nos discursos a oposição dessas duas vontades. Esse foi o calcanhar de Aquiles para Anita: *“Quando eu estava estudando me sentia culpada porque deveria estar cuidando das crianças, mas quando estava com as crianças eu me sentia culpada porque achava que deveria estar estudando”.*

Ser mãe, em geral, significa para cada mulher uma construção pessoal, uma representação do que deveria ser o ideal da maternidade, essa idéia pessoal reforçada por toda uma construção social do que se espera que uma mãe faça e quais as responsabilidades que deve ter e podem refletir sentimentos de culpa ou de falta de habilidade para lidar com essa situação, gerando sensações contraditórias por não conseguirem harmonizar essas duas representações. A sociedade ensinou e cobra que elas saibam de cor o ideal do amor materno: a dedicação, como o objetivo maior de uma vida em favor de um outro ser: o filho.

Ou seja, a mudança histórica ocorrida no final do século XVIII, com as publicações, revistas e livros de grande circulação começando a valorizar as mães que se dedicam aos cuidados dos filhos, sem ter a necessidade de outras mulheres para ajudá-las, ao mesmo tempo em que criou um novo conceito sobre o cuidado necessário a uma criança, por outro lado levou mulheres a se sentirem, em sua grande maioria, culpadas quando não podiam cumprir o dever de amamentar e cuidar elas mesmas de sua prole. Essas concepções e cobranças do que seria uma 'boa mãe' refletem-se até nos dias de hoje, e sentimos essa inquietação no discurso de Elise:

Eu me lembro que eu tinha uma grande angústia de duas maneiras: uma que eu chegava na creche e ela mamava rapidíssimo, dez minutos ela acabava a mamada e essa não é a média padrão, vamos dizer assim. Com isso, existia uma pequena pressão das profissionais da creche para que eu ficasse meia hora e aí vinha o meu lado profissional, eu não agüentava porque eu sou 'taquicárdica', e me cobravam fazer o papel da mãe dedicada.

Portanto, na soma dessa construção, onde são internalizados valores sociais que maximizam as exigências pessoais a respeito do que se espera de uma mãe e do que é possível ser feito, toda e qualquer cobrança externa transforma-se em um sentimento de culpa.

Um tema muito importante a ser tratado é como essa situação contraditória pode ser interpretada como uma barreira às atividades profissionais e pessoais no meio acadêmico. Embora acreditássemos que as relações entre homens e mulheres que possuem uma melhor condição intelectual fossem marcadas pelas mudanças, que tivessem imprimido uma nova concepção de maternidade e paternidade distinta daquelas existentes anteriormente e pela não aceitação de papéis preestabelecidos, as pessoas que estavam ao redor dessas profissionais normalmente não pensavam assim, mesmo quando o outro profissional também participava do meio acadêmico.

Por muitas vezes, esse era o ponto crucial na vida dessas mulheres: o dilema entre continuar se dedicando àquilo em que elas acreditavam ou seguir o mesmo caminho para o qual a sociedade as impelia. Essas mulheres contam que eram cobradas não por serem mães, mas em nome de um ideal social simbólico de mãe, o que na maioria das vezes era incompreensível para elas.

Nos dias atuais, os homens começam a ser incluídos na gravidez e parto das novas gerações, como resultado de reivindicação das mulheres, e também alguns homens que sabem da importância de suas participações na formação de seus filhos desde a concepção. Notadamente, essa nova concepção também se deve aos avanços da medicina, que entraram em cena. O desejo dos casais de ter filhos, aliado às novas tecnologias médicas em relação aos exames feitos na gravidez, coloca a procriação como um ato não mais pertencente só ao universo feminino, mas permite que o homem acompanhe visualmente o desenvolvimento fetal de seu filho através de exames de ultra-som.

Na maioria das vezes, são aconselhados pelos obstetras a participarem de todas as fases do desenvolvimento de seus futuros filhos. Muitos homens participam de todos os exames feitos durante a gravidez e ainda estão presentes em salas de parto, não só apoiando suas companheiras, como também podendo desfrutar do momento de um parto. Ele não precisa mais ficar na sala de espera, de fora, pode ficar o tempo todo ao lado de seu filho e, especialmente desde o início, fortalecendo os laços paternos. Além do mais, esse comprometimento com

sua parceira leva o casal a desenvolver forte vínculo conjugal e de responsabilidades conjuntas em relação à sua família.

Mesmo em relação aos cuidados dos filhos, há muito a ser considerado. Se estudarmos a história das crianças, percebemos que nem sempre elas ocuparam um papel privilegiado na vida das mães e dos adultos em geral e, ao contrário, em muitos momentos foram esquecidas pela sociedade. São vários os textos científicos e mesmo os romances que retratam as amas-de-leite e o seu clássico papel na criação das crianças, além dos internatos e dos preceptores, até o século dezenove.

Essas figuras talvez sejam um pouco estranhas em relação aos nossos valores (Perrot, 1994) (Perrot, 1992), mas tranqüilamente comuns e corriqueiras nos tempos passados. Porém podemos ressaltar que, nos dias atuais, mulheres que cuidam da casa e dos filhos para que outra mulher possa trabalhar fora e dedicar-se aos seus estudos, ainda são importantes bases de auxílio na divisão do trabalho doméstico. E é desse ponto que trataremos, mais à frente, em redes de apoio, quando discorreremos sobre “as outras mulheres” que viabilizaram o trabalho científico das nossas mulheres. Nesse momento, continuaremos tratando do cuidado dos filhos e criação de crianças, mas de um modo especial: a amamentação. Uma capacidade feminina que também pode ser entendida como fator de discriminação profissional.

1.4- Amamentar: mais que uma ideologia, um direito

Creio ser importante tratar aqui sobre o tema da amamentação, tendo em vista que ele pode significar muito mais que um simples ato de dar o leite do peito. Ele pode resultar em sérios comprometimentos psicológicos e sociais ao ser visto como uma obrigação e, especialmente, quando as mulheres são culpabilizadas por não conseguirem amamentar seus filhos. O que nos interessa é a forma como as mulheres entrevistadas compreenderam e sentiram o processo de amamentar seus filhos.

Mas a questão seria em como conciliar essa decisão de ser mãe com a de continuar trabalhando e tendo suas atividades, como fariam os homens. Eles também tiveram seus filhos durante esse mesmo momento e passaram por tudo isso sem serem excluídos. Antes de prosseguirmos, gostaríamos de enfatizar: todas nossas entrevistadas concordaram quanto à importância de amamentar os filhos e, sobretudo do prazer que esse momento proporciona.

Amamentar faz parte de uma concepção de alimentação ao recém nascido que fisicamente o tornaria mais saudável em função de todos os anticorpos que são passados da mãe à criança e principalmente do colostro. Psicologicamente diz-se que o ato de amamentar aproxima fisicamente mãe e filho, fortalecendo a ligação emocional, e o contato com o calor da mãe desenvolveria sensações de prazer para ambos. Muitas confirmam as teorias sobre os benefícios do aleitamento, tanto para elas como para seus filhos. Afirmam que o melhor momento criativo de seus trabalhos foi no período em que estavam com seus filhos, de licença-maternidade, momento em que escreveram suas teses, como no discurso de Helena, onde ela descreveu essa sensação: *“Amamentando, eu escrevi minha tese de mestrado, foi a melhor tese que eu já escrevi. Porque peguei os 4 meses de licença e escrevi minha tese, foi maravilhoso. Foi ótima, foi maravilhosa a minha tese de mestrado”*.

É preciso, no entanto, contextualizar o conceito. Segundo Goldenberg (1988), uma referência nesse assunto, o aleitamento natural, substituído pela produção do leite em pó, “passa a ser regido pelas leis de mercado”. Em seu livro ela nos mostra, através de muitas ilustrações comerciais do século XX (1921 até 1973), como a propaganda auxiliou a disseminação do aleitamento artificial como uma prática normal para um moderno estilo de vida. Entretanto, os órgãos representativos da classe médica, consideraram o “leite materno como ‘fonte exclusiva’ de alimentação da criança até os seis meses de idade” (Goldenberg, 1988: 144). Essa consideração é importante na medida em que nossas entrevistadas também enfatizam a importância do aleitamento natural. Porém, mesmo sabendo dessa importância e tendo condições físicas para isso,

algumas não conseguiram amamentar, e cobram de si mesmas uma responsabilidade que deveria ser dividida com toda a estrutura e condições técnicas para sua prática.

Além desses fatores, existe em nossa sociedade uma grande separação do tipo de relação que pais e mães devam ter com seus filhos, seus papéis e responsabilidades em relação a sua prole. Cuidar de filhos pequeninos, que dependem do seio materno para a alimentação, sendo uma atividade restrita ao sexo feminino, parece exercer uma primazia sobre todos os outros cuidados. Ela é vista como uma característica de gênero feminino e, portanto, seria natural que fossem as mulheres as principais responsáveis por esse momento. O problema é que essa situação inicial, socialmente se arrasta ao longo de toda a infância das crianças e culmina na responsabilidade integral pelos filhos assumida pelas mulheres.

Mais ainda quando percebemos que, nos dias de hoje, ainda persistem idéias sobre a limitação da mulher durante o período de gravidez e amamentação. Margot diz ter tido problemas com algumas mulheres e coloca sua visão:

Eu tive muitos problemas com as mulheres, é que eu entendo em função da minha história de vida, mas todas ficaram grávidas no mestrado e no doutorado e por contra disso as coisas não andam no tempo que deveriam andar, mas não que eu me incomode com isso, eu entendo. É lógico é uma época mesmo, se não vai deixar passar muito tempo. E tem gente que por conta disso prefere homem a mulher, porque sabe que vai ter “problemas” porque é um período necessário mesmo ficar e não tem como você negar. Eu morro de dó, eu já passei por isso eu sei que não é brincadeira, você não tem opção, você não tem como.

Quanto a não ter opção, como afirmou Margot, não nos ficou claro se quem não tem opção são as orientandas ou se são as professoras. No caso das orientandas, acreditamos que, de uma forma ou outra, elas conseguiram,

pois nesse caso são, hoje em dia, professoras plenas. Concordamos que essas formas, muitas vezes, foram dolorosas e tiveram efeito negativo na vida dessas mulheres, pois nos contam com tristeza a dificuldade de amamentar seus filhos.

Podemos compreender a fala da professora: realmente é muito difícil conseguir organizar vida acadêmica e criação de filhos, é disso que tratamos durante nossa dissertação. Por outro lado, esse trabalho nasce para poder também propor um olhar em situações que são comuns a todas as outras entrevistadas. De uma forma ou de outra, discursos como este foram feitos, todas concordam que é muito difícil conseguir cuidar dos filhos e dedicar-se a uma especialização. Mudar a consciência dos maridos e as regras das instituições demoraria mais tempo.

Por ora, a união entre as professoras e os professores que são contra esse estado de coisas, ou seja, o de preferir orientar homens, pois as mulheres têm filhos, já seria um grande avanço e uma conquista. Discutir saídas e propostas já seria um excelente caminho para que se consiga reestruturar e quiçá facilitar a junção desses dois momentos na vida dos professores e professoras dentro de uma instituição. Ou seja, as professoras e os pares podem e têm opção: unir-se e tentar mudar esse estado de coisas.

Para tanto, é preciso que, ao mesmo tempo em que essa mãe possa optar em amamentar seu filho, haja estruturas que lhes permita continuarem suas atividades. Nesse momento, acreditamos ser interessante compreender como essas mulheres avaliam a estrutura dentro da universidade para acolhê-las nesse período.

Esse tema, a estrutura da universidade, foi abordado pelas entrevistadas. Mais uma vez, uma falta de estrutura no meio acadêmico reflete-se em mais uma responsabilidade feminina, pois elas tiveram que resolver por si mesmas as necessidades de instrumentos e espaços para cuidar de seus filhos.

Segundo Schienbinger (2001: 69), “as instituições científicas – universidades, academias e indústrias – foram estruturadas sobre a suposição de que os cientistas seriam homens com esposas em casa para cuidar deles e de suas famílias”.

Compreendemos que aleitar uma criança é poder dar a ela alimentação através do leite, que pode ser o da própria mãe ou, ainda, industrializado, amamentar é essencialmente um ato feminino, pois significa dar o próprio leite a uma criança.

Quando uma mulher, por quaisquer motivos, se vê impedida de amamentar pelo período sugerido através de prescrição médica, sobretudo porque, em primeira instância, é professora de uma faculdade de ciências médicas, vê-se submetida a constrangimentos: na maioria das vezes eles são descritos com um forte sentimento de culpa ou de tristeza, mesmo quando não foram elas que escolheram essa situação, mesmo quando queriam amamentar e só não o fizeram por falta de estrutura da própria instituição.

Esse ponto foi levantando por Margot, quando nos contou que o grande problema foi a falta de meios da própria universidade para acolher profissionais com filhos:

Total falta de estrutura. Entraram dentro do curso, mas sem nenhuma atenção específica para essa parte da maternidade. Por exemplo, não tinha creche, nenhuma infra-estrutura para a amamentação, e não pensaram nisso, imagina!, na área da saúde, sendo que no curso isso é muito enfatizado. Então, como é que eu posso orientar isso se eu não posso fazer isso? Não é contraditório, um absurdo, eu fiquei muito revoltada. Eu só não tomei uma atitude mais drástica porque meu marido me apoiava muito e se você não tem um apoio você acaba largando. Mas, na medicina, o depois é muito problemático, passa muito tempo você se defasa, talvez você possa fazer em outras áreas, acho que nem dá, mas na medicina é crítico, se você não faz logo em seguida você perde o pique, perde a oportunidade, não consegue fazer, as coisas mudam muito.

Margot, sabendo da importância da amamentação, especialmente nos primeiros seis meses de vida de uma criança, pois trabalhava numa área médica, descreveu sua indignação ao perceber que o que dizia para a maioria das

mulheres não poderia aplicar a si mesma e não era em função de não querer, mas sim de não ter os meios adequados para poder realizar:

Quando eu tive meu primeiro filho, é lógico, eu amamentava, eu sabia a importância disso tudo, meu filho estava engordando 50 gramas por dia, só mamava no peito. Eu estava no estágio de Pronto Socorro, não tinha banco de leite e era um local muito impróprio para que alguém me levasse o nenê para eu amamentar, era impossível. Eu tive uma complicação logo depois que eu voltei eu tinha muito leite e ficava aflita, o leite vazava. Um dia, eu estava bastante aflita e estava com um carrinho, pois estava fazendo um curativo, como o leite estava vazando eu peguei uma gaze que estava naquele carro e coloquei como se fosse um tampão e tive uma mastite violenta, saia pus, tive que tomar [nome do remédio] e foi uma coisa assim terrível para mim. Mas eu fiquei muito mal, depois que aconteceu isso eu não conseguia dar mamadeira para o meu filho, se não fosse minha mãe me ajudar eu teria largado a residência porque eu achava um absurdo eu ter leite, sabendo da importância da amamentação do leite materno, eu não me conformava. E quando eu encontrava qualquer pessoa que me perguntava se eu tinha amamentado, se eu respondesse que sim eu chorava, se eu respondesse que não eu também chorava.

Várias são as histórias sobre a dificuldade em conciliar o aleitamento e o trabalho, especialmente quando ele acontece dentro de um Pronto Socorro hospitalar, pois a criança não pode ficar próxima aos cuidados da mãe. A mãe não pode sair em horários fixos para amamentar, mas outras saídas poderiam ser possíveis e razoáveis, se passarem a ser amplamente discutidas. Patrícia nos conta sua dificuldade:

Eu tive a nenê em fevereiro do último ano de graduação. Eu tinha que amamentar antes de vir para a faculdade, eu chegava atrasada, tinha que sair mais cedo e tinha muito leite, se eu demorasse eu ficava toda molhada, porque o leite vazava. Eu não tinha carro, eu usava o fretado, ele passava perto de casa. Durante a gravidez eu vim a todas as aulas e não deixei nenhuma atividade. Eu a tive nas férias,

mas quando as aulas começaram em março ela não tinha nem um mês, eu amamenteei até o quinto mês e percorri todo o primeiro semestre assim, por inúmeras vezes fui para casa toda molhada, mas todo mundo do ônibus já sabia.

A falta de estrutura foi também refletida nas posições tomadas pelos profissionais que trabalhavam dentro do hospital, Margot conta que teve sorte em ter sua mãe para auxiliá-la no momento que resolveu ter filhos, pois se não fosse sua mãe, certamente teria desistido. Mas sua grande perplexidade surgiu em face da incompreensão de seus colegas de trabalho: *“Eu só pedi um auxílio naquele momento crítico, mas não, não me deram nenhuma abertura, me disseram para que eu me virasse ou largasse a residência”*.

Essas mulheres não ficaram paradas frente às dificuldades de encontrar locais para seus filhos. Alice, mesmo ainda não tendo filhos, fez parte de uma comissão para montar a primeira creche para profissionais e docentes da Santa Casa. Essa creche, o Centro de Convivência Infantil, CCI era um local alugado, próximo ao hospital. Depois de formada e já professora da Unicamp, descobriu que onde iria trabalhar não tinha creche, portanto uniu-se aos outros funcionários e criou nesse local um espaço para poderem deixar seus filhos pequenos. Ela explica:

Eu peguei o know-how lá para poder montar os outros CCIs que vieram para cá. Eles pediram para uma enfermeira ajudar e ela trouxe algumas auxiliares de enfermagem que ela achava boas e aí parecia enfermaria de pediatria, ela anotava quantas vezes o nenê fez xixi (risos) e eu dizia que não precisava disso.

Para compreender melhor a implantação das creches na universidade, é interessante a leitura de Palmen (2005), em sua dissertação de mestrado, que descreveu o processo de implantação destas organizações. Existem na Unicamp duas creches de grande porte: o CECI (Centro de Convivência Infantil)

e a CAS (Creche da Área da Saúde). A autora nos conta como foram as idealizações e implementações das creches dentro do *campus* universitário.

Diante das dificuldades de implementar o CECI, foi feito um abaixo-assinado contendo 250 assinaturas, das quais 11 pertenciam à Faculdade de Ciências Médicas. Em dezembro de 1986, a socióloga Hellen Hardy propôs a criação de um berçário em função do aumento da demanda, pois o Hospital de Clínicas passaria a funcionar dentro do *campus* de Barão Geraldo.

A Dra. Hellen contava com o apoio das mães, do Dr. Pinotti e da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), que assegurava esse direito às funcionárias. Inclusive a fala de uma funcionária chamada Lucila nos chamou a atenção, pois acreditamos que ela exprime o pensamento de todos os envolvidos:

A Dra. Hellen Hardy iniciou e liderou uma equipe multidisciplinar que desenvolveu programas de estimulação ao aleitamento materno. Eu participei desses programas, e como enfermeira de um hospital escola continuei replicando e facilitando ações junto às funcionárias e alunos, para favorecer a prática do aleitamento materno. Quando fiquei ciente da iniciativa de implementar um lugar, na universidade, onde as funcionárias lactantes pudessem deixar seus filhos lactentes, uma vez terminada a licença maternidade, sem interromper esse processo por motivos de volta ao trabalho, aceitei o convite sem questionar as motivações (Lucila, diretora da creche – CECI/Unicamp, abril de 2004) (Palmen, 2005: 123).

A CAS foi idealizada na administração do reitor Dr. Paulo Renato Costa Souza (1986-1990) e foi inaugurada em 27 de março de 1990; o objetivo era atender ao regime de horários especiais das funcionárias da área da saúde. Na dissertação de Palmen, ela coloca que o período de funcionamento da CAS era das 6h55 às 19h24 horas, logo não abrangia o período noturno de plantões.

Embora amparadas por um apoio legal, administrativo e com envolvimento de várias profissionais da área da saúde, para a conquista de um espaço no qual elas pudessem continuar amamentando seus filhos ou mantê-los

em um local próximo ao seu trabalho, para nenhuma dessas mulheres aleitar e amamentar foi uma tarefa fácil.

Alice também nos conta uma história que representa um grupo de mulheres que “aproveitaram” a licença-maternidade e as férias para poderem estar mais próximas de seus filhos durante os primeiros meses de vida:

O que eu consegui fazer foi juntar licença com férias, e quando eu voltei a trabalhar minha filha já tinha uns cinco meses, já dava para intercalar mamada e papinhas, frutas, vinha na hora do almoço e amamentava, tirava leite, mas eu consegui amamentar.

Nem todas as mulheres tiveram essa oportunidade. Alice também nos contou sobre a negociação que passou a ser feita dentro da universidade para que as residentes pudessem voltar depois de ter se afastado por um período, mas isso não era institucional. O prazo para retorno continuava o mesmo e ele não contemplava mulheres com filhos recém-nascidos:

Teve uma colega que ficou grávida no R2 e acabou saindo e não voltou, mas naquela época a gente já tinha feito a coisa do poder voltar. A bolsa interrompe, mas ou você negociava depois para voltar sem bolsa porque ela tem o prazo de ser dois anos, e não tinha muito estipulado a questão das licenças na residência, mas a gente conseguia fazer acordo. Eu tive colegas de classe que fizeram outras especialidades, engravidaram e depois continuaram.

A amamentação dos filhos não exclui os homens dos primeiros cuidados. Não é só a amamentação, e na maioria das vezes essa é só uma das tarefas, um bebê exige outros tantos cuidados que vão além da amamentação, por exemplo, preocupar-se em comprar e trocar as fraldas e roupas, dar banho, levar ao pediatra, cuidar da criança que chora à noite. Por ser o aleitamento visto como uma função natural da mulher, passa a ser o componente central, definidor,

da identidade feminina e de todos os cuidados referentes ao recém nascido. Aleitamento e primeiros cuidados são associados como sendo qualidades da personalidade feminina.

A paternidade cria laços tão fortes e significativos quanto a maternidade e é comum confundir essa postura, e aceitá-la significaria, para muitos homens, no mínimo, desviar-se do curso evolutivo que caracteriza o gênero masculino, negando-se a experimentar de forma plena a condição de responsabilizar-se pelo ideal da maternidade: fonte de realização, prazer e necessidade. Helena conseguiu estabelecer essa relação com seu marido:

Naquela época não tinha tanto docente e meu marido chegava à noite e me ajudava muito, ele adorava bebê, adorava pôr para dormir. À noite dificilmente eu precisava trocar uma fralda porque ele trocava das duas, até os 10 anos ele lia historinha para as crianças. Com criança ele tinha uma relação muito boa, então me ajudou muito. Ele cuidava realmente dessa parte, eu podia estudar que ele tomava conta.

Elise nos conta como seu marido resolvia o problema da amamentação quando ela estava de plantão:

Quando eu dava plantão, eu tirava leite e deixava em casa, num frasquinho para o meu ex-marido dar o leite, às vezes não era o suficiente, mas ela tinha que tomar leite materno (...) e às vezes a gente tinha que diluir o leite enganar ela durante 12 horas, até eu voltar porque ela tinha que mamar só no peito, mas eu ia dar o plantão e a quantidade não era suficiente. Truques, você vai resolvendo o problema enquanto ele acontece.

Normalmente, o que vemos salientado pela mídia é a maternidade representada como uma qualidade inerente às mulheres por aparentemente serem aceitas em função de parecerem naturais. Essa informação disseminada pela mídia exclui, ou reforça, a idéia de que os homens não estão preparados para assumirem a paternagem.

Deve-se levar em conta que a sociedade criou, sobre os homens, valores culturais quanto às formas de conduta, normas estas baseadas no mundo profissional, do homem bem sucedido que atende todas as despesas do lar. Não importa o quanto o próprio homem tenha caminhado para desmistificar esse paradigma, pois muitos homens sentem-se incomodados com essa exclusão. A compreensão, pelos homens, de sua importância na criação dos filhos leva-os a também reivindicarem os direitos de cuidado com seus futuros filhos, como foi apontado pelas entrevistadas. Algumas narraram que tiveram maridos que participaram de todo o processo da criação dos filhos, inclusive dos primeiros cuidados, o que tornou possível o rápido retorno a suas atividades profissionais.

Para concluir, percebemos, através dos discursos, que existem três momentos principais nos quais existe a possibilidade de uma mulher desistir de sua carreira: o primeiro momento seria o casamento; o segundo, nos primeiros meses de vida da criança, muitas não conseguem conciliar a amamentação à sua profissão em função da falta de estrutura dentro das instituições em que trabalham ou estudam, deixando para depois ou, ainda, desistindo; e o terceiro momento, também importante, o cuidado com as crianças; mesmo passados os primeiros meses, persiste a dificuldade em se encontrar locais que possam cuidar em tempo integral da criança.

Nesse período é que compreendemos a importância das redes de apoio e das instituições responsáveis pela guarda e cuidado da criança. Umas confiavam na escola, outras em deixar a criança em casa, mas todas sabiam que era de sua responsabilidade a guarda e os primeiros cuidados com seus filhos. Mesmo considerando que alguns homens relutem em assumir os cuidados com os filhos e as tarefas domésticas, essas mulheres conseguiram, na grande maioria, firmar acordos. Centraremos a atenção sobre esses acordos, pois vale a pena uma avaliação mais aprimorada dessas falas.

1.5- A quem pedir auxílio: acordos e redes de apoio

Outro ponto de nossa pesquisa em relação aos filhos é sobre quem cuidou e ainda cuida deles para que essas mulheres possam desenvolver suas carreiras universitárias. Como elas vêem o fato de pais, avós, sogras, babás, escolinhas e creches, ou mesmo empregadas, cuidando de seus filhos.

Cinco das professoras entrevistadas disseram que recorreram a suas mães e sogras para cuidarem de seus filhos, quando eram menores; quatro recorreram a babás; duas deixaram com a mãe e a babá, revezando os cuidados; uma tinha empregada que fiscalizava os cuidados da babá; três a escolinhas e creches; uma tinha empregada, mas era o avô e a tia que “fiscalizavam” o cuidado; e uma teve uma sobrinha que cuidava das crianças e aproveitava a estadia na casa para poder estudar. Todos esses arranjos foram mudados ao longo do tempo e das situações, mas quando perguntadas sobre quem assumiu os cuidados com os filhos, essas foram as respostas obtidas. Quando falamos em cuidados diários, estamos nos referindo aos cuidados com a higiene e alimentação.

As empregadas domésticas, que assumem como suas as casas e a responsabilidade pelos filhos de outras mães, prestam um grande auxílio para que elas possam trabalhar.

Mesmo assim, podemos perceber em seus discursos o sentimento de culpa por não ter estado ao lado dos filhos, por acreditarem que, ao delegarem os cuidados diários, não estavam cumprindo com seu “papel de mães”, levando-as à conclusão que não foram “boas mães”. Simone teve uma história como essa:

Eu tive uma empregada que foi o sustentáculo da minha vida, ela já morreu, morava na minha casa. Ela que organizava tudo e também tinha uma babá que levava minhas filhas à escola, levava ao parquinho e as minhas filhas acham que eu fui uma mãe excelente, mas eu não acho.

Segundo Helena Hirata, uma das tendências atuais é a contratação do trabalho de empregadas domésticas e a possibilidade de não se fazer determinados trabalhos domésticos, pois pode-se pagar para que outra pessoa faça. Na grande maioria dos casos, uma outra mulher, na tentativa de conciliar sua vida particular com seu trabalho: “Esse ‘modelo da delegação’ tende a se superpor, senão a substituir, o ‘modelo da conciliação’ vida profissional/vida familiar” (Hirata, 2004: 18).

Essas mulheres podem contar com pessoas que as substituem parcialmente ou quase completamente nesses serviços domésticos, mas enfatizamos que, mesmo nesses casos, os maiores encargos ainda são femininos, quer seja por uma mulher realizando essa atividade: a empregada doméstica; quer seja por uma mulher supervisionando: a patroa. Há, assim, partilha de tarefas com a empregada: algumas deixam todos os trabalhos ao encargo das empregadas domésticas, outras dizem ter somente uma faxineira por semana, pois atualmente os filhos já não moram mais na mesma casa, não gerando a necessidade de tantos cuidados.

Uma das mulheres disse literalmente detestar até saber como é feito o serviço, acreditando que a empregada deve agir com tal autonomia que não precise de suas ordens. Outras inspecionam o serviço de vez em quando, e somente uma diz que *“gosta de fazer esses serviços, mas de vez em quando”*.

Mesmo nessas condições, a divisão de tarefas também não se resolve sem conflitos. Sobretudo porque o serviço normalmente é feito por outra mulher; esta possui um método de trabalho que dificilmente se encaixa perfeitamente em suas interpretações do que seja limpeza e organização. Anita nos conta como foi difícil se adaptar ao serviço de uma nova empregada: *“A mãe dela [da empregada atual] tinha sido empregada de minha sogra, mas quando eu namorava meu marido eu a conhecia e a achava um desastre”*.

Existe uma grande dificuldade das mulheres que têm uma outra noção sobre como deveria ser organizado e realizado o trabalho doméstico para lidar com a forma como suas empregadas resolvem essas atividades. Não estamos

analisando o trabalho das patroas ou das empregadas, não temos elementos e não foi essa a preocupação, tanto das entrevistadas, como a nossa. O que as mulheres entrevistadas enfatizam é a dificuldade de aceitar o trabalho do outro, dentro do espaço doméstico. Porém, a falta de tempo para conciliar todas as atividades faz com que aprendam a aceitar, ou, ainda, recorrer à técnica do “não observar” o trabalho que foi feito, segundo a conclusão a que chegam as professoras.

Hoje em dia, aumentou o número de instituições que se encarregam dos cuidados com as crianças de seus funcionários. Não só aumentou em número, como também em qualidade de assistência e cuidados. Ter um lugar seguro e saudável para deixar seus filhos sempre foi uma preocupação por parte das mães que tinham horários e rotinas muito diferentes da maioria das mulheres que trabalham fora. Se essas são as melhores saídas, nem mesmo mães que puderam “experimentalmente” todas as formas de cuidado sabem dizer. Sofia auxilia-nos nessa empreitada, quando afirma:

Uma das minhas filhas não ficou na creche aqui, ela ficava num berçário... depois... ih, eu passei por tudo: empregada que ficava o dia inteiro, empregada que ficava meio período, escola meio período, período inteiro. Minhas filhas são duas sobreviventes, porque não é mole.

Certamente, deixar uma criança pequena aos cuidados de outras pessoas é uma tarefa difícil, talvez a mais difícil que essas mulheres tiveram que enfrentar, pelo menos é o que marca seus discursos. A dificuldade para manterem a casa em ordem, a preparação do alimento, o cuidado com as roupas e principalmente com os filhos refletem uma diminuição do tempo livre destinado a essas profissionais. O espaço de tempo que dedicaram aos cuidados de seus filhos era uma particularidade de cada pesquisadora e da necessidade que o seu trabalho impunha.

Mesmo as instituições que cuidam das crianças têm os seus limites de horário, pois elas são direcionadas, e ainda assim de forma restrita, para trabalhadoras inseridas no mercado de trabalho formal, com horários fixos, cinco dias da semana e férias programáveis duas vezes por ano.

Não propomos uma responsabilidade que se aproxime de um cuidar dos filhos e assumir as atribuições domésticas segundo um modelo feminino, como única via para a igualdade entre as funções de gênero. Também não esperamos fazer análises sobre o tipo ideal de paternidade, até porque nossa pesquisa não tem elementos para isso.

Esse seria um momento de redistribuição das responsabilidades e das tarefas de cuidado com os filhos e possivelmente um novo modelo de proposta familiar. Certamente, os maridos dessas professoras esperam e desejam que elas invistam e tenham projeção em suas carreiras profissionais, mas esse não seria o “disparador” de um novo envolvimento nas atribuições com os filhos e com as tarefas domésticas. Somente esse interesse não bastou, nos nossos casos de estudo, para mudar correntemente as práticas de fato. Segundo Helena Hirata, a crise conjugal só não se torna maior em função das redes de apoio, como empregadas, pais e parentes que se incumbiram de auxiliar as mulheres dentro de suas tarefas de mãe e trabalhadora²².

Por outro lado, as mudanças não ocorrem facilmente e no ritmo das mudanças estruturais da sociedade, pois são culturais. Talvez não consigamos entendê-las em seu momento de mutação. Homens também sabem da importância de estarem ao lado de seus filhos e de participarem da vida doméstica e alguns verbalizam essa necessidade, e também vivem um processo de re-descoberta de seu lugar na família.

Concordamos com Hirata quando afirma que, embora haja um significativo aumento da participação da mulher no mercado de trabalho nos últimos anos, inclusive como fenômeno da reestruturação produtiva, os papéis sociais do homem e da mulher não se alteraram no espaço doméstico,

²²Conversa pessoal com a pesquisadora

ficando ainda para a mulher a maior responsabilidade com as atividades e cuidados com as crianças (Hirata, 2002). Porém, acreditamos que os novos acordos estruturados em função dessa nova realidade poderão ser um indicador de mudanças para futuros arranjos que possivelmente aconteçam na relação entre homens e mulheres que disputam o mercado de trabalho.

Esses novos acordos nasceriam de uma nova relação entre os homens e as mulheres, tendo como base uma união que considerasse como responsabilidade de ambos o cuidado com os filhos e, especialmente, uma divisão das tarefas domésticas; o que estudaremos no subtítulo a seguir reflete nossa preocupação para o quanto essas mulheres já conseguiram caminhar em diferentes propostas para conciliar suas vidas pessoais e suas profissões.

1.6- Casamento: a roupa do rei

A pergunta cuja resposta nos interessava era se a relação entre os casais teria de fato sido estruturada em novos acordos, novas formas de se compreender o trabalho doméstico, e mais, se os homens teriam inovado nas suas relações, pois além de serem universitários (todos os maridos têm curso superior, apenas três não têm doutorado), casaram-se com uma mulher intelectual.

A pergunta também era apropriada para as mulheres: será que elas tinham um marido que compreendia suas necessidades e, antes, se suas necessidades eram diferentes das outras mulheres que não fizeram as mesmas escolhas profissionais? Para podermos responder com segurança a essas perguntas, teríamos que ouvir as outras alunas de medicina da mesma época e também outras professoras da instituição que não exercem a função de professor pleno; e, ainda, deveríamos entrevistar os homens.

Sabemos que o escopo de nosso trabalho não é suficiente para responder com certeza e segurança todas essas perguntas, mas lançamos algumas considerações tendo em vista que os discursos das mulheres,

em grande medida, foi semelhante quanto a esse tema. Os homens ainda esperam que as mulheres resolvam os problemas cotidianos. Não preencher essas expectativas masculinas significou para algumas romper seus casamentos e, para outras, renegociações dentro dessa relação. Algumas dessas renegociações parecem a estória da roupa do rei: aparentemente, tudo está perfeito e se mantém assim, mas estão nus.

As diferenças entre os tipos de casamentos realizados no início do século dezenove, no Brasil, demonstram que as posições ocupadas pelas mulheres nessas relações eram ora econômicas, ora sociais, e perpassavam os interesses dominantes. Essa temática foi desenvolvida por Costa (1999) de forma exemplar, sobretudo no contexto brasileiro. No sexto capítulo de seu livro, o autor trata do processo de higienização do matrimônio e das diferenças entre homens e mulheres quando o assunto é casamento, sexo e amor. O foco do interesse passou a ser o compromisso em formar filhos saudáveis e em estabelecer normas para que o casamento pudesse promover à sociedade futuros cidadãos produtivos.

Isso foi constatado por várias entrevistadas. Helena acredita que a característica, poderíamos dizer cultural, do que seja inerente ao homem e às suas obrigações ainda está presente na nossa sociedade atual:

Ainda existe, não adianta dizer que não existe, contudo do outro lado imagino quanto o homem perdeu em termos de uma fantasia de que ele iria suprir economicamente se ele já divide ou se ele já acolhe a idéia de dividir o fomento a despesas econômicas de uma família e hoje ele não quer mais abdicar dessa participação e que antes era virilidade estava representada aí.

Ao longo do século vinte, várias mudanças ocorreram. As mudanças no casamento e nas relações entre os sexos constaram entre as transformações desse século. Ao mesmo tempo em que tivemos grandes modificações na forma

como se estruturam as uniões, em muitos casos ainda continuam as velhas cobranças sobre o casamento como parte do ideário feminino. Josefina descreve a cobrança que sofria ao pensar em estudar e se preparar para os exames vestibulares e não se preocupar com o casamento:

A única coisa que eu senti foi na cidade, porque as pessoas achavam estranho. Por exemplo, eu sempre li muito e isso era estimulado dentro da minha casa, minha mãe achava que a gente deveria falar várias línguas, ela falava francês e inglês fluentemente, e meu pai também. E as pessoas não entendiam porque esse meu interesse em estudar tanto, uma vez que eu iria casar. Eu nunca tinha preocupação em bordar, como as outras meninas que bordavam o enxoval e queriam ter filhos. Mas os meus pais me apoiavam e diziam que isso era da cabeça desse pessoal (...).

Reafirmando essa idéia sobre a estranheza provocada nas pessoas ao verem jovens dedicando-se em demasia aos estudos e não se preparando para o casamento, outra ainda mais contundente é quando a mulher já casada opta por voltar a estudar. Parece um ato iconoclasta, o fato de uma mulher querer estudar já estando casada e com filhos, principalmente quando o marido goza de um determinado *status* social que lhe permita manter-se na “profissão de esposa”. É o caso de Anita, que rompeu com esse paradigma e se propôs a concluir um curso universitário, passou por uma avaliação de ingresso na faculdade, e, numa entrevista, os professores fizeram a seguinte pergunta: “*Fui entrevistada por dois professores que, dentre outras coisas, me perguntaram porque eu queria estudar se eu já era casada e já tinha filhos, não lembro o que eu respondi, mas entrei*”.

A profissão de dona de casa tem tal peso que concorreria com todas as demais profissões. Essas mulheres pertenceram a uma geração que não as compreendia e, arriscamos concluir, elas também não conseguiram compreender o estado das coisas e o porquê de terem que se dedicar a uma prestação de serviços gratuita, ao invés de encontrarem seu próprio espaço na sociedade.

Para podermos entender um pouco melhor esse discurso, devemos levar em consideração, quando discutimos gênero, as mudanças no pensamento social sobre a representação do casamento, do “ideal feminino”.

Elas disseram perceber e ouvir discursos ditos em tom de brincadeira, mas que, na verdade, refletiam o pensamento da época sobre com quem os futuros médicos deveriam se casar. Contaram que eles eram aconselhados a se casarem com mulheres que não fossem médicas, pois ao contrário teriam que dividir a casa, os filhos e a clientela com a esposa.

Das mulheres entrevistadas, apenas uma se casou antes de fazer o curso universitário, todas as demais casaram-se ou no decorrer ou no final de seus cursos. Um exemplo típico é uma trajetória como essa, narrada por Margot: *“A gente começou a namorar no meio do primeiro ano e a gente casou quando eu estava no 5º. ano”*.

A grande maioria optou por primeiro conseguir conquistar um nível de formação que lhes permitisse ter independência profissional e somente depois formar suas famílias. Podemos sugerir, através de suas falas, que suas escolhas quanto à profissão e mesmo a especialidade ou área em que iriam atuar não se devem à influência dos maridos, apesar de apenas quatro não serem casadas com médicos. A maioria das entrevistadas conta que, ao encontrarem seus futuros maridos, já perseguiam os mesmos interesses; o que os aproximou foi, em primeiro lugar, o interesse pela mesma área do conhecimento.

O que definimos por “ideal” não é a condição de estar casada, pois para muitas esse fato poderia significar serem reconhecidas não pelo trabalho desenvolvido, mas por serem esposas de determinados profissionais da mesma área.

Quando a questão gira em torno de ser reconhecida como esposa de alguém, Anita contou ter procurado manter sua autonomia e independência mesmo tendo um marido que já tinha muito prestígio. Ela contou que na sua vida profissional sempre procurou estar o mais separada possível da vida de seu marido, para que não houvesse dúvidas quanto à sua capacidade profissional.

Durante a entrevista, quando a professora citou o nome de seu marido, ficou feliz com o fato do meu desconhecimento e expressou-se da seguinte forma: *“Eu adoro quando acontece isso, quando as pessoas não sabem. Eu não uso o nome dele e tento ser eu, o que é muito difícil, ao longo do tempo eu ser eu, que não se misturem profissionalmente as coisas”*.

Paradoxalmente, em alguns momentos, o que joga um papel determinante para se conseguir fazer parte da academia é a necessidade de ser casada com alguém de renome ou que dê uma “certa legitimidade” científica para se fazer ouvida. O fato de estarem casadas com pessoas que anteriormente já possuíam relações profissionais em determinados meios facilitaria muito a inserção dessas mulheres nas suas profissões. Estar nesses ambientes promoveria melhores contatos e oportunidades profissionais, somando-se a possibilidade de que a agenda, em muitos momentos, seria a mesma, permitindo ao casal participar dos mesmos congressos, simpósios, dividindo as atividades e os cuidados com os filhos.

Teresa nos contou que sua primeira decisão foi tentar trilhar uma outra área do conhecimento, mas teve dificuldades para conseguir integrar-se, preferindo então permanecer na área em que seu marido já desenvolvia seus trabalhos, porém ressalta que inova ao estudar temas que lhe garantiram autonomia:

Eu cheguei [nessa área], eu brinco, por osmose, a decisão inicial foi do meu marido, a trajetória inicial foi dele, mas pela nossa boa convivência, eu fui sem perceber fazendo uma imersão nessa área. [Nessa área] eu começaria algo novo dentro de um contexto local e nacional muito mais amplo, de muita gente fazendo muita coisa boa, com muito mais chance de compartilhar coisas boas, e muita gente me atraindo para isso com projetos colaborativos, pesquisas, o meu marido cheio de idéias e a Unicamp então já se despontando e tendo uma colocação boa dentro do nosso país. (...) oportunidades aparecendo, surgindo a cada dia, e daí eu resolvi. Eu estava com um pé em cada barco e daí depois do doutorado eu resolvi ficar com o pé num barco só.

Enfim, conclui a sua fala, expondo a importância de seu marido nas suas escolhas, mas enfatizando que, de certa forma, conseguiu organizar sua vida profissional em que os temas desenvolvidos pelo casal eram diferentes, apesar de manterem as mesmas linhas de pesquisa. Teresa acredita que conseguiu manter sua independência, pois hoje em dia é reconhecida pelo seu trabalho e não por ser esposa de alguém:

Eu não posso negar a influência do [meu marido] na minha vida, (...) eu pensei que ia ficar na sombra [dele] e aí eu vi que comecei atrás dele porque era mais nova, vindo atrás. Eu dediquei minha livre docência para ele porque ele foi o meu primeiro professor (...) eu sou tempo integral, me dedico muito mais para essa coisa de pesquisa e vida acadêmica, mas eu tenho mais tempo, até porque eu fico o tempo todo para isso, então tem muita coisa hoje em dia; na verdade que eu acabo liderando e isso deu muito certo.

Uma grande preocupação inerente à maioria das mulheres é que seus trabalhos poderiam ser uma sombra dos trabalhos de seus maridos. Os trabalhos intelectuais e artísticos pressupõem muitas horas de leitura, observação e pesquisa. Para sintetizar teorias, hipóteses, pressupostos sempre é excelente quando se consegue ter alguém com quem se possa dialogar e dividir as inquietações, numa tentativa de melhor organizar as idéias. Quando um homem e uma mulher são casados e trabalham na mesma área, muitas vezes fica difícil separar onde termina um trabalho e se inicia o outro.

Essa é uma questão importante, pois por vezes o mérito foi dado aos maridos, mesmo tendo esposas brilhantes. Um exemplo na sociologia foi Marianne, esposa de Max Weber; após a morte do marido, escreveu um maravilhoso livro sobre a vida não do sociólogo, mas do homem que ela admirou. O que chama a atenção em seu trabalho é exatamente a sua brilhante forma de escrever, ao mesmo tempo erudita, poética e com a precisão da ciência. Qualidades muito apreciadas e também encontradas na obra de Weber.

Reforçamos que a influência que um pode exercer na história profissional do outro refletirá em sua obra, partindo da premissa que ambos desfrutam das mesmas capacidades intelectuais.

O que colocamos como problema é que ainda hoje a sociedade espera que a mulher tenha em primeiro plano sua vida familiar; ter um homem em casa resolvendo os problemas domésticos ainda seria, na maioria dos casos, uma fuga da regra. Os homens ainda esperam se casar com mulheres que cuidem do lar, mesmo quando elas são mulheres cientistas.

Em geral, as capacidades dos casais são as mesmas, na maioria das vezes a idade também, o que significa propostas de trabalho que requerem integral dedicação e viagens ao exterior. Sobre a importância dessas viagens, trataremos mais à frente, o que queremos ressaltar nesse momento é que muitas vezes elas acontecem e duas entrevistadas contam que, por alguns momentos, sentiram-se preteridas na profissão, pois enquanto seus maridos podiam participar de congressos e mesmo fazer cursos de longa duração no exterior, elas ficaram cuidando de seus filhos.

Uma delas conta que isso fez parte de um acordo entre os dois, no qual ele se dedicaria integralmente à sua carreira e depois seria o momento dela se dedicar. A partir desse acordo, ela deixou sua residência e o acompanhou; aproveitou esse momento para poder fazer cursos e mais tarde retomou sua carreira, dedicando-se de maneira intensiva, recebendo inclusive o apoio total do marido para poder estudar no exterior.

Fernanda comenta que somente na sua segunda união pôde desfrutar de uma relação na qual o companheiro a estimulou e incentivou a retirar seus planos da gaveta e confessa que, se tivesse tido mais apoio em seu primeiro casamento, certamente sua profissão teria seguido outra intensidade:

Eu não teria feito uma carreira diferente, mas muito mais longe e muito mais intensa, teria condições de me dedicar mais, de objetivar mais, em algumas coisas; de sair na hora certa

para estudar fora, de voltar; a gente sempre volta diferente, volta com um grande passo à frente. Eu acho que teria a mesma linha, não teria outra escolha, mas eu estaria mais à frente, com certeza.

Implicitamente espera-se que as mulheres dediquem aos seus maridos todos os seus esforços para que eles consigam ter sucesso profissional, gerando aí a estranheza sobre o motivo de se estudar depois de casada e mesmo estudar demais para casar, para alguns perda de tempo e desperdício de dinheiro público.

Sobre as mulheres que se casaram com profissionais de outras áreas, elas acreditam terem acertado na escolha. Das quatro mulheres cujos maridos não são médicos, todas dizem preferir que seja assim, pois a relação conjugal não tem como base a extensão dos serviços da universidade. Contam que, por terem amigos em outras profissões, não ficam o tempo todo tratando de “casos clínicos” ou mesmo de pesquisas. Assinalam que, como em toda profissão onde se requer uma dedicação especial em certos momentos, os maridos não compreendiam sua dedicação a pacientes e à universidade, mas elas acreditam que isso não se transformou em problemas em suas vidas conjugais.

Das dezessete mulheres entrevistadas, treze tiveram um único marido, uma casou-se pela segunda vez há 20 anos e três são divorciadas. Nenhuma se casou pela terceira vez. Três mulheres que permanecem até hoje divorciadas, contam que mantêm excelentes relações com seus ex-maridos.

Ao responder uma das minhas perguntas sobre as consequências de suas escolhas profissionais, de sua dedicação ao trabalho, como forma de entender melhor suas carreiras, Simone, comparando seu trabalho ao de uma profissional também muito respeitada em sua área, respondeu de forma clara: *“Mas pense bem, ela é separada, eu sou separada, a gente sacrificou algumas coisas. Infelizmente, e sobre isso eu falo: infelizmente”*.

Quando o assunto é divórcio, Fernanda enfrentou o grande problema relativo a todas as atividades que antes eram divididas e que passaram a ser feitas exclusivamente por ela. Não contando mais com o apoio do marido, ela se viu na condição de ter que resolver todas as necessidades de seu filho:

Eu, eu, eu tudo. Porque durante muitos anos eu estava separada do pai de meu filho e eu era tudo, tudo. Desde fazer as coisas com a criança, levar no parquinho, ir ao supermercado, dar banho, comprar presentes para os amiguinhos nos aniversários, levar, buscar, fim de semana, tudo.

Estar só é sem dúvida uma dificuldade enfrentada por todas as mulheres – e incluiria os homens também – quando se dispõem a realizar qualquer atividade.

Mas permanece uma crença nas mulheres que entrevistei: reconhecem que a dedicação exclusiva à família não é um fator central de realização pessoal e investem em suas carreiras; e que a opção de dedicar-se somente à família poderia ser motivo de insatisfação e cobranças interiores, psicológicas.

O impasse é que, além dessa cobrança da sociedade quanto ao casamento, elas ainda foram preparadas para manterem as relações com seus maridos nos velhos moldes. Isso foi incorporado tão profundamente, ao ponto delas apresentarem dificuldades até mesmo em questionar o porquê de terem que arcar com as atividades domésticas e o cuidado com o lar, perpetuando as suas jornadas extras de trabalho.

Para que possamos tratar mais detidamente o assunto do trabalho não remunerado no lar, passaremos ao próximo tópico, pois acreditamos ser esse um dos principais desafios da mulher cientista e profissional, a conciliação de uma nova forma de relacionar-se com seu parceiro, dividindo suas atividades do lar e o cuidado com os filhos.

1.7- O invisível trabalho doméstico

As mulheres são aquelas que com mais frequência vão justificar a dificuldade de cumprimento de atividades assim: “porque o meu filho está doente, porque a minha empregada não veio”. Mas isso é porque elas querem ou é porque é um papel? Eu não tenho a mínima idéia, isso é fato prático, não que eu tenha grandes ausências por esse motivo, mas isso de homem você não ouve. Alguém está cumprindo esse papel no lugar dele.

Elise

O que se percebe é um discurso contraditório quando se trata de dividir as tarefas do lar. Segundo as falas das próprias entrevistadas, podemos perceber que essas mulheres tinham maridos bastante “compreensivos”, eles aceitavam e apoiavam suas opções profissionais e sabiam que elas, por serem mulheres que tinham muito prestígio, em contrapartida tinham que se dedicar muito mais.

No caso de Sofia, mesmo ela sabendo que não teria problemas quanto ao tempo que dedicava à Unicamp, sua relação com seu marido ainda continuava nos ‘velhos moldes’, ou seja, continuava a cobrança para que desempenhasse suas “funções femininas”, como é relatado na sua história. Sofia foi escolhida como exemplar, enfatizamos que esse discurso foi latente em todas as entrevistas:

Em casa, por exemplo, e olha que meu marido é uma pessoa extremamente compreensiva, se tem comida tem, se não tem também está bom. Ele jamais foi de ficar me cobrando essas coisas, mas o que acontece, se eu ficar aqui até às 8 horas da noite, na hora em que eu chegar em casa ele vai estar na frente da televisão vendo jornal, esperando eu chegar para saber o que vamos fazer. Ele não toma a iniciativa de sair, comprar uma coisa, de quando eu chegar ter uma coisa mais ou menos preparada; agora você imagina, isso no nosso caso, que a gente se dá bem; imagina se você tem um machão que acha que você tem que desempenhar bem todas essas funções e chegar de noite e ainda estar cheirosinha, não é mole, tem muito casamento que vai para o espaço.

Quando se discute o trabalho doméstico, parece estarmos voltando no tempo e no espaço, com questões antigas e ultrapassadas. Mas pontos fundamentais escapam ao senso comum e mesmo ao senso comum científico quando se trata deste tema.

A primeira questão que gostaríamos de esclarecer é sobre a escolha do título. Hirata faz a seguinte consideração com relação ao trabalho doméstico executado pela mulher:

O trabalho doméstico tem sido caracterizado por pesquisadores na França como a relação social de disponibilidade para o marido e para os filhos. Esta relação social se passa na invisibilidade, pois não se pode mostrar o que se está fazendo, como por exemplo, a mulher passa o aspirador quando o marido não está em casa e quando as crianças estão na escola. Esta invisibilidade torna-se social, isto é, o trabalho doméstico não é reconhecido como trabalho porque é invisível (Hirata, 2003).

Parece que por “encanto” as coisas se organizam dentro da casa e aparecem limpas, tudo está sempre nos seus devidos lugares. Este trabalho é invisível porque não querem percebê-lo e valorizá-lo, pois é muito desgastante e cansativo. A invisibilidade destas funções colaboram para desvalorizá-la, e torná-la desprestigiada.

Da mesma forma, Melo, Considero e Di Sabato (Melo, Considera *et al.*, 2005) apontam que as mudanças ocorridas nas últimas décadas não aconteceram da mesma maneira para os homens e mulheres; idealmente, a relação seria de “troca e reciprocidade”; essas diferenças vão desaguar numa temática sobre a invisibilidade e explicam que:

Este é um dos temas mais antigos trazidos pelo feminismo para as ciências sociais e está referenciado a uma tentativa de reinterpretar os conceitos de trabalho doméstico e trabalho produtivo/improdutivo e funciona como um iceberg para a questão da inferioridade feminina. A importante questão sobre

porquê o trabalho doméstico é executado predominantemente por mulheres, as diversas ciências sociais, sobretudo a teoria econômica per se tem pouco ou nada a dizer e as análises econômicas tampouco avançaram além de idéias e preconceitos de seus autores. Esta questão permanece obscura porque tanto na visão liberal como na marxista a subordinação feminina é explicada pela sua exclusão do mundo mercantil e esta exclusão devia-se a razões culturais.

Compreendemos por trabalho doméstico todo aquele realizado em função do bem-estar, alimentação e asseio dos membros de uma família, podendo proporcionar horas de lazer e relaxamento e mesmo de preparo para seus interesses pessoais. Esse serviço pode estar relacionado à disponibilidade de tempo, ao prazer em exercer essas atividades ou ainda a um tipo de ocupação profissional.

Neste sentido, entre homens e mulheres há uma divisão sexual de tarefa clara e explícita, na qual às mulheres caberiam todas as atividades relativas ao lar e que, supostamente, é coerente com o arranjo familiar. Esse arranjo familiar, por estar dentro dos limites de uma casa, somente se submeteria à condição financeira do casal que poderia pagar por esse serviço ou pela forma como dividem essas tarefas. Contudo, essa divisão dos trabalhos domésticos também deve ser relacionada com as mudanças que ocorreram no setor terciário e, segundo Hirata, esses serviços ainda são realizados pelas mulheres:

As mudanças na divisão sexual do trabalho doméstico também devem ser relacionadas com o desenvolvimento no mundo inteiro do setor terciário, e dentro dele, dos 'empregos de serviços', sobretudo dos 'serviços pessoais': trabalho doméstico remunerado, cuidados proporcionados às crianças, às pessoas idosas, etc. Tais serviços são geralmente associados à força de trabalho feminina. Realizados gratuitamente na esfera dita "privada" e doméstica, são consideradas tarefas 'naturalmente' femininas (Hirata, 2004: 17-18).

Uma das hipóteses deste trabalho foi verificar se as professoras sinalizariam para um novo estilo de vida e estariam mais liberadas para um maior convívio no lar, junto à família, partilhando tarefas domésticas de forma igualitária e dedicando-se por mais tempo às atividades criativas e de lazer. As tarefas domésticas parecem geralmente gerar conflitos na convivência cotidiana, que podem não se resolver facilmente. Os casos mais agudos estão entre os que não conseguem empregadas domésticas eficazes que dêem conta de todos os serviços em tempo integral, ou pelo menos que resolvam as necessidades inerentes e prementes de uma casa. Nesse momento, geram-se tensões na vida diária, pois as tarefas domésticas têm como serem proteladas, mas não evitadas.

Nesse caso, estar inserido num mundo masculino faz a diferença, porque a estrutura social mais ampla favorece e reforça esta diferença entre homens e mulheres. Sem questionar os benefícios inegáveis e imprescindíveis da licença-maternidade, ela também favorece que sejam as mulheres a cuidarem durante mais tempo dos filhos (a licença-paternidade é por um período de uma semana, enquanto que a licença-maternidade por quatro meses) e a optarem por atividades profissionais que permitam conciliar trabalho e família, não há uma política para as famílias que forneça condições para que homens e mulheres possam dedicar-se em condições iguais aos seus projetos profissionais e, inclusive, a um tempo maior de ausência do homem ao seu trabalho por motivo de nascimento de filhos.

Mesmo que as mulheres sempre procurassem realizar seus trabalhos com a maior competência possível, esse foi um ponto que sempre as impediu de continuarem se dedicando a suas profissões da forma como desejariam ou que seria necessário, segundo suas próprias falas. Mesmo não desistindo, muitas vezes acabam por deixar para outro momento seus anseios profissionais, como foi o caso de Beatriz:

Sempre eu. Por isso que até eles terem dez anos pelo menos eu tive menos tempo para me dedicar à vida acadêmica, conforme eles foram crescendo e se tornando mais independentes eu fui cortando, hoje em dia meu marido faz as compras.

A participação do homem nos afazeres domésticos e na vida familiar é estruturada em função de uma ideologia que o trabalho doméstico é ‘coisa de mulher’, comprometendo, inclusive, sua própria imagem e sexualidade. A proposta de algumas mulheres é procurar reverter esse preconceito, delegando determinadas atividades a seus maridos. Alice diz que em parte essa é a dificuldade das mulheres para aprender a delegar mais os afazeres domésticos, quando coloca: *“Quando eu o conheci, ele não era assim, mas eu acho que tem uma coisa que as mulheres devem aprender, a gente não deixa os homens fazerem algumas coisas, não pedimos socorro, não sabemos dividir”*.

Ana também tem um discurso interessante sobre o fato das mulheres terem “mais olho do que o marido”, perceberem melhor as falhas no serviço doméstico e nas atividades cotidianas. Por estarem apegadas a alguns cuidados que poderiam ser dispensáveis, elas acabam por não permitir uma melhor divisão das tarefas domésticas:

A gente divide bastante as coisas, mas coisas que são mais da casa, das crianças eu cuido um pouquinho mais, se eu não estiver ele cuida mais, lógico. Eu sempre vou reclamar que ele não viu algumas coisas, porque acho que algumas mulheres têm mais olho do que o marido, por exemplo: “você não viu que a roupinha estava desse jeito e que precisava trocar”, detalhes bobos, sem importância que quando eu me ausento sei que ele faz um bom trabalho.

Assumimos a posição de fazer determinadas digressões, como resultado das entrevistas e das propostas aventadas pelas próprias mulheres, quando o assunto foi a responsabilidade paterna e cuidado da casa.

Podemos perceber que algumas acreditam numa lógica diferente das suas, como Ana que, mesmo não compreendendo direito como isso se desenrola, aceita que a lógica masculina funciona:

A gente toma muitas decisões em conjunto, mas aquelas coisas mais corriqueiras reconheço que eu que preciso decidir. Não faz parte do universo, da cabeça dele se preocupar com a roupa que tem que vestir, mas por outro lado eu passei um mês e meio fora e em casa continuou tudo como era antes.

Mas, algumas vezes, fica claro que as mulheres afastam os homens de participar do cuidado da casa e dos filhos, centralizando todas as decisões. Mesmo a professora não estando presente, sua casa e seu filho continuaram sendo bem cuidados pelo pai e marido.

O conhecimento prático das situações que ocorrem no dia-a-dia, em relação aos filhos, não tem muito a ver com algo místico, intuitivo ou “feminino”. Em suma, a capacidade de cuidar e pressentir determinadas situações estariam incorporadas no *habitus* como uma disposição, uma prontidão a reagir, um senso prático. Seguindo esse raciocínio, a construção social da maternidade favorece uma menor participação masculina no cotidiano familiar. Algumas vezes isto é corroborado pela própria mãe, como no caso de Elise: *“Mesmo ele sendo tão participativo, ele se auto-chamava de ‘pãe’, mesmo ele dividindo muito e dando um grande suporte o que eu vejo é que não tem jeito, a ligação emocional e a segurança que eu represento para ela são diferentes”*.

Esse cotidiano deveria também ser repensado em função de uma nova divisão de tarefas na qual se aceitasse um novo lugar para homem na vida familiar. Enfim, os meios de comunicação, a distribuição de renda, as escolas e a família, ou seja, as relações sociais e econômicas, as instituições, os valores e a ideologia atuam diretamente na viabilização do cuidado com os filhos pelas mulheres e não pelos homens.

Mesmo quando as mulheres dizem que não têm orientado suas práticas segundo o discurso tradicional materno e, na grande maioria seus parceiros já não seguem o que foi vivenciado com seus pais, ainda percebemos que essas

mudanças parecem, de certo modo, ser mais expressivas no plano das idéias do que na prática cotidiana. As mudanças de comportamento expressas no discurso das mulheres soam muitas vezes contraditórias com o que observamos na prática cotidiana das relações parentais.

Pode-se perceber, porém, que, mesmo elas afirmando que seus acordos com os maridos têm como base uma melhor divisão dos trabalhos domésticos, isso não ocorreu no início de suas carreiras ou de seus casamentos. Como mostra Alice, é preciso que o outro se sinta mobilizado para poder compartilhar essas atividades e inclusive saber o quanto sua participação é querida e necessária. Todas as mulheres confiam em deixar seus filhos aos cuidados dos maridos para poderem participar de congressos e cursos de média e longa duração, mas a contradição é que no dia-a-dia ainda se sentem as principais responsáveis por essa tarefa.

Para conseguirem dar conta de todos seus afazeres, o tempo destinado a atividades que poderiam ser de lazer ou recreação com os filhos, marido ou mesmo cuidado pessoal é diminuído. Dedecca estuda e analisa profundamente essa questão sobre a diferença entre o tempo gasto pelos homens nos afazeres domésticos e a dupla jornada de trabalho que, na maioria, é realizada por mulheres.

Em 2001, 42% dos homens declararam realizar afazeres domésticos contra 90% das mulheres. Essa diferenciação era observada para todos os setores de atividade econômica, não sugerindo que aqueles segmentos com maior grau de regulamentação ou presença sindical apresentem menor discriminação no uso do tempo entre homens e mulheres. Enquanto se observa que parte preponderante das mulheres realiza trabalho em afazeres domésticos, menos da metade dos homens destina seu tempo para essa forma de atividade. Sem dúvida, essa diferenciação já sugere uma menor responsabilidade do homem na organização familiar, cabendo relativamente mais às mulheres este tipo de ônus social. A mulher tende, portanto, a conhecer melhor a organização social da família (Dedecca, 2004: 43).

Considerando que o homem, muitas vezes, tem uma definição de afazeres domésticos que não é a mesma das mulheres, entendemos que esse dado pode parecer ainda mais brutal. Eles encaram essas atividades como “ajuda”, uma participação desvinculada da responsabilidade de assumi-las na integralidade. Fazemos essa análise, tendo como base as respostas dadas por nossas entrevistadas, que afirmam terem maridos que as “*auxiliam nos afazeres domésticos*”, mas que ainda são elas as principais “cuidadoras” da casa.

Quanto à partilha de trabalho doméstico, todas disseram receber ajuda ou dividir as ocupações da casa com os maridos ou companheiros, porém acreditam que a maior parte das responsabilidades ainda lhes seja atribuída. Existe uma grande diferença entre “partilhar e dividir” as tarefas domésticas e “ajudar” a fazê-las.

O termo “receber ajuda” nos causou profunda inquietação. Ajuda é por nós compreendida como um auxílio, um socorro que se presta a outra pessoa que se encontra numa situação difícil: passada a dificuldade, cessa o recebimento da ajuda. Essa conotação é a que consta nos dicionários (Ferreira, 1997), onde encontramos que esse verbo deriva do termo *adjutare*, e significa: “ajudar, aliviar, vir em auxílio de, favorecer; dar assistência a, mimar, sustentar”. Em todos os casos, fica-nos a sensação de que quando se fala em ajudar, uma das pessoas está assumindo uma ação, enquanto a outra apenas entra em cena, quando existe uma necessidade premente.

Beatriz vive uma situação na qual o companheiro assume mais as tarefas da casa do que ela; mesmo assim ela conta que essa ajuda começou de uns anos para cá:

Por isso que até eles terem dez anos pelo menos, eu tive menos tempo para me dedicar à vida acadêmica(...) Com os anos eu passei para ele [para o marido], agora que os filhos são adultos(...)ele [o marido] está num outro ritmo de vida, se colocou mais calmo e quer trabalhar menos, aí ele tem ajudado na casa.

As outras professoras relataram que a ajuda que recebem é espontânea, mas não regular e ordenada e que, por esse motivo, ocorreriam conflitos.

Um outro dado assustador é o exposto por Miriam Nobre, quando analisa a quantidade de horas trabalhadas pelas mulheres:

Na pesquisa 'A Mulher brasileira nos Espaços Público e Privado' realizada pela Fundação Perseu Abramo, as mulheres identificam sua jornada semanal de 39 horas e 36 minutos, em média, nos cuidados da casa e da família. A média cai para 27 horas e 42 minutos entre as mulheres não casadas e sobe para 48 horas e 30 minutos entre as que moram com cônjuge, contra 5 horas e 36 minutos de seus parceiros. O que é bastante contraditório, pois o fato de haver mais um adulto na casa não permite uma maior divisão, mas uma sobrecarga para as mulheres que passam a ter uma pessoa a mais, e com maior poder de exigência, de quem cuidar (Nobre, 2004: 63-64).

Os estudos de Dedecca e de Miriam Nobre podem ser sintetizados na fala de Josefina, que sente o peso dessa sobrecarga de atividades e da falta de tempo para as atividades que acredita serem importantes para sua profissão ou mesmo para sua vida pessoal.

Eu acho que se fosse homem teria condições de fazer bem mais coisas do que faço, porque a gente é mais sobrecarregada, não tem jeito, eu sinto por tudo. É aquele negócio, quem sempre traz e busca o filho na escola é a mulher, sou eu, meu marido ajuda bastante, mas mesmo assim sinto que a gente tem uma sobrecarga bem grande, acho assim que se eu tivesse mais tempo... Por outro lado, para fazer um pouco mais do que faço, teria que abrir mão da minha família, da minha casa, e aí é uma das coisas que eu penso, entro em crise e acho que a maioria das mulheres também: de vez em quando eu deixo de assumir coisas porque penso

que não estou tendo tempo para o meu filho, que a casa está abandonada, então eu preciso dar um pouco de assistência, e isso é uma coisa que me limita. Mas acho que é um limite saudável.

Aqui reside a grande contradição: ser mãe, dona de casa, esposa e dedicar-se o tempo necessário para suas pesquisas e mesmo para si própria.

Qual seria a medida desse tempo, que Josefina chama de “limite saudável”?

Percebemos nos discursos que o tempo assume outras conotações para as mulheres: elas dividem o tempo entre a Unicamp e as tarefas de casa, pois mesmo contando com o apoio de empregadas, a organização e verificação do serviço, normalmente, é feito por elas. Necessitam ainda de um tempo para estar com os filhos e, excetuando duas que disseram “ter tempo” para cuidar de si mesmas, as demais não sinalizaram sobre esse período de reclusão e auto-cuidado.

Esse autocuidado poderia compreender ouvir música, assistir filmes, ler um livro (que não fosse de sua área), praticar um esporte, passear com amigas, enfim, fazer algo que efetivamente não fosse o que entendemos por trabalho. Sabemos que essas mulheres vão a teatros, concertos, restaurantes, reúnem-se com amigos, algumas praticam esportes, mas, na maioria, elas destinam seu tempo ao que julgam ser mais importante: a casa e o trabalho, ficando suas necessidades num segundo plano.

Precisaríamos analisar mais profundamente a relação tempo de trabalho e lazer, no caso das mulheres cientistas. Não fizemos perguntas que nos permitissem fazer uma análise mais precisa sobre como essas mulheres compreendem o tempo de lazer. Nossas perguntas centraram-se mais no levantamento de suas angústias com relação ao que gostariam de fazer e não conseguem em função da sobrecarga de trabalho.

As contradições aparecem mais fortemente, quando não é possível conciliar o trabalho com as funções de organização da casa, ainda mais quando elas se sentem sozinhas, fazendo todas as atividades, inclusive tendo que cuidar do marido; elas colocam, muitas vezes, um casamento em xeque. Elise passou por essa situação:

No fundo, eu não posso dizer que eu tenha sozinha assumido esse duplo papel, único papel que eu não consigo dividir e que me irrita fazer é supermercado, s-u-p-e-r-m-e-r-c-a-d-o não dá, certo. Essa foi uma coisa pela qual o meu casamento não deu certo: supermercado, ele não tinha paciência para ir ao supermercado e eu não agüentava ir ao supermercado sozinha.

Mesmo podendo parecer estranho uma mulher falar que seu casamento se desfez em função de uma atividade que não conseguia desempenhar, esse dado expressa o que Helena Hirata²³ coloca como uma grande problemática que aparece quando as mulheres não conseguem partilhar suas atividades com seus companheiros. No Brasil, por se contar com uma mão-de-obra de empregadas com custo relativamente baixo, essas oposições tendem a serem menores ou mais diluídas, porém surgem de forma mais intensa na medida em que não se consegue superar as dificuldades que colocam a mulher com tal número de atividades até o limite e a sensação de exploração.

A quantidade de tempo gasto pela maioria das mulheres ainda está centrada no cuidado com o outro, criando-se o estigma de que as atividades relacionadas com o cuidado são femininas (enfermeiras, pedagogas, babás, professoras etc.), e como trabalho produtivo é socialmente pouco valorizado. Segundo Hirata, quando estuda a relação entre produção e reprodução, afirma que as mulheres em casa trabalham sem remuneração, dificultando a valorização e cobrança do trabalho (Hirata, 2004: 17-18).

²³Helena Hirata, conversa pessoal.

Em síntese, sobre a utilização da mão-de-obra das mulheres no processo de acumulação capitalista, existem muitos estudos e referências que vão desde o não reconhecimento do trabalho doméstico como criador de valor, seja ele remunerado ou não, tornando-o uma responsabilidade da mulher, as remunerações diferentes em função do gênero, e finalmente os que consideram as habilidades femininas para os serviços rotineiros que exijam precisão e paciência.

Aliado a esses fatores, outro ainda aparece com bastante força: a competição individual de cada cônjuge no mercado de trabalho, que estabelece para cada um, separadamente, um conflito entre o tempo dedicado às tarefas domésticas e o tempo de trabalho e de lazer. Isto pode refletir-se numa luta interna à família no sentido de fazer com que ‘o outro’ assuma uma carga doméstica maior. Na inexistência de novos modelos estáveis, o estabelecimento de padrões de divisão do trabalho na família fica na dependência do confronto interpessoal entre os cônjuges, criando uma enorme área de conflito. Necessariamente, esse conflito pode não gerar disputas de poder manifestas, mas fica latente e muitas vezes acaba sendo “naturalizado” ou racionalizado, como descreve Alice:

Mas quando você tem um filho, você está sem fazer nada, mas se você pega um livro eles vêm do seu lado e eles fazem menos com o pai do que com a gente. Na época da minha tese, o que eu fazia era assim, botava todo mundo para dormir e eu ia trabalhar. Parece que quando eles percebem que você não está disponível, eles querem mais atenção, apesar do meu marido me ajudar muito, demorei um pouco mais na minha tese. Quando ele estava fazendo a tese dele, a gente fazia um trato, ele fechava a porta do escritório e podia trabalhar. Mas comigo não tinha isso, cada pouco eles iam lá. Ele [o marido] tentava não ir, mas tinha que ser a mãe.

As principais características do serviço doméstico são a ordenação e a regularidade. Toda a divisão de trabalho que não seja compatível com essa lógica peculiar das atividades domésticas reflete o quanto essa prática não foi devidamente interiorizada, quer seja pelo casal, ou mesmo por um dos cônjuges.

Conforme constatamos, mesmo no caso de mulheres cientistas, a divisão das tarefas domésticas ainda é determinada pelo gênero, e a maior parte da rotina doméstica é executada pelas mulheres.

A única tarefa doméstica que duas das informantes apontaram como criativa e prazerosa é a de cozinhar, cuja significação é vista como uma expressão de afeto, e ressaltam que só tem esse sentido desde que não seja de forma "rotineira e repetitiva". As outras tarefas apontadas como agradáveis foram o cuidado de plantas, o cuidado de animais e alguns trabalhos manuais, como pintura.

Duas entrevistadas não gostam de realizar nenhuma tarefa do tipo doméstico e, em geral, as tarefas domésticas não são valorizadas pelas participantes, elas as fazem quando não têm outra escolha. Rejeitam não apenas a idéia da rotina explícita nesses trabalhos, mas principalmente o fato de terem que usar seu tempo e suas mãos limpando e esfregando.

Concluindo, os resultados apontaram que, na absoluta maioria dos casos, as atividades domésticas são prestadas por empregada doméstica, seja diarista ou mensalista, e a partilha com o marido ou companheiro ocorre em apenas dois casos.

Podemos afirmar, pelo material analisado, que as mulheres pesquisadoras não se sentem atraídas pelo contexto doméstico. Quando podem contratar serviços assalariados, costumam delegar as tarefas domésticas a outras mulheres, empregadas remuneradas. O trabalho doméstico remunerado de mensalistas e diaristas tende a crescer como alternativa profissional. A profissionalização pode representar uma alternativa de trabalho para mulheres e também para homens.

No entanto, a participação dos homens no trabalho doméstico e no cuidado dos filhos, como resultado de uma aproximação das tarefas da reprodução, é algo que se espera que um dia aconteça, segundo as falas das nossas entrevistadas, e esperamos que seja inevitável. Elas entendem que uma maior e mais intensa aproximação não só com os cuidados da casa como também com os filhos daria aos homens a possibilidade de tornarem-se mais “*sensíveis e cooperativos*”.

Quando expressamos essa qualidade de sensibilidade e cooperação, normalmente nos remetemos ao mundo feminino. Essa capacidade de cuidar dos outros é denominada por autores de “care”, e aparentemente seria uma qualidade feminina, mas que compreendemos como inerente ao humano. Dedicaremos a esse tema o próximo momento, pois acreditamos na sua importância enquanto uma capacidade inerente ao bom desempenho de qualquer profissional.

1.8- Care: globalização de uma competência profissional

A gente tem que pôr o coração no bolso e continuar.

Andréia

Em nossa sociedade, é muito comum entendermos ser da mulher o papel de cuidadora, de alguém que “naturalmente” se encarrega dos cuidados das crianças e dos idosos. A socialização dos meninos estimula-os a participar de atividades na rua; quanto às meninas, ao contrário, sua permanência em casa, nos cuidados das atividades domésticas e de irmãos e parentes proporcionariam uma forma de socialização menos competitiva. Por sorte, nem todas as meninas ficaram em casa. Saffioti explica esse processo:

É verdade que as mulheres podem cuidar de seus pares. Cuidam, no entanto, com muito maior frequência, dos imaturos e dos idosos. Exercitam, por conseguinte, a paciência e a tolerância. Isto interfere sobremaneira em seus imperativos

morais, orientados, via de regra, para a responsabilidade e a obrigação de atenuar os sofrimentos, amenizar disputas, tornar mais leve o fardo cotidiano dos agentes sociais com quem mantém relações de conexão. Obviamente essa atitude é autoprotetora. Antes, porém é autocrítica. A posição dos homens a propósito do cuidar é distinta: a obrigação para com os outros é percebida negativamente, no sentido da não-intromissão (Saffioti, 1969).

Essa característica feminina sempre foi muito difundida e esteve na base da socialização diferenciada entre homens e mulheres. Como já apontava Braverman (1981) em seu clássico livro *Trabalho e Capital Monopolista*, a degradação do trabalho sempre passou pela utilização de mão-de-obra mais barata e a segmentação das tarefas, pagando-se menos ao trabalhador ‘menos qualificado’, de número mais abundante e menos organizado, no caso mulheres, imigrantes, jovens e outros. Essa degradação passou, nas sociedades modernas, pela expansão desmesurada do setor terciário da economia, na economia chamada de serviços.

O termo “care” refere-se a um conceito novo, em que se aponta a dimensão moderna dessa utilização de mão-de-obra, sobretudo a feminina. Com a globalização ou mundialização, o emprego das ‘características femininas’ em larga escala passou a ser extremamente bem-vinda e implementada.

O “care” significa uma competência de propriedade até hoje majoritariamente das mulheres, em sociedades que delegavam a elas essas tarefas. Exemplificado pelo trabalho no lar, no cuidado dos outros, como idosos, doentes, crianças, pela atenção para aspectos de conforto e sensibilidade com outros seres humanos.

Hirata aponta que através da reestruturação produtiva moderna houve uma ‘globalização dos cuidados’, com uma extensão mercantil do trabalho doméstico e o uso de mulheres pobres no trabalho doméstico nas casas das

classes mais altas. Isso “permite a bipolarização do emprego feminino, e o desenvolvimento do modelo da delegação de uma série de cuidados domésticos de mulheres com mais recursos para mulheres com menos recursos” (Hirata, 2004).

Esse novo modelo de exploração das capacidades das mulheres nega o “care” como uma competência valorizada e assim deixa de valorizar e remunerar essa habilidade. Hirata aponta que as mudanças no setor terciário também estão relacionadas com as mudanças no trabalho doméstico, invariavelmente relacionadas como uma atividade feminina, que, por ser tida como “natural”, refletia em diferenças de salários e de condições de trabalho. Assim, lemos em seu texto:

Todas as definições de competência fazem aparecer figuras e características masculinas: criatividade, responsabilidade, iniciativa, capacidades técnicas, autonomia no trabalho. As mulheres raramente estão presentes em cargos que requerem tais características. Quando as mulheres possuem tais competências, elas são menos remuneradas; a diferença salarial entre homens e mulheres é um fato no mundo inteiro. Mas, e essa questão é fundamental, as competências tais como o “care”, a “relação de serviço”, não são consideradas competências, mas atributos naturais das mulheres, e nessa medida não são reconhecidas e remuneradas. A luta pelo reconhecimento das qualidades ditas femininas (o “cuidado” a outrem, a competência relacional sobretudo) como competência profissional é sem dúvida um dos momentos essenciais da correlação de forças que se estabelece hoje entre os sexos e entre as classes sociais (Hirata, 2004: 18).

A proposta de Hirata não é a de restringir a um dos sexos a capacidade de ser cuidador, mas precisamente a de que seja valorizada essa capacidade como competência profissional. E principalmente, reconhecer que esse trabalho de cuidadora, apreendido na esfera privada, seja valorizado dentro da esfera pública, refletindo-se isso em salários e reconhecimento.

Especialmente no nosso estudo, a imbricação entre inserção no mundo do trabalho e inserção no mundo acadêmico ganha um maior relevo e é a razão principal de abordarmos a questão referente ao “care”. No nosso caso, pensamos que a inserção no mundo do trabalho e a inserção na academia podem ter o “care” como mediador conceitual.

Esse conceito exemplifica duas maneiras diferentes de traduzir as diferenças de gênero: no mundo do trabalho, o “care” é valorizado, pois assume como qualidade produtiva e rentável a capacidade feminina de realizar tarefas que exigem atenção, empatia, envolvimento emocional etc.; como exemplo, na Faculdade de Ciências Médicas, ele é valorizado no universo do tratamento de doentes, onde é traduzido pelo termo “cuidado”, já há muito tempo. A segunda maneira acontece no universo da reprodução científica, pois as mulheres têm, reconhecidamente, a fama de serem orientadoras e professoras mais dedicadas e inclusive de se autodefinirem como pessoas que acreditam ter essa capacidade de cuidar mais refinada e, possivelmente, mais desenvolvida.

Aproveitar essa característica em benefício próprio é uma via privilegiada que deve ser muito mais ressaltada como uma capacidade profissional e, portanto, traduzida em reconhecimento e salários. A preocupação de estudar essa característica feminina e valorizá-la esteve presente no trabalho de Saffioti sobre a mulher na sociedade de classes; podemos ler em sua obra:

A exaltação da mulher enquanto esposa e mãe dedicada, seu encaminhamento para setores de atividades abandonados ou nunca preteridos pelos homens, o aproveitamento de sua pretensa vocação para atividades que envolvem auxílio ao próximo e tantas outras coisas revelam nada menos do que o esforço da sociedade para conservar-se (Saffioti, 1969: 325).

Além dessa posição, que independe da condição de ser homem ou mulher, outras possibilidades também foram indicadas. Uma delas refere-se ao “care”, e foi expresso da seguinte forma por Elise:

Acho que a mulher tem uma visão mais humanitária, o que não quer dizer que os homens não a tenham, é claro que tem as exceções. Eu acho que o jeito feminino de enxergar, de compreender e de lidar com as coisas favorecem um pouco. Eu acredito muito nas mulheres administradoras. É aquela coisa a gente não pode generalizar muito, nem de crer que os homens não tenham esse componente humanitário e nem dizer que todas as mulheres têm, mas eu acho que de uma maneira geral eu acredito muito porque eu acho que a intuição feminina ajuda muito e facilita em lidar com alguns aspectos que os homens não sabem e não lidam bem. Acho que a mulher é mais detalhista é mais de carregar o grãozinho, o trabalho da formiguinha, mas isso é muito importante, a médio e longo prazo isso é muito importante. E eu vejo que muitos homens refutam, eles preferem fazer coisas mais grandiosas que apareçam mais, de mais vulto, é mais a escolha. E a mulher aceita melhor a idéia de trabalhar carregando pequenas pedrinhas, uma de cada vez.

Elise faz coro às outras mulheres que também acreditam ser essencial para um bom desempenho profissional enfatizar o cuidado nas relações pessoais:

Você está tocando numa coisa que acho que é uma característica minha mesmo, sempre tive muita facilidade para lidar com as funcionárias, tenho uma identificação com a enfermagem fortíssima, não sei se é porque aprecio e entendo que o profissional que faz enfermagem tem alma de cuidador e no fundo eu gosto dessa coisa do cuidador.

Outras mulheres percebem características que pertencem ao universo feminino, como, por exemplo, esse, apontado por Anita:

Uma das coisas que eu tenho conversado com colegas é que as mulheres são capazes de pensar em várias coisas simultaneamente. De estar preocupadas com várias coisas ao mesmo tempo, de estar olhando tudo e se escuta um barulho já vai olhar para ver o que significa e os homens não, eles não são assim, essa é a minha impressão.

Segundo essa professora, as mulheres, pelo fato de estarem continuamente preocupadas com diversas coisas, como a família, os filhos, o marido, a empregada, desenvolveram uma boa capacidade de conseguir lidar com várias situações ao mesmo tempo e sempre conseguir retomar o ‘fio da meada’. Essa otimização de diversas situações é uma excelente ferramenta para a ciência. Pude constatar que se tínhamos que interromper a entrevista por motivos diversos, como telefonemas ou alunos, elas sempre retomavam ao ponto exato onde haviam parado, nenhuma delas me perguntou sobre o que estávamos falando ou ainda mudou de assunto, elas recomeçavam da palavra seguinte que completaria a frase. Como ressalva, apenas, em poucos casos tivemos interrupções, muitas desligaram os telefones e avisaram que estavam participando de uma entrevista, mesmo quando foi impossível controlar telefones e pessoas elas procuraram resolver de maneira rápida.

Outra característica que as mulheres apontam como sendo feminina e acreditamos estar inserida no “care” é uma sensibilidade diferente, com as mulheres sendo mais observadoras e organizadas. Sofia, quando fala das formas diferentes de administrar tanto o departamento quanto o trabalho, alia essas características a uma “diplomacia feminina”, e expõe da seguinte maneira:

Eu acho que, de maneira geral, a mulher tem uma sensibilidade diferente e ela pode prestar atenção em algumas coisas dentro de um departamento que o homem não vê. É mesma coisa uma casa, se você deixar uma casa para ser administrada por um homem tem um monte de coisa que ele não enxerga, que é uma coisa que é do feminino. E por sermos mais detalhistas, observadoras, sensíveis, são características nossas, graças a Deus, que isso faz a diferença. Mas existem mulheres que embora tenham esse olhar feminino não conseguem fazer as coisas, porque não é só isso, você tem que ter muito jogo de cintura tem que ter muita diplomacia, ter uma capacidade de organização muito grande, porque as coisas acontecem todas ao mesmo tempo, tem que ter muita psicologia, porque você aparta briga, é um negócio extremamente desgastante.

A forma mais comum de expressar o que entendem por “care” é a colocada por Walquíria: “(...) *mais por conta do lado maternal, do contato com os alunos, de passar alguma coisa sua, é o legado que você passa como mulher, para alguém, do que você está fazendo*”.

E ainda é corroborado pelas idéias de Helena, quando enfatiza que sua proposta de trabalho é muito mais de cooperar para o crescimento e sucesso de seus alunos: “*Eu tenho um reconhecimento que é informal de ver o sucesso de meus alunos. Todos estão bem hoje, são brilhantes*”.

Segundo Elise, a feminização da medicina aconteceu em parte pela função da característica essencial da mulher, que é o *care*:

Para você ter uma idéia da feminização da medicina, hoje, em turma de 11 residentes, apenas 2 são homens. Isso é um fenômeno que está ocorrendo na especificidade, ela está se tornando feminina, porque está se cobrando muito mais essa figura do cuidador, dessa questão mais humanizada do atendimento, que acaba se aproximando. A pessoa que gosta de cirurgia não vai fazer GO, porque ela exige e cobra uma relação interpessoal muito intensa.

Outros autores também se empenharam em levantar questões relacionadas com o cuidar e sabemos ser uma importante característica, devendo ser aprofundada em estudos futuros. Afirmamos que, para se conseguir melhor desenvolver determinadas carreiras, especialmente as ligadas às áreas de biológicas, pois esse é o nosso campo de estudo, o “care” deveria ser estimulado, e mais propriamente ser um atributo e requisito de avaliação, pelo qual seriam contratados profissionais com essa propensão e, portanto, remunerados nessa medida.

Nesse caso de valorização do “care”, as mulheres têm características socialmente determinadas que as tornariam mais competitivas. Haver no mercado profissional a valorização de um trabalho que, via de regra, não tem essa

conotação poderia auxiliar em muito os futuros profissionais a caminharem mais rapidamente e melhor nas sendas da ciência e da medicina.

Assim, dada essa importância, a nossa preocupação a seguir será a de tentar descrever, sucintamente, as condições do mercado de trabalho e o espaço médico, considerando o *habitus* das mulheres cuidadoras.

1.9- Disposições pessoais - *habitus* versus mercado de trabalho e área médica

A mulher que resolve fazer isso, você pode ter certeza, faltou na reunião de escola de filho, deixou de assistir aquela apresentação de balé, deixou de ir naquela festa de dias das mães que você tem que ir. Eu assisti muitos casos iguais a esse, e hoje elas falam: “meu filho cresceu e eu não vi”. Eu vi os meus, mas enquanto eu estava vendo os meus filhos crescerem, a pessoa estava subindo, são escolhas, não?

Sofia.

De tudo o discutido até agora, resta discutir as questões que se relacionam à inserção das mulheres médicas no mercado de trabalho, e qual a posição e momento de incorporação das pesquisadoras analisadas.

Esse objetivo de trazer à tona as condições que possibilitaram a entrada dessas mulheres no campo científico toma como pressuposto de que há uma forte relação entre as escolhas das carreiras científicas de atuação das mulheres e a categoria gênero. Na maioria, podemos perceber que os aspectos relacionados ao biológico têm estado mais presentes nos estudos no campo da medicina.

Concordamos com Bruschini quando ela afirma que uma das maiores conquistas da mulher foi a ampliação do conceito de trabalho, no qual muitas das tarefas realizadas por mulheres foram incluídas; por outro lado, ela ressalta que uma outra importante inovação está mais ligada ao conceito de trabalhador:

Outra questão se refere ao fato de que o trabalhador não é apenas uma categoria profissional ou de análise, mas um ser humano com características biológicas, pessoais, familiares e sociais que orientam e definem sua forma de participação na atividade produtiva. Mais do que o homem, a mulher tem sua participação no trabalho remunerado possibilitada ou constrangida por várias delas: idade, estado civil, escolaridade, número de filhos, ciclo de vida, localização rural ou urbana (Bruschini, 1988: 125).

O que nos interessa nesse ponto é como a questão de gênero está atrelada ao mercado de trabalho e, em seguida, abordaremos como ocorreu historicamente a inserção das mulheres no espaço científico.

A grande maioria dos estudos das mulheres no mercado de trabalho, aqui incluídos os trabalhos domésticos e assalariados, procura desvendar as desigualdades e as discriminações pelas quais os discursos sobre as mulheres são construídos, propondo tirar a mulher da “invisibilidade”. Todos esses estudos apontam para uma discussão sobre a importância da compreensão da trajetória da mulher no espaço profissional. Segundo Bruschini,

Na verdade, se o trabalho for definido como toda atividade necessária para o bem-estar dos indivíduos, das famílias e de toda a sociedade, o trabalho feminino estará em toda parte: no preparo da comida, na limpeza das casas e das roupas, na organização e gerência do lar, na formação das futuras gerações e em inúmeros outros afazeres que só passaram a ser visíveis com o amadurecimento, a partir dos anos 70, de pesquisas que se dispuseram a descobrir o trabalho feminino (Bruschini, 1994b: 64).

Há ainda estudos que enfocam a separação entre as funções ou conquistas das mulheres a partir de suas posições sociais; nessa linha de análise podemos citar Joan Scott. Segundo a autora, as questões referentes ao trabalho, durante o século dezenove e vinte, ocorreram de forma diferente entre as operárias e as mulheres de classe média:

Las mujeres de clase media buscaban una educación y el ingreso em empleos profesionales (como maestras, enfermeras, médicas, trabajadoras sociales,etc); trataban de poner fin a su exclusión de todo trabajo significativo y asalariado, y de refutar la ideología que las consignaba exclusivamente a la maternidad y al hogar (Scott, 1992: 52).

Ela afirma que há uma diferenciação na trajetória do trabalho das mulheres, referente à condição social. As mulheres de classe média buscam, através da educação e da profissionalização, refutar a ideologia que as confinava ao trabalho doméstico e à maternidade. Entretanto, uma questão que salta aos olhos é o tempo de trabalho que essas mulheres disponibilizam. Alice recontou sobre a conversa que teve com uma professora:

Uma vez uma professora falou que dava muito dó de ver porque normalmente os melhores residentes são as mulheres, mas daí um tempo um tanto delas abandonaram ou estão trabalhando em meio período, e era uma realidade que a gente tinha até um tempo atrás, a grande parte das mulheres realmente não trabalhava em período integral porque na hora que chegavam e começavam a ter filhos você ficava no máximo trabalhando em meio período.

Estudos sobre mercado de trabalho são relativamente comuns quando se busca entender o tema do gênero. Como nos mostra Costa (1995), a “relação entre a crescente incorporação das mulheres no mercado de trabalho e suas práticas reprodutivas seriam o tema que idealmente teria suscitado o mais amplo grau de aprovação e reconhecimento”.

Bruschini, uma das referências nesses estudos, sintetizou as razões pelas quais as mulheres foram inseridas dentro do mercado de trabalho:

Várias são as razões para o sensível aumento da presença da mulher no mercado de trabalho: a aceleração do processo de desenvolvimento econômico expande o mercado de trabalho em geral, provocando também maior demanda por mão-de-obra feminina. De outra parte, a mudança nos valores relativos ao trabalho feminino e a difusão de novos padrões de comportamento facilitariam a oferta de trabalhadoras. A queda na fecundidade brasileira e a ampliação de seus níveis de escolaridade atuam também na determinação deste movimento. Mas o ingresso das mulheres no mercado de trabalho também é explicado pela queda do nível de renda real de grande parte da população brasileira na última década (Bruschini, 1988: 127).

A autora explica-nos que os anos 70, um período no qual a economia do país teve um forte crescimento, foi acompanhado por uma séria crise econômica, no decênio seguinte.

Podemos compreender a preocupação da autora, especialmente a partir da transformação ocorrida na produção do conhecimento pela reforma do ensino com a Lei de Reforma Universitária de 1965. Assim sendo, podemos perceber o porquê da preocupação das ciências sociais com o trabalho desenvolvido pelas mulheres, na tentativa de lhes dar “visibilidade” (Sarti, 1985).

Dentro do campo profissional, as lutas tentaram valorizar o trabalho, quer seja regulamentando leis para melhores condições de vida, quer ainda fazendo obedecer as regras que já existiam. Os saberes e práticas adquiridos ao longo de seu aprendizado, ou mesmo na obrigatoriedade de sua execução, dentro do espaço doméstico, não lhe garantiram uma qualificação, pois esses conhecimentos eram tidos como inatos ou naturalmente femininos.

A cada nova luta para conseguir maior espaço ou ainda para fazer valer seus direitos, modificavam-se os cenários, pois a consciência dos problemas referentes à categoria ou à classe social é exposta, criando-se assim as condições

necessárias para a futura autonomia. A inserção das mulheres no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que passa por esse processo de consciência e autonomia, também vem impregnada de contradições históricas.

De um lado, para as mulheres das classes sociais mais baixas, o trabalho significava manter a subsistência e todas suas reivindicações giravam em torno dessa idéia, porque elas sempre trabalharam em posições subalternas ao longo de toda a nossa história. Mas para as mulheres de classe média ou alta, esse discurso já ganha outro significado, era uma possibilidade de transformar a sua condição na sociedade.

A partir da década de setenta, o cenário nacional muda: transformações econômicas e sociais ocorrem no mundo e foram responsáveis pelo processo de reestruturação do capital e pelas conquistas práticas a favor de melhores condições de trabalho de diversos movimentos; dentre eles podemos incluir os movimentos feministas. A globalização da economia, ou mundialização, como preferem outros autores, intensificada a partir do final do século XX, provocou a reestruturação de mercados e capitais, resultando em relações de trabalho que acompanhassem a flexibilização proposta por esses novos padrões de consumo e produtos.

Esses movimentos tinham como principal objetivo, segundo Sueli Carneiro (apud Bruschini, 1994b: 188), a recusa dos estereótipos tradicionais:

Os primeiros passos do Movimento Feminista no Brasil e no mundo expressaram a intensa revolta a esse processo de opressão e, como todo movimento de contestação, se constituíram na recusa de todos os estereótipos tradicionais existentes sobre a mulher: contra o mito da fragilidade, contra o confinamento da mulher ao espaço doméstico, contra a limitação da mulher a mero agente reprodutor da espécie.

Há reformulações nas leis trabalhistas, as mulheres conseguem maior autonomia e participação no mercado de trabalho. Isso é refletido no discurso de Alice sobre as condições de trabalho:

Mas a gente tinha algumas coisas, nós tínhamos um quarto para dormir quando era na época do plantão, tinha um pessoal que era antes da gente teve que brigar para ter um cantinho, pois como era pouca mulher era o menor quartinho, o pior que tinha. Quando eu estava no final do R1 eu fui a primeira mulher a dar plantão em um determinado local, e aí eles tinham, ao contrário, uma preocupação em dar um lugar melhor, porque a mulher precisava ter um banheiro melhor, com espelho e acabou sendo positivo.

Uma outra forma de analisarmos a presença feminina no mercado de trabalho é através das oportunidades de trabalho em função do nível de escolaridade. O fato das mulheres de classe média terem um nível de escolaridade maior evidencia dois outros fatores: elas têm menos filhos e, ainda, recebem maiores salários, o que lhes garante poder arcar com as despesas de escolas e redes de apoio. Nessa análise, Bruschini, enfatiza ainda que, “De outra parte, um trabalho mais gratificante e a possibilidade de obter rendimentos satisfatórios atrairiam as mais escolarizadas para o exercício de atividades profissionais fora de casa” (Bruschini, 1988: 133).

Como aponta Bruschini, com o correr dos anos os estudos sobre a inserção feminina no mercado de trabalho mostram a importância de “considerar que a participação feminina no mercado de trabalho é definida não só pelas condições do próprio mercado, mas das possibilidades de que a mulher dispõe ao se oferecer a esse mercado”. Segundo a autora:

A disponibilidade do sexo feminino é determinada por características individuais – além do próprio sexo, a cor, a idade, o estado civil, a escolaridade, a presença de filhos – e

familiares -, o ciclo de vida familiar, a estrutura da família, etc.
(...) Todas estas variáveis sempre se inter-relacionam com a condição econômica da família, dando resultados diversificados (Bruschini, 1994a).

Podemos perceber de nossas entrevistadas que elas atendem aos pré-requisitos tidos como essenciais para o trabalho flexibilizado. Seus horários e rotinas são flexíveis, pois o trabalho na área médica, especialmente dentro de um hospital escola, exige uma rotina diferente por princípio, tanto para as médicas como para as mulheres não-médicas. Suas atividades vão da intuição ao trabalho prático, da atuação como chefe de pesquisa ou de um departamento ao serviço de copeira: pequena ironia, numa das entrevistas, após nossa conversa, a professora convidou-me para um café, que ela mesma preparou e serviu.

Continuando nessa lista de “outras atividades”, podemos destacar que todas passaram pelos cargos de chefia e tinham preocupações de ouvir o funcionário com problemas, parando suas tarefas em função de orientação psicológica; ainda fazem as relações públicas da instituição, marcam suas próprias viagens, enfim, exercem todas as atividades que são inerentes à função que exercem e extrapolam a rotina cotidiana.

O perfil dessas mulheres se adequaria perfeitamente àquelas habilidades requeridas por um mundo flexibilizado. Ou seja, pelo fato de terem que cuidar e administrar, de terem aprendido a fazer isso e diariamente colocarem-se como responsáveis pela saúde da família, limpeza e higiene da casa, pela educação dos filhos, estão altamente qualificadas para desempenhar as mais diversas atividades que vão desde o cuidado mais básico até a direção e administração do local de trabalho. A proposta é que se perceba que todas as atividades aprendidas são válidas para um mercado de trabalho flexibilizado.

O grande problema que se coloca é que esse trabalho flexibilizado é visto como inato ou como apenas pertencente a um dos gêneros. Parece que ele não exige de cada mulher atributos que vão desde características da

personalidade inatas, atributos aliados àqueles adquiridos nas vivências sociais, em suas famílias de origem e na escola, como por exemplo: agilidade de raciocínio, autonomia, capacidade de julgamento, alguns dos definidores da qualificação.

A relação gênero-mercado de trabalho tem sido estudada sistematicamente e muitos autores debruçam-se sobre o tema, havendo alguns estudos específicos sobre a área médica que nos guiam sobre esse ponto. Podemos citar como exemplo o caso da ginecologia. Como apontado por Rohden (2001), os saberes constituem-se através da criação de diferenças tanto internas, entre disciplinas, quanto externas, entre visões díspares sobre a mulher. No caso, a ginecologia diferiu da obstetrícia e promulgou uma nova forma de distinção entre os sexos, estabelecendo uma nova relação de gênero:

Ao mesmo tempo em que trata dos problemas relativos à mulher e à reprodução, a ginecologia desenha os parâmetros para a distinção entre os sexos – que passa, sobretudo, pelo atrelamento da mulher à função reprodutiva, diferentemente do homem. (...) É bom lembrar que o tratamento dos fenômenos da reprodução da mulher, como gravidez, parto e puerpério, já há algum tempo constituíam o foco da obstetrícia. A ginecologia marca uma distinção com essa outra especialidade médica (Rohden, 2001).

Há dados na literatura, como os apontados por Martin (Martin, Arnold *et al.*, 1988), de que as trajetórias profissionais de médicos e médicas diferem claramente: 70% das residentes, contra 50% dos residentes, estavam sendo preparados em áreas relacionadas com o “cuidado primário”. Em ordem descendente: medicina interna, pediatria, psiquiatria, medicina da família, obstetrícia e ginecologia. Ainda, somente 5 % escolheram cirurgia.

A chamada feminização da profissão abriu questões sobre diferenças de gênero ainda parcialmente conhecidas e seguramente pouco estudadas.

Se a escolha da especialidade é um momento crucial para a profissão médica, em grande parte estereotipada, será que essa questão manifesta-se com a mesma força quando estamos pesquisando a escolha das mulheres por uma determinada especialização científica?

Segundo estudos quantitativos realizados na França, a escolha das especialidades está profundamente ligada a espaços desvalorizados da arena médica, como, por exemplo, os que trabalham com um alto nível de estresse, como pronto-socorros e emergências em geral, unidades de terapia com alto índice de morte (Jaisson, 2001). Para os que têm forte capital social e econômico, a escolha seguramente é feita para áreas bem remuneradas e com menos tensões quanto à proximidade com a morte. Dentro destas categorias, as mulheres diferenciam-se dos homens quanto às escolhas de especialidade. Se tomássemos homens e mulheres com igual poder econômico (dada a origem social), as mulheres tenderiam a escolher pediatria, dermatologia, ‘rinologia’ (rhumatologie) e psiquiatria; enquanto os homens, cirurgia, otorrinolaringologia, cardiologia, anestesia, respectivamente para ambos. Na média, restaria oftalmologia, escolhida por ambos, igualmente.

No Brasil, os fatores que definem essas escolhas não foram completamente estudados. Dentro de nossa amostra, pudemos perceber que a grande maioria das entrevistadas ainda continua ‘preferindo’ especialidades que são reconhecidamente femininas.

Algumas que procuraram determinadas especialidades não reconhecidas como “femininas” ou “para mulheres” declararam que sempre tiveram que fazer “a mais”, ou ainda fazer sempre o “melhor”, pois sentiam que qualquer deslize poderia refletir sua condição de mulher; escolhemos o discurso de Beatriz para delinear essa posição:

(...) Nesses dois anos de residência, eu tomei muito cuidado para não me pegarem com nada de errado, com um diagnóstico fora, eu me políciei muito, mas, terminada a residência, aquele exame para ficar no hospital como docente,

eu de novo passei e passei na frente dos mais velhos até. Mesmo durante e depois da minha residência, eu não senti dificuldades por ser mulher, mas como eu tinha ouvido aquilo [a professora tinha ouvido que infelizmente era uma mulher que havia passado em primeiro lugar no exame de residência] eu sabia que eles estavam de olho como seria o meu desempenho, mas eu não tive empecilhos.

Os relatos não explicaram claramente os motivos das escolhas das profissões, pois muitas vezes o sentido de nossas ações nos escapam, sobretudo por estarem ‘determinados’ fortemente pelas influências sociais e estruturais da sociedade. Para nós, as explicações de nossos atos sempre passam pelo nosso arbítrio pessoal e por nossas escolhas racionais e conscientes, mesmo se assim não aconteceu. Muitas vezes as escolhas são naturais ou naturalizadas e, no fundo, elas foram extremamente ‘sociais’ ou ‘socializadas’.

Poderíamos estar analisando esse discurso em relação à contradição sobre o que seriam os “empecilhos” devidos à condição feminina, porém, por ora, basta-nos avaliar que os motivos da escolha para as entrevistadas nem sempre foram por motivos de gênero.

As professoras disseram majoritariamente o que as atraiu para as áreas, colocando, em primeiro lugar, o envolvimento, o interesse e o fascínio que determinadas áreas proporcionam, Ana descreveu assim:

Comecei a aprender [sua área de interesse] na residência e me empolguei e decidi fazer isso no mestrado e doutorado. Isso me deu uma vivência e um bom treinamento (...), e era isso que eu queria.

Pelo desafio que determinadas escolhas proporcionariam, como Margot:

Nessa ocasião [quando acompanhou o marido numa viagem] eu aproveitei, pois consegui um estágio lá e trabalhei numa área que me interessou depois e foi com essa experiência que tive fora que eu voltei e comecei a montar um projeto [sobre um tema], era uma coisa que estava começando na época.

Por influência do marido, no caso de Teresa:

Lá [na faculdade de medicina] eu conheci o meu marido que fazia faculdade e já estava terminando, fez residência, ele teve uma grande influência na minha decisão de escolha profissional.

Como Alice, por desejarem uma formação que lhes permitisse trabalhar em outros lugares, que não a universidade, a princípio:

Inicialmente eu não iria fazer residência, eu tentei fazer meu curso inteiro buscando ter uma formação geral, que foi uma das brigas que a gente teve porque quando a gente entrou na medicina o internato era especializado, então quem ia para a cirurgia já fazia o sexto ano na cirurgia, dois anos antes de eu ir para o sexto ano a gente mudou isso, mas foi todo um movimento que a gente foi fazendo: a questão da formação geral. E quando eu vejo que os alunos começam a falar de saúde da família, revivo as mesmas conversas.

Por acreditarem, como Valquíria, nas suas habilidades:

No primeiro ano, quando eu comecei a fazer [determinada disciplina], já no primeiro semestre eu decidi o que ia fazer.

Por influência de outros profissionais, a exemplo de Elise:

Eu já tinha tido uma experiência de iniciação científica e já mostrava certo interesse pela pesquisa, mas a postura dele como pesquisador, influenciou não só a mim, mas como a esse grupo inteiro aqui e muita gente nesse departamento

Por preferirem determinados trabalhos que as mantivessem mais em contato com seus estudos e num ambiente mais calmo, como Marie:

Então a gente passa a vida inteira estudando. Para isso, tem que ter um perfil; tem gente que não gosta; gosta mais de atuar, eu jamais seria cirurgiã, não tenho perfil, porque cirurgião é aquele que está na linha de frente, pega e resolve rápido, tem que ter toda habilidade técnica, mas ele tem que ser assim. Não pode ficar procurando muito em livro. Então, esse é um outro tipo de atuação.

Algumas conseguiram contrariar a lógica de que não poderiam, por condições de gênero ou mesmo biológicas, realizar determinadas atividades, como nos contou Beatriz:

É das áreas cirúrgicas que eu preferi (...) porque eu achei mais bonito, mais agradável de trabalhar e que eu poderia operar sentada, cirurgias não tão longas, eu achei que era muito mais adequado para mim, que sou muito baixinha, eu achei que eu me sentiria melhor, mas eu queria operar.

Devemos levar em consideração que todas essas falas são múltiplas e sobredeterminadas, enfatizando que suas escolhas foram orientadas por vários fatores, porém listamos os principais para podermos elucidar que essas escolhas não foram apenas orientadas por uma questão pessoal de escolha, mas em

função de possibilidades e propostas ao longo de suas vidas universitárias e de acordo com as possibilidades das faculdades onde estudavam.

Como toda a escolha, existe uma grande quantidade de variáveis, mas nossa preocupação foi a de tentar situá-las dentro de um contexto que pudesse considerar os cursos oferecidos pela faculdade de medicina, as condições de um trabalho que passa pelo processo de mundialização e as opções pessoais feitas por influência de outras pessoas, quer sejam maridos, professores ou mesmo colegas de profissão e em geral pela somatória de duas ou mais circunstâncias.

As determinações sociais de suas escolhas mais ligadas à ciência e a um *habitus* apropriado ao campo científico serão discutidas a seguir.

CAPÍTULO IV - A ciência como vocação e aprendizado

*“A luz que ofusca nossos olhos
é escuridão para nós.
Só amanhece o dia para o qual estamos acordados.
Mais dia está por raiar.
O sol não passa de uma estrela matutina.”*

Henry Thoreau

Eu acho que todas nós mulheres, que conseguimos chegar
aonde chegamos, somos artistas, nós somos muito especiais.

Sofia.

Colocamos essa frase aqui por uma questão muito simples: essas professoras são de fato muito especiais: lutaram contra várias adversidades, muitas vezes a necessidade dos outros esteve acima de suas próprias, suas vidas foram doadas por muito tempo a descobertas de vacinas, medicamentos, tratamentos, terapias e validações. E elas fazem mais, a cada dia estão em seus laboratórios, consultórios, bancadas e experimentos, tentando salvar e resgatar vidas.

Por esse fato nenhuma delas se envaidece, falam que isso faz parte de suas obrigações, estão lá por e para isso. Mas acreditando que elas estão dentro de uma universidade que se consagra e que preza a produção científica, nada mais justo que colocá-las em um panteão de grandes nomes.

Devemos tomar cuidado para que nossas análises sobre o êxito dessas profissionais não levem à conclusão de que outras mulheres com outras trajetórias diferentes, que não conseguiram chegar ao mesmo posto, não o fizeram por incapacidade. Concordamos plenamente com Saffioti: “A ideologia do êxito pessoal é amplamente usada nas sociedades de classe para desviar a atenção das pessoas da estrutura social e das severas limitações que ela impõe a determinadas classes sociais” (Saffioti, 1969: 332).

Partimos do pressuposto de que, para tais casos, haveria a necessidade de um estudo aprofundado que tentasse compreender quais os motivos da desistência e mesmo das dificuldades que se tornaram intransponíveis. Apresentada essa postura, o segundo ponto a ser discutido é que a nossa intenção não é a de comprovar se existe uma ciência no feminino,

no masculino ou se a ciência é neutra. A nossa preocupação é levantar questões oriundas da participação da mulher na ciência. Esperamos delinear as especificidades dessas questões e como elas são refletidas no discurso e nas práticas de pesquisa em uma instituição.

Como já foi observado anteriormente, este trabalho privilegia o estudo das relações gênero-ciência, considerando que existem diferentes percepções sobre essas relações. Ao mesmo tempo, é importante salientarmos que não estudaremos as definições e conceituações que abraçam o termo “ciência”, e as diferenças entre ciências masculinas ou femininas. Entendemos que por ocuparem uma posição dentro de uma universidade, as mulheres estariam já em condições de fazer ciência, simplesmente.

Da mesma forma como as práticas sociais estão ligadas às diferenças de gênero, podemos imaginar que a própria ciência poderá estar também atravessada por esse tipo de questão relativa ao universo do feminino e à ciência.

Entretanto, o que nos interessa sobremaneira, são as formas como as mulheres se percebem inseridas nessa relação gênero-ciência. Helena esboça claramente o que sente quando percebe o jogo de poder atravessando as relações entre homens e mulheres que produzem ciência e, mais que isso, que propõem novas formas de se trabalhar dentro da universidade na produção científica:

Porque eu não preciso me confrontar com o homem, nem me confrontar com a mulher eu preciso apenas ser, a gente precisa ser e achar esse espaço de me colocar entre as pessoas. Quando você é, você se constitui um indivíduo e os outros também, a diversidade surge como uma coisa nova, bonita, forte, onde naquele negócio tem um pedaço de cada um. Agora, se você deixa de ser e se homogeneiza dentro de um liquidificador para sair uma coisa igual, porque tem que seguir o que está sendo dito; aí você não cria algo novo, cristaliza todos os erros ou cristaliza uma coisa que pode até ser muito boa; (...) por exemplo, a instituição expulsou

[cita o nome de uma professora], quando eu digo expulsou, significa que não permitia ela ser quem ela é dentro dessa estrutura e foi mesmo um massacre do grupo masculino. Imagina que iam permitir que alguém de próprias idéias pudesse construir isso aqui dentro. Todo mundo fala que ela tem uma personalidade difícil, mas para romper o que ela rompeu não pode ser mole, tem que ser dura.

As diferenças podem não ser muito bem toleradas pelos grupos que estão no poder e, muitas vezes, não se consegue perceber com clareza se a pessoa é “expulsa” por se tratar de uma mulher ou por estar indo contra uma ordem preestabelecida.

Quando se procura inovar, em qualquer área, necessita-se da criação de novos paradigmas, o que pode ser entendido como uma afronta ao grupo que desfruta do atual prestígio. Em outros termos, os de Bourdieu (1976), as estratégias de subversão das vanguardas, que querem assumir as posições dominantes em um determinado campo, sempre causam um conflito de poder traduzido em lutas em torno dos objetos científicos. Dessa forma, discernir sinais de lutas concorrenciais e compreender como os problemas de gênero assumem relevância é nosso intento a seguir. Delinearemos para isso os discursos que tratam dessas posições.

1.1- A ciência no feminino

Ficam patinando em coisas do passado sem perceber que o tempo passou e você acumulou conhecimento e experiência e você vai ter que ampliar mais esse universo, abrir mais as portas para que as pessoas com talento e competência cheguem mais rápido aonde elas devem chegar. A universidade ainda tem muitos entraves e que são humanos.

Helena

Quando pensamos na relação entre gênero e ciência, tínhamos em mente esclarecer quais foram e como são as suas relações com os pesquisadores e pesquisadoras que estavam na mesma área, na mesma instituição e no mesmo campo científico.

Antes de nos aprofundarmos nessa última proposta de nosso trabalho, gostaríamos de ilustrar com essa belíssima escultura de Barrias que se encontra no Museu d'Orsay, em Paris:



É uma linda mulher em mármore, representando a natureza em seu momento de revelação para a ciência. A natureza é representada por suaves traços, pela serenidade e pela tranquilidade, suas delicadas mãos abrem seu manto em um movimento sereno, porém determinado e firme, que em nada pode ser comparado à reprodução, mas que sugere intensamente a criação²⁴.

A idéia central aqui é que a natureza é feminina e jaz inerte à espera de ser descoberta, é passiva e aguarda a ação masculina, representada pela ciência, prática masculina.

Essa representação encontrava paralelo nas idéias socialmente aceitas sobre o papel da mulher na sociedade. Por exemplo, em seu livro *Humano, demasiado humano*, Nietzsche faz a seguinte afirmação sobre a emancipação das mulheres:

²⁴Louis-Ernest Barrias. *La nature se dévoilant à la science*. Museu d'Orsay, Paris.

Podem as mulheres ser justas, se estão tão acostumadas a amar, a imediatamente simpatizar ou antipatizar? Em virtude disso não têm tanto interesse por causas como têm por pessoas: mas, sendo a favor de uma causa, tornam-se de imediato suas partidárias, e assim corrompem sua pura, inocente influência. Há então um perigo nada pequeno, quando lhes são confiadas a política e certos ramos da ciência (a História, por exemplo). Pois o que seria mais raro do que uma mulher que realmente soubesse o que é ciência? As melhores nutrem inclusive um secreto desprezo a ela como se de algum modo lhe fossem superiores. Talvez tudo isso possa mudar; no momento é assim (Nietzsche, 2000: 227-228).

Nietzsche deixa clara a posição da mulher dentro da sociedade e especialmente seu papel na ciência, mas por ser um homem inteligente não chegou ao ponto de condená-las a esse lugar pela eternidade.

Na contramão da história, Perrot (2005) escreveu sobre as dificuldades pelas quais as mulheres passaram para construir suas identidades. Segundo a autora, um dos grandes desafios enfrentados pelos historiadores, interessados em mulheres do século dezenove, foi o “apagamento” dos traços públicos e privados dentro da esfera econômica e social.

Vivemos hoje em dia uma época em que a mulher pode assumir seus relacionamentos de diferentes formas, mas o mesmo não acontecia no século passado. Nossa pesquisa não teve informantes solteiras e acreditamos que isso seja um viés negativo, que deverá ser contemplado em estudos futuros.

Os problemas enfrentados pelas mulheres expressaram-se em muitas áreas da vida social, aí incluídas a cultura, a ideologia, a ciência e as práticas em geral. Nesse caso, o mesmo aconteceu na medicina.

Pouco a pouco, os espaços foram sendo conquistados e a medicina deixou de ser privilégio dos homens. Apesar de todas as dificuldades encontradas, algumas mulheres destemidas conseguiram pouco a pouco vencer a maioria dos preconceitos e todas as barreiras.

As mulheres, no Brasil, estão inseridas há poucas décadas no espaço médico, acompanhando uma tendência mundial já verificada em quase todos os países. Isso não significou que elas estivessem livres das idéias preconceituosas sobre o que a medicina significava para a maioria dos homens, pois, mesmo com esse processo, idéias “fora de lugar” continuavam a grassar na arena médica. Podemos confirmar essa posição na fala de Beatriz:

Na hora que eu fui saber o resultado do exame da residência, a secretária estava batendo à máquina para publicá-lo, aí veio um professor adjunto, entrou na sala da secretária, perguntando: ‘quem foi o primeiro lugar?’ E eu ouvindo tudo porque eu estava esperando ela vir trazer o papel, um outro lá dentro respondeu: “infelizmente foi a moça”. Eu tive um ponto a mais que o segundo colocado, foi muito acima e eles não tiveram condições de manipular a nota, nem nada.

Além disso, o número de praticantes de medicina mudou: entre 1970 e 1985, houve um aumento de 13 % para homens contra 240 % para as mulheres (Martin, Arnold *et al.*, 1988). Da mesma forma, no Brasil, em estudo já clássico, Machado (1997) afirma que “a consolidação da mão-de-obra feminina na profissão médica é fruto da geração dos anos setenta”. No capítulo “As Médicas no Brasil”, a autora indica que a participação das mulheres aumenta significativamente no período, conforme gráfico abaixo:

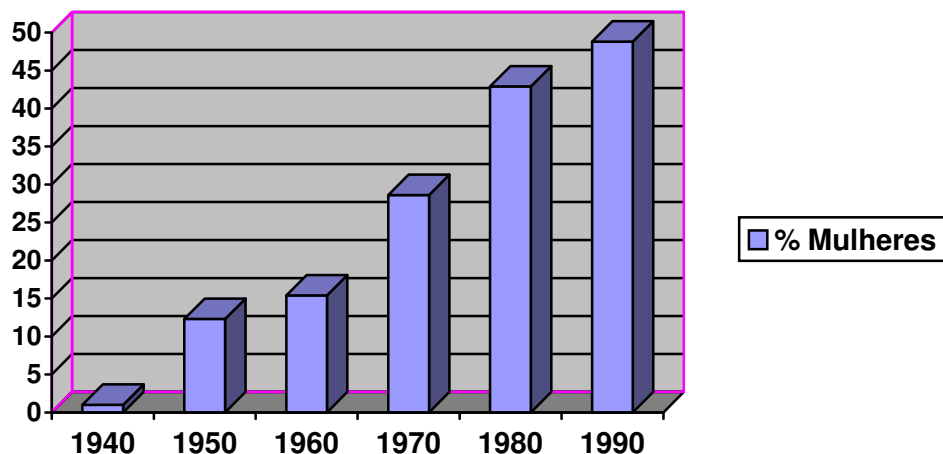


Gráfico 1- Taxa de participação das mulheres no trabalho médico

De uma forma ou de outra, as relações entre mulheres e ciência são um fio condutor bastante tenso desde o advento das universidades. Elas acontecem como no filme *O Nome da Rosa*, baseado no livro homônimo de Umberto Eco: nele, o protagonista, buscando descobrir o mistério sobre a morte dos monges de uma abadia, percebe a existência de um local pleno de livros antigos e proibidos. Para percorrer o caminho e não se perder no labirinto, o que o sustentou foi apenas um fio de lã vermelha, sutil; se ele arrebentasse durante o percurso, a sua morte nos corredores insalubres dos porões do monastério seria iminente, pois seu retorno não era esperado, portanto não haveria quem o procurasse.

Da mesma maneira, a separação entre estar na obscuridade e poder desvendar os mistérios que interessam o ser humano estaria nesse fio condutor, algo que as mulheres retiram de si mesmas, uma capacidade desconhecida, que as guiou dentro de um universo perigoso e obscuro. Se esse fio, essa linha de vida se rompesse nessa trajetória, ninguém as resgataria nem como pessoas nem como pesquisadoras, pois esse caminho era novo e ninguém esperava que elas ali estivessem. Foi esse tênue fio que as mulheres seguraram forte e cuidadosamente por toda sua inclusão e imersão dentro da ciência.

Citeli (2000), quando explica as principais correntes de pensamento sobre a participação das mulheres no campo científico, propõe, mesmo considerando a expressiva quantidade de trabalhos sobre o tema e a sua diversidade, dividi-los em duas grandes classificações, que ela resume da seguinte forma:

A maioria das tentativas classificatórias, por mais divergências que apresentem entre si, têm em comum a característica de traçar uma divisória, separando as pesquisas sobre ciência e gênero em duas grandes linhas: de um lado, mulher e ciência reunindo esforços de pesquisa voltados para estudar a participação, a contribuição e o status das mulheres nas carreiras científicas; de outro gênero e ciência, estudos voltados à análise das implicações de gênero para a, e na, produção das ciências (especialmente as biológicas) (Citeli, 2000: 47).

Seguindo essas duas vertentes, inicialmente gostaríamos de expor uma posição comum entre a maioria das mulheres entrevistadas. Segundo elas, não existem diferenças entre os sexos quando o assunto é ciência. Como exemplifica a fala de Teresa:

A ciência independe do sexo, a gente tem profissionais brilhantes tanto do sexo feminino como do masculino. Eu acho que depende muito mais das oportunidades que a pessoa vai tendo, tem a condição inata e como esse ambiente vai se desenvolvendo. Se eu tivesse ficado na Usp, que foi o meu berço de faculdade, era um ícone na época, eu jamais teria desenvolvido tudo isso que desenvolvi aqui na Unicamp, porque foi a Unicamp uma universidade em crescimento, um departamento se iniciando, permitindo que as pessoas dessem os passos, que as pessoas determinassem o seu caminho, tudo isso foi um contínuo, mas com certeza, eu tive todo esse potencial? Tive porque fiz tudo isso. Mas eu não teria feito tudo isso na Usp, um ambiente já muito mais pronto,

hierarquizado que você tem que se amoldar a linhas já existentes, aqui eu pude determinar tudo o que eu queria fazer. Foi fundamental a abertura da Unicamp, no meu caminhar eu teria tido a largueza que eu tive se eu não estivesse estado aqui, durante todos esses anos? Se eu tivesse casado com outra pessoa, eu nem teria vindo para essa área, então é um conjunto, eu vejo tudo muito misturado, não consigo tirar as coisas. Isso não depende do sexo, isso depende muito mais dessas condições, das oportunidades que são oferecidas.

Segundo esse depoimento, rico em afirmações, a ciência não se faz por homens ou mulheres, mas por profissionais competentes, independentes do sexo. A hierarquização dentro de uma instituição dificultaria as atividades desses profissionais, pois se pressuporia que tudo estivesse pronto e cada um devesse se encaixar nos esquemas produzidos anteriormente. Ainda há um outro fator, a possibilidade de uma instituição nova, nesse caso a Unicamp, agregar os diversos valores e ser norteadada pelos primeiros pesquisadores que, ao trazer suas contribuições pessoais, também imporiam sua marca dentro da instituição.

Nossa preocupação foi a de compreender as posições das pesquisadoras e conceituações, não analisamos seus discursos sob a ótica da prática da ciência. Elise nos dá uma definição do que seja a ciência: *“Produzir experiências que são conhecimentos e para mim são experiências e tem que ser aplicável, eu não consigo pensar na ciência como algo que não se aplica”*.

Entretanto, não acreditamos conseguir separar esse estudo de suas implicações na própria produção da ciência. A ciência é representada pelas maneiras de produzi-la e pensá-la, essa maneira está presente nas definições e conceituações do que ela significaria para os intelectuais que se utilizam dela na produção ou reprodução de seus conhecimentos.

Uma coisa ficou clara, todas as definições envolvem o “outro”; quando se fala de ciência, todas acreditam poder ajudar ou melhorar a vida das pessoas, esse é o principal objetivo da ciência, sua aplicação prática. Se o que se faz não traz ao outro nenhum benefício, não se estaria produzindo ciência.

O mais interessante é a associação entre a idéia de ciência e a do bem-estar expresso por Sofia: ela defende que isso não se aplica somente às áreas “duras” do conhecimento, ela estende esse conceito à pintura e à música, e percebe que, se não existe uma definição, certamente existe um fim, ou seja, a melhoria da condição humana:

Ciência seria isso, um instrumento de aperfeiçoamento da qualidade de vida do homem. Eu só entendo você fazer alguma coisa se aquilo for para trazer um bem estar para alguém. Fazer uma ciência que não traz benefício nenhum para a sociedade, e essa sociedade pode ser meia dúzia de gente que esteja ao teu redor.

Uma definição de ciência dada por Alice, em sua essência descreveu também a capacidade de estar aberta ao novo e ter como base, além de aprender, o ensinar; essa seria uma característica marcante, quando a preocupação é com a utilidade da ciência; ela não terá sentido se ficar guardada a sete chaves: *“Para fazer medicina, eu sempre pensei em estar aprendendo e acho que ciência é coisa do aprender, para poder exercitar aquilo que achei que é o melhor para mim. Conhecer, aprender e passar isso, para mim é ciência”.*

A ciência é uma preocupação para todas as entrevistadas. Elas nos revelam suas representações quando conceituam a ciência, sabem que fazer ciência é uma grande aposta não só por ser um conhecimento de difícil apreensão, mas porque todo conhecimento tem implicações sociais e políticas e aí reside seu grande desafio. Helena nos presenteou com essa conceituação: *“Então é mais ou menos assim, as coisas estão aí, a ciência serve para revelar. Você não gera conhecimento novo, você revela. A ciência tem esse desafio, está tudo lá”.*

Para Ana, *“ciência é a arte de responder perguntas”*; não existe ciência se ela não tiver esse caráter de responder questões, e inclui aí as ciências humanas; o fato de estarmos respondendo a questões nos encaminharia a um

aprimoramento pessoal, e isso é válido tanto para homens como para mulheres: *“Mulher e homem são capazes iguais de fazer qualquer coisa, óbvio que tem coisas que são mais adaptáveis a mulheres e outras mais a homens, mas não tem a ver com capacidade”*.

Seria um grande objetivo a atingir – o de entender a dinâmica relativa à ciência e ao feminino. Da mesma forma, como as escolhas da carreira estariam ligadas às diferenças de gênero, poder-se-ia postular que a própria ciência está atravessada por esse tipo de questão.

Podemos resumir essa discussão em torno da questão da ciência ser um saber masculino, e, para buscar respondê-la, uso como exemplar o discurso de Helena:

O talento dela está no cuidar, no construir mesmo. Nesse sentido, se a ciência é feita por homem ou mulher, há uma cultura muito forte, uma política, uma história de construção científica masculina. A história da geração de conhecimento novo é 90% masculina, a ciência é construída em cima de uma produção masculina. Mas o que essas mulheres estavam fazendo? Estavam fazendo alguma coisa que a sociedade mandava que elas fizessem, obrigava. Hoje já não é mais assim, hoje a mulher tem a pressão da sociedade, mas ela tem muito mais liberdade para escolher.

A preocupação giraria em torno da existência de uma prática científica masculina ou uma prática feminina de ciência. Estas questões, relativas ao universo do feminino e à ciência, são importantes porque há muitos estudos que apontam certa generalidade da visão da ciência como uma prática masculina.

Como nos aponta Fox (1989), recentes estudos femininos têm mostrado uma recorrência, na ciência moderna, de um padrão cultural masculino dentro do *ethos* científico. Assim, os padrões éticos da ciência, razão,

objetividade, impessoalidade, autonomia, poder, controle e dominação da natureza, são aqueles historicamente associados com a masculinidade.

Três mulheres entrevistadas colocaram Andréia como um exemplo de profissional como os descritos por Fox. Uma mulher combativa que nunca recuou frente aos problemas, quer sejam de ordem institucional ou mesmo das relações pessoais. Jamais disseram que ela se parecia com um homem, ou que suas atitudes lembravam as de alguém do sexo masculino, mas sua firmeza e autonomia são marcas de sua atuação dentro da universidade. A própria Andréia nos contou que não teve problemas por ser mulher, mas por acreditarem que suas atitudes foram individualistas ou, talvez, por se parecerem com uma atitude demasiado masculina. Isso é claramente entendido por Andréia, quando, num confronto com outra profissional:

[Uma professora] disse que eu segui na minha área fazendo o que eu bem entendesse, seguindo da maneira como eu bem quisesse, desvinculada da problemática real do departamento e que vários docentes não tinham nem mesa ou cadeira para trabalhar e eu tinha um prédio com mil coisas, computador, laboratório, e que isso não era perdoado. (...) Respondi da seguinte forma: eu sinto que as minhas decisões tenham criado tantas controvérsias, talvez se eu tivesse ficado nesse grupo, que não tem cadeira nem mesa eu estaria na mesma situação, eu consegui as coisas porque fui atrás. Eu não sei se os docentes não têm cadeira ou mesa porque eu tenho, não faço essa associação. Sinto que não houve habilidade da minha parte e por outro lado gerou sentimentos nesse sentido.

Andréia não estava competindo com outras mulheres, sua preocupação sempre foi a de conseguir desenvolver suas pesquisas e poder trabalhar dentro de seu próprio espaço. O contraponto a essa postura é o de que algumas entrevistadas reclamaram sobre quando essa competitividade se torna agressiva demais. Sofia chega a ressaltar que pior que a competição entre homens e

mulheres, é a competição entre as próprias mulheres, pois quando a mulher resolve ser competitiva, ela toma uma postura muito mais agressiva que os homens:

O problema maior dentro da universidade não é o homem não, é a outra mulher que está do teu lado. Que a mulher, quando resolve ser competitiva, você sai de baixo, porque a mesma garra que ela tem para as outras coisas na vida, ela começa a ter aqui e passa feito um trator em cima de você. O homem, nesse ponto, ainda te enxerga como um ser um pouco mais frágil e respeita um pouco, mas a mulher não. Ela vem que vem com tudo... eu vou falar um negócio para você, a universidade é meu local de trabalho, a minha vida social não é aqui não.

Pelo que foi constatado entre as entrevistadas, tem-se a impressão de que, quando a mulher assume a posição de competição por algum cargo, posto ou posição torna-se “mais agressiva que o homem”. Em estudos futuros, estaremos privilegiando essa representação, para compreendermos o que significa agressividade do ponto de vista das mulheres e porque algumas conseguem ser mais contundentes que um homem.

Nos discursos estudados, percebe-se que a agressividade é um fator preponderante na ciência. Não se trata de mensurar a agressividade, pois, invariavelmente, para poderem desenvolver suas idéias, elas tiveram que enfrentar políticas departamentais e pessoas que eram contra seus interesses individuais, ou do grupo de que faziam parte. Em cada discurso, podemos analisar que todas falaram de suas posturas firmes quando estavam agindo de acordo com o que acreditavam.

Isso reflete, talvez, uma característica de proteção da prole. Seja essa prole as idéias, ou sejam as idéias políticas, e nesse caso não estaria ligada ao gênero feminino, mas à condição do ser humano em geral, de defender-se naquilo que considera pertinente e importante. Assim, segundo Schienbinger (2001: 31),

“as diferenças historicamente elaboradas entre mulheres e homens, então, não podem servir como uma base epistemológica para novas teorias e práticas nas ciências”.

Algumas pesquisadoras não encontraram dificuldades na sua inserção, mesmo por serem mulheres. Acreditam que esse fato se deve ao local ser mais propício a novas idéias ou mesmo à presença de pessoas que acreditam na diferença como base de formação de uma boa área de aprendizado. É o que podemos ler no discurso de Fernanda: *“Não houve discriminação ‘preferimos um homem’. Eu acho que, por ser uma área um pouco mais arejada do ponto de vista político de posicionamento, de preconceitos eu nunca senti uma discriminação”*.

Ela estava em uma área nova, em um momento na universidade no qual se privilegiava o engajamento político e as idéias de diferenças sexuais não tinham força, ao contrário eram bem-vindas, pois eram profissionais que lutavam pela democratização universitária em todos os sentidos.

Mas, mesmo havendo espaços onde as mulheres tinham liberdade de agir e pensar e, ainda mais, de desenvolver suas atividades de pesquisa sem serem limitadas pelos discursos machistas, outros fatores se tornaram entraves para seu desempenho. O tempo seria um desses entraves; Dedecca (2004), em um estudo sobre o seu uso no capitalismo, faz uma divisão entre o tempo econômico, dedicado ao trabalho remunerado e o tempo social, momento em que o indivíduo poderia se dedicar ao lazer, à família e às relações sociais. Quando esse trabalho sofre alterações em seus horários, porque se torna impossível conciliar esses tempos, normalmente surgem dificuldades das mais variadas e elas sempre vão desembocar no tempo social. Elise ilustra muito bem o que Dedecca expõe, e sintetiza essa teoria, quando faz a seguinte colocação:

Porque nós somos muito cobradas por todas as atividades, pelas atividades, de ensino, de pesquisa, de administração e de assistência, é bem limitado o tempo que a gente tem para estudar. Principalmente se você considera que a família, a sua casa e a sua vida pessoal é tão importante quanto o seu

trabalho e eu considero. Eu gosto de assistir um bom filme ir a uma peça de teatro, comer uma boa comida tomando um bom vinho, eu gosto, eu acho que isso também faz parte de meu desenvolvimento pessoal e não quero abrir mão disso eu acho que tem que conciliar e com isso acaba se dividindo muito e com isso eu acho que tenho pouco tempo. Como eu gosto de ler um bom trabalho, ler uma boa descoberta, e um experimento bem feito, bem conduzido eu acho que é uma maneira de evoluir é através da ciência e o que embute nela, que é educação, cultura isso tudo para mim são componentes dentro da ciência, mas a forma de evolução do mundo e das pessoas é pela ciência, não vejo outra maneira.

Para compreender as discriminações, é mister pensar que as preferências e as oportunidades encontram-se no mesmo caminho da opção entre o querer fazer e o poder fazer. As discriminações parecem não ocorrer dentro da universidade, pois assumem uma outra conotação, qual seja a de que as próprias mulheres não conseguem desenvolver melhor seus trabalhos por falta de tempo. O tempo é visto como algo que as limita e as impede de ver alguns de seus projetos alcançados.

O tempo, muitas vezes, é uma fonte de sentimento de culpa. Ele gera uma sensação de que várias coisas não puderam ser feitas por incompetência na sua administração. E esse é o ponto que gostaríamos de estar analisando. Muitas das nossas entrevistadas disseram ter consciência das possibilidades, só não fizeram mais por falta de tempo: algumas sentiam muito terem deixado a casa de lado, os filhos aos cuidados de outros; outras sentiam terem preferido ver os filhos crescerem a seus projetos mais audaciosos, que exigiriam maior empenho. Esses foram os principais dilemas levantados pelas mulheres que acabaram sendo refletidos em discursos sobre a organização do tempo. É possível compreender esse argumento na colocação de Sofia:

Embora eu ache que tenha uma carreira boa, não sou nenhum expoente, nenhuma estrela, tenho horror das estrelas, mas eu poderia talvez ter uma carreira mais rica cientificamente se eu não tivesse priorizado algumas coisas na minha vida. Eu só levo serviço para casa se não tiver jeito, eu dou muito valor para a minha vida particular, para as minhas filhas, para minha parte intelectual, então você tem que optar.

Um impedimento para se dedicar à ciência, para muitas mulheres, foi o fato de perceberem o quanto de empenho é necessário para que se possa chegar às descobertas e ao reconhecimento, muitas se auto-excluíram ao imaginar as dificuldades pelas quais teriam de passar. Mesmo dentro da rotina do laboratório, são dias e horas observando e esperando reações. Não existem finais de semana e horários regulares.

Patrícia passou por esse momento de não ter os finais de semana, feriados e ainda teve dois outros problemas sérios: o primeiro foi que seus pais haviam falecido; e o segundo, ela havia se divorciado. Ela poderia ter desistido, pois tinha motivos suficientes para isso, mas continuou; ela contou como conseguiu acompanhar suas pesquisas tendo uma criança sob sua responsabilidade:

Ela era maiorzinha, trazia lápis de cor, caderninho, massinha e eu tinha uma mesinha e uma cadeirinha para ela dentro do laboratório e ela ficava brincando e eu fazendo os géis, eletroforeses, aquelas coisas, ela trazia sua própria comidinha e quando tinha fome saía no corredor, pois ela sabia que não podia comer dentro do laboratório.

Se procurarmos, com certeza não encontraremos essa referência em seu currículo na Plataforma Lattes, mas são essas características que acabam por assumir o contorno da invisibilidade. Esse é um assunto muito importante e merece ser analisado de forma especial. Analisar esses limites dentro das carreiras das pesquisadoras, será feito a seguir.

1.2- Teto de vidro - Plafond de verre

Nesse momento, acreditamos ser importante ressaltar os estudos que tratam dos impedimentos “invisíveis” das mulheres na academia. Essa conceituação esteve presente ao longo de meu trabalho, e por muitas vezes foi o fio que conduziu minha pesquisa, tensionando-a no sentido de tentar desvelar comportamentos que reforçam essa proposta. Esses impedimentos invisíveis, não explícitos, são traduzidos na idéia do “*efeito do teto de vidro*”. Este foi um termo cunhado por Henri Etzkowitz e colaboradores, que Léa Velho define como:

(...) significando que mesmo as mulheres bastante qualificadas são bloqueadas na sua ascensão profissional por práticas discriminatórias, conflitos família-trabalho que as impedem de produzir tanto quanto os homens, e por traços de comportamento adquiridos durante o processo de socialização, que seriam ‘desfavoráveis’ ao sucesso profissional, tais como falta de agressividade, de ambição, etc. (Velho e León, 1998: 331).

O posto máximo da carreira de professor é a de professor titular, e para tanto é necessário que o candidato preste um concurso público e demonstre notório saber, baseado em um memorial e uma aula magna, após cumprir durante anos inúmeras atividades acadêmicas. Assim, salvo as carreiras administrativas, onde temos cargos elevados, como reitor e outros, o “teto” dentro da carreira acadêmica é o posto de professor titular. O sistema de estratificação acadêmica, na Unicamp, compõe-se da seguinte forma:

- MS 1 - Auxiliar
- MS 2 - Professor Assistente
- MS 3 - Professor Assistente Doutor
- MS 4 - Livre Docente
- MS 5 - Professor Adjunto
- MS 6 - Professor Titular

Nos dias atuais, os professores ingressam na Universidade a partir do título de MS 3, ou seja, todos são, no mínimo, professores doutores.

Em primeiro lugar, é preciso que se faça uma importante ressalva. Segundo dados da Plataforma Lattes, nenhuma das 84 professoras plenas declarou ser professora titular. Porém, quando fomos verificar esse dado no Catálogo da Pós-Graduação da FCM de 2005 (Unicamp, 2005), encontramos do total de 184 professores, 24 professores titulares dos quais 8 são mulheres. Conforme gráfico abaixo:

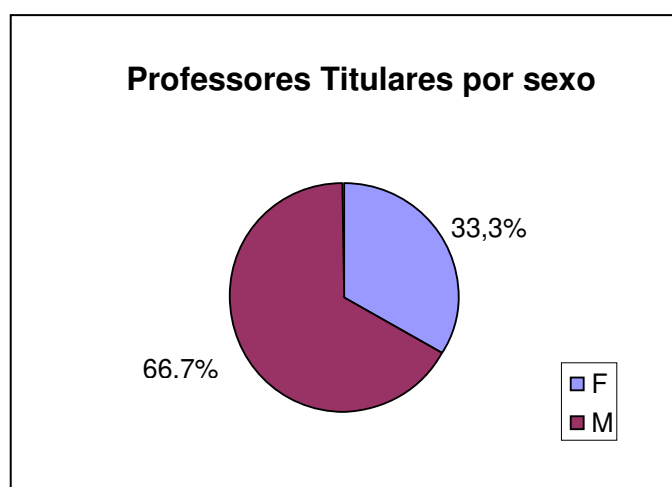


Gráfico 2- Proporção dos professores titulares, segundo o sexo.

No gráfico abaixo, construímos um índice *per capita*, no qual o número de professores é dividido proporcionalmente à distribuição por sexo dos professores plenos e assim demonstra o percentual dentro do universo masculino e do feminino. À primeira vista, se utilizássemos somente os números brutos, perceberíamos que têm muito mais homens do que mulheres como professores titulares; com o índice por pessoa, percebemos que a diferença ainda é significativa, mas é menor do que a esperada se fosse proporcional à presença masculina e feminina na faculdade, conforme gráfico a seguir (Montagner, 2007):

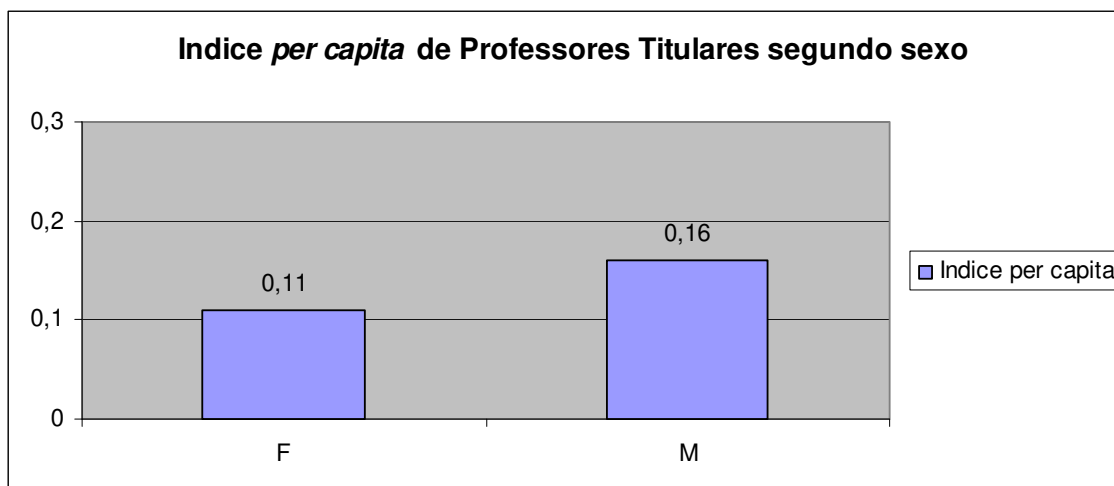


Gráfico 3- Índice *per capita* de professores titulares segundo sexo

Mesmo assim, permanece uma diferença significativa que mereceria ser investigada quanto a outros parâmetros. Haveria um desinteresse das mulheres por essa titulação, haveria um “teto de vidro”, uma auto-exclusão, ou mecanismos reais de exclusão das mulheres dessa possibilidade?

Dentro deste aspecto quantitativo, a avaliação da presença das mulheres nas universidades mudou bastante e elas começam a ser representadas e quantificadas de forma mais contínua e sistemática.

Com relação à qualificação profissional, segundo o CNPq, desde 1995 as mulheres já são maioria nas concessões de bolsas de iniciação científica, atingindo 52,8%; e, desde 1998, nas bolsas de mestrado, 52,1%; porém, no doutorado ainda são os homens que dominam, 69,5%. Talvez isso seja reflexo da inserção tardia das mulheres no sistema, mas esse também é mais um ponto de reflexão para as minhas investigações²⁵.

Pesquisando sobre a quantidade de mulheres universitárias, podemos perceber que, ao longo dos anos, as mulheres vêm crescendo sensivelmente dentro das instituições. Elas ainda não representam a maioria, segundo estudos feitos por Hildete Pereira de Melo e Helena Martins Lastres (2006), mas, pelos dados abaixo, podemos avaliar sua constante ascensão.

²⁵CNPq. Disponível em: www.cnpq.br. Acesso em: 10/05/2004.

Quadro 2- Distribuição percentual dos pesquisadores segundo o sexo 1993-2004 e segundo idade mediana²⁶.

Pesquisadores por sexo (%)						
Distribuição percentual dos pesquisadores segundo o sexo - 1993-2004						
Sexo	1993	1995	1997	2000	2002	2004
Masculino	ND	61	58	56	54	53
Feminino	ND	39	42	44	46	47
Idade mediana dos pesquisadores segundo o sexo - 1993-2004						
Sexo	1993	1995	1997	2000	2002	2004
Masculino	ND	44	43	44	44	44
Feminino	ND	43	41	43	43	43
Total	ND	43	42	43	43	43

Fonte: CNPq

Seria interessante avaliarmos profundamente esses dados, levando em conta a idade de entrada na instituição e a posição de liderança nas pesquisas. Ser líder de uma pesquisa é um fator bastante positivo para a produção feminina. É o que podemos avaliar no quadro a seguir.

²⁶CNPq. Disponível em: www.cnpq.br. Acesso em 04/04/2006.

Quadro 3- Distribuição dos pesquisadores por sexo segundo a condição de liderança - 1995-2004.

Condição de liderança	1995 ^{1/}		1997 ^{2/}		2000 ^{3/}		2002 ^{4/}		2004 ^{5/}	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Líderes ^{6/}	5.820	3.020	6.572	3.912	9.971	6.485	12.493	8.569	15.431	11.058
Não-líderes	10.602	7.324	12.974	10.227	17.423	14.767	18.366	17.453	25.741	25.022
Total	16.422	10.344	19.546	14.139	27.394	21.252	30.859	26.022	41.172	36.080

1/ Não inclui 13 pesquisadores sem informação sobre a variável sexo.

2/ Não estão computados 305 pesquisadores participantes de 88 grupos da UEM cadastrados na base após a tabulação dos dados.

3/ Não inclui 135 pesquisadores sem informação sobre a variável sexo.

4/ Não inclui 11 pesquisadores sem informação sobre a variável sexo.

5/ Não inclui 36 pesquisadores líderes e 361 não-líderes, sem informação sobre a variável sexo.

6/ Primeiro ou segundo líder de pelo menos um grupo de pesquisa. O líder que participa apenas como pesquisador em outro grupo só é contado como líder.

Quadro 4- Distribuição percentual dos pesquisadores por sexo segundo a condição de liderança - 1995-2004.

Total por sexo = 100%

Condição de liderança	1995		1997		2000		2002		2004	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Líderes	35	29	34	28	36	31	40	33	37	31
Não-líderes	65	71	66	72	64	69	60	67	63	69
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: CNPq

Outro exemplo desse tipo de desigualdade entre homens e mulheres diz respeito à composição dos comitês das agências de fomento brasileiras.

A função dos comitês é julgar o mérito da concessão de bolsa, formular políticas de incremento e excelência de pesquisas e ainda avaliar os projetos e programas. Seria esperado que, dentro de seus quadros, houvesse um número representativo de mulheres, mas no período que vai de 1951 a 2003, nenhum de seus diretores foi mulher; dentre os 17 membros que formam o Conselho Deliberativo, apenas três são mulheres e a Diretoria Executiva do CNPq é formada por um presidente, um vice-presidente e por três Diretores - todos nomeados pelo Presidente da República e, dentre eles, nenhuma mulher²⁷.

Em relação aos cargos de direção, tomo como exemplo a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), criada em 1962. Nela, a atribuição do Conselho Superior seria de:

Cabe ao Conselho Superior (CS) da FAPESP a orientação geral da Fundação e as decisões maiores de política científica, administrativa e patrimonial. Esse Conselho é formado por 12 membros com mandato de seis anos. Seis desses membros são de livre escolha do governador do Estado e os demais são também indicados pelo governador, a partir de listas tríplexes eleitas pelas universidades estaduais paulistas e pelas instituições de ensino e pesquisa, públicas e particulares, sediadas no Estado de São Paulo. O presidente e o vice-presidente do Conselho Superior são indicados pelo governador do Estado a partir de listas tríplexes eleitas pelos conselheiros. O presidente do CS é também presidente da Fundação e seu representante legal²⁸.

O presidente, o vice-presidente e os demais 9 membros do conselho deliberativo são homens, apenas uma mulher consta nesse quadro, no ano de 2006.

²⁷ CNPq. Disponível em: www.cnpq.br. Acesso em: 04/04/2006.

²⁸ Disponível em: [http://www.fapesp.br/materia.php?data\[id_materia\]=32](http://www.fapesp.br/materia.php?data[id_materia]=32). Acesso em: 11/05/2006.

Poderíamos citar outros tantos casos onde a mulher não aparece em funções hierarquicamente superiores, dentro de instituições que julgam e elaboram leis que avaliam o trabalho de pesquisa, mas não é esse o objetivo de nosso trabalho. O que nos preocupa é a falta de representatividade das mulheres dentro de agências de fomento, ou de cargos diretivos, para discutir particularidades da participação da mulher dentro da ciência. Ou, ainda, procurar elementos que nos façam entender essa trama de relações.

A teoria do “plafond de verre” explica conceitualmente a falta de mulheres nessas instâncias de poder, e o estudo aprofundado dessas questões, tendo como principal instrumento de análise essa categoria, permitiu que pudessem ser elucidados os mecanismos que estariam ora excluindo ora não atraindo as mulheres aos cargos de direção.

Como aponta Londa a respeito da obra de Rossiter, sobre a teoria do *teto de vidro*, seria mais oportuno nesse caso usar o conceito de segregação hierárquica. Essa segregação é marcada pela constatação de que “conforme se sobe a escada de poder e prestígio, cada vez menos rostos femininos são vistos” (Schienbinger, 2001: 76).

Isso significa que a preocupação das análises não deveria ser somente com os mais altos cargos que a mulher não consegue ocupar, mas com todas as fases até chegar a eles. Fato que gostaríamos de futuramente analisar como uma importante variável, pois temos como ponto de partida o estudo de mulheres que, sem dúvida, possuiriam todas as condições técnicas e intelectuais de estarem ocupando esses cargos.

Não seria o caso de culpabilizar as mulheres por não quererem fazer parte de órgãos de direção em geral ou da gerência de políticas acadêmicas e científicas, em função de seu suposto desinteresse ou incompetência. Essa seria uma postura no mínimo preconceituosa. Por outro lado, seria ingenuidade afirmar que o fato de não haver um número expressivo de mulheres é simplesmente devido aos homens barrarem suas carreiras. Ambas são análises *a priori* e,

para uma boa interpretação desse fato, outras questões devem figurar na tentativa de compreender a mulher dentro desse processo. Para isso, uma pesquisa deveria estar inserida em um contexto maior, pois nosso interesse sobre a questão de gênero está inserido nas discussões sobre o papel da ciência nas sociedades modernas.

De qualquer forma, alguns dados, como os do Ministério de Ciência e Tecnologia, revelam uma tendência de aumento da participação das mulheres em pesquisas e no desenvolvimento de tecnologias, o que apontaria para a modernidade da ciência no Brasil²⁹. Neste texto, cita-se um trabalho elaborado pelas pesquisadoras Hildete Pereira de Melo, Helena Lastres e Teresa Marques, intitulado *As Mulheres Brasileiras no Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação*, no qual as autoras ressaltam a ausência de dados dos órgãos oficiais sobre a presença feminina e afirmam que “somente o olhar interessado de pesquisadores envolvidos com a questão pode encontrar a mulher onde as estatísticas insistem em tratar os diferentes como iguais”.

Apesar de concordarem que “a presença feminina é inequívoca”, elas evidenciam a falta de dados, exemplificando alguns casos:

- Total de titulados como mestres e doutores nos últimos anos, não distinguidos entre homens e mulheres.
- Produção científica brasileira – não se sabe a proporção entre homens e mulheres.
- Participação feminina nos pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

Por si só, essa lacuna de dados já justificaria a necessidade de pesquisas nessa área. Mas a essa brutal ausência de dados fidedignos, ainda que quantitativos, vem se juntar a ausência de outros dados fundamentais para se entender a realidade das mulheres pesquisadoras e cientistas: a falta de dados qualitativos sobre essa presença dentro do mundo acadêmico.

²⁹Tecnologia, Ministério da Ciência e. Espinhos. Comunicação Especial. 2003 Disponível em: <http://www.mct.gov.br/comunicações>. Acesso em: 10/09/2003.

Outro ponto a ser considerado na análise das diferenças de atuação pelas mulheres dentro da ciência é a eliminação ou bloqueio do acesso, realizados sistematicamente. Ainda mais, a exclusão legal das mulheres das instituições científicas foi sustentada e regradada por um elaborado código de comportamentos e atividades que caracterizavam o que tipicamente pertencia ao universo dos homens e das mulheres. Usando as palavras de Lucia Tosi, essa discussão é bastante importante quando estamos estudando a relação entre ciência-mulher, pois “trata-se da repressão de um saber, ainda que empírico, praticado pelas mulheres” (Tosi, 1998: 394).

Schienbinger, nessa linha de raciocínio, aponta que a relação entre as mulheres e a academia não é nova. Elas foram impedidas, até o século dezanove, de estudar em universidades, locais onde a ciência era produzida e reproduzida.

Foram caçadas como bruxas, principalmente as que se dedicavam ao cuidado e cura. A medicina conhecida como popular tinha de um lado um caráter prático, de uso de chás, infusões, ervas e outros componentes e, de outro, o lado místico, baseando-se em rituais. Seus praticantes eram designados como “sábios” ou “bruxos”. Mas a medicina oficial se contrapôs a esse conhecimento. Esse campo ficou pertencendo exclusivamente aos homens que a partir do século quinze estabeleceram a medicina como uma nova profissão (Schienbinger, 2001).

Assim, Schienbinger também mostra que as mulheres de posição social mais baixa também contribuíram para a ciência:

Parteiras, muito antes do recente entusiasmo pelas iniciativas de saúde das mulheres, assumiam a medicina de mulheres. Mulheres informadas desenvolveram ungüentos e revigorantes para prevenir doenças e curar moléstias (Schienbinger, 2001: 68).

Esse dado histórico não permitiu que as mulheres fossem incluídas em universidades ou que, com o advento da medicina, fossem por essa ciência agregadas. As mulheres, que antes podiam se ocupar dessa prática, principalmente fazendo partos, sua principal atividade ao longo dos séculos, perderam espaço para a obstetrícia. Esse novo ramo da medicina (surgido no século dezoito) apresenta-se como inovador e, por exemplo, introduziu novas técnicas para o parto, como o fórceps. As parteiras ainda persistiram, com uma diferença: as mulheres não só atendiam às mães na hora do parto, como também cuidavam da casa e das outras crianças enquanto transcorria o trabalho de parto.

Uma obra de referência nesse sentido é a de Rohden (2001), que descreve na história todas as nuances e desenvolvimentos do surgimento de uma especialidade especificamente voltada para a substituição de um saber “nativo” e tradicional por um ramo específico da medicina, a ginecologia e obstetrícia.

O conhecimento médico descreve o organismo feminino como impuro e desordenado e tenta, através desses conhecimentos, impor-lhe uma ordem. Ser mulher era descrito quase como um “defeito de fabricação”, muitas vezes seu corpo era mostrado como “excessivo”, sem equilíbrio. Em vários momentos, os médicos eram chamados para fazer parte de julgamentos, na época da Inquisição. Eles iriam tentar descobrir marcas no corpo das mulheres e que comprovariam seus pactos com o demônio.

Podemos imaginar que isso pertencesse aos séculos passados, que essas restrições não mais fizessem parte de nossas universidades. Que o olhar da sociedade, em função dos feitos femininos na ciência, valorizasse o trabalho feminino e apoiasse suas tentativas de inclusão nos meios acadêmicos. E principalmente que conhecessem a fisiologia feminina, porém, em sua exposição, Micaela nos contou que, na sua época de faculdade, os rapazes que estudavam com ela, na mesma classe, tinham desconhecimento sobre o que era o corpo feminino:

Mas eu ficava também impressionada de ver como os rapazes desconheciam a fisiologia feminina, as situações de parto, porque eu assisti, eu vi minha mãe grávida e se preparando para o nascimento da minha irmã, depois a mastite, e o sofrimento dela pós-nascimento e sempre contando pra mim: “olha isso aqui não é leite, é colostro”. Eu cheguei à escola de medicina já com alguns aprendizados. Ou seja, o conhecimento sobre a mulher também era muito acanhado, cerceado.

Constatar que esse conhecimento ainda era “acanhado”, num local no qual se podia esperar que houvesse mais arejamento de idéias, reflete seguramente outros setores da sociedade. Mesmo Simone sentia a imposição desses valores sociais personificados na figura de seu pai e conta que tinha que lutar contra ele, que a impedia de estudar, por acreditar que medicina não era uma profissão para mulheres. Ela conta como fazia:

Meu pai não me permitia estudar, então para que eu pudesse estudar, eu fechava todas as frestas da porta, para que ele não percebesse a luz (...) Ainda em casa, passei na faculdade, meu pai não me deu parabéns, sabe o que ele me fez fazer no último ano? Curso de corte e costura. Eu fazia a minha costureira costurar as coisas para mim porque eu não conseguia.

Os métodos para exclusão foram mais sutis, porém não menos restritivos. O que não significa que existiam leis, nos anos 50 e 60 que impedissem as mulheres de entrar numa universidade, mas os costumes sociais se encarregavam desse impedimento.

O que se via eram valores que, naquela época, julgavam a principal característica da mulher a de ser reprodutora, valores gerados pelo “conflito família-trabalho”.

As mulheres que ousaram continuar freqüentando as aulas da faculdade tinham a impressão de estar fazendo algo que não era o comum. Essa situação de parecer fazer parte de um outro mundo, de uma outra sociedade, também foi sentida pelas mulheres por nós entrevistadas e escolhemos a história de Beatriz para exemplificar:

Então ele [o pai] apoiava os filhos incondicionalmente: 'pode resolver o que você quer, faça o que você quer', nesse estilo. Minha mãe não, ela não queria que eu fizesse medicina ela achava que é muito dura para uma mulher. Esse era o argumento dela, inclusive ela até quis bloquear a minha ida para o colégio de aplicação.

Mesmo não acreditando nessas teorias de que mulher não poderia desempenhar determinadas atividades, e seguindo em frente com seus objetivos, outros fatores apresentam-se como impeditivos e restritivos às mulheres. Levando em conta o fato de se sentirem como pertencentes a uma comunidade científica, de interagirem e serem formadoras desse meio, muitas vezes o tratamento que elas recebiam não era de igual para igual. Segundo Simone, percebia-se o tratamento diferenciado, como alguém que estaria presente para auxiliar em pesquisas e mesmo que muitas mulheres colaboraram para a manutenção dessa situação:

E não vamos julgar as pessoas com as quais isso acontece, às vezes elas não têm alternativas mesmo e às vezes não tem como escapar disso. Ela acaba fazendo o papel de secretária, assistente, auxiliar e não é sempre que você consegue se desvencilhar disso. Tem muita gente que não admite ou prefere não enxergar, mas que isso acontece, acontece no dia a dia.

As discriminações pelas quais muitas mulheres passam ao longo de sua história muitas vezes não são lembradas ou são estrategicamente esquecidas. Algumas mulheres salientaram que o tratamento recebido dos pares ia além de serem secretárias. Quando perguntei a Anita se ela havia sido tratada

como uma secretária pelos seus pares, ela respondeu da seguinte forma: *“Não, como transparente! (risos) Não, nunca fui tratada como secretária por ninguém”*.

Tendo como base seus depoimentos, concluímos que como foram tratadas ao longo de suas carreiras também dependeu do grau de confiança e segurança no trabalho que iam desenvolvendo e que iam adquirindo com o desempenho de suas profissões. Mas julgamos pertinente expor que, mesmo tendo essa confiança e segurança, tiveram que passar por situações nas quais não eram reconhecidas como pares, mesmo que os outros colegas de profissão estivessem no mesmo ambiente e possuíssem, na maioria das vezes, as mesmas qualificações. Muitas contaram que, mesmo sendo responsáveis por alguma pesquisa, ainda tinham que “brigar” com determinados pares, pois essa condição de assistente era esperada por eles.

Outra questão que também julgamos importante era sobre as influências de outros profissionais em suas carreiras. Quando pedíamos para que as mulheres citassem os nomes das pessoas que as influenciaram, a presença masculina era muito forte e raramente elas nos disseram nomes femininos. Sabemos que, em sua maioria, as mulheres da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp foram as primeiras a desenvolver estudos em suas áreas, pois, quando perguntamos a outros profissionais, elas são citadas como exemplares. Ou seja, essas mulheres são referências para as futuras cientistas.

Isso demonstra que, quando elas entraram no campo científico, existia uma escassez ou mesmo falta de modelos femininos nos quais elas pudessem espelhar suas trajetórias, mas comprova que a partir de suas intervenções elas se tornaram exemplares e espelhos para as gerações futuras. Portanto, resgatar suas história é comprovar a importância delas dentro do um contexto universitário.

Muitas mulheres não se dão conta das discriminações por que passam diariamente e talvez acreditem que elas têm que se submeter às regras da universidade e não o contrário, ainda que determinadas posturas e

questionamentos sobre *status quo* possam ser interpretados como um “movimento feminista”.

As discriminações são produtos das construções sócio culturais e, portanto, merecem ser estudadas com mais profundidade. O aumento estatístico do número de mulheres na Faculdade de Ciências Médicas pode ajudar a indicar novos caminhos para intervenções sociais, para contextualizar e ressignificar a questão do trabalho das mulheres, dentro de uma organização que tem como símbolo de excelência englobar os vários e diferentes conhecimentos, gerando novas descobertas.

Ainda dentro da questão sobre o a desigualdade entre sexos, podemos salientar um outro importante delineador da atuação da excelência dentro da universidade, a competição entre homens e mulheres, narrada por Simone:

Se a mulher tem um currículo muito forte, ela tem mais chances, pois se estiver um pouco abaixo do currículo de homem ela não entra nem para a competição. Elas têm que ser muito melhores. Eu acho que ainda tem diferenças, mas elas tenderão a acabar.

Ter um currículo melhor que o dos homens sugere muitas coisas, além da questão do tempo, que já analisamos anteriormente; este é outro importante tema, que deve ser discutido quando estudar as relações entre homens e mulheres dentro da ciência.

O que faz um grande diferencial no currículo, segundo a maioria de nossas entrevistadas, é a possibilidade de fazerem um estágio no exterior, quer seja para poderem desenvolver sua Pós-Graduação, ou ainda para desenvolver laços e relações para futuras cooperações entre pesquisadores. Esses estágios resultam em intercâmbio de alunos e em possibilidade de estarem conhecendo melhor outras realidades; ao mesmo tempo, de trabalharem junto

com outros profissionais que detêm outras técnicas e conhecimentos, alardeando ainda mais suas pesquisas. Em vista de tamanha ênfase nesses estágios, trataremos especialmente deles nesse tópico abaixo.

1.3- Estágio no exterior

Nem todas conseguiram fazer seus doutorados, pós-doutorados e cursos de extensão ou cursos de longa duração fora do país. Uma preocupação que encontramos nos discursos femininos é sobre as dificuldades de fazer cursos no exterior por não poderem contar com uma estrutura que as amparasse.

Como proposta de estudos futuros, gostaríamos de analisar a legislação sobre a concessão de Bolsa no Exterior, e do amparo em outros países aos pesquisadores que desejam fazer esse intercâmbio. A princípio, segundo a fala de nossas entrevistadas, não há uma estrutura de amparo no exterior, porém não responsabilizam somente os órgãos ou instituições, acadêmicas ou de fomento, por esse fato. A estrutura também deve ser compreendida de maneira mais geral e somada à falta de participação do marido ou da família.

Fernanda ressalta que, mesmo contando com a aquiescência de seu marido, suas aspirações de Pós-Graduação no exterior foram frustradas em função da falta de estrutura no outro país para acolher pesquisadoras:

Uma coisa que eu sinto muito marcante, uma coisa que eu queria é ter feito um doutorado fora, porque é difícil você sair sozinha para fazer um doutorado com uma criança. Como você vai para um país estranho, não tem empregada, não tem estrutura. Em geral, essas famílias vão e a mulher vai dando o maior apoio, em geral. Ou os dois vão para estudar e têm uma família que um vai segurando a barra do outro. Isso foi uma coisa que o fato de eu estar sozinha durante alguns anos inviabilizou. Eu tive vários convites, a ponto de ficar assim morrendo de vontade, eu tive um convite da Harvard School. Mas como levar uma pré-adolescente para deixar sozinha no

apartamento, as coisas são caras, leva a mãe, mas um ano e como fazer isso? Porque os cursos são muito puxados. Fui ver uma vez na London School, estava tudo certo para ir... mas isso eu tenho muita clareza, pela condição de mulher. Eu acho que é muito mais fácil, tenho colegas que vão, aquela felicidade, saem, levam a mulher e às vezes a mulher larga o que está fazendo e vai passar um período interessante fora do país, e é uma experiência muito interessante e eu nunca consegui fazer isso por conta dessa coisa de gênero mesmo. É a coisa de estar provendo e das coisas terem de continuar e não dá para continuar e lá é muito mais difícil, fora do país, ser a provedora, estudar para caramba, que em geral se exige, ser a estrutura psicológica da criança, dar apoio pois não entende a língua. Então isso eu acho que essa condição pesou muito na minha carreira no sentido assim de breicar um pouco, a recuar um pouco.

Seria uma característica feminina acompanhar e estar presente incondicionalmente para que o marido possa realizar seus projetos profissionais. Não está claro nos discursos porque participação e apoio ganham diferentes contornos quando comparados às possibilidades profissionais de homens e mulheres. Esse mesmo sonho de fazer um estágio no exterior é compartilhado por outros profissionais da área médica, afinal são de grande importância os estágios no exterior para a formação de um profissional. Quando uma possibilidade de estágio acontece com os homens, a situação normalmente é diferente; para reforçar a posição de Fernanda, recortamos a fala de Teresa, que nos conta como se passou essa situação em sua vida:

Então eu acabei o meu curso médico e nós fomos para lá, quer dizer não foi a minha época boa profissional, foi a época boa profissional dele. Tanto que eu me formei na USP, entrei na residência aqui da Unicamp, depois de um mês que eu tinha entrado na residência, veio o aceite dele em Boston. Nós falamos: vamos!. Eu desisti da minha vaga aqui,

sabendo que na volta eu teria que prestar novamente, nós fomos para lá ficamos um ano em Boston, daí, quando eu voltei e prestei novamente aqui, recomecei tudo. Esse ano que eu fiquei lá, eu fiquei freqüentando o hospital também, mas eu fiz outras coisas. Enfim, nós investimos na carreira dele e daí eu voltei e comecei a residência e, depois que eu terminei a residência, eu tive a sorte e a felicidade de ser contratada aqui como docente, acabei ficando aqui na Unicamp, mas sempre ficou assim. No ano que eu fiquei em Boston foi maravilhoso, eu faria tudo de novo, mas foi um ano de investimento na carreira dele. Porque, como eu não tinha residência quando nós fomos, o meu aproveitamento do ano médico lá foi pequeno. Eu aproveitei, mas eu não tive frutos formais desse ano.

Esses acordos feitos dentro de um casamento de indivíduos da mesma profissão têm uma tendência de causar maiores dificuldades de conciliar a vida pessoal e familiar. Essas barreiras podem tornar-se intransponíveis para muitas mulheres em um mercado altamente especializado e competitivo nos dias atuais.

Muitas informaram que, no máximo que puderam, evitaram os congressos ou os cursos no exterior. Mesmo assim, existiu um momento no qual eles se tornam vitais para se continuar um bom trabalho e prosseguir na carreira. Fernanda tinha certeza de que sua filha estava bem cuidada e amparada, mas conta da difícil tarefa de deixá-la:

Eu deixei de fazer bastante coisa para não desorganizar a vida dela em casa. Então, eu não ia muito para congresso, ia pouco, o suficiente, só quando eu achava que não dava para não ir. E eu sempre tive muito apoio da minha mãe e do meu pai aqui na cidade, com essa minha filha, então dava pra deixar. Eu tive uma viagem grande de trabalho foram 3 meses e meio na França, e eu a deixei aqui com 4 anos e meio, foi o máximo, bastante tempo, embora na casa tenha ficado as duas avós e o pai.

Como a mulher entende a família como um espaço no qual sua presença é indispensável, ficar longe do marido e dos filhos por longos períodos de tempo, e mesmo deixar sua casa, faz com que sinta maiores dificuldades em assumir compromissos no exterior para poder se especializar. Como podemos constatar no discurso de Marie:

Outra coisa é a oportunidade de fazer estágios no exterior, e também muitos colegas que ficaram anos fora, períodos longos, e eu sempre que saí foi por períodos curtos, no máximo o que eu fiquei no exterior foi um mês, telefonando todo dia para saber se filho não está com isso. Fica com o pai, mas você sabe que o pai também depende da mãe. Eu falo que eu tenho 3 filhos homens, um de 25, um de 22 e um de 55 (risos). A gente tem que ter todo esse comando doméstico também, é uma opção não é, você opta por constituir uma família, então você tem que ter uma dedicação lá

Para uma mulher que tem filhos pequenos, é muito difícil conseguir fazê-lo, normalmente os maridos trabalham e não podem acompanhá-las em suas viagens. Esses impedimentos podem resultar numa outra questão, a menor participação das mulheres nas pesquisas no exterior, dada a sua importância dentro do contexto acadêmico, pois ela não é só esperada, como incentivada. Por isso, passamos a discutir a relação entre mulheres e pesquisa no próximo item.

1.4- Mulheres e pesquisa

Quem pode estar estudando e sendo pago para isso, não pode ser infeliz, tem que ser feliz.

Helena

Concordamos com todas as mulheres quando afirmam ser um privilégio poderem se dedicar a algo que, em essência, significa sua vida: a academia. Conseguir desenvolver pesquisas, ter alunos em orientação e trabalhar com temas que são pertinentes e desenvolver essas atividades com autonomia é motivo de sentir o que Helena chama de “felicidade”.

Mas, como manter um trabalho de pesquisa intelectual dentro de uma universidade enquanto gestante, mãe ou “dona-de-casa” ou abrindo mão dessa condição “típica” do gênero. Marie faz a seguinte explanação, que nos explica muito bem a condição que pretendemos analisar:

Meu marido também me ajuda bastante. Ele é assim, uma pessoa que se eu não tinha empregada, pegava vassoura, lavava louça, então a gente dividia as tarefas domésticas, mas mesmo assim, sempre fica mais para mulher, principalmente quando tem criança pequena, é complicado.

Entendemos que, em referência à divisão sexual do trabalho, caberia a elas maior responsabilidade sobre as atividades reprodutivas, ainda mantendo as atividades produtivas sob a direção dos homens, mesmo levando em consideração o fato de serem mulheres que têm grande e ativa participação nas atividades produtivas.

Inegavelmente houve um aumento da participação das mulheres, especialmente as casadas, no mercado de trabalho e em lugares antes de domínio masculino. A opção pelo trabalho fora de casa traz para as mulheres várias contradições e conflitos, pois além de suas “novas atividades”, ainda havia a necessidade de se organizarem para poderem administrar os cuidados com os filhos, sua casa e seu marido, todas funções que não foram desapropriadas em função de sua nova posição econômica e social. Isso é expresso no discurso de Anita:

Eu sentia que ele me fazia um favor, ele nunca disse isso, mas eu sentia que me fazia um favor de me deixar estudar, porque na verdade a minha obrigação era em casa, às vezes, raramente que eu tinha aula de tarde e chegava mais tarde, e milagrosamente ele tinha chegado antes de mim, ele ficava lendo jornal, ou fazendo qualquer coisa assim e não preocupado das coisas das crianças, eu ficava indignada, mas nunca fui capaz de verbalizar isso. Eu era uma mulher chata que estava com permissão para estudar, mas que era problemática, eu acho isso.

Quando Simone traduz sua trajetória de vida em oposição à de sua mãe, narra mais que um conflito de geração, marca com nitidez o papel social que sua mãe ocupava e que certamente a colocaria numa posição de inferioridade, mas também demonstra sua preocupação em não assumir esse comportamento nos dias atuais:

Eu tinha certeza de que não iria ser como minha mãe, ela sempre culpou meu pai. Só que meus exemplos positivos estavam nos homens, eu os segui mais e sempre tive mais amigos homens. Assustei-me muito quando, ao conversar com minha filha, ela exclamou: “você está ficando igual à vó”, isso me fez refletir.

Com relação a suas inserções profissionais, podemos destacar que as mulheres desta geração iniciam um novo período de demandas, colocando no centro de suas preocupações o novo ambiente de trabalho, mas sempre presentes na construção de uma nova fase que se inicia com a participação ativa das mulheres. O discurso de Valquíria revelou-nos muito sobre essa contraditória condição de mulher: *“Eles sempre me respeitaram muito e uma das coisas que eu sempre notei, talvez tenha passado isso, é que assim existia uma assexualidade no relacionamento. Eu era sempre a pessoa que estava trabalhando”.*

Muitas mulheres abandonaram essa trajetória, mas não por falta de competências especiais ou por serem frágeis, mas por sofrerem fortes pressões sociais, familiares e mesmo pessoais que as fizeram desistir. Isso que chamamos de discriminação acontece por diversos e diferentes meios, impedindo que elas cheguem onde almejavam. Sabemos que todo esse discurso já foi analisado no corpo de nosso trabalho, mas a idéia é reforçá-lo na medida em que ele ganha uma nova dimensão: quando estudamos as mulheres pesquisadoras.

Abrindo um parêntese, ao falarmos sobre produção científica devemos salientar que a chamada ciência dos dias de hoje nem sempre correspondeu à mesma conceituação. Nos séculos dezessete e dezoito, bem poucos tinham o privilégio de se dedicarem à ciência como uma profissão, o que não dava a ela um caráter rígido, permitindo que mulheres pudessem se embrenhar nos círculos científicos.

A partir de então, pode-se dizer que começou a caracterização da ciência como um ofício, uma ocupação regular e bem regulamentada, com regras próprias de controle e um regime de recompensa claro. Merton mostrou claramente esse processo, tomando como exemplo a Inglaterra, onde se criou a primeira Academia de Ciências com essas peculiaridades (Merton, 1970b). Após a criação da “profissão” de cientista e com o advento das modernas universidades, as mulheres foram então sumariamente excluídas desse espaço. Segundo Schienbinger:

Mas poucas mulheres, entretanto, estudaram e lecionaram em universidades a partir do século treze – primeiramente na Itália. Elas com frequência prosperavam em campos, como a física e a matemática, considerados, hoje, especialmente resistentes às incursões femininas. (Schienbinger, 2001: 61)

Essa exclusão é percebida por várias mulheres entrevistadas e na fala de Elise é retratada da seguinte forma: *“Isso que você falou do preconceito sobre o papel da mulher na universidade no século passado, é horrível, mas eu acho que ainda existe muito”*.

O mais importante sob esse aspecto não é o fato de existirem diferenças quantificáveis, apesar dessa ser a tônica em muitos estudos sobre o desempenho das mulheres nos trabalhos científicos e propriamente em pesquisas. Para se tornar uma pesquisadora, a mulher deve dedicar-se a longos anos de estudo e de formação, e esse é um mérito próprio. Relacioná-lo com aspectos quantitativos da diferença diminui o valor de seu empenho pessoal, pois as mulheres conquistaram um espaço estruturado para excluí-las, “as mulheres, como um grupo, foram excluídas sem nenhuma outra razão que não seu sexo” (Schienbinger, 2001: 37).

Helena propôs que o resultado dessa exclusão, para algumas mulheres, significou que deveriam unir-se aos homens para conseguirem realizar suas tarefas:

Eu vou falar contra as mulheres, são poucas as mulheres que trabalham de forma independente. [Uma professora] é uma pessoa que eu tenho a maior admiração, cabeça livre totalmente, mas tem muitas mulheres que se associam e fazem conluíus de uma forma viciada. E aqui na universidade tem pessoas que de fato tem liberdade, mas que necessitam dessa referência masculina para poder estabelecer sua atividade. Isso reforça o que a gente tem na sociedade que é esse patriarcalismo, essa gerência masculina sobre as coisas... é muito engraçado... a solidariedade entre os homens eu vejo como muito maior do que a solidariedade entre as mulheres. E aí eu acho que tem algumas mulheres que precisam dessa referência, desse apoio masculino para poderem deixar a sua qualificação, criatividade e competência, brilhar. Que o homem é muito assim “eu sou”, que eu sou a força, e aí se quebram, nem são iniciados os caminhos de atividades que poderiam florescer muito mais.

Ocorreram muitas mudanças em função da entrada das mulheres na ciência e elas vêm sendo estudadas de maneira precisa em diversas áreas do conhecimento. Na medicina, essas mudanças foram interpretadas tanto por

homens quanto por mulheres como a inserção em um tipo de trabalho que acreditam fazer parte das características femininas, ou, dizendo de outra forma, algumas áreas do conhecimento estariam mais próximas do que seriam as “profissões femininas”.

Marie acredita na sedução que algumas áreas exercem sobre as mulheres, mas que as formas de se fazer ciência ainda não se modificaram: *“Dentro da minha área, se o trabalho feminino mudou? Eu percebo que existe certa sedução pela área pelas mulheres, por essa coisa de ser bem detalhista, ver nuance onde existem traços, qualidade das mulheres”*.

Nessa linha de pesquisa, tentando compreender o envolvimento das mulheres no campo acadêmico, Léa Velho e Elena Leon (1998: 315) apresentam algumas hipóteses em seu artigo. Nele, elas descrevem a sua pesquisa com 47 pesquisadoras em quatro institutos da Unicamp: Instituto de Física, Instituto de Química, Instituto de Biologia e Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. A pergunta central era sobre o porquê da mulher não conseguir chegar, no mesmo tempo que um homem, aos mesmos postos de uma carreira acadêmica.

Nesse trabalho, elas analisam as possíveis causas dessas diferenças e as posições das professoras daqueles institutos frente a esse questionamento. Sobre a produtividade científica, constatam que as mulheres produziam menos que os homens e, portanto, não estariam recebendo de seus “pares” o devido reconhecimento, de acordo com o “efeito Mateus”, estudado por Merton (1970b)³⁰.

Os relatos das pesquisadoras sobre dificuldades de conseguirem créditos para suas pesquisas, em função das agências de fomento terem como parâmetros a produção masculina, mostram claramente que, muitas vezes, mesmo dedicando-se intensivamente às atividades e mantendo um bom nível de publicações, elas têm dificuldades de conseguir financiamentos para suas pesquisas. Uma entrevistada, Elise, faz sua crítica a esse sistema:

³⁰O “efeito Mateus” é uma expressão introduzida por Merton, em alusão a frase bíblica que “àquele que tem tudo será dado; àquele que não tem tudo será negado” (Mt29), para caracterizar a tendência de concentração de recursos e talento que caracteriza a atividade científica.

Eu acabei de receber um parecer [da agência de fomento] dizendo não financiar um projeto meu e uma das razões é que eu não tenho produção suficiente (risos). Eu não estou te repetindo um julgamento sobre mim mesma, estou te dizendo o que ela disse. Mas é porque é uma visão de ciência específica e eu sei disso. Houve época em que isso me incomodava ou me derrubava ou me deixava para baixo, hoje eu entendo que é outra visão, só isso.

Essa visão de ciência não considera, no caso, outras visões, ao não considerar todo o conjunto de atividades, como as de Elise, dentro da Faculdade de Ciências Médicas: além de representarem a excelência por se constituírem na prestação de atendimento a pacientes, ter alunos de graduação, Pós-Graduação e iniciação científica, ainda fazer parte de comissões e administrar um setor dentro do Hospital de Clínicas, ainda englobam o desenvolvimento de um grande projeto de pesquisa, com um tema bastante pertinente e atual, de projeção internacional e, inclusive, com premiação. Devem-se incluir ainda os congressos nacionais e internacionais para os quais é convidada a participar.

Sofia nos fala que, para ela, é recente e novo receber financiamento de um órgão de fomento, mas quando eu disse que tinha lido sobre ela ser uma referência internacional, explicou:

É, isso eu tenho que reconhecer, no Brasil poucas pessoas sabem mais disso que eu. Muitas pessoas ligam pedindo a minha opinião. Eu sou extremamente honesta com aquilo que eu faço, não mascaro resultados, não puxo sardinha para lado nenhum, as empresas sabem que eu sou assim. Porque se eu não conservar essa coisa ética, meu trabalho perde o valor, esse reconhecimento eu tenho aqui e fora. Mas isso para a universidade não vale muito.

A minha próxima questão tentou elucidar a relação entre esse contra-senso: uma profissional que tem o mérito de suas pesquisas reconhecidas fora do país, um grande número de citações e, mesmo assim não obtém, às vezes, verbas de agências nacionais para sua pesquisa:

Não para esse tipo de trabalho. Tanto que auxílio [de uma determinada agência de fomento] para mim é recente, porque esses órgãos de fomento são meio sazonais, o que está na moda no momento. Se você pega as pesquisas que são feitas com auxílio de determinada agência de fomento, 99,9% têm biologia molecular envolvida, porque isso é o que está hoje em foco. Foi muito difícil, foi uma barreira muito complicada, porque eles vêem isso: quantidade de publicação, quantos alunos que você tem sob orientação e isso numericamente eu tenho pouco. E aí a coisa ia e voltava, e numa coisa bastante recente, [um pesquisador] me convidou para entrar num desses projetos temáticos, eu entrei com dois trabalhos que já estão finalizando. Eu não sei se por causa disso, mas a porta parece que abriu.

A estratégia muitas vezes utilizada dentro da universidade é a criação dos grupos de estudos temáticos, pois eles auxiliam na ampliação da obtenção de verbas. Esses grupos são formados em função da complementaridade do trabalho desenvolvido por diversos pesquisadores que assumem como tema o mesmo objeto. No caso, isto facilitou a inserção da pesquisadora dentro do órgão de fomento para posteriores financiamentos de projetos individuais.

Não cito os nomes dessas agências de fomento porque elas não são o centro de nossa preocupação neste trabalho, mas espero poder analisá-las em uma futura oportunidade.

Queríamos entender se essas mulheres, por algum motivo, tinham se sentido discriminadas, como elas viam suas atuações quando comparadas com os homens, ou mesmo com outras mulheres que estavam na mesma área. E pelas respostas que nos deram, podemos analisá-las no tópico que se inicia.

1.5- Discriminação nas áreas

As mulheres normalmente dizem não terem sido discriminadas em suas áreas. Quando fiz essa pergunta, tive como resposta: elas afirmam que não tiveram impedimentos. Elas dizem nunca ter ouvido de seus pares qualquer afirmação que pudesse reforçar essa idéia. Mas quando pergunto sobre as condições de trabalho dentro da área, comparadas às dos homens, Beatriz diz que sabia que, por ser mulher, estavam sempre “vigiando” seu serviço e o modo como conduzia seus trabalhos. Entretanto, acredita ter encontrado uma saída para essa posição de seus pares: trabalhar mais tempo e com maior precisão, sendo eficaz:

Isso é uma coisa que ocorre com as mulheres, não é só comigo, a mulher, de modo geral, precisa demonstrar que é um pouco a mais aí ela não encontra dificuldades. Se ela for comum e ainda não tiver muita firmeza, auto-estima, eu penso que vai por aí também, vai por essas outras condições aí tem dificuldades sim e isso passa a influir.

Esse discurso não é só de Beatriz, várias entrevistadas dizem que em muitos momentos se sentiram vigiadas e controladas, e a saída encontrada por todas foi a mesma, trabalhar com mais afinco, nunca faltar no serviço; mesmo que tivessem sérios problemas, procuravam resolver sem ter que recorrer à ausência. Todas afirmaram que sempre cumpriram seus horários independente de reuniões de pais na escola, problemas de saúde com os filhos ou ainda problemas pessoais de saúde, excetuando acidentes graves ou cirurgias. Há que ser considerado que as médicas fazem plantões e trabalham inclusive em finais de semana, muitas vezes à noite, e mesmo depois de um plantão têm que atender seus alunos de graduação e Pós-Graduação e seus pacientes dentro do hospital-escola.

Puppim estudou o porquê do acesso minoritário das mulheres a cargos de comando, em uma unidade brasileira de uma multinacional européia. Ela também constatou com suas informantes que existe uma grande intenção em demonstrar que possuem um diferencial dos homens e isso normalmente se reflete com “super-investimentos na vida profissional”:

A sensação de estar “em exibição”, quando seus menores atos podem ser considerados como sinais-expressão do seu atributo diferencial estigmatizador (no caso, sua própria condição de gênero), se reflete, em inúmeros casos, na preocupação do desempenho exemplar por parte das mulheres (Puppim, 1994: 25).

Valquíria também relata essa situação com relação aos plantões e diz que em todos os anos de trabalho na Unicamp nunca pediu para faltar e, ao contrário, sempre procurou fazer mais do que o pedido:

Quando dava plantão, sempre fiz a mais que os outros, para ninguém falar nada que eu era mulher e que participava menos, mas nunca fui [nas reuniões da escola dos filhos], meu marido ia e até as professoras da escola entendiam, ligavam para mim, muita coisa eu resolvia por telefone, se tinha uma apresentação na escola que eu não podia ir, eu conversava com eles antes (...); as coisas que eram possíveis e mutáveis, a gente mudava, mas as coisas que não eram possíveis, minha irmã ou meu marido ia.

E assim continuam os discursos; elas afirmam que não sofreram preconceitos, mas talvez por entenderem que o significado do termo preconceito estaria ligado a serem impedidas de poder exercer suas atividades. Seria muito interessante continuar investigando esse tema, ou seja, porque mesmo não sentindo o preconceito, como elas mesmas disseram, sentiam que tinham que trabalhar mais que os homens.

Porém, outras reconhecem que, se tivessem escolhido determinadas especialidades, talvez tivessem problemas, como bem relata Margot:

Eu acho que dependendo da especialidade que você escolhesse teria algum tipo de discriminação, por exemplo, cirurgia, ortopedia, coisas que na cabeça das pessoas é mais para os homens. Pediatria, clínica algumas outras especialidades, sem nenhum problema.

A definição do que corresponde à discriminação no universo feminino é bastante confusa e muitas vezes conflitiva. Ao mesmo tempo em que afirmam não haver sofrido nenhuma discriminação, sabem que são muito mais cobradas em suas competências, vigiadas em suas atividades e comparadas com outros profissionais.

Algumas se sentiram excluídas de determinados cargos, forneceram várias justificativas para esse comportamento, diziam não ter vontade de exercer determinadas funções, de terem sido preteridas, pois não tinham sido treinadas para esses cargos, não tinham tempo para mais essa atividade, não saberem lidar com atividades de mando e com responsabilidades com funcionários, desconhecerem leis trabalhistas para poderem administrar melhor, enfim, as falas colocam sempre como responsabilidades suas o fato de não terem aceito ou não pleitearem essas posições.

Os papéis masculino e feminino mudaram muito em função das mudanças no pensamento social e nas novas concepções de mundo. A universidade abriu oficialmente as portas para as profissionais, a educação passa a ser uma necessidade e um direito adquirido para ambos os sexos. A moda e os novos padrões de comportamento deram liberdade para que a mulher tivesse mais escolhas. E por todos esses motivos, as contradições ganharam maior espaço; por, aparentemente, terem mais escolhas, a pressão sobre as mulheres muitas vezes recaí com muito mais intensidade e ganha diferentes formatos.

Dentro dessa perspectiva, um outro fator importante a ser analisado é sobre o *status* da especialidade. Existem algumas especialidades que possuem maior *status* em função dos proventos que elas podem proporcionar ou mesmo da questão do reconhecimento, quer seja pelos seus pares, ou pela sociedade. Duas de nossas entrevistadas estão na área da cirurgia e uma delas, Valquíria, relatou-nos a dificuldade de pertencer a uma área onde se trabalha em tempo integral:

Você trabalha 24 horas por dia à disposição do serviço, isso independente de ser homem ou mulher você vai estar de plantão, vai ter que estar à disposição (...). Mas isso você também aprende a perceber a sazonalidade, o tempo que você demora em fazer uma coisa, para fazer outra, quanto tempo você vai ter disponível antes da próxima cirurgia, aprende a administrar os intervalos de tempo que você tem.

Aprender a administrar o tempo é uma tarefa que sistematicamente as mulheres desenvolvem com competência e cada vez melhor. Faltaram-nos dados para avaliar como é entendida essa falta de tempo entre os médicos em geral e em especial para as mulheres médicas, para podermos avaliar se esse índice é um fator de *status*.

A disposição do próprio tempo está ligada à escolha de especialidades que proporcionam maior tempo disponível. Qual seria a proporção das mulheres nas diversas áreas, e se estas especialidades são as menos rentáveis ou menos valorizadas. Poderíamos discutir se as atividades que envolvem grandes responsabilidades (como a área cirúrgica) e que dependem de sazonalidade (trabalho mais irregular do ponto de vista de repetição) são mais valorizados e possuem um *status* maior que as outras.

Supomos que talvez esse seja o fator de divergência das mulheres de determinadas especialidades, sabendo que terão que arcar com as responsabilidades domiciliares, a partir das opiniões expressas pelas professoras.

Nesse caso, investir em uma especialidade que dependa de um horário de trabalho integral ou extraordinário poderia ser mais raro.

Quanto a essa pergunta, Valquíria esclareceu que hoje em dia a procura de mulheres pela sua área aumentou, mas ela tem uma explicação para esse fato:

Hoje até que atrai bastante, até tem um aforismo assim que toda vez que uma mulher entra numa área é porque ela não está dando dinheiro, só trabalho. A área cirúrgica perdeu muito do élan financeiro, mas hoje essa área de cirurgia plástica, cirurgia vascular, as dermatopatologia, têm mais mulheres; não têm tanto, têm mais, como a própria carreira médica.

Perguntei também para as mulheres se elas preferiam trabalhar com temas femininos. Todas foram unânimes ao responder que seus temas nasceram de uma necessidade pessoal ou social, dentro de um momento histórico e político. Não os escolheram por serem de ordem feminina ou masculina, *a priori*, mas por estarem aptas para desenvolverem tal tema, por terem elementos que garantissem um bom desempenho em suas pesquisas ou ainda por saberem da importância e relevância dentro de sua área de atuação.

Por exemplo, pelo fato de ser especialista em temas incluídos em revistas especializadas, mas não indexadas no Medline, Beatriz contou que teve problemas. Ela avalia ser “antiquada” a forma como as agências comparam os diferentes profissionais:

Porque eles ainda têm uma coisa antiquada [determinada agência de fomento], compara o médico como se fosse uma carreira básica. É isso que dá essa distorção. Porque o professor que for de uma carreira mais básica tem que publicar mesmo, porque essa é uma maneira de mostrar. No médico existe o prático junto e isso não está valorizado mesmo. É uma coisa que é antiga, não está incluída por causa dessa questão prática do médico. E não se lutou por isso também.

A publicação é um fator muito importante nos dias de hoje, dentro da universidade. No meio acadêmico, publicar significa dar uma resposta à comunidade científica sobre as pesquisas desenvolvidas. Segundo as professoras, quando você publica um artigo você está expondo seus trabalhos, ou seja, se não há publicação, não há de fato pesquisa. A publicação seria o resultado final de todo um processo de investigação.

Mesmo como forma de avaliação, a publicação deveria ser revista. Elas concordam que se deva continuar com a avaliação quantitativa, mas associados a ela, outros fatores deveriam ser considerados. Essa idéia foi expressa da seguinte maneira por Ana:

Faz falta outra avaliação que possa complementar essa avaliação quantitativa que temos. É mais fácil a quantitativa, por outro lado não é só o número, porque a gente tem que ser honesto também, eu acho que se publica muitíssimo,(...) o mundo seguiria seu curso normal sem a maioria das publicações que são feitas, ou seja, que a ciência cresce de grão em grão é verdade, se publica muito, mas algumas coisas nós não sabemos como conseguiu ser publicada.

Normalmente, as próprias professoras têm uma idéia do que deveria ou não ser avaliado pelos órgãos de fomento. Acreditam que deveriam ser estudados novamente e ampliados os padrões de valoração de um profissional. Colocarei a posição de Fernanda, que sintetizou essas idéias:

Publicação é o fim da linha, quando você consegue publicar uma coisa um monte de coisa já aconteceu no meio; entre outras coisas do tipo de investigação que eu faço que envolve o serviço, um monte de gente, implanto coisas no meio do caminho. Acho que talvez pudesse ter um intermediário aí de não ser só a publicação em si, mas de ter: programas implantados, questões envolvidas no grupo de pesquisa, relatórios que a gente disponibiliza para a Prefeitura,

para a Secretaria de Saúde em função da pesquisa, uma descrição um pouco maior dos produtos intermediários daquela investigação. O trabalho às vezes é uma coisa descritiva bem pouco valorizada nas revistas, mas até chegar lá, a gente já implantou um monte de coisa, já implantou vacina no hospital como aconteceu, mobilizou núcleo de vigilância, implantou vacinação no berçário. Então, quer dizer, tem um monte de envolvimento, de pessoas envolvidas, de ações que foram desencadeadas de pessoas que estão em volta participando da pesquisa, que tudo que aconteceu mas que não aparece em nenhum lugar. Isso que eu consigo me lembrar. E também a atividade ensino, mas como a [agência de fomento] avalia pesquisa, então não interessa se a pessoa tem aluno de graduação, não interessa muito a parte da docência, na medicina, na enfermagem. Interessa só a bolsa e os envolvidos no projeto.

Abordamos ainda uma outra questão, a respeito do envio de artigos para determinadas revistas. Nesse caso, os seus prenomes desaparecem, dando lugar ao nome de família e, na sua grande maioria, o leitor não recebe a informação do sexo do articulista. Isso poderia ser um dos fatores que levariam à invisibilidade, pois muitas pessoas não sabem da quantidade de trabalhos e descobertas produzidos pelas mulheres. Invariavelmente, a resposta sobre esse assunto é parecida com a que Marie nos deu:

*Eu não tenho esse tipo de preocupação, às vezes eles nem sabem. Por exemplo, tinha um livro de patologia infantil que se chamava *Poter* e era inglês e aí eu vi que o *Poter* era Edith, mas depois de um tempo e é um tratado de patologia, então a gente se admira de ver. O que eu falo que é difícil a gente ver assim, principalmente em autores mais antigos, mulheres, dentro da área da medicina. Mas atualmente, eu acho que dentro dessa área específica o fato de ser homem ou mulher não muda, sabe, eu acho que tem que suar a camisa.*

Elas dizem não verem necessidade da especificação se a pesquisa foi feita por um homem ou por uma mulher, porque, na verdade, os conhecimentos produzidos tanto por um quanto por outro são de igual importância e com idênticos critérios de avaliação, o que os torna igualmente relevantes do ponto de vista científico. Acreditamos que os profissionais que conseguiram produzir tal conhecimento não devem ser avaliados pelo fato de ser um homem ou uma mulher. Mas muitas vezes, para poder se chegar a publicar, o caminho para essa finalização de um trabalho já fez essa distinção.

Concordamos que todo conhecimento é transmitido como forma de perpetuação e reprodução do conteúdo, como também do *habitus* de um pesquisador. A transformação e formação de um *habitus* demandam tempo e dependem das condições institucionais. Essa nossa preocupação é refletida no subtítulo seguinte, que trata da orientação e do perfil ideal de aluno de uma Pós-Graduação. Compreendemos que, nesse momento, poderemos tentar elucidar melhor como são as relações entre os professores e os alunos, visando permitir a melhor interpretação deste *habitus*.

1.6- Orientação e o perfil ideal

Nossa preocupação também se estende a como essas mulheres, que são formadoras de novos grupos de pesquisadores, promovem e reproduzem seus conhecimentos. Sem exceção, todas elogiam seus alunos e dizem estarem satisfeitas com seus desempenhos. Podemos perceber essa lógica ao perguntarmos a Anita como são seus alunos de Pós-Graduação, quando ela não teve dúvidas ao responder:

São sistemáticas, metódicas, responsáveis, interessadas no que estão fazendo, preocupadas até a última vírgula, procurando explicação para as coisas que não dão certo, e que queiram melhorar o longo caminho da pesquisa e estar sempre atentos.

Normalmente, as professoras sentem-se realizadas por estarem desenvolvendo essa atividade. Muitas mulheres acreditam que a educação é uma das atividades que mais lhes dá prazer, como Sofia descreve sua posição quando fala sobre o que de verdade é importante para ela:

A formação de um aluno dá um trabalho danado, mas é a coisa mais gratificante pegar aquele aluno que é fraquinho quando vem e que não sabe ler inglês, que tem dificuldades com a escrita. Tem que ser uma dedicação muito grande, se não a pessoa não vai.

Elas sabem o quão importantes são no primeiro caminhar de cada orientando, e Valquíria aponta o perfil ideal para um excelente profissional em sua área:

Tem que ter uma boa capacidade de liderança, de discernimento, tem que ter um pouco de ousadia, ele tem que ter liderança, mas ele tem que saber quando obedecer, seguir uma ordem, ter disciplina, assiduidade, honestidade, ter bom caráter que isso também é fundamental, afinal, você está lidando com o outro, está invadindo o espaço do outro, que é o paciente, que você vai chegar e tem que ser sincero.

Muitas mulheres entrevistadas disseram ser uma importante característica a autonomia, pois esperam que os alunos aprendam a decidirem sozinhos. Por meio de suas próprias iniciativas, elas puderam auxiliá-los em suas formações, e mais, seria nesse momento que os alunos mostrariam suas dificuldades. Beatriz sintetiza essa posição falando sobre o perfil de um bom profissional:

Eu deixo mesmo, eu largo, deixo fazer sozinho, alguns se sentem abandonados e largam e aí não servem para mim. Ele tem que saber o que ele quer fazer aí a gente senta junto e conversa fico seis, oito horas sentada com um aluno, até esgotar, eu fico junto, mas se ele não anda sozinho.

Para Margot, uma das dificuldades enfrentadas para se avaliar o perfil de um bom aluno de Pós-Graduação reside no fato da mudança de paradigma do que significa esse curso nos dias atuais. As pessoas normalmente orientam-se para esse curso em função das necessidades do mercado e não porque sentem uma necessidade de serem pesquisadores e ainda mais de pessoas que queiram experimentar o novo e não se conformam com as coisas já pré-estabelecidas, o que deveria ser o ideal de um bom profissional nessa área:

Os cursos estão exigindo mais, por conta da demanda que está aumentando. Tem pessoas que querem, ou porque não encontraram coisas melhores ou porque precisam do título para conseguir alguma coisa melhor. Está difícil a pessoa que gosta mesmo, que vai atrás, que se envolve e que busca as coisas por conta própria, está difícil. Quando propõe coisas novas, o pessoal já fica com medo, querem alguma coisa que já esteja padronizada.

O que todas dizem ser verdadeiramente essencial para poder existir uma boa orientação, são as afinidades desenvolvidas com os alunos. Tem que ser um gostar recíproco, o ideal é um acreditar no outro e, mais do que isso, se deve saber respeitar as diferentes formas de se trabalhar de cada aluno para que não ocorram atropelos ou ainda se queimem importantes etapas do conhecimento.

Segundo seus discursos o maior prazer está na troca, no respeito e, na maioria das vezes, no carinho e admiração; vínculos que duram por toda a vida. São vários os discursos que enfatizaram essa idéia, mas explicitarei apenas um, no qual Marie resume em uma única frase: “*Então quando você tem certa afinidade, o negócio rola bem*”.

O que se espera de um aluno de Pós-Graduação é que ele tenha as características de um profissional para qualquer área: honestidade, ética e seriedade, responsabilidade e que tenha o gosto pelo estudo. Em síntese, em nada difere de outras áreas do conhecimento. Patrícia faz um resumo das

principais qualidades que acredita serem as mais importantes, incluindo sua grande preocupação com o rigor metodológico, com a manutenção de um ambiente que não seja competitivo:

Que seja muito honesto, que preze o rigor metodológico, tem que ser alguém em quem eu confie, que dê valor para a honestidade, como eu dou. Eu não sou uma pessoa ambiciosa, eu gosto das pessoas que fazem esse meio termo também. O ambiente de trabalho nosso no laboratório, ele não é muito competitivo, eu não estimulo, gosto que as pessoas trabalhem bastante e que façam um bom trabalho, que sejam muito rigorosas com aquilo que estão fazendo, que prezem a qualidade, mas eu não quero um ambiente de antropofagia (...) Se a pessoa precisar desse treinamento para ser bem sucedida nessa carreira, eu certamente não sou a orientadora adequada porque eu não vou fazer isso. Não sou eu, pois não gosto! Prefiro que a gente tenha uma produção mais modesta, mas que seja honesta do que a coisa grandiosa, mas a um preço de você não ter certeza de como foi obtido.

Sentem o fato de seus alunos serem obrigados a deixar rapidamente a universidade para poderem prover suas famílias, quer sejam homens quer sejam mulheres; lamentam também a grande mudança do mercado de trabalho, no qual aumentou a necessidade de profissionais altamente qualificados em nível de titulação, mas não necessariamente vocacionados para a pesquisa básica e universitária.

Por isso, Alice acredita que um bom orientando deve dedicar-se integralmente à sua pesquisa, porque no cerne ela é a forma de conseguir o conhecimento, matéria básica produzida na universidade. Se isso não pode acontecer, o resultado não será tão satisfatório:

Eu acho que a coisa mais importante é dedicação, aquele aluno que mergulha e entra de cabeça naquilo que está fazendo. É o aluno que vem para fazer um mestrado e um doutorado, não visando um título, mas visando aumentar conhecimento;

ele só consegue isso se ele for muito dedicado, isso é um problema, porque a dificuldade que você tem para a bolsa é muito grande, é difícil você ter um aluno em tempo integral e se o aluno não consegue ficar aqui o tempo inteiro ele não consegue esse mergulho.

Quando foi indagado às mulheres se preferiam trabalhar com homens ou mulheres, a resposta também foi a mesma. Todas dizem não haver diferenças intelectuais em se orientar homens ou mulheres, ambos são igualmente competentes do ponto de vista cognitivo, mas apontam para algumas necessidades básicas dos orientandos. Marie sintetiza essa colocação:

O que importa é que sejam pessoas dedicadas no que fazem. Eu já orientei homens e mulheres e não vejo diferenças não. O importante é eles gostarem do que estão fazendo, basicamente é isso e serem responsáveis. Sempre tive alunos muito bons.

Porém, na medida em que a conversa progredia, algumas questões foram apontadas em relação ao gênero. Valquíria disse o seguinte sobre as diferenças que notou ao trabalhar com os diferentes gêneros:

Os rapazes em geral são mais influenciados pelas mulheres. Eu tive que enfrentar algumas “maridas”, isso eu acho uma coisa muito importante do ponto de vista da mulher ela estar apoiando o marido. Se é uma pós-graduanda, ela sabe o que ela tem que fazer, mas se é um pós-graduando: “eu não posso ficar nesse trabalho porque eu tenho que sair com a minha namorada, eu não posso trabalhar esse final de semana porque eu tenho que ir na minha sogra”. Então, ele tem um compromisso assumido que eu acho que a mulher não preza tanto.

Ainda sobre essas mulheres que assumem o mesmo papel ciumento dos maridos, as companheiras dos orientandos que não conseguem compreender que a relação entre professor e aluno é muito intensa e vai além da admiração, podendo ser confundida com a paixão, não compreendendo essa admiração, “fiscalizariam” sistematicamente os momentos de orientação.

Podemos ver no discurso de Fernanda que, muitas vezes, uma mulher prefere orientar outras, pois, além desse ciúme, existe uma questão: o vínculo afetivo ser formado mais facilmente entre as mulheres.

Acreditamos que isto é em função de toda a construção social do que seja aceitável como a amizade entre homens e mulheres. Mas é ponto seguro que, numa relação entre orientador e orientando, o aprendizado se desenvolve com mais facilidade na medida em que se estabelecem vínculos formados pelo afeto e pela admiração. Fernanda nos presenteia com essa posição:

No começo era mais fácil com mulheres. Porque rapidamente se estabelecia um vínculo afetivo e aí é tranquilo. Montar um vínculo afetivo com uma mulher é mais tranquilo do que às vezes com rapaz, muitas vezes a mulher vinha, andava pela porta pra ver, você percebia que era uma coisa mais tensa, precisava ter uma distância um pouco maior. Essa relação de orientação é uma coisa riquíssima, porque é a coisa intelectual, de muito desafio intelectual, mas logo vira uma relação de muito afeto, de muita troca e muito envolvimento com a vida pessoal.

Simone também discorreu sobre o vínculo afetivo como um fator a ser levado em consideração. Sente que as mulheres devam ser tratadas com mais ternura, ou, talvez, que possam ser tratadas com mais ternura. Ela percebe os trabalhos realizados de maneira diferente, mas nada que a orientação não alinhave:

Você não pode trabalhar com o homem e a mulher do mesmo jeito, por exemplo, o homem em geral é mais relaxado e você tem que cobrar mais algumas coisas, a mulher tem que ser tratada com mais ternura, ambos tem que ser tratados com ternura, mas a mulher é com mais. Quando a gente gosta, a gente sabe como atuar com o aluno, tem isso também. A simplicidade do homem ajuda.

A universidade está cada vez mais exigente com relação a prazos para defesa de dissertações de mestrado e teses de doutorado. Essa exigência está fazendo com que alguns professores estejam sendo levados a preferir homens como orientandos, pois argumentam que as mulheres atrasam seus trabalhos em função da gravidez e aleitamento. Nenhuma das minhas entrevistadas disse que havia feito escolha baseada nesse motivo, ou que não ia orientar mulheres por essa razão, mas Margot nos conta sobre esse “novo” impedimento: *“Eu tive muitos problemas com as mulheres (...) todas ficaram grávidas no mestrado e no doutorado e por contra disso as coisas não andam no tempo que deveriam andar, mas não que eu me incomode com isso, eu entendo.”*

Em síntese, esperamos que o objetivo atingido com esse tema foi o de poder demonstrar que essas profissionais não esperam alunos brilhantes, apesar de gostarem de orientá-los quando eles aparecem, mas na grande maioria são mulheres sensíveis que apreciam o olhar diferente, o empenho e sobretudo a afinidade que passam a desenvolver com seus alunos num duplo jogo de admiração.

Em todos os discursos, elas mostraram que o ato de saber respeitar os limites e os momentos de criação e pesquisa aliado a uma esfera de carinho, auxiliou-as para poder ajudar seus alunos a ser profissionais de qualidade. Pois, como veremos, quando discorrermos sobre o reconhecimento, ele significa e é traduzido pelo fato de seus alunos serem profissionais brilhantes, o que demonstra a importância da educação em suas profissões.

1.7- Reconhecimento

A definição de reconhecimento, para a maioria dessas mulheres, geralmente difere do que normalmente elas reconhecem como o padrão de suas áreas ou mesmo dos órgãos de fomento.

Do ponto de vista pessoal e subjetivo, reconhecimento pode significar muitas coisas. Sem uma única exceção, todas as professoras expuseram o orgulho que sentem quando se lembram da grande maioria dos seus orientandos. Elas afirmam que o melhor em suas carreiras foi poder fornecer aos alunos que chegam, tímidos e sem muito preparo, uma formação tal que os faz passar em concursos, tornarem-se professores de universidades, diretores, competentes médicos e, principalmente, excelentes e éticos colegas de profissão. Essa é a tônica de todos os discursos quando o assunto é sobre seu papel de orientadora. Helena, numa frase, sintetiza essa idéia: *“Eu tenho um reconhecimento que é informal de ver o sucesso de meus alunos. Todos estão bem hoje, são brilhantes”*.

Do ponto de vista formal e dentro do modelo quantitativista dos órgãos de fomento, isso é bem diferente.

Fernanda acredita que consegue o seu reconhecimento não porque determinadas agências de fomento apontem isso dentro de seu processo de avaliação ou porque seus pares a identifiquem. Obviamente, esses são dois pontos centrais, mas o que realmente ela declara que a faz sentir-se reconhecida é ser lida pelas pessoas que trabalham dentro dos serviços médicos e ainda atrair muitos alunos de mestrado e doutorado:

(...) eu acho que não é nem o currículo, nem a [agência de fomento], essas coisas influenciam muito na visibilidade que a gente tem para atrair bons alunos, isso eu acho que funciona bem, quando você começa a trabalhar melhor vem gente de longe, que ouviu falar, que leu e quer vir trabalhar junto, então a gente acaba selecionando bons alunos para mestrado e doutorado; o trabalho circula mais no Brasil e aí, vira e mexe, a gente tem oportunidade de participar de coisas que por conta do meu currículo.

Quanto maior o número de alunos que prestam exames para o mestrado e doutorado em suas áreas, mais elas acreditam estar sendo reconhecidas pelos trabalhos que estão realizando. Afinal, a universidade não preza a pesquisa *per se*, mas tem como principal objetivo a transmissão do conhecimento e das habilidades pessoais, e isso não pode ser medido de maneira quantitativa. Sofia explica claramente como percebe o que é ser reconhecida dentro da universidade e, para seus próprios valores, o principal não estaria no aspecto quantitativo, ou seja, a quantidade de coisas que você é capaz de produzir, mas no qualitativo, no bom nível e na intensidade das coisas que você pode promover:

Ao longo desses 25 anos, a universidade foi mudando muito, os valores foram mudando. E as pessoas também. O que é reconhecimento? É você publicar muitos papers, é você ter muitos alunos, é ter uma assistência boa para o paciente, é você formar gente, o que é o reconhecimento? Eu acho que devo ser reconhecida por alguns e não por outros. O excesso de preocupação com pesquisa acabou levando a universidade ao detrimento de outras coisas, que eu considero tão ou mais importantes. Os meus funcionários do laboratório me reconhecem como uma boa profissional tenho certo jogo de cintura administrativo e tal. Tenho reconhecimento de meus ex-alunos, é engraçado, eu não tive muitos alunos, mas os que tive permanecem meus amigos; formei gente que depois conseguiu se colocar.

As professoras não discordam dos métodos de avaliação da universidade, mas acreditam que esses moldes poderiam ser rediscutidos, colocando em questão o trabalho feminino, ou mesmo as inovações decorrentes das outras atividades desenvolvidas por esses profissionais, como por exemplo, a assistência. Ana sintetiza a posição das outras entrevistadas:

O processo de avaliação em qualquer nível eu acho que é um processo difícil, a questão da produção por número de papers é cheia de falhas também, acaba sendo uma avaliação super quantitativa. Como avaliar de uma forma diferente? Eu creio que a universidade deveria colocar isso em discussão, porque eu já participei de comissões onde fica aquela discussão: “o meu relatório perigou não ser aprovado porque eu não consegui fazer isso, mas porque tenho outras coisas para fazer”. Alguns professores produzem mais que outros, mas esses desequilíbrios me parecem saudáveis dentro da universidade. Tem docente que adora a pesquisa e outros que adoram dar aulas, mas eu acho que tanto um como o outro tem obrigação de fazer as duas coisas, pois foi assim que fomos contratados. Como avaliar? Eu não saberia, mas eu acho que deveria ter critérios para avaliar o que aquele docente faz, ele está dentro da universidade 8 horas por dia, mas não produziu os três papers que foram pedidos, no relatório trienal, mas que outras coisas ele fez, que serviços que montou, qual a qualidade desses serviços. Eu já pensei um pouco sobre isso, mas não saberia te dizer como avaliar melhor. Faz falta outra avaliação que possa complementar essa avaliação quantitativa que temos. Seria interessante avaliar as novas áreas que surgiram e o trabalho desses professores e verificar o que tem nascido a partir desses estudos. Eu acho que tem muita gente incomodada com a [determinada agência de fomento], eu não diria que incômodo seria a palavra exata, eu acho que ela poderia ser aprimorada porque, por outro lado, ela tem sido muito importante, pois capacitou os professores dessa universidade. O corpo docente é altamente qualificado, com mais de 80% de professores doutores, isso faz a diferença, a avaliação por esses números é muito boa, mas ela é falha porque deixa algumas coisas de fora.

Escolhemos esse discurso na íntegra, pois sintetiza a opinião de todas as pesquisadoras, nenhuma delas discorda dos meios pelo qual são avaliadas, mas acreditam que deveria haver algum mecanismo para se discutir melhor essas

questões e considerar que outros trabalhos feitos dentro da universidade também deveriam ganhar relevo, como, por exemplo, implantação de novos laboratórios e serviços.

Não temos dados suficientes para avaliar a produção científica das mulheres dentro da universidade, não sabemos o quanto produzem e se essa produção difere de acordo com as áreas de pesquisa, ou se difere entre homens e mulheres.

Até onde pudemos perceber, de acordo com o que foi narrado pelas pesquisadoras, acreditamos que, para podermos avaliar a produção das mulheres dentro da universidade, deveríamos levar em conta algumas importantes variáveis, como: o número de filhos, idade de ingresso e tempo para formação e titulação, financiamento para pesquisas, relacionando com outras atividades exercidas dentro da universidade, como a extensão e a docência.

Por ora, cabe-nos somente alinhar algumas considerações, pois tal avaliação demandaria outros recursos não disponíveis em pesquisa.

Por exemplo, nos foi narrado que a manutenção das Bolsas de Estudo está relacionada à produção científica do pesquisador. Uma questão bastante pertinente é se, no decurso de seus trabalhos, a pesquisadora engravidar e precisar de afastamento médico, ou, se, após o nascimento do filho, quiser dedicar-se exclusivamente à amamentação, pode correr o risco de perdê-la, ou há mecanismos que a mantenham, levando essa circunstância em consideração?

Sobre administração dentro da universidade, abrimos um espaço à parte, por ser um tema bastante pertinente dentro de nosso estudo.

1.8- Administração e saber na área da saúde

As funções de extensão, docência e pesquisa guardam em si mesmas uma outra categoria: a administração. A função administrativa é, por vezes, interpretada como atividade obrigatória dentro da instituição e mais uma função,

mais uma atividade. Se assumirmos que essa atividade é o principal caminho para a carreira política, entenderíamos a comparação feita por Patrícia:

Mas eu acho que para a mulher é muito mais difícil, porque acumula muito mais função. Se você pensar numa mulher que quer fazer uma carreira política ou mesmo uma carreira acadêmica dentro da universidade, ela vai ter que abrir mão de muito mais coisas do que o parceiro masculino na mesma situação.

Questiona-se o fato das mulheres não estarem à frente quando o assunto é sobre cargos de direção e mando. Na verdade, existem várias posturas sobre essa questão: muitas mulheres acreditam que não é possível dedicar-se ao trabalho de pesquisa e ao universo administrativo, pois ambos requerem uma dedicação mais intensa e quase exclusiva. Ana comenta essa posição:

Eu acho que a ascensão administrativa, ela deve ser num período mais tardio na vida do profissional que está dentro da universidade. Porque se ele ascende muito rápido numa carreira administrativa, ele não pode fazer um bom trabalho na pesquisa, porque é incompatível.

Sofia partilha a idéia sobre o preconceito, que percebe quando se fala sobre a mulher galgando postos de poder dentro da universidade; ela acredita que tem mais a ver com a definição do que sejam os papéis sociais e culturais do que com capacidades natas e ainda tece o comentário sobre as condições necessárias para se conseguir fazer parte de um grupo que tenha esses interesses. Em seu caso, isso não faz parte de sua personalidade ou vontade:

Eu sei que existe o preconceito. Pegue a parte administrativa da Unicamp, no primeiro escalão, você faz uma proporção homem e mulher é diferente e não é porque o homem é mais capacitado, disso eu tenho certeza absoluta. Isso é uma coisa

cultural. Eu jamais chegaria à vice-reitora porque eu tenho horror de política universitária, jamais, tenho h-o-r-r-o-r, se você for me procurar em qualquer dessas coisas, comissões, jantares, você não vai me achar nunca! Eu fui chefe de departamento, porque eu achava que era uma contribuição que eu deveria dar e que eu sabia que era capaz de fazer, fiz uma gestão boa, mas falei: 'isso é o meu máximo'.

Patrícia conta que na primeira vez que assumiu um cargo diretivo não se sentiu preparada, mas quando o entregou percebeu que havia aprendido muito e acreditou ser possível exercer mais essa atividade:

Passei para a professora [colega de trabalho], que fez uma ótima administração e ao final da administração ela me perguntou se eu queria voltar e pela primeira vez eu assumi novamente um cargo administrativo por pleiteá-lo. Voltei agora, fiz uma chapa, nos submetemos à eleição, foi chapa única e razoavelmente bem eleita. O voto não é obrigatório na Pós-Graduação, mas é claro que a gente sempre faça alguns. Estou voltando para a Pós-Graduação, mas pela primeira vez por pleitear e por livre e espontânea vontade. Acho que eu conheço bem o curso, criei um vínculo com ele e me afeiçoei a ele e acho que posso contribuir.

Dentre todas as professoras que falaram em assumir cargos diretivos, apenas duas disseram que pleiteavam muito mais por saberem poder contribuir para a melhoria da área ou por saberem ser pessoas qualificadas. Elas ocupam cargos de direção, pois acreditam que assim podem pleitear e manter as condições que já conseguiram ao longo dos anos de trabalho.

Essa foi uma das respostas que obtive quando perguntei sobre a possibilidade de se candidatar ao cargo de reitora: “*Deus me livre, imagine, eu nunca entendi de coisas de administração. Eu acho que para determinados*

cargos você já tem que ter histórico de ter feito, de ter se movimentado politicamente, de ter os contatos certos e eu não” (Anita).

As minhas entrevistadas normalmente colocavam os cargos diretivos como algo a ser evitado, se possível. Para se chegar a um alto cargo de administração, um longo caminho deve ser percorrido e, segundo as mulheres, é um caminho eminentemente político que destoa dos interesses universitários; mesmo não se opondo a ele, necessita de uma outra ordem de atuação. Por isso, acreditam que existe uma diferença entre o percurso do pesquisador-docente e da política universitária.

Além de todas as atividades já descritas pelas mulheres, querer disputar cargos diretivos levaria a dar conta de todas as suas atividades e ainda de se preocupar com a política administrativa. Segundo Marie, de uma maneira ou de outra todas essas mulheres passaram pela administração de seus departamentos, pois faz parte de um sistema de rodízio, no qual em determinado tempo elas assumam cargos diretivos:

Então eu já passei por todos os cargos que tem aqui. Mas assim, na marra, porque se fosse de livre e espontânea vontade não. Porque a gente faz assim uma espécie de rodízio nesses cargos administrativos (...) Fazia o máximo possível, aprendi muito, mas não que seja uma coisa que eu esteja procurando, nunca foi. Quando saí, dei graças a Deus (risos). Não é fácil, eu tenho uma certa dificuldade de mandar as pessoas fazerem a mesma coisa várias vezes, porque eu não gosto que me mandem fazer as coisas várias vezes, eu sei o que tenho que fazer.

Um ponto a considerar é que os cargos administrativos dentro da universidade não utilizam recursos financeiros abundantes, ou seja, não existem verbas a gerir, segundo a fala de algumas professoras. O discurso de Teresa é bem preciso sobre o que é administrar dentro da estrutura universitária e talvez nos aponte pistas dos motivos que levam as mulheres a não se sentirem atraídas por essa atividade:

A gente é chefe, mas não tem verba para administrar, eu não tenho sala para dar, nem material, computadores, eu não tenho esse dinheiro para comprar. Então você administra muito mais conflitos do que a parte administrativa de criar coisas. Os cargos de chefia, que eu vejo hoje depois de ter passado 4 anos como chefe de departamento e 2 anos como coordenadora de Pós-Graduação, a gente administra mais conflitos do que propriamente as realizações. As realizações são pequenas, fica em muitas reuniões e quando você espreme o que foi aquela reunião a gente caminha muito pouco, fala-se muito, mas realiza-se pouco, então é muito mais administração de conflitos do que realizações. Esses cargos são desgastantes, eu acho que todos eles. Então eu não tenho nenhuma aspiração a ser diretor, diretora de faculdade, eu não tenho mais essa aspiração depois de ter passado pelos meus cargos. Talvez eu tivesse um dia, não sei, eu nunca pensei seriamente nisso. Os chefes de departamento são aquelas pessoas que poderiam aspirar ao cargo. Eu estou pensando em fazer o meu titular o ano que vem, mas eu poderia aspirar, mas não tenho nenhum interesse porque são cargos desgastantes.

O casamento entre falta de verbas, ou de administrar verbas escassas, reuniões sem objetivos claros e específicos e falta de perspectivas de crescimento dentro de suas áreas de concentração faz com que os cargos se transformem em pesados fardos carregados pacientemente em função de um bem comum. Em decorrência de tais proposições, talvez comecemos a entender porque nenhuma disse pretender pleitear altos cargos políticos, apenas apontam a posição administrativa como parte das obrigações exigidas pela universidade e como caminho para se chegar ao posto de professor titular.

Marie associa todos esses fatores a um outro, o desconhecimento das obrigações trabalhistas:

Porque a gente faz assim uma espécie de rodízio nesses cargos administrativos, eu francamente acho que dentro da instituição, principalmente esses cargos de administração de laboratório deveriam ser preenchidos por um profissional administrador, que durante o curso médico a gente aprende um monte de coisas, mas não aprende a administrar nada. Não se sabe nem as leis que nos governam, os estatutos dos funcionários e de repente você vira chefe e não sabe nada disso. Então é muito cruel, é uma situação assim que eu não me senti nada confortável.

Quando se decidem a não assumir cargos de chefia, os discursos transformam-se em fortes negações, como se tratassem de um calvário, e exprimem a quase aversão pelos cargos. Margot faz parte desse coro: *“Eu jamais, jamais, eu não quero de jeito nenhum o quanto eu puder, porque tem horas que você não pode, afinal você tem que contribuir com a sua instituição, claro, eu tenho consciência e não me nego a fazer isso”.*

Para todas, é mais uma atividade que elas terão que desempenhar. Atividade a mais para ser dividida entre as muitas que elas já realizam. O máximo que se aproximam do poder estaria expresso na fala de Marília:

Acabo ocupando posições porque as pessoas dizem que eu deveria e que tenho as características, então acabo aceitando; para mim, eu acho que isso é uma característica feminina. Eu acho que as feministas não gostariam de ouvir, mas eu tenho muita dificuldade nos enfrentamentos, eu posso ser dura no que eu falo, mas tenho muitas dificuldades de colocar uma pessoa na minha frente e fazer cobranças formais. Eu acho que isso é um pouco do perfil feminino. Esse é o meu primeiro cargo administrativo, mas de responsabilidade no nível de administração de pessoal docente, e administrar pessoal docente de anos e anos de casa, para mim já foi, agora menos, mas para mim já foi um sofrimento maior. Como lidar com esse recurso humano, como lidar com essa gente de personalidade

que na verdade faz parte de um grupo no qual eu entrei, eu uma das mais novas. Isso para mim é uma dificuldade. Ser chefe do departamento significa você ter que enfrentar todos os outros docentes e um enfrentar que pode ser um enfrentamento mesmo, de bate boca, isso não me agrada.

A dificuldade reclamada pelas mulheres e retratada por Marília é reconhecer que quanto mais alto o cargo maior o enfrentamento, o conflito, que elas deverão estar preparadas para resolver e superar. Embora sendo pessoas altamente qualificadas, acreditam não possuir a mesma habilidade e treinamento que os homens. Porém, duas de nossas entrevistadas têm cursos de administração, uma concluiu um MBA, e outra fez um curso de especialização em administração nos Estados Unidos.

Helena, que fez MBA, contou-nos sobre esse curso: *“Hoje em dia penso que tenho que me preparar para uma terceira idade e algo que me faça muito feliz. E o que é? Fiz até um curso de MBA, de gestão em saúde (...)”*.

Mas, então, qual seria a representação que se faz do trabalho do homem enquanto “chefe”, ou quais as qualidades de uma chefia desempenhada por um dos gêneros? Puppim (1994), preocupada com essa questão, em seu estudo sobre as mulheres em cargos de chefia, trata do tema analisando os estereótipos:

A preferência pela chefia masculina articula-se, em nossas entrevistas, diretamente aos estereótipos vinculados à mulher. As características que são apreciadas para o exercício de cargos de comando (como combatividade, dinamismo, objetividade) estão associadas à imagem masculina. O universo empresarial que investigamos parece estar pautado em valores conectados a essa imagem viril, dificultando, já em princípio, a inserção e ascensão da mulher, pois foge das qualidades e expectativas desenhadas socialmente (Puppim, 1994: 26).

Um importante ponto para estudos futuros é a relação que as mulheres cientistas fazem sobre cargos diretivos, ou seja, como elas compreendem essa atividade dentro da academia, por ora não teríamos elementos suficientes para concluirmos adequadamente. Nossa pretensão foi a de levantar suas posições com relação aos cargos administrativos, tendo em vista que a bibliografia aponta para uma lacuna feminina nesses espaços. Outra questão de igual importância é a de tentar analisar a *discriminação positiva*, ou seja, práticas que visam proteger a ascensão das mulheres aos cargos de comando sob o sistema de quotas. Segundo Puppim, as mulheres por ela entrevistadas recusam aceitar essa idéia por compreenderem que a ascensão é uma consequência da dedicação ao trabalho, porém ela faz a seguinte afirmação:

Esse tipo de posicionamento ecoa por todo o grupo de entrevistadas, sendo uma representação bem articulada da posição desses agentes no campo histórico-social: integrantes de classes médias favorecidas tiveram a possibilidade de minimizar suas “desvantagens” de gênero numa conjuntura histórica aberta à superação relativa dessa ordem de clivagens, avaliada segundo a pauta de um liberalismo individualista do tipo ‘self made woman’ (Puppim, 1994: 17).

As mulheres muitas vezes se sentem “tímidas” quando estão ao lado de outros profissionais que julgam com maior experiência. Este é um fator de distanciamento do cargo, muitas vezes elas seriam chefes de profissionais com mais experiência administrativa, de seus orientadores de mestrado e doutorado ou mesmo de professores em período de aposentadoria. Quando nos contou sobre esse sentimento em relação a seus pares, Marília nos deu uma fórmula que encontrou para superar essa “dificuldade”:

Eu acho que é uma característica de administração com alma feminina e aí eu acho que um homem que tenha essa alma feminina poderia fazer tal coisa, o que eu acho é que essas características são mais comuns nas mulheres, esse tipo é

mais comum nas mulheres. Para mim, é um modo administrativo sim e a ciência da administração mostra que é isso, que a administração que faz sucesso é essa, a que você compõe, a que as pessoas participam só que eu acho que esse é um modelo que combina com o jeito feminino de ser, que é ter mais condescendência, relevar mais, compreender o momento das pessoas. A minha estratégia de administração é de participação, eu detesto fazer as pessoas fazerem as coisas na força, eu não consigo e não sei fazer isso porque não funciona para mim. Reconheço que às vezes seria necessário, mas eu tenho muita dificuldade em fazer isso, muita.

A força ainda está associada ao poder masculino, ou seja, com a forma masculina de trabalhar as coisas administrativas; ao mesmo tempo, a posição de conciliadora e cooptadora está associada às características notadamente femininas ou ainda de homens que se dispõem a ter essa postura. Isso elucida que a administração está além do masculino ou feminino, mas que existem várias formas de se atuar quando a preocupação é formar equipes. Valquíria explica sua posição e ressalta as qualidades inerentes a um bom administrador. Para ela, não importa o sexo, mas um bom administrador tem como base duas premissas: o preparo e o perfil:

Você tem que ter um perfil de liderança que não é em todas as pessoas que você encontra, nem em homens, nem em mulheres, eu acho que agora com as novas profissões que as mulheres estão indo, e sendo reconhecidas aí que elas se tornam candidatas, eu acho que elas não foram preparadas para isso. Não é que elas não são capazes disso, elas não foram preparadas para isso. Hoje você vê até nos cursos de MBA, um número muito grande de mulheres, que vão ocupar cargos diretivos em empresas. E elas vão muito bem.

Um dado recorrentemente alegado pelas mulheres é que, para conseguirem dar conta de mais uma atividade, seria preciso deixar algo para depois; no caso da carreira administrativa, ela acaba sendo mais exigida da

profissional do que sua própria formação, algumas se ressentem de terem se dedicado demais a ela ou ainda, no caso de Sofia, de terem priorizado esse cargo em determinados momentos de sua vida:

Eu tive que optar, e essa opção não foi boa, mas enfim, eu queria ter um terceiro filho e se eu quisesse ter teria que ser naquela época, eu não tinha mais tempo, mas eu também pensei que eu teria que ser chefe, e eu não tive o terceiro filho e disso eu me arrependo. Eu tinha feito o mestrado grávida, doutorado grávida e agora chefe grávida, não dá. Eu não iria agüentar. Agora, você acha que um homem tem que fazer esse tipo de opção? Não faz.

A cobrança gira em torno sempre do estar fazendo a mais do que é exigido para os homens dentro da instituição. Elas se perguntam se, em algum momento, os homens também foram tomados pela dúvida entre dedicar-se mais à profissão ou passar mais horas com os filhos ou com a esposa. Certamente é uma pergunta que elas mesmas respondem.

Sem exceção, essas mulheres se viram impelidas a estar à frente de comissões, chefias de departamento ou mesmo presidência de entidades, mas essas posições foram vistas como imposições ou, ainda, como uma possibilidade de obtenção de determinado recurso, ou, ainda, para fazer andar processos que auxiliaram suas pesquisas.

Dentro de uma instituição de ensino, a autoridade exercida por alguns profissionais impede os debates sobre as decisões que serão tomadas. E em alguns momentos, não ficou claro para o grupo feminino se foram preteridas pelo fato de serem mulheres ou por não serem as pessoas mais bem preparadas para essa atividade.

Duas professoras dizem ter percebido que o fato de serem mulheres não pesou tanto quanto o fato de trabalharem com pessoas autoritárias, que decidiram quem ocuparia qual cargo e, em geral, sem uma consulta prévia.

Colocam que não queriam estar em outro lugar que não fosse o que ocupam, que não queriam assumir cargos políticos ou administrativos, mas o que lamentaram foi o fato de ser uma atitude tomada sem sua aquiescência.

Dois foram os discursos nessa linha de argumentação. Beatriz acredita que isso se dava em função de uma relação de poder vertical, impedindo as pessoas de pleitearem determinadas posições dentro de uma hierarquia autoritária, logo o fato de ser mulher não seria tão importante. O que ganharia relevo seria a própria estrutura política do departamento:

Os meus colegas, nesse momento, não têm esse espírito de união, eles ainda são aquele time vendo o chefe, não há uma democracia. Então não há nem a possibilidade de eu querer ser a candidata, porque existe aquela coisa colonial, prevalece esse espírito aqui. Aí eu não acho que é a questão de ser mulher que é prioritária, e questão da organização do jogo de poder, eu vejo isso em cima da questão de ser mulher.

Atravessando os muros da universidade e projetando a questão para outras instâncias de poder, elas normalmente acreditam que seria necessária uma característica que não possuem, quando o assunto é assumir cargos de confiança dentro de prefeituras e outros órgãos de governo. Fernanda diz que não se ressentia de não ter sido escolhida, nem mesmo ter seu nome aventado para um cargo político:

Porque era uma área muito mais desafiadora a dele [um colega de turma que assumiu um cargo político], porque ele iria ter que trabalhar no município. Foi a primeira vez que uma pessoa, um progressista, entrava numa prefeitura, no poder (...). A parte de administração eu acho que sou ruim, organizar, mandar eu não sou muito boa nisso.

Mas, ao mesmo tempo, as qualidades que ela diz não ter, aparecem quando o assunto é sobre o “desafio” de orientar alunos em Pós-Graduação: uma professora reconhecida pelos seus alunos por ser muito organizada e

fazê-los cumprir com seus prazos. Tão sério quanto gerir as administrações de uma prefeitura é a de gerir o trabalho de um indivíduo que será formado e reproduzirá todos os conhecimentos aprendidos e ainda levará a marca de ter sido orientado por alguém, algo que mudará suas perspectivas:

É muito desafiador mesmo, eu fui sentindo isso quando eu comecei a orientação. A responsabilidade que era a pessoa com um tema, com uma expectativa, com anos de vida ali, sob minha orientação, o trabalho final sob minha orientação e eu recém doutoranda eu senti muito isso. Estudava muito assim pra suprir isso eu estudei muito com o aluno (...) e realmente é um grande desafio. Porque na frente, no trato individual com a pessoa, no trato com ela, a vida dela, com a carreira dela, eu acho um desafio grande.

Nem sempre fica claro para nós se o que não atrai as mulheres para os cargos diretivos são algumas relações hierarquicamente autoritárias ou se a auto-exclusão e o desinteresse foram mais importantes. Conhecendo um pouco da estrutura universitária, sabemos que algumas figuras têm uma relação bastante autoritária quando estão frente a esferas políticas, e pelo fato de deterem a força tanto intelectual quanto política, na maioria das vezes elas são respeitadas ora pela capacidade, ora pelo mando e suas decisões acatadas.

O que fica claro para nós é que a questão de gênero muitas vezes se confunde com as questões de poder, e esse é um “vestido dourado” para as análises de gêneros. Deveríamos chegar à exaustão das análises desses discursos para podermos compreender o ponto de intersecção entre as questões de gênero e as relações de poder, e onde auto-exclusão e desinteresse passam a compor essas teorias.

Chegamos ao fim desta discussão sobre a ciência e a administração pensadas como locais onde as mulheres se expõem especialmente e frontalmente a todas as formas de poder arraigadas e onde se mostram suas atitudes de

vanguarda, pois nessas frentes elas se expõem a uma relação mais íntima com a resistência a suas presenças nessas fontes de poder, que se mantêm como um exercício masculino.

Por fim, procurarei, nas considerações finais, fazer um balanço de todos os temas abordados e discorrer sobre a metodologia utilizada nesta dissertação. Mas, antes, gostaria de enfatizar o desejo central deste trabalho, concordando e fazendo coro à afirmação de Londa Schienbinger (2001):

Compreender o gênero no mundo profissional da ciência pode ajudar a cultivar novos comportamentos e a solidificar boas relações entre os sexos no interior de universidades, indústrias, governo e vida doméstica.

Espero ter conseguido, com essa dissertação, lançar uma boa semente para as futuras discussões...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*As mulheres não são nem passivas nem submissas.
A miséria, a opressão, a dominação, por mais reais que sejam,
não bastam para contar a sua história.
Elas estão presentes aqui e acolá.
Elas são diferentes.
Afirmam-se por outras palavras, por outros gestos. (...)
Elas traçam um caminho que seria preciso reencontrar.
Uma história diferente.*

Michelle Perrot

Numa primeira aproximação com o tema, nosso objetivo foi estudar a relação entre gênero e sua contribuição à ciência, através dos discursos das professoras, obtidos por intermédio das entrevistas focadas. Entretanto, foi através das entrevistas que pudemos perceber que havia outros temas de interesse e novas questões apareceram com mais força e relevância: foi nesse percurso que redesenhamos nosso estudo.

O tema central foi mantido – a trajetória das mulheres na academia – mas outras questões ganharam relevo, sobretudo as relacionadas ao trabalho doméstico e ao cuidado dos filhos. Nossos temas começaram partindo das análises de seus papéis tradicionais, na família, na maternidade e no cuidado dos outros, especialmente no espaço privado. Depois, nosso interesse ganha corpo nas narrativas sobre a educação e o trabalho das mulheres, sob todas as suas formas, do doméstico ao assalariado.

Quando a análise girou em torno de como conciliar a vida profissional e a vida familiar, esta dimensão pareceu-nos o espaço dos maiores conflitos de ordem pessoal e que se refletiram, inclusive, na sua vida acadêmica.

Sem exceção, senti por todas as minhas entrevistadas um carinho muito grande e, durante pelo menos cinco meses, ouvi suas vozes e busquei compreender as imagens sugeridas. Eu me apaixonei por todas, cada uma por um motivo especial; e, por todas, pelo carinho e atenção que demonstraram em nossas conversas. São e serão para sempre pessoas especiais.

Essas mulheres que participaram da minha pesquisa, mesmo tendo sofrido influência do *habitus* e suas disposições inerentes, assumiram novos papéis que não eram comuns em suas épocas; assim podem ser tidas como precursoras e modelos dentro de uma área. Esses novos papéis podem ser comprovados, quando tomaram a atitude de deixarem a casa dos pais para estudar em outras cidades, de terem morado sozinhas, casado com idade maior que a média das mulheres de seu tempo e, ainda, produzirem conhecimentos dentro de uma instituição, através de suas pesquisas e suas orientações de teses.

Como são assim especiais, as duas mulheres que embalam meu trabalho: Hipátia e Agnódice, a primeira representando a mulher na ciência e, a segunda, a mulher na medicina. Em ambos os casos, foram exemplos de uma nova mentalidade sobre a inclusão de mulheres dentro da academia.

Minha paixão à parte, cabe destacar que todas as professoras desempenham importante papel na universidade, o de professoras plenas de Pós-Graduação; todas são mulheres que já possuem reconhecimento nacional e internacional e muitas são referências em função do impacto de suas pesquisas e na publicação de artigos.

A proposta de meu trabalho era unir conceitos da sociologia e dos estudos de gênero, enfatizando a importância de compreender a relação entre mulheres e ciência, dentro da Faculdade de Ciências Médicas. Utilizei como marco teórico a *praxiologia* de Pierre Bourdieu, mais precisamente os conceitos de *habitus* e trajetória. Dentro das análises de gênero, a categoria família tem especial destaque, por ser um tema recorrente e centralizador das falas.

Segui um caminho que acredito ser muito acertado. Nossa preocupação principal era compreender a metodologia que tínhamos escolhido e, ainda, fazer com que nosso percurso pudesse estar o tempo todo balizado pelos nossos referenciais.

O primeiro capítulo foi o mais importante e difícil de ser elaborado, pois lidava com o arcabouço metodológico da dissertação. Porém, depois de concluído, todo o restante foi sendo bordado e construído nessa firme estrutura.

O conceito de *habitus*, o primeiro a ser pensado, auxiliou-nos a compreender que a postura física, a prática cotidiana na academia e na vida pessoal das professoras estudadas são estruturas que podem ou não atuar como estruturas estruturantes no sentido de Bourdieu.

O principal mote foi a análise das trajetórias destas professoras, considerando as dimensões dos seus *habitus*, pois assim foi possível discernir melhor as suas manifestações.

As disposições do *habitus* são expressas em determinado espaço social, e para tanto o conceito de trajetória pareceu-nos a melhor maneira de inseri-las dentro de um contexto tanto histórico como econômico e social. A trajetória foi uma maneira de narrarmos seus caminhos de forma objetivada dentro de seus discursos.

Os estudos de gênero compõem a nossa dissertação em dois momentos. As análises de gênero nos proporcionam uma melhor compreensão do *habitus* e da trajetória dessas professoras, pois inclui conceitos que os enriquecem pelo fato desses agentes sociais terem uma peculiaridade: serem mulheres. Somando-se a esse fato, quando decidimos fazer a Análise de Conteúdo esses estudos de gênero nos auxiliaram na análise do material das entrevistas, ao nos fornecerem as principais categorias nucleadoras, dispensando a necessidade de reinventarmos novas. Gênero, *habitus* e trajetória tornaram-se uma metodologia precisa nessa análise.

O uso das entrevistas focadas de Merton foi uma técnica que muito nos auxiliou nesse trabalho, primeiro porque elas oferecem um caminho lógico e claro sobre o que queremos obter com os conteúdos da entrevista e, segundo, porque nos deixa relativamente livres – tanto o entrevistador quanto o entrevistado – para seguirmos o curso do desconhecido. Ou seja, permite ao entrevistado fornecer informações que não tínhamos e ainda expressar uma consciência reflexiva, narrando os fatos que lhe aconteceram e reinterpretando as situações vividas, as opções escolhidas e os seus juízos de valor sobre as suas experiências. Para o entrevistador, permite mudar o rumo das entrevistas sem alterar o núcleo da investigação. Muitas vezes, senti-me desamparada frente à riqueza de dados e, por muitas vezes, extática e estupefata com a confiança que algumas mulheres faziam de suas trajetórias. Nesses momentos, deixava a conversa seguir o rumo imprevisto e, depois, retomava o roteiro.

Exatamente por estarmos embasadas nesses referenciais, as análises puderam ser realizadas com segurança e de forma sistemática. Esperava-se, a princípio, compreender se as mulheres dentro de uma academia estariam

contribuindo para um saber diferente daquele até então realizado pelos homens. Ainda, se essa universidade estaria preparada para receber o trabalho feminino e se as mulheres estariam engajadas e organizadas para mudar as questões que as impediriam de obter as mesmas condições de trabalho que os homens dentro da Instituição e, finalmente, se os postos mais prestigiosos estariam acessíveis a elas. Entretanto, era preciso primeiro compreender os condicionamentos sociais e a maneira como foi o ingresso das mulheres na universidade: seus *habitus* e suas trajetórias, para depois elucidar-se essa questão mais ampla.

Para um trabalho mais completo, as análises deveriam acompanhar as opiniões dos homens que ocupam os mesmos espaços que as mulheres, como foi feito no estudo sobre as mulheres pesquisadoras do CNRS na França (Queiroz, 1982), conforme resenha sobre o trabalho *La Recherche des femmes (enquête, réflexions sur les femmes chercheurs au CNRS)*. Esse estudo realizado por mulheres pertencentes ao sindicato, além de considerar as diferenças e semelhanças entre os trabalhos realizados por pesquisadores homens e mulheres, ainda busca propostas para composição de outros contornos entre vida privada e profissional. Essa reflexão dentro de uma escola médica seria interessante, e inclusive poderia reforçar ou não a hipótese de que a opção por ter filhos tolheria a carreira de pesquisadora.

Sobre a época do ingresso dessas mulheres dentro da Escola Médica, dois fatos chamaram minha atenção. Primeiro, foi relatarmos ter ouvido que elas ocupavam o “lugar de homens”, ou seja, que não iriam concluir seus estudos e, especialmente, que estavam somente à procura de maridos; depois de encontrá-los, desistiriam de suas carreiras, quer por incompetência para terminar seus estudos, quer por dificuldades em conciliar o trabalho doméstico com a vida profissional. Essa postura não seria tão grave se pertencesse somente ao passado e fosse adotada por um professor nos anos sessenta. O que me trouxe tristeza foi saber que um aluno de medicina, há dois anos atrás (2005), dizia a mesma coisa. Esse segundo fato demonstra a permanência do preconceito. Por isso, buscamos na literatura as mulheres que dentro da área médica contribuíram para estudos que são referência até os dias de hoje.

As mulheres desistem da profissão por diferentes motivos, assim como os homens, mas o importante é tentar entender até que ponto essas desistências são motivadas por fatores específicos do gênero feminino, como um reflexo de sua posição política e social dentro da sociedade.

Todas as mulheres que entrevistamos pertencem à classe média e seus pais não eram médicos. Por pertencerem a essa classe, podemos pressupor que naturalmente seriam levadas a fazer uma universidade e a dedicar-se a uma profissão como forma de manter o *status* ou mesmo ascender socialmente. Para as professoras, o fato de pertencerem à classe média proporcionou a possibilidade de estudar e de pertencerem a ambientes familiares bem menos preconceituosos com relação a suas escolhas profissionais. Para nós, esse foi o motivo de obterem êxito em suas empreitadas de continuar os estudos. O pertencimento à classe média foi um fator determinante, pois estavam em um meio social que estimulava tanto o conhecimento intelectual como os meios financeiros para mantê-los.

A Unicamp foi a universidade escolhida por todas essas mulheres, quer seja para fazer seus estudos, ou, ainda, para trabalharem como professoras. Todas receberam propostas de outras instituições, mas acreditavam na inovação, pois a Unicamp era uma instituição que iniciava sua implementação; por conseguinte, elas teriam maiores possibilidades de desenvolvimento de suas pesquisas e projetos e não seriam enquadradas em esquemas anteriormente determinados.

Quando perguntávamos se ser mulher teria ou não dificultado suas vidas profissionais, sempre obtínhamos como resposta a negativa. Todas afirmavam a princípio que isto em nada teria dificultado suas carreiras.

Mas alguns discursos causaram-nos incômodo: quando perguntávamos sobre o exercício do poder dentro de seus departamentos, percebemos que ele é mais “natural” quando exercido por um homem e mais constrangedor quando o é por uma mulher. Pareceu-nos que a hierarquia, e aqui compreendemos a obediência a ordens de um superior, é mais bem aceita quando um homem está

no comando, ou seja, em relação à mulher comandar ainda é uma questão de gênero masculino; o diálogo e a discussão em conjunto seriam características mais femininas.

Com relação ao que seria “ser feminina”, constatamos que não existe um discurso único. Cada professora apresentou argumentos e definições para essa condição. Algumas acreditam que ser feminina está na maneira como concebem e lidam com seus corpos, a forma como cuidam dele e se comportam. Essa representação social transpirou tanto em discursos que nos contavam sobre o tempo necessário para freqüentar os salões de beleza como quando discorriam sobre alguns traços masculinos adotados, por exemplo, cortando e prendendo seus cabelos, ou usando roupas largas quando queriam passar despercebidas dos olhares mais intensos ou do preconceito tanto de homens quanto das próprias mulheres. Cuidar ou não da casa, cozinhar ou acreditar que estar na cozinha é perda de tempo, usar saias ou calças também fazem parte das representações do que é o feminino. Cada uma das entrevistadas utilizou, nas situações, determinados artifícios, acreditando nunca perderem sua feminilidade, apesar de assumirem, às vezes, posições contraditórias.

Elas afirmam e acreditam terem competido com os homens em pé de igualdade; apenas ressaltam que, em função dos filhos, diminuíram um pouco suas rotinas profissionais. Porém, quando procuramos aprofundar o tema, fomos percebendo a quantidade de “exclusões” e “auto-exclusões” que foram sendo mencionadas, porque se dedicavam à profissão ou aos filhos.

O que chamou muito a atenção foi a família ser referida em diversos momentos. Essa categoria foi tematizada em diferentes momentos, mas em todas as entrevistas foi recorrente. Mesmo quando nos contavam sobre suas vidas profissionais, espontaneamente discorriam sobre suas relações com filhos, maridos e pais; assuntos todo o tempo enfatizados, ora como fator de estímulo, ora como fator de recuo nas decisões que estavam tomando.

Nenhuma de nossas entrevistadas é solteira; assim, não podemos avançar nenhuma análise sobre como seria diferente caso a mulher tivesse feito a opção por não se casar. Da mesma forma, todas são mães e não entrevistei nenhuma mulher sem filhos. Acreditamos que uma continuação da pesquisa com mulheres solteiras ou sem filhos enriqueceria muito uma análise de gênero e facilitaria a compreensão do universo feminino e masculino da Unicamp.

Uma das hipóteses deste trabalho foi verificar se as professoras sinalizariam para um novo estilo de vida e estariam mais liberadas para um maior convívio no lar, junto à família, partilhando tarefas domésticas de forma igualitária e dedicando-se por mais tempo às atividades criativas e de lazer.

Esperávamos encontrar, nas práticas das mulheres que fizeram a opção pelo casamento e filhos, novas propostas de arranjo familiar, ou seja, assumíamos o pressuposto de que, em suas relações com marido e filhos, algo tivesse mudado. Apenas duas entrevistadas contaram que os maridos ou outros parentes tinham assumido os afazeres domésticos; uma nos conta que isso aconteceu só quando os filhos já eram mais crescidos e já não precisavam tanto de cuidados; e a outra, que seu marido assumiu a casa e os filhos e isso fez com que ela pudesse dedicar-se com mais intensidade a sua profissão.

Em todos os outros relatos de vida, elas assumiram as responsabilidades com a família, inclusive tendo que responder a cobranças em seus lares, acerca de suas “ausências”. Mesmo que não fossem cobradas, as tarefas domésticas não eram realizadas quando não estavam em casa e elas eram aguardadas para resolvê-las.

Mesmo quando as mulheres dizem que não têm orientado suas práticas, segundo o discurso tradicional materno, e, na grande maioria, seus parceiros já não seguem o que foi vivenciado com seus pais, ainda percebemos que essas mudanças parecem, de certo modo, ser mais expressivas no plano das idéias do que na prática cotidiana. As mudanças de comportamento expressas no discurso das mulheres soam muitas vezes contraditórias com o que observamos na prática cotidiana das relações parentais.

Compreendemos e constatamos que o diálogo e as negociações são mais presentes e constantes entre as professoras e seus companheiros e as mudanças começam a se estabelecer de forma consistente. Assim, mesmo não se percebendo estruturalmente uma nova concepção de família, pudemos perceber que as discussões sobre os papéis de gênero masculino e feminino no que diz respeito às responsabilidades familiares entraram na agenda e na pauta de discussão entre os casais.

Entretanto, há um fator pouco desenvolvido na análise desta questão: até que ponto as mulheres afastam os homens da participação nas atividades ditas “femininas”? Assumindo para si as tarefas e as responsabilidades, a mulher também encara esse espaço social como seu e de seu controle, não abrindo mão do direito de exercer seu mando nesse universo específico. Nele ela exerce, sem dúvida nenhuma, o poder, e ali se disputam e se regram os conflitos. Com essa atitude, a mulher impede e desestimula a participação e o investimento dos homens nessas tarefas e responsabilidades.

A maternidade ainda é um assunto de mulher. Nesse caso, ficou difícil encontrar relatos nos quais não se enfatizasse que a responsabilidade pelos filhos ainda faz parte de um universo feminino. A essa conclusão podemos chegar, tendo em vista que todas concordaram ao dizer que, quando tiveram seus filhos, a sua produção tornou-se diferente. Mesmo quando nos contam que nessa época conseguiram escrever suas dissertações ou pôr em ordem sua leitura e sua vida acadêmica, ainda assim transparece a sensação de que perderam para os homens.

A idéia mais comum e ainda prevalente é que a mãe pressente quando alguma coisa não está bem com seus filhos, e esta idéia é uma construção social e um preconceito, pois quem cuida – independentemente do sexo – sente o que está acontecendo com o outro. Seguindo esse raciocínio, a construção social da maternidade também favoreceria a menor participação masculina no cotidiano familiar.

Esse cotidiano deveria também ser repensado em função de uma nova divisão de tarefas, na qual se aceitasse um novo lugar para o homem na vida familiar. Os meios de comunicação, a distribuição de renda, as escolas e a família, ou seja, as relações sociais e econômicas, as instituições, os valores e a ideologia atuam diretamente na viabilização do cuidado com os filhos pelas mulheres e não pelos homens.

As tarefas domésticas parecem geralmente gerar conflitos na convivência cotidiana, que podem não se resolver facilmente. Os casos mais agudos estão entre os que não conseguem empregadas domésticas eficazes que dêem conta de todos os serviços em tempo integral.

Eis aí um grande dilema das professoras: algumas, quando retornaram para suas atividades cotidianas, após terem tido seus filhos, recusaram propostas e viagens para poderem dedicar-se mais a eles. Outras aceitaram essas propostas. Todas ouviram que relegavam a um segundo plano seus filhos ou seu trabalho. Essa constatação não pôde ser analisada somente como uma barreira real e concreta sob o ponto de vista acadêmico e segundo os padrões de pesquisa atuais, mas também como um grande dilema pessoal, afetivo, social e psicológico pelo qual elas passaram, com todo o grau de sofrimento e de culpa a ele associado, acrescidos ainda pelos resultados da escolha feita com os quais elas têm que conviver.

Outro fator que muito nos intrigou, foi a quantidade de tempo que as mulheres trabalham. Segundo estudos citados anteriormente, muito mais que os homens; dentro dessa profissão, na qual sempre se leva serviço para casa, esse tempo ainda pode ser maior.

As professoras acreditam que não produziram mais em função do tempo (sempre era escasso), ou seja, elas têm a sensação de sempre estar devendo atividades e em atraso, mesmo trabalhando muito mais do que seria o ideal.

Pode-se argumentar que o problema talvez seja o tipo de profissão que escolheram. O modelo de trabalho acadêmico faz com que os professores, e aqui tanto faz serem homens ou mulheres, sejam sujeitos a uma grande quantidade de trabalho. É importante e interessante questionarmos o tipo de trabalho em si mesmo e não as diferenças que ele apresenta em homens e mulheres. Poderíamos concluir que as mulheres talvez não queiram, não gostem e não possam trabalhar longas horas na universidade e que o “modelo de carreira acadêmica” por vezes é inadequado tanto para os homens como para as mulheres.

Quanto à orientação, todas disseram que não havia diferenças em orientar homens e mulheres, porém em alguns momentos da carreira preferiram um ou outro sexo.

Entretanto, dois elementos nos chamaram a atenção. O primeiro, quando falam da desconfiança das namoradas ou esposas de seus orientandos sobre o tempo que passavam juntos, e, sobretudo, pelo tipo de relacionamento que normalmente se desenvolve com o orientador. E outro, quando as professoras comentaram sobre algumas mulheres que, hoje em dia, querem fazer mestrado ou doutorado e são preteridas, considerando que, quando engravidam, precisam de um tempo para conseguir se reorganizar.

Esse tema é muito sério e deveria ser tratado de forma política ou de forma coletiva, como, por exemplo, utilizando o poder político que essas professoras detêm dentro da universidade para reverter essa situação, não aceitando os cânones atuais da pesquisa e negando essa postura arcaica de preterir as mulheres. Essa opção lhes seria possível, pois fazem parte da estrutura universitária. Talvez, hoje em dia, as professoras possam compreender melhor e, quiçá, procurar promover dentro da universidade possibilidades para que as mulheres não sejam forçadas a desistir de suas carreiras, em especial através de sua mobilização em torno dessas discussões das condições de trabalho como prazos, atividades acadêmicas, excesso de trabalho, etc.

Um ponto candente no que diz respeito, sobretudo, à Pós-Graduação é a existência de creches. Seria interessante podermos reiniciar discussões sobre a necessidade de espaços onde alunas de graduação e de Pós-Graduação pudessem valer-se de direitos constitucionais e tivessem espaços para deixar seus filhos enquanto assistem aulas e participam de reuniões com orientadores ou, ainda, desenvolvem atividades dentro de laboratórios. Mais do que importante, a creche deveria fazer parte de um direito legal e de fato.

Na minha turma da Pós-Graduação em saúde coletiva, uma colega, para não desistir do curso e assistir às aulas, trazia seu filho lactente, expondo-o ao convívio com adultos e, em alguns casos, a lugares insalubres. Mesmo que já existam creches, o atendimento e seu uso deveriam ser universais durante um horário expandido.

A substituição no trabalho doméstico por outras profissionais, principalmente as empregadas domésticas, não resolveu o problemas dos trabalhos em casa, para a grande maioria das professoras. Mesmo contando com o apoio de empregadas domésticas, a dedicação das mulheres dentro de suas casas não foi profundamente alterada. Existe uma frase comum nos discursos das pessoas que afirmam que “algumas mulheres reclamam, mas têm empregadas”. Mas a questão não é tão simples, pois o trabalho doméstico não se resume às atividades em si, mas também no gerenciamento desse processo e no cuidado afetivo e emocional dos filhos (e muitas vezes do marido).

Para se obter uma empregada, primeiro é necessário contratá-la, depois ensinar a forma como o serviço deve ser realizado e, sobretudo, os horários e dias para sua realização. Qualquer problema quanto ao serviço que elas prestam, é reportado à “patroa”, para que ela o resolva. As mulheres, na maioria, relataram que qualquer problema referente às empregadas era por elas resolvido.

Parece fazer parte do senso comum que quando as mulheres começam a ocupar determinados postos, isso significa que eles não têm mais o mesmo prestígio ou a mesma remuneração. Nessa direção, Braverman (1981)

demonstrou que a degradação do trabalho no capitalismo moderno acaba por atrair primeiramente as mulheres para funções mal remuneradas ou desprestigiadas, principalmente nos ramos industriais. Perrot conta em seu livro “Os excluídos da história” que o discurso do final do século XVIII enfatizava a idéia de que a feminização da monarquia era a marca de sua decadência.

Acreditamos que a ciência é feita igualmente por homens e mulheres; dependendo das condições políticas, históricas e econômicas, a mulher assume determinadas posturas. Ou seja, as relações de poder atravessam as relações entre homens e mulheres que produzem a ciência. Os novos paradigmas normalmente são vistos como afrontas ao grupo que desfruta do prestígio e nesse momento são comuns os conflitos nos quais a condição feminina poderá ou não pesar, dependendo de como está sendo encaminhada a peleja. As mulheres, dentro de uma academia, representam um movimento de vanguarda desde o início do século XIX. Algumas eram proibidas de assistir determinadas aulas sobre anatomia masculina. Porém, para discernir entre lutas concorrenciais e de gênero seria necessário um estudo mais aprofundado e de fôlego em algum momento futuro. Por ora, ficamos satisfeitos em apresentar nossas primeiras impressões.

Seria relevante uma análise mais aprofundada que levasse em consideração o ano de ingresso das professoras na universidade e os grupos então formados, considerando que foram diferentes períodos e representaram diferentes momentos da universidade. Poderíamos, assim, analisá-las através de gerações, com problemas e desafios peculiares e particulares a cada grupo.

Todas as professoras disseram que, dentro da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, não se sentiram discriminadas ou preteridas porque eram mulheres. Acreditam que foram tratadas com igualdade por todos os colegas de profissão.

A despeito dessa afirmação inicial, muitos deslocamentos e passagens dos relatos de vida deixaram-nos instigados. Muitos discursos eram em torno de dificuldades que elas haviam enfrentado ou ainda enfrentam: tinham problemas

domésticos para resolver, muitas vezes os jalecos eram muito maiores que seus corpos, os cabelos eram presos, davam “botinadas”, falavam alto, utilizaram a licença maternidade para escrever teses e colocar em dia trabalhos, ouviram que abandonavam seus filhos ou largavam alunos e pacientes, perceberam alguns professores “vigiando” seus trabalhos e que esses mesmos professores lastimavam o fato de uma mulher ter passado em primeiro lugar num concurso público, recusaram convites em universidades no exterior, pois seus maridos não as acompanhariam.... E por aí poderíamos continuar nossa lista.

O que gostaríamos de compreender é se esses problemas também foram enfrentados pelos homens e, então, seriam problemas da própria estrutura universitária e do tipo de carreira que decidiram seguir? Se o problema é da estrutura, então os homens também teriam passado por esses mesmos entraves ou dificuldades dentro de uma carreira concorrida e de ponta.

Quanto à ciência em si, constatamos que para as mulheres ela é uma atividade prática e sempre está relacionada com o bem-estar das pessoas. A ciência demanda do pesquisador que esteja aberto a novos conceitos e, sobretudo é um método adequado para responder perguntas.

As entrevistadas assumiram, muitas vezes, uma atitude “mais agressiva que o homem”. E o mais interessante é que elas se sentem discriminadas pelas mulheres por terem uma atitude assim.

Seria verdade, então, que a ciência é a mesma se feita por homens ou por mulheres? Mesmo quando atuavam em novas áreas que se instalavam, áreas mais politizadas como a saúde coletiva e pretensamente mais ‘democrática’, elas foram preteridas para “cargos de mando”.

Logo, ou a ciência é uma terra de ninguém, onde os indivíduos se enfrentam e os problemas de agressividade, concorrência, disputas radicais, são universais e iguais para todos, ou, então, o fato de ser mulher agrava ainda mais essas dificuldades já existentes. Uma resposta satisfatória demandaria uma

análise longa e aprofundada, inclusive levando em consideração a possibilidade de serem realizadas pesquisas quantitativas, nas quais levantássemos numericamente a produção intelectual, os registros de patente, a idade das pesquisadoras e o tempo que elas demoraram para concluir seus estudos, dentre outras questões que surgiram ao longo de nossa investigação.

As mulheres apontam que possuem reconhecidas características dentro do espaço científico, diferenciadas e que as habilitam para tarefas específicas. Algumas características pessoais e sociais sobre como tratar as pessoas e lidar com os outros, sintetizadas no *care*, são vistas como tipicamente femininas, mas acreditamos que elas fazem parte do desempenho de um bom profissional em geral. Tanto homens como mulheres estão capacitados a desempenhar importantes papéis sociais, utilizando as mesmas posturas; mais ainda, para alguns papéis sociais importantes essas capacidades ditas femininas são fundamentais, como na área da saúde. Todas as entrevistadas concordaram ao dizer que, para ser um bom profissional, é indispensável, antes de tudo, honestidade. Essa posição foi unânime; ao tratar de pessoas normalmente fragilizadas, ou, ainda, que, ao tentar descobrir novas formas para tornar a vida dessas pessoas mais saudável, é preciso muita honestidade.

Para nós, um assunto não compreendido foi sobre os cargos diretivos dentro da academia e por que as professoras declararam enfaticamente não se interessar pelos postos diretivos. Muitas usaram expressões que exprimiram aversão pelos cargos administrativos como “jamais quis”, “dei graças a Deus quando terminou”, “Deus me livre”, “tenho h-o-r-r-o-r”, “imagine”, “nem pensar”. O que chamou a nossa atenção foi mostrarem uma forte reação através das expressões usadas.

Somente três disseram ter gostado da experiência, uma, inclusive, candidatou-se a um cargo de direção e foi muito bem votada. Quanto às outras duas: uma está à frente de um departamento e sente-se “confortável” nesse lugar, pois conta com a ajuda de um outro profissional para resolverem os problemas e a outra achou muito interessante esse momento.

Esse é um elemento muito pouco estudado e, no entanto, fundamental é a função de administrar a própria instituição, como os departamentos, faculdades, o hospital-escola ou outras instâncias. Não existem organogramas muito claros, nem leis específicas que regem essa função. Ela não é exercida por um profissional administrador, não tem os mesmos parâmetros do conhecimento necessário à função de professor, os profissionais não são nem nunca foram treinados para essa atividade, mas, ao mesmo tempo, exige-se que os professores se revezem na função, por algum período, pelo menos uma vez em sua carreira.

Por fim, acreditamos ter constatado uma característica comum e freqüente nos discursos analisados, que apontam nas trajetórias dessas mulheres um componente de ousadia e persistência que chamamos de *Síndrome de Ester*. Ester, personagem bíblico, tornou-se rainha por ter se casado com o rei da Pérsia; porém o primeiro ministro Hamã elabora um plano para exterminar os judeus do reino. Ela teve o livre arbítrio de escolher entre ficar quieta e defender sua própria vida, ou assumir que era judia e defender seu povo. Acreditou em seus ideais e na sua crença e decidiu-se por eles; venceu as lutas e até hoje é lembrada na Festa de Purim (“pur”, significa sorte).

Esta síndrome representa a possibilidade de escolha e a predileção pelo caminho novo, onde se investe mais na inovação, no desafio e no diferente, de forma mais ou menos consciente e com a sensação de absoluta certeza e necessidade, mesmo que essa opção venha trazer sérias conseqüências. Representa a antítese das dificuldades imaginárias ou reais que impedem as mulheres de atingir lugares não ‘propícios’ ou feitos sob medida para o perfil masculino. As professoras decidiram que seus ideais também eram fortes e se eles fossem realizados muitas outras se beneficiariam.

Para finalizar, o objetivo de nosso trabalho não foi descrever um *mea culpa* coletivo, mas de tentar abordar aquilo que os historiadores da ciência afirmaram muitas vezes: as mudanças ideológicas têm conseqüências sobre os interesses científicos e acreditamos estar vivendo um momento de transição

dentro da sociedade como um todo e na família em particular. Todas as “minhas mulheres” passaram por todas as etapas que marcam o destino feminino, estavam seguras o suficiente para investirem suas vidas nessas profissões e para continuar agindo de acordo com seus ideais. Não eram ‘mulher na aparência, homem pelo espírito’, como a historiadora Elizabeth Badinter (2003: 87) transcreve a forma como Voltaire descrevia Madame du Châtelet. Mas as professoras certamente tinham as três principais características desta mulher que se tornara uma estudante de física obcecada por seus achados e pelas teorias de Newton, que traduziu para o francês, entre outros estudos: o ímpeto, o desprezo aos preconceitos sexistas e uma prodigiosa capacidade intelectual.

Mesmo sendo difícil finalizar, pois não gostaria de me despedir desse trabalho, a imagem que permanece em minha mente é a escultura de Barrias, a mulher que tranqüila e decididamente se desvela para a ciência, e, nesse estudo, através de suas vozes!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Badinter, Elizabeth. *Émilie, Émilie: a ambição feminina no século XVIII*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

Bardin, Laurence. *A Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.

Beauvoir, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v.1, 1980.

Ben-David, Joseph. Introdução. In: UNESCO (Org.) *Sociologia da Ciência*. São Paulo: FGV, 1970.

Born, Claudia. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. *Sociologias*, v.3, n.5, jan-jun. 2001.

Bourdieu, Pierre. *Sociologie de l'Algérie*. Paris: PUF, 1961.

Bourdieu, Pierre. Le champ scientifique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v.2-3, juin, p.88-104. 1976.

Bourdieu, Pierre. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Minuit, 1979. (Le sens commun).

Bourdieu, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Minuit, 1980.

Bourdieu, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

Bourdieu, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia das Letras, 1996a.

Bourdieu, Pierre. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: Lopes, Marta, Meyere, Dagmar et al (Orgs.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996b.

Bourdieu, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996c.

Bourdieu, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1998.

Bourdieu, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

Bourdieu, Pierre. Le bal des célibataires: crise de la société paysanne en Béarn. Paris: Seuil, 2002.

Braverman, Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Bruschini, Cristina. Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher (1975-1985). In: Carvalho, Nanci Valadares (Org.) A condição feminina. São Paulo: Vértice, 1988.

Bruschini, Cristina. Uma abordagem sociológica da família. Revista Brasileira de Estudos de População, v.6, n.1, Jan/Jun, p.1-23. 1989.

Bruschini, Cristina. Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas. São Paulo: Fund. Carlos Chagas/Vértice, 1990.

Bruschini, Cristina. Mulher e mundo do trabalho: ponto de vista sociológico. In: Brandão, MLR e Bingemer, MCL (Orgs.). Mulher e relação de gênero. São Paulo: Loyola, 1994a.

Bruschini, Cristina. O trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes. In: Saffioti, Heleieth I.B. e Muñoz-Vargas, Monica (Orgs.). Mulher Brasileira é assim. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1994b.

Capra, Fritjof. O ponto de mutação. São Paulo: Cultrix, 1998.

Chodorow, Nancy. Estrutura familiar e personalidade feminina. In: Rosaldo, Michele Zimbalist e Lamphere, Louise (Orgs.). A mulher, a cultura e a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Citeli, Maria Teresa. Mulheres na ciência: mapeando campos de estudo. Cadernos Pagu, v.15, n.Gênero, ciências, história. 2000.

Costa, Albertina de Oliveira. O campo de estudos da mulher no Brasil - período de formação. In: Brandão, MLR e Bingemer, MCL (Orgs.). Mulher e relação de gênero. São Paulo: Loyola, 1995.

Costa, Jurandir Freire. Ordem Médica e Norma Familiar. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

Dedecca, Cláudio Salvadori. Tempo, trabalho e gênero. In: Costa, Ana Alice e Oliveira, Eleonora de (Orgs.). Reconfiguração das relações de gênero no trabalho. São Paulo: CUT, 2004.

Ferreira, António Gomes. Dicionário de Latim-Português. Porto: Porto Editora, 1997.

Fonseca, Neide Aparecida. Ética, direitos e relação de gênero no trabalho: a recriação do sentido do trabalho do ponto de vista dos direitos humanos. In: Costa, Ana Alice, Oliveira, Eleonora Menicuci de et al (Orgs.). Reconfiguração das relações de gênero no trabalho. São Paulo: CUT Brasil, 2004.

Fox, Renée C. The sociology of medicine: a participant observer's view. New Jersey: Prentice Hall, 1989.

Goldenberg, Paulete. Repensando a desnutrição como questão social. São Paulo: Cortez, 1988.

Hirata, Helena Sumiko. Nova divisão sexual do trabalho? um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

Hirata, Helena Sumiko. Tecnologia, formação profissional e relações de gênero no trabalho. Revista Educação e Tecnologia, v.6, maio. 2003.

Hirata, Helena Sumiko. O universo do trabalho e da cidadania das mulheres: um olhar do feminismo e do sindicalismo. In: Costa, Ana Alice, Oliveira, Eleonora Menicucci de et al (Orgs.). Reconfiguração das relações de gênero no trabalho. São Paulo: CUT, 2004.

Hobsbawm, Eric J. Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

Holanda, Aurélio Buarque de. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 1986.

Jaisson, Marie. Les Lieux de l'art: études sur la structure sociale du milieu médical dans une ville universitaire de province. (Doutorado). EHESS Paris, 1995.

Jaisson, Marie. El aprendizaje social y la condición humana. Empiria, v.4, p.11-41. 2001.

Loyola, Maria Andréa e Abujamra, Márcia. A divisão sexual do trabalho doméstico. Cadernos CEBRAP, v.4. 1985.

Machado, Lia Zanotta. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: Costa, Albertina de Oliveira e Bruschini, Cristina (Orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

Machado, Maria Helena. Os Médicos no Brasil: um retrato da realidade. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

Martin, Steven, Arnold, Robert e Parker, Ruth. Gender and Medical Socialization. Journal of Health and Social Behavior, v.29, p.333-343. 1988.

Martínez López, Cándida. Las mujeres en el mundo antiguo: una nueva perspectiva para reinterpretar las sociedades antiguas. In: Mampaso, M. José Rodríguez, Blanco, Esther Hidalgo et al (Orgs.). Roles sexuales: la mujer em la historia y la cultura. Madrid: Ediciones Clásicas, 1994.

Melo, Hildete Pereira de, Considera, Cláudio Monteiro e Di Sabbato, Alberto. Os afazeres domésticos contam. Textos para discussão UFF, v.177, set. 2005.

Melo, Hildete Pereira de e Lastres, Helena Martins. Folha de São Paulo. 2006.

Merton, Robert King. A ciência e a estrutura social democrática. In: _____. (Org.) Sociologia: teoria e estrutura. São Paulo: Mestre Jou, 1970a.

- Merton, Robert King. Sociologia: teoria e estrutura. São Paulo: Mestre Jou, 1970b.
- Merton, Robert King, Fiske, Marjorie e Kendall, Patricia L. The Focused Interview: a manual of problems and procedures. Glencoe, Illinois: The Free Press, 1956.
- Minayo, Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2004.
- Montagner, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. Sociologias, n.17. 2007.
- Nietzsche, Friedrich Wilhelm. Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- Nobre, Miriam. Trabalho doméstico e emprego doméstico. In: Costa, Ana Alice, Oliveira, Eleonora Menicucci de et al (Orgs.). reconfiguração das relações de gênero no trabalho. São Paulo: CUT, 2004.
- Nunes, Everardo Duarte. A medicina como profissão: contribuição ao estudo da escolha ocupacional entre estudantes de medicina. (Doutorado). Departamento de Medicina Preventiva e Social, UNICAMP, Campinas, 1976. 369 p.
- Nunes, Everardo Duarte. Ciências Sociais em Saúde: panorama geral. In: Goldenberg, Paulete, Marsiglia, Regina Maria Giffoni et al (Orgs.). O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.
- Palmen, Sueli Helena de Camargo. A implementação de creches nas universidades públicas estaduais paulistas: Usp, Unicamp, Unesp. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2005.
- Perrot, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- Perrot, Michelle. História das mulheres no Ocidente. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

Perrot, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Bauru: Edusc, 2005.

Puppim, Andréa. Mulheres em cargos de comando. In: Bruschini, Cristina e Sorj, Bila (Orgs.). Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1994.

Queiroz, Maria Isaura Pereira. Mulheres pesquisadoras. ciência e cultura, v.34, n.3, p.436-437. 1982.

Rago, Elisabeth Juliska. Médicas brasileiras no século XIX. Cadernos Pagu, v.15, p.199-225. 2000.

Rocher, Guy. Talcott Parsons e a Sociologia Americana. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

Rohden, Fabíola. Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

Saffioti, Heleieth. Posfácio: conceituando gênero. In: Saffioti, Heleieth e Muñoz-Vargas, Monica (Orgs.). Mulher Brasileira é assim. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1994.

Saffioti, Heleieth Iara Bongiovani. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

Saffioti, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero e patriarcado: violência contra mulheres. In: Venturi, Gustavo, Marisol, Recamán et al (Orgs.). A mulher brasileira nos espaços público e privado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

Saffioti, Heleieth Iara Bongiovani. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. Lutas Sociais, v.2. 1997.

Sarti, Cynthia. Trabalho feminino: de olho na literatura. Literatura Econômica - IPEA, v.7, p.93-116. 1985.

SBPC. Cientistas do Brasil: depoimentos. São Paulo: SBPC, 1998.

Scavone, Lucila. Das diferenças às desigualdades: reflexão sobre o conceito de saúde reprodutiva nas ciências sociais. In: Goldenberg, Paulete, Marsiglia, Regina Maria Giffoni et al (Orgs.). O clássico e o novo: tendência, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

Schienbinger, Londa. O feminismo mudou a ciência? Bauru: Edusc, 2001.

Scott, Joan Wallach. Genre:une catégorie utile d'analyse historique. Les cahiers du Grif, printemps, p.125-153. 1988.

Scott, Joan Wallach. El problema de la invisibilidad. In: Escandón, Carmen Ramos (Org.) Género e historia: la historiografía sobre la mujer. México: Antologías Universitarias, 1992.

Scott, Joan Wallach. Prefácio à Gender and Politics of History. Cadernos PAGU, n.3, p.25-26. 1994.

Sócrates, o Escolástico. A Vida de Hipátia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org>. Acesso em: 06/04/2006.

Tabak, Fanny. O laboratório de Pandora: estudos sobre a ciência no feminino. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

Tecnologia, Ministério da Ciência e. Espinhos. Comunicação Especial. 2003 Disponível em: <http://www.mct.gov.br/comunicações>. Acesso em: 10/09/2003.

Tosi, Lucia. Mulher e ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna. Cadernos Pagu, v.10. 1998.

Unicamp. Catálogo dos Cursos de Pós-Graduação 2005 stricto sensu: Faculdade de Ciências Médicas. Campinas: UNICAMP, 2005.

Vaitsman, Jeni. Biologia e história (ou, por que a igualdade é possível). In: Labra, Maria Eliana (Org.) Mulher, saúde e sociedade no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

Vaitsman, Jeni. Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em condições pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

Velho, Léa e León, Elena. A construção social da produção científica por mulheres. Cadernos Pagu, n.10, p.309-344. 1998.

Weber, Max. Economia e Sociedade. Brasília: UnB, v.I, 1994.

APÊNDICES

Consentimento Livre e Esclarecido Para a Pesquisa

Projeto: Mulheres e trajetórias na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas

Objetivo: Analisar, compreender e relacionar a questão de gênero com o universo social de uma organização consagrada internacionalmente dentro do campo científico, através do estudo das trajetórias profissionais de mulheres pesquisadoras. Esperamos contribuir para trazer à luz a importância das mulheres no campo da ciência, sobretudo nas últimas décadas na área da saúde.

Procedimento: Entrevista realizada com as professoras doutoras.

Pesquisadores: Mestranda Maria Inez Montagner - FCM/DMPS F: 32290731.

Prof. Dr. Everardo Duarte Nunes - FCM/DMPS F: 37888036.

O pesquisador responsabiliza-se pelo caráter confidencial das informações, de maneira que a identidade da entrevistada não seja exposta nas conclusões do trabalho. Os dados individuais serão analisados no conjunto dos resultados. Os dados individuais somente poderão ser divulgados sob expresse consentimento da entrevistada, através da assinatura de um termo específico.

A entrevistada poderá abandonar a qualquer tempo, ou negar-se a continuar respondendo a entrevista, a seu critério.

Autorizo o uso das informações prestadas no questionário para fins acadêmicos.

Nome

Assinatura

ADENDO

Autorizo a divulgação dos dados obtidos com a citação explícita de meu nome como pesquisadora, resguardando informações íntimas e de caráter pessoal.

Assinatura

Em caso de dúvidas, contatar Comitê de Ética em Pesquisa da FCM-UNICAMP. Fone: 3788-8936.

Roteiro de Entrevista Focada

Entrevista número:

Local e data:

Entrevistada:

Depto:

Núcleo 1- Dados pessoais e socioeconômicos.

Nome:

Data de Nascimento:

Local de Nascimento:

Estado civil:

Número de filhos:

Profissão dos pais:

Como a senhora classificaria a origem social de sua família?

Como foram custeados os seus estudos?

Qual a sua formação básica?

Conte-me sobre sua trajetória acadêmica: especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado.

Núcleo 2- Motivos de escolha da profissão.

Quando a senhora se decidiu pela sua carreira?

Quais as pessoas que influenciaram nessa escolha?

A senhora sente-se realizada dentro da sua área de atuação? Tem vontade ou trocaria por outra área?

Essa escolha interferiu/interfere em outros interesses intelectuais, artísticos, religiosos, filosóficos, políticos etc?

Núcleo 3- Trajetória dentro do campo da saúde - tempo, espaço, posição, dificuldades encontradas.

Por que a senhora escolheu a Unicamp como local de trabalho? A sua situação familiar interferiu na escolha da Unicamp?

Como a senhora ingressou na Unicamp? Em qual grupo a senhora se inseriu? Quando a senhora entrou na Unicamp quais eram seus objetivos (docência, pesquisa)?

A senhora sente-se reconhecida profissionalmente? Aponte-me alguns elementos ou eventos que demonstram esse reconhecimento.

Quais os padrões exigidos em sua área para ingresso e trajetória?

Como a senhora avalia a sua trajetória, quando comparada a outros profissionais do mesmo campo, em especial aos homens?

A senhora vê diferenças entre as posições masculinas e femininas dentro de sua área de atuação?

Gostaria de saber como a senhora avalia o prestígio em sua área (por número de trabalhos publicados, por posições de chefia, por menções internacionais, nacionais, por patentes registradas).

A senhora acredita existir diferenças em prestígio, em sua área, quando relacionadas ao fato de ser pesquisador ou pesquisadora?

Núcleo 4- A questão do gênero - relações familiares, dedicação à profissão, casamento, relacionamentos, rede social.

Cite os modelos profissionais que influenciaram sua escolha?

Cite pessoas, grupos, amigos, família, que a influenciaram em sua trajetória.

Avalie a sua atividade profissional relacionando-a com a vida familiar (há ou houve interferências, perdas de contato, datas importante não compartilhadas etc).

Se tiver filhos: Como a senhora relaciona a maternidade e o trabalho profissional (viajar, permanecer em laboratórios, ir a congressos etc)? Durante o decorrer de sua carreira, quando houve necessidade de auxílio nas tarefas domiciliares quem proveu esse auxílio?

Se casada: O fato de ter escolhido essa profissão ajudou ou atrapalhou seus relacionamentos? O seu companheiro tem (tinha) a mesma profissão? Se não, ele compreende(ia) a sua dedicação ao trabalho? Ele acha(va) que a senhora trabalha(va) demais? Como ele encara(va) suas atividades na universidade?

Se solteira: o fato de ter escolhido essa profissão atrapalhou os seus relacionamentos? De alguma maneira, a sua dedicação à ciência dificultou uma união estável? Durante o decorrer de sua carreira, quando houve necessidade de auxílio nas tarefas domiciliares, quem a substituiu?

Os seus pais acreditam que a senhora dedica tempo demais a sua profissão? Qual a resposta que comumente lhes dá?

A senhora sempre desejou ser pesquisadora? Quais as suas características pessoais que contribuíram para sua carreira como cientista?

A senhora encontrou dificuldades por ser mulher e ter escolhido trabalhar nessa área?

Das pessoas com as quais trabalhou, a maioria foi de homens ou mulheres? A senhora prefere trabalhar com qual sexo?

Em geral, os cargos de direção são ocupados pelos homens. Como a senhora explica esse fato? A senhora já ocupou ou ocuparia um cargo de direção?

As mulheres preferem se dedicar ao ensino a assumir cargos diretivos. Para a senhora, essa afirmação é verdadeira ou falsa?

Núcleo 5- Mulheres na ciência.

Como a senhora define a Ciência? O que a distingue do conhecimento em termos gerais? Existe, para a senhora, uma distinção clara entre o conhecimento científico e outros (artístico, filosófico, literário, religioso etc)?

Qual a definição de ciência presente na sua área de atuação?

Essa definição é a mesma de seu grupo de atuação?

Qual é o seu perfil ideal de cientista?

A senhora acredita que a sua atuação na ciência se deva mais à vocação ou ao aprendizado?

O fato de ter aumentado o número de mulheres dentro da academia mudou a forma de fazer a ciência? Existiria um outro modelo de fazer ciência? Existe um modelo feminino de fazer a ciência? A ciência produzida seria diferente se fosse feita só por mulheres?

A senhora acha importante discutir as relações entre homens e mulheres dentro da universidade?